

Editorial

O lançamento do Vol. 5 - No. 2 – maio/agosto (2013) de ***Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica (on line)*** marca a abertura das comemorações, que são muitas, desse empreendimento editorial. Recordamos que ***Passagens*** foi fundada durante o encontro anual do *Research Committee on Sociology of Law (RCSL)* realizado entre os dias 09 e 12 de julho de 2008 na Lombardia, Itália, (cidades de Milão e Como) e o primeiro fascículo do Vol. 1 foi publicado, em janeiro de 2009. São cinco anos de trabalho regular para apresentar ao leitor uma publicação acadêmica de qualidade.

Passagens é uma Iniciativa do Laboratório Cidade e Poder (LCP), fundado em início dos anos 1990 na “Escola de Niterói” (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense – UFF -, em Niterói), centro singular e área de excelência de práticas e trocas acadêmicas multidisciplinares no Rio de Janeiro.

No período, certamente uma grande conquista são os indexadores e bases de dados nos quais consta ***Passagens***: *EBSCO Publishing*, Massachusetts - USA, *Latindex*, *Portal de Periódicos da Capes* – Qualis B-1 (História), *D.O.I (Cross.Ref. - Digital Object Identifier)* e *Dialnet (Portal Bibliográfico - Universidad de la Rioja, España)*. Além das parcerias com a ABEC (Associação Brasileira de Editores Científicos), a EdUFF (Editora da Universidade Federal Fluminense) e a FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), cujo apoio foi fundamental para consolidar e custear o aprofundamento do processo de profissionalização e internacionalização do periódico.

A velocidade das transformações no campo da editoração e circulação de periódicos científicos impôs a nossa atenção à questão das coleções digitais. Daí a decisão de publicar esse volume comemorativo com características especiais. A primeira delas: todos os artigos saem no idioma enviado pelo(a) autor(a) e também em inglês. Isso visa a maior visibilidade de ***Passagens***, pois o inglês funciona como um *abre-te-sésamo*; passagem num mundo cada vez mais globalizado. Todavia, isso não contradiz a segunda decisão. Até aqui, todos os números apresentaram resumos em quatro idiomas: português, (idioma pátrio e voltado para a comunidade lusófona); espanhol (numa valorização dos países que compõem as diversas organizações da comunidade sul e

centro-americana, como MERCOSUL, UNASUL, CELAC e outras; além da Espanha); inglês e francês. Pois nesse número comemorativo publicamos os resumos também em mandarim chinês numa sinalização do nosso desejo e esforço para a realização de trocas acadêmicas com a Academia de Ciências da República Popular da China, universidades, institutos e laboratórios congêneres. A internacionalização de **Passagens** é uma das metas prioritárias do periódico.

Os artigos publicados neste fascículo respondem a exigência primordial de **Passagens**: constituem um elenco de textos inéditos, que resultaram de pesquisa realizada por seus autores.

O cientista político, sociólogo e escritor Gisálio Cerqueira Filho (Doutor em Ciências Humanas-USP, 1980); pesquisador sênior e Professor Titular de Teoria Política na UFF propõe uma interpretação sobre o conto “Páramo”, de João Guimarães Rosa, num estilo inovador. O conto não é muito conhecido e foi publicado *post-mortem*, sendo a primeira edição em 1969. Guimarães Rosa propõe nada mais nada menos que um “*encontro com a morte*” à la Ingmar Bergman no filme *O Sétimo Selo* (*The Seventh Seal*; *Swedish: Det sjunde inseglet*, 1957). A morte aqui veste o semblante do sofrimento psíquico (*pathos*) intensamente vivenciado no *soroche*, o mal das alturas, em função do ar rarefeito naquelas altitudes da *Cordillera Andina*, mas também na depressão profunda experimentada a partir daquele período de autoritarismo vivo (*ethos*) da Alemanha em guerra, expresso em números genocidas. A abordagem propõe um entrelaçamento entre história, cultura política e método clínico.

João Bilhim, doutor em Ciências Sociais (UTL-Lisboa), é professor catedrático em Sociologia, com formação complementar em Sociologia da Administração e Gestão (MIT/USA); é investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas CAPP/ ISCSP/ Universidade Técnica de Lisboa-UTL e atualmente preside a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública do Portugal (CReSAP). Ele nos apresenta um artigo onde a questão da meritocracia é o foco de análise com relação ao papel dos gestores nas transformações culturais da administração central do Estado.

Daniella Amaral Diniz da Silva, Oficial de Projetos da Associação “*Columbia Global Center Brasil*”, no Rio de Janeiro, assistente editorial de **Passagens**; mestre em História

(UFF) e doutoranda em *Columbia University, N.Y.*, a autora discute as eleições no Brasil em 2002 à luz das relações entre prática política, ética e hegemonia.

Em análise engenhosa sobre as relações entre Estado, saber e poder no Brasil, Sonia Regina de Mendonça, Pesquisadora I do CNPq e professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, se debruça sobre documentação original acerca do ensino superior agrônômico, a partir do estudo de duas das mais importantes escolas de agronomia na primeira metade do século XX no Brasil: a de Piracicaba e a do Rio de Janeiro. Suas reflexões e conclusões nos conduzem a existência da formação de dois *habitus* de classe distintos, segundo as instituições frequentadas e as frações de classe a cada uma delas vinculadas: um destinado basicamente à reprodução da condição de classe dos agrônomos, e outro voltado para a construção de uma “nobreza de estado”.

Já o juiz do trabalho Titular da Primeira Vara do Trabalho de São João de Meriti (RJ), Roberto Fragale Filho (docente no PPGSD-UFF) e *Fellow* do *Institut d'Études Avancées de Nantes (France - 2012/13)*, juntamente com a mestranda Luiza Felix de Souza Barçante (PPGSD-UFF) arriscam-se a viver toda a sorte de paradoxos, contradições e ambivalências quando se põem a estudar as experiências de acesso à justiça (movimentação judicial) numa comarca cenário de conflito social e violência latente (São João de Meriti, no Rio de Janeiro).

A relação entre Indivíduo e Sociedade aparece na reflexão sobre metodologia da História (teoria e método) do ensaio de Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF, cuja tese foi publicada pela FUNAG /Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 2011). Ana Paula é assistente editorial de ***Passagens*** e professora adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/ FFP); o artigo é em coautoria com Aline Pinto Pereira (doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF). As autoras cruzam desejos, escolhas, expectativas e tensões individuais com o contexto histórico-social. As relações entre passado, presente e futuro são levadas em consideração. O foco recai no pensamento social e nas interpretações do Brasil.

Reflexões acerca da integração regional do MERCOSUL nos chegam através da Dra. Adriana Cicaré, mestre em Gestão Empresarial e Formação Profissional para a Integração Latinoamericana, professora da *Facultad de Ciencias Económicas y*

Estadística-UNR e pesquisadora do *Consejo de Investigaciones-UNR*, Argentina. Sua tese conclui, o que a muitos tem escapado pela importância da educação para o cumprimento dos direitos humanos e para a construção de uma cultura de paz, conforme acordado pelas Nações Unidas (ONU) em 1999.

Por fim, a cultura criminal (crime e punição) no Uruguai (1878-1907) é abordada, numa perspectiva histórica por Daniel Fessler, mestre em Ciências Humanas (*Facultad de Humanidades y C.E. – Universidad de la República, Uruguay*) e diretor do *Centro de Investigación y Estudios Judiciales*. O artigo estuda as transformações ocorridas nos dois grandes grupos de crimes (contra a pessoa e contra a propriedade) num momento histórico no qual se produz uma forte “modernização” da normativa penal.

Somos gratos a todos e todas que contribuíram para esse número especial: autores, equipe técnica, tradutores, bibliotecária, consultores, assistentes editoriais, conselho editorial, pelo belo trabalho realizado com dedicação e competência profissional.

Os Editores.



**SUFOCO NAS ALTURAS
SOBRE PÁRAMO, DE GUIMARÃES ROSA¹**

**APRIETO EN LAS ALTURAS
SOBRE PÁRAMO, DE GUIMARÃES ROSA**

**SUFFOCATION AMONG THE HEIGHTS
ON “PÁRAMO” BY GUIMARÃES ROSA**

**LE MAL DES HAUTEURS
DANS PÁRAMO, DE GUIMARÃES ROSA**

高空窒息：巴西作家吉马良斯·罗沙描述的恐高症

DOI: 10.5533/1984-2503-20135201

Gisálio Cerqueira Filho²

RESUMO

O trabalho propõe uma interpretação sobre o conto “Páramo”, do escritor brasileiro João Guimarães Rosa. Ele foi publicado *post-mortem*, sendo a primeira edição em 1969. Nele, anos após a experiência vivida na Alemanha, o autor conduzirá o leitor ao coração da recordação traumática: um encontro com a morte. Sim, um “*encontro com a morte. Não a morte final – equestre, ceifeira, ossosa, tão atardalhadora, mas a outra, aquela*”. A morte aqui veste o semblante do sofrimento psíquico (*pathos*) intensamente vivenciado no *soroche*, o mal das alturas, em função do ar rarefeito naquelas altitudes, mas também na depressão profunda experimentada a partir daquele período de autoritarismo vivo (*ethos*) da Alemanha em guerra, expresso em números genocidas. A abordagem propõe um entrelaçamento entre história, cultura política e método clínico.

Palavras-chave: Teoria política, Literatura, Guimarães Rosa, Psicanálise, Método clínico.

¹ Rosa, João Guimarães (2001). “Páramo”, In *Estas Estórias*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 261-290. Esta edição é referência para as citações. A primeira edição data de 1969, publicada postumamente, em volume organizado por Paulo Rónai e Vilma Guimarães Rosa.

² Gisálio Cerqueira Filho, sociólogo e cientista político. Doutor em Ciência Política (USP), é Professor Titular de Teoria Política na Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Brasil. Pesquisador sênior do Laboratório Cidade e Poder (UFF), membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e do *Research Committee on Sociology of Law (RCSL)*. *Editor de Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* Autor de vasta obra no Brasil e no exterior (Américas, Europa, Oriente). E-mail: gisalio@superiq.com.br

RESUMEN

El trabajo propone una interpretación sobre el cuento “Páramo”, del escritor brasileño João Guimarães Rosa. Él fue publicado *post-mortem*, la primera edición es de 1969. En él, años después de la experiencia vivida en Alemania, el autor conducirá el lector al corazón de la recordación traumática: un encuentro con la muerte. Sí, un “*encuentro con la muerte. No la muerte final – ecuestre, segadera, huesosa, tan perturbadora, sino la otra, aquella*”. La muerte aquí viste el semblante del sufrimiento psíquico (*pathos*) intensamente vivenciado en el *soroche*, el mal de las alturas, en función del aire rarefacto en aquellas altitudes, pero también en la depresión profunda experimentada a partir de aquel periodo de autoritarismo vivo (*ethos*) de la Alemania en guerra, expreso en números genocidas. El abordaje propone un entrelazamiento entre historia, cultura política y método clínico.

Palabras clave: Teoría Política, Literatura, Guimarães Rosa, Psicoanálisis, Método Clínico.

ABSTRACT

This article proposes an interpretation of the tale entitled “Páramo”³ by the Brazilian writer João Guimarães Rosa. The tale was published *post mortem*, with the first edition released in 1969. Years after his experience in Germany, the author leads the reader to the heart of a traumatic memory: an encounter with death. Yes, an “*encounter with death. Not final death – equestrian, Grim Reaper, skinny and so unsettling, but the other one, that one*”. Death in the tale appears as psychological suffering (*pathos*) intensely experienced through *soroche* – altitude sickness – due to the thin air at high altitudes, but also through the deep depression experienced upon that period of thriving authoritarianism (*ethos*) in wartime Germany, expressed in countless genocidal killings. The approach proposes an intertwining of history, political culture and the clinical method.

Key Words: Political Theory, Literature, Guimarães Rosa, Psychoanalysis, the Clinical Method.

³ Term in Portuguese and Spanish used to refer to bleak uplands. It is also sometimes used more narrowly to refer to the northern Andes of South America and adjacent southern Central America, and in Portuguese figuratively refers to the heavens and the sense of a summit or highest point.

RÉSUMÉ

Ce travail propose une interprétation de la nouvelle *Páramo*, de l'écrivain brésilien João Guimarães Rosa, publiée *post-mortem* pour la première fois en 1969. Dans ce récit, des années après son expérience vécue en Allemagne, l'auteur conduit le lecteur au cœur du souvenir traumatique, à savoir une rencontre avec la mort. « Une rencontre avec la mort. Non pas la mort finale – équestre, faucheuse, osseuse, si déconcertante, mais l'autre, celle-là. » La mort revêt ici un semblant de souffrance psychique (*pathos*) intensément vécue comme un *soroche*, le mal des hauteurs dû à la raréfaction de l'oxygène en altitude, mais aussi comme une dépression profonde issue de la période d'autoritarisme concret (*ethos*) et de génocide de l'Allemagne en guerre. Notre approche propose de croiser histoire, culture politique et méthode clinique.

Mots-clés: Théorie politique, Littérature, Guimarães Rosa, Psychanalyse, Méthode clinique.

提要

本论文尝试对巴西作家若昂·吉马良斯·罗沙(João Guimarães Rosa)的短篇小说“恐高症”进行解读。作品于作者去世之后，在1969年初次发表。在小说里面，作者根据在二战时期的德国生活多年的经验，把带读者带到一个与死亡相遇的精神临界点。“与死亡面对面。不是死亡——肉体，大脑，躯干的缓慢死亡，而是另外一种”。在这部作品里，死亡就像一种精神病态(*pathos*)类似于恐高症的状况*soroche*，高空缺氧的窒息感觉，同时加上生活在高压统治之下的战争时期德国的极度忧郁状态(*ethos*)，这种忧郁可以从大量的屠杀死亡人数得到旁证。论文试图结合历史，政治文化和临床心理分析疗法等角度综合解读这部小说。

关键词：政治学理论，文学，吉马良斯·罗沙，心理分析，临床疗法。

Para Lene, sempre juntos,
porque bem separados.

[...] conhecia o sáurio, lagartixa que quando está velha e ficam cegos os seus olhos, entra num buraco que dá para o Oriente e ao sair o sol, olha para ele, se esforça para ver e recobra a vista⁴.

⁴ Carpentier, Alejo (1987). *A harpa e a sombra*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

Estamos entre 1942 e 1944. Joãozito, como é conhecido João Guimarães Rosa (1908-1967), está a sentir “os pés frios do mundo”⁵, pois aceitara a nomeação como segundo secretário da Embaixada do Brasil em Bogotá, Colômbia. Lá produzirá uma joia da literatura universal com forte inscrição latino-americana. Nos páramos da *Cordillera*, elevados e nevados pontos a mais de 2600 metros de altitude, “en la cárcel de los Andes”⁶, evocará ficcionalmente a terrível experiência vivida no período em que fora consul adjunto em Hamburgo, Alemanha, entre 1938 e 1942. No conto, intitulado “Páramo” vai exorcizar a experiência opressiva de *pathos* duplamente inscrito em Baden-Baden onde ficou confinado por cem longos dias depois de ser convocado à Berlim com outros diplomatas do Consulado em meados de 1942 e ter que aguardar o momento em que seriam trocados por alemães, detidos no Brasil, que enfim declarara guerra aos países do Eixo em agosto de 1942. Como cônsul adjunto em Hamburgo, Guimarães Rosa resistiu ao nazismo e ajudou de modo discreto, mas decisivo, muitos judeus perseguidos.

Em 1934, Guimarães Rosa fizera concurso para o Itamaraty. Seu primeiro posto foi na Alemanha, onde conheceu Aracy Moebius de Carvalho, sua segunda esposa, e a quem chamava de Ara. Aracy, do interior do Paraná, falava vários idiomas e fora morar com uma tia na Alemanha. Acabou por ser contratada pelo consulado brasileiro em Hamburgo. Em 1938 passara a vigorar a Circular Secreta 1.127 que restringia a entrada de judeus no Brasil.

Minha mãe resolveu ignorar a Circular, que proibia vistos a judeus, e por risco e conta dela continuou a preparar os processos à revelia das ordens superiores no consulado. Como ela despachava outras coisas com o cônsul-geral, no meio dos papéis enfiava os vistos. A iniciativa, embora contasse com o apoio discreto de João Guimaraes Rosa, partiu dela, pois como cônsul adjunto Guimarães Rosa não assinava os vistos. Mas sabia o que minha mãe estava fazendo e a apoiava⁷.

Em Hamburgo, Guimarães Rosa e Aracy já estavam separados dos seus respectivos cônjuges de primeiras núpcias. Depois da guerra ambos se casaram por procuração no México e logo a seguir ocorreu a nomeação de Guimarães Rosa para Bogotá, Colômbia. Desde 1946 o autor já vinha se dedicando cada vez mais à literatura. Em 1936 havia publicado “Magma”. Coincidindo com o fim da guerra, lançara “Sagarana” (1946). Logo virão “Com o vaqueiro Mariano” (1947), “Corpo de Baile” (1956) e “Grande

⁵ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. cit. p. 263.

⁶ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. cit., p. 264.

⁷ Ver relato de Eduardo Tess, filho do primeiro casamento de Aracy in Decol, René Daniel (2006). “Uma certa Aracy, um certo João”. In *Revista GOL – Linhas Aéreas*, Secção “Gente”, p.72.

Sertão: Veredas” (1956) para ficarmos com o limite do final de década de cinquenta do século XX.

Na literatura roseana desponta uma “osmose entre literatura e geografia e, como prolongação, uma osmose entre mitologia e moral, entre oralidade e escrita, entre passado e presente”⁸. Pensamos que a expressão “osmose” aqui presente queira significar mais uma troca recíproca entre estética, ética e Natureza, embora a metáfora seja reveladora de um certo naturalismo de cunho biologista com que o social, talvez, possa estar sendo pensado.

O conto “Páramo”, todavia, foi publicado *post-mortem*, sendo a primeira edição em 1969. Nele, anos após a experiência vivida na Alemanha, o autor conduzirá o leitor ao coração da recordação traumática: um encontro com a morte⁹. Sim, um “... encontro com a morte. Não a morte final – equestre, ceifeira, ossosa, tão atardalhadora, mas a outra, ‘aquela’”¹⁰.

A morte aqui veste o semblante do sofrimento psíquico (*pathos*) intensamente vivenciado no *soroche*¹¹, o mal das alturas, em função do ar rarefeito naquelas altitudes, mas também a depressão profunda (*deep pression*)¹² experimentada a partir daquele período de autoritarismo vivo (*ethos*) da Alemanha em guerra¹³, expresso em números genocidas.

Neste trabalho a escritura e a trama dos personagens serão tomadas por nós como fontes de observação em relação aos conceitos de *ethos* e *pathos*, referidos à vivência do protagonista central.

Recorde-se que ainda hoje “Páramo”, a um só tempo história e ficção, é um conto relativamente desconhecido. Por isso mesmo recomendamos, a despeito de qualquer interpretação nossa ou de outrem, a leitura atenta do referido conto. Que o leitor deixe-se levar pelo alumbramento “desse caminho rápido demais que é o sofrimento. Tenhamos pena, irmãos, uns dos outros, reze-se o salmo Miserere. Todavia, ao remate da prova,

⁸ Torres Fierro, Danubio (2012). “Romance entre o arcaico e o moderno”. In *O Estado de São Paulo, Suplemento Sabático*, 18/08/2012, p.6-7.

⁹ Cerqueira Filho, Gisálio (2011). “Amor & Morte em Arthur Schnitzler”. In *Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 3 n.1, jan./abr., p. 142 -164.

¹⁰ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. Cit, p. 264.

¹¹ Santiago, Silvano (2012b). “Soroche o mal das alturas”, artigo instigante publicado in *O Estado de São Paulo, Suplemento Sabático*, 21 jun., p.2.

¹² Cerqueira Filho, Gisálio (2006). “Dor e Medo na clínica em extensão”. In *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro: PUC-RIO, v. 18, n.1, p. 123-135.

¹³ Cerqueira Filho, Gisálio (2005). *Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta.

*segue-se a maior alegria*¹⁴. O *pathos* já se revela aqui na sua inteireza como sofrimento, mas também como fruição de gozo e, quiçá, como via para o registro do estético.

O alumbramento que, sob a forma de ansiedade funérea, absorve o personagem não era estranho a Guimarães Rosa. Em *“Meu tio o lauretê”*, o autor brasileiro já narrara a estória de um mestiço de índia com branco e seu destino exemplar: *“agregado de fazendeiro que o envia para desonçar sozinho nos confins do sertão, vai gradativamente rejeitando o civilizado e se reconhecendo no animal. Acaba preferindo onças a homens, acaba virando onça e matando homens”*.¹⁵ O natural o toma por inteiro¹⁶.

Ethos é o construto sociológico para a natureza social do humano, referido tanto à comunidade quanto à sociedade. No caso concreto diz respeito aos aspectos característicos daqueles que vivem no sertão, mas também os transcendem. Aspectos que falam dos costumes, da cultura, da ideologia, do simbólico, enfim. Não há dúvida que fala à identidade social. De origem grega, a expressão *ethos* também se refere a uma ética; ética do ângulo dos valores, hábitos, costumes, leis. Para Max Weber (1864-1920), por exemplo, o *ethos* burguês deve ser tratado como falta ou dever e, no caso, relacionado à ética protestante capitalista. Já em Georg Simmel (1858-1918), as instituições sociais e o território tem destaque na formação do *ethos* de uma sociedade. No *ethos* temos sempre presente um caráter acentuadamente normativo. *Pathos* é construto psicológico para a natureza psíquica do humano. Representa o sofrimento, a experiência afetiva, as emoções. O protagonista de *“Páramo”* assume o sofrer como uma desdita inescapável, condenação inapelável, embora de razão desconhecida. *“Quebrantado e sozinho, tornado todo vulnerável, sem poder recorrer a apoio algum visível, um se vê compelido a esse caminho rápido demais que é o sofrimento”*¹⁷. Expressão também de origem grega, *pathos* fala ao imaginário, aos sentimentos, às emoções inconscientes, aos afetos, às paixões, que marcam e diferenciam homens e mulheres do sertão enquanto metáfora para o Brasil profundo. A expressão *pathos* é evocativa de um sofrimento implícito no sentir a dor presente no corpo e na imaginação. Pretendemos aqui demonstrar como articular *ethos* e *pathos* enquanto construtos específicos referidos ao conto *“Páramo”* com base no método clínico. A Psicopatologia

¹⁴ Rosa, João Guimarães (2001a). *“Páramo”*. Op. Cit, p. 262.

¹⁵ Cf. Campos, Haroldo de (1970). *“A linguagem do lauretê”*. In *Metalinguagem*, 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1970, p. 47-53.

¹⁶ Almeida, Leonardo Vieira de (2011). *Veredas do Grande Conto: a descoberta do sertão em Guimarães Rosa*, Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO & Uapê, p. 99.

¹⁷ Rosa, João Guimarães (2001a). *“Páramo”*. Op. Cit., p. 262.

Fundamental, quando propõe que o *pathos* vem de fora e de longe, supõe uma íntima articulação com o *ethos*. Isso é particularmente evidente, por exemplo, nos trabalhos de Freud sobre a neurose de guerra ou neurose traumática. Certamente que as noções de observação e natureza que regem o método clínico incluem ambos os conceitos.

Podemos dizer que o humano é portador de subjetividade e apresenta um aparelho psíquico que inclui uma dimensão inconsciente. A dinâmica desse fenômeno é regida pelo *pathos* (sofrimento, paixão, passividade), pelo afeto. Entretanto, afeto não deve ser confundido com emoção simplesmente. O afeto contém a emoção, mas não se reduz a ela. O afeto é uma força, é uma paixão intensamente excessiva. Podemos dizer com Manoel Berlinck que o *pathos* é um “afetão”, ou seja, aquilo que atinge e modifica o sujeito¹⁸. Nem toda emoção provoca essa mudança. Dessa forma, *pathos* designa a experiência daquilo que é vivido. É um estado transitório. Podemos então dizer que a Psicopatologia Fundamental é um discurso sobre o afeto, uma paixão que é vivida pela experiência¹⁹.

Em “Neurose de Transferência: uma síntese”, ensaio de Sigmund Freud (1856-1939), escrito entre 1914 e 1915, mas descoberto após sua morte e publicado em 1987, temos a elaboração de uma construção teórica, fundada tanto num mito quanto numa epopeia de natureza poética, para as origens da psicopatologia psicanalítica numa perspectiva filogenética, que coincide com a da subjetividade humana. Freud apresenta sua concepção de que o psiquismo humano é psicopatológico a partir da catástrofe glacial. Segundo ele, a história do desenvolvimento da energia sexual, denominada libido, repete uma parte do desenvolvimento filogenético bem mais antiga do que o do eu. Especula então que o que hoje são neuroses foram fases do desenvolvimento da humanidade. Assim, a era glacial ameaçou a sobrevivência da espécie que encontrou na neurose de transferência formas criativa de proteger-se dessa ameaça e que foram constituindo o psiquismo humano. Para Freud, pelo menos nesse importante texto, não há como separar corpo e psique, sobretudo não há como distinguir subjetividade e psicopatologia. Também não há como supor que as manifestações psicopatológicas não sejam também somáticas ou se distingam da subjetividade. Para Freud, histeria, perversão, obsessão, etc. são modos de subjetivação, ou melhor, são subjetividades, pois o sujeito se constitui somente por essa via. É por isso que é possível falar de uma

¹⁸ Berlinck, Manoel Tosta (Org) (2005). *Obsessiva Neurose*, São Paulo: Escuta.

¹⁹ Rodrigues, Márcia Barros Ferreira (2008). *Ethos e Pathos: Violência e Poder em Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre*. Projeto de Pós-doc. UFF, Supervisor Prof. Gisálio Cerqueira Filho, Niterói.

psicopatologia fundamental, pois o que não institui a subjetividade pela via psicopatológica produz o extermínio. Ou seja, a nossa subjetividade se construiu de alguma forma apoiada no medo²⁰.

Desde a ótica do Eu, a subjetividade freudiana remeteria, imediatamente, à psicopatologia que se denomina de fundamental em distinção a outra, psiquiátrica, que se denomina psicopatologia geral. Assim, na perspectiva freudiana, a subjetividade só se manifesta pela via psicopatológica, afastando-se do racionalismo cartesiano. De qualquer forma, quanto mais primitiva a paixão (*pathos*) mais o paciente se encontra a mercê de uma ação que se origina no Outro²¹.

Gostaríamos de trabalhar a articulação entre esses dois aspectos (*pathos* e *ethos*) referidos ao conto “Páramo” como metáfora para a circunstância vivida na Alemanha por João Guimarães Rosa e logo quando da chegada a Bogotá, onde vai desempenhar as funções diplomáticas de segundo secretário junto à Embaixada do Brasil na Colômbia. Não há dúvida que se trata de uma compreensão mais complexa da temporalidade histórica com inspiração numa visão diacrônica (sugerida por Walter Benjamin) acentuando-se “a ideia de sobrevivência (*Nachleben*) de tópicos e imagens do passado por uma relação sensível empática ou patética (*Pathosformel*) como projeto realizado por Aby Warburg em “O nascimento de Vênus e A Primavera de Sandro Botticelli”, publicado em 1891”²². Aby Warburg realiza um projeto complexo, com imaginação e refinamento. Seu método se aproxima [...]

*do trabalho de detetive relacionado à história da cultura nos detalhes e entrelaçamento dos tempos, jogos de diferenças, retornos, anacronismos, que segue algo parecido a um traço incessante, mas inconstante do ir e vir das ondas sobre as margens do tempo. Como dizia de Deus, o tempo também se oculta nos detalhes. Há que se insistir na sua busca. Embora nomeado com reverência e seja muito nomeado, Warburg não é tão lido. Sua escritura é tão deslumbrante quanto labiríntica. De suas publicações já se disse que cada página corresponde a quinhentas manuscritas, milhares de notas e centenas de livros lidos*²³.

²⁰ Veja-se o instigante ensaio de Ginzburg, Carlo (2006). *Medo, Reverência e Terror: Rerler Hobbes Hoje*, tradução de Luiz Fernando Franco, Niterói, Laboratório Cidade e Poder (in *European University Institute, Max Weber Lecture Series - MWP - 2008/ 05*, com o título *Fear, Reverence Terror: reading Hobbes today*, (ISSN 1830 7036), *Badia Fiesolana, Italy*.

²¹ Berlinck, Manoel Tosta (2010). *O Método Clínico: projeto temático de pesquisa*, São Paulo, CNPq. Mimeo

²² Schollhammer, Karl Erich (2012). “A sobrevivência de Aby Warburg”. In *O Globo, Caderno Prosa e Verso*, Rio de Janeiro, 08 set., p. 5. Ver Warburg, Aby (2012). *O nascimento de Vênus e a A Primavera de Sandro Botticelli* (1891), tradução para o português de A. Mourão, Lisboa: KKYM.

²³ Reguera, Isidoro (2010). “Abby Warburg: Inventor del museo virtual”. In *El País, Babelia*, Madrid, n. 962, 01 maio. Ver ainda Didi-Huberman, Georges (2009). *La imagen superviviente*, Madrid: Editorial Abada.

Por fim, se a metodologia a ser empregada é própria do método clínico, tal como é concebido pela Psicopatologia Fundamental, não é menos verdade que esta se relaciona com o que Carlo Ginzburg (Premio Balzan, 2010, Itália) designou como metodologia indiciária, ou seja, aquela que opera a partir da observação de sinais, pistas, indícios; algumas vezes a escapar do olhar e da escuta do mais atento analista. Não há dúvida que, em muitas circunstâncias devemos assinalar que os limites e o rigor (flexível como sugere Ginzburg) do paradigma indiciário saltam à vista. Mas Ginzburg não acredita em qualquer interpretação que se apresente a respeito de uma pintura ou um texto; acrescentaríamos, a um caso clínico qualquer. E frequentemente analisa os limites da prova nas suas conjecturas e *insights* interpretativos. Todavia, “*é justamente na relação entre conjecturas e refutações através de experimentos sucessivos que se vislumbram as provas de hipóteses arriscadas, sem as quais o conhecimento se empobrece*”.²⁴ Leve-se em conta também, quando da interpretação do discurso do Outro, o quanto esse Outro aceita a referida interpretação. Muitas vezes, a não aceitação da interpretação aparece como resistência, é verdade. Mas sempre e quando esse Outro não tiver uma alternativa à interpretação proposta, estaremos diante do enigma de termos... nenhuma interpretação. E aqui incidem os mais agudos desafios para inovação quando dos estudos sobre o humano.

Sabemos com Martin Heidegger, e como acentuou Jacques Lacan, que a construção própria da observação é um longo caminho em direção à palavra e à linguagem²⁵.

Ainda com Warburg e a pintura “O nascimento de Vênus” no pensamento europeu podemos resumir nosso intento: a transformação do *pathos* fúnebre em *pathos* erótico.

Pois o conto “Páramo” trata do pesadelo da morte. Guimarães Rosa trabalhava neste conto (finalizando-o, quem sabe?) quando veio o seu próprio fim por enfarte súbito em 1967, três dias após a posse na Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele, que postergara por quatro anos a sua efetivação como acadêmico. O discurso de posse denominava-se “O Verbo e o logos”. Lá constava a frase “*A gente morre é para provar que viveu*”. Um dia após o enterro Carlos Drummond de Andrade escreveu o poema “Um chamado João”, e conclui: “*Ficamos sem saber o que era João/ e se João existiu/ de se*

²⁴ Sobral, Luis Felipe (2012). “No rastro de Piero”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, São Paulo, v. 27 n. 79, p. 220.

²⁵ Heidegger, Martin (2003). *A caminho da linguagem*, Petrópolis, RJ: Vozes. Berlinck, Manoel Tosta (2010). Op. Cit.

pegar”. Ficamos nós com a brincadeira do “o que é o que é...?” e a pergunta síntese que propomos: O que é/ o que é/ não se pega/ e tem pegada?

Responda você, caro leitor.

Afinal, e para passar o tempo, quando confinado naquela Baden-Baden opressiva, Joãozinho adorava participar dessa brincadeira de perguntas e respostas.

Agora, num movimento oposto, e já em Bogotá, Colômbia, o autor brasileiro pode evocar as agruras e sofrimentos de um personagem moço e estrangeiro nas alturas da Cordilheira Andina, a vivenciar a “morte em vida” nos termos de uma angústia imorredoura de um estrangeirado (um brasileiro em Bogotá!?). Daí porque nos parece oportuno recepcionar, tanto o conto “Páramo” no original português quanto na sua correspondente tradução para o espanhol. Para não falar na linguagem das etnias dizimadas, a morte naquele alto dos Andes há de ser pensada minimamente em português brasileiro com travo de português camoniano (Camões), enriquecida dos neologismos da oralidade tomados como palavras novas, e - finalmente - em castelhano. A tradução para esse idioma foi realizada por Bairon Oswaldo Vélez Escallon e só em 2011, numa conexão da integração e solidariedade sul-americanas (im)postas pelo tempo presente. Buscamos os sinais do que afinal se fala e se faz naqueles contrafortes da Cordilheira, que funcionam como um cárcere. Marcas, pistas, indícios são *“síntomas de tudo o que é recalcado na construção dos relatos explicativos que visam adjudicar o valor do literário, que o imaginário se incorpora à existência como o que garante a sua falta de acabamento, isto é, a sua sobrevivência”*²⁶. Não é surpresa que naquelas alturas neblinosas ressurgam angústia e sofrimento vividos em Baden-Baden, Alemanha. A expressão germânica é signo do sintoma repetido e, no duplo, replicado. O duplo a que nos referimos está presente na caminhada em que o protagonista imagina algo em si próprio de uma morte imperfeita, mas projetada a partir de si e que se volta contra si como pesado fardo a carregar. Este duplo está assim representado sucessivamente: trata-se do “homem com a semelhança do cadáver”. Ele é nomeado ainda como “homem com o aspecto de cadáver”, “homem com fluidos de cadáver”, “homem com presença de cadáver”, “homem frio como um cadáver”, “homem com ar de cadáver”, “homem com alguma coisa de cadáver”. Todas essas expressões vão se sucedendo ao longo do conto como referência, numa circunstância psíquica especial (psicótica?), ao seu duplo

²⁶ Vélez Escallon, Bairon Oswaldo (2012). “Intrusões: Guimarães Rosa-Bogotá: notas para uma tradução de Páramo”. In *Revista Tussaji*, v. 1, p.68.

enquanto réplica que emerge como pulsão de morte, a um só tempo, fatídica e revigorante. Tudo consoante a frase pronunciada na posse na ABL: “*A gente morre é para provar que viveu*”. Há aqui uma conexão entre morte e ressurreição. Pois, no conto, um médico judeu intervém e salva o protagonista de uma morte iminente e triste Assim define-se o renascido: “*cada criatura é um rascunho a ser retocado sem cessar, até a hora da liberação pelo arcano*”²⁷.

Após dizer que havia algo de premonitório naquela cidade nas alturas a que acabara de chegar o personagem não esconde “*que se sentia ofuscado pelas bulhas da vida, de engano a engano, entre passado e futuro – trevas e névoas – e o mundo maquinal*”²⁸. Embaralhavam-se passado, presente e futuro; trevas (inferno), névoas (o paraíso, tendo o céu como metáfora); o presente referido aqui ao mundo maquinal, quando Guimarães Rosa diz do “sono rancoroso dos minérios”, famoso verso do poema “A Máquina do Mundo”, de Carlos Drummond de Andrade. E mais ainda. Para Silviano Santiago, o verso inesperado aponta para uma revisão do conto realizada por Guimarães Rosa em 1948, portanto na segunda viagem que o autor e diplomata fez a Bogotá; desta vez acompanhando o Ministro João Neves da Fontoura para participar da IX Conferência Pan-americana. Vejamos comparativamente o texto de Rosa e o poema de Drummond: Ali em antros absconsos, na dureza da pedra, no peso de orgulho da terra, estarão situados os infernos, no sono rancoroso dos minérios?²⁹ E logo o fragmento do poema: [...] *tudo que define o ser terrestre/ ou se prolonga até nos animais/ e chega às plantas para se embeber/ no sono rancoroso dos minérios,/ dá volta ao mundo e torna a se engolfar, /na estranha ordem geométrica de tudo [...]*³⁰

Nessa ocasião é que ocorre o famoso *Bogotazo*, uma série de levantes de rua em função do assassinato do candidato liberal à presidência da República Jorge Eliécer Gaitán durante o governo de Mariano Ospina Pérez. Gaitán estava agendado para se encontrar a tarde com os líderes cubanos Fidel Castro e Rafael del Pino para falar sobre o Congresso Latino-americano da Juventude. Lá eles esperavam Gaitán para fazer o último discurso. Gaitán deixou seu gabinete, e, fora do prédio, foi baleado duas vezes na cabeça e depois no peito, com uma pistola às 13:15 horas, tendo sido levado para um hospital local onde não resistiu e veio a falecer alguns minutos depois. Em função do evento pan-

²⁷ Ver Santiago, Silviano (2012b). Op. Cit.

²⁸ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. Cit., p 264.

²⁹ Ibidem, p 265.

³⁰ Andrade, Carlos Drummond de (2002). “A Máquina do Mundo”. In *Folha de São Paulo, Mais!*, 27 out, p. 20.

americano, não só muitos líderes políticos estavam presentes, assim como diplomatas, jornalistas e correspondentes de imprensa. Entre eles estava Antonio Callado, que era membro da Delegação brasileira. Surpreso por não ter visto Guimarães Rosa durante o *Bogotazo*, Callado o interroga na primeira oportunidade querendo saber se não havia visto o levante nas ruas. Tratara-se de uma visão terrível. Chega a comparar as tantas mortes com a história de Augusto Matraga. Mas Guimarães Rosa não se abala e responde-lhe: “*Ora Callado, o que eu tenho que escrever está tudo na minha cabeça. Não preciso ver coisa alguma... Já fiz um livro e estou fazendo outros*”. Insatisfeito, Callado pergunta por onde andara; o que fizera. E a resposta vem de pronto: “*Eu reli Proust*”³¹.

A resposta é estupenda. É Marcel Proust que nos conduz, na literatura, pelos caminhos da subjetivação gozoza: ah! o sabor da *madeleine*.

Em certa oposição complementar à saga proustiana [...]

*[...] se Freud interpreta as associações de ideias pela via do que escondem em seu próprio interior; Proust, igualmente, mostra como uma pequena palavra revela elementos escondidos na psicologia do personagem. O mesmo, no caso, de lembranças involuntárias. A lembrança da madeleine molhada numa taça de chá, que remete a um momento análogo da adolescência do herói, que teria também mergulhado uma madeleine no chá, traz a imagem de Combray. Como escreve Proust: Combray saiu da minha taça de chá. Esse é um fenômeno de associação e exploração do inconsciente por Proust*³².

Todavia, apenas três dias após chegar à cidade, já estava vivenciando uma experiência radical de des-subjetivação: nas alturas, mareado, mas não pelo mar; sim, pela altitude muito acima do nível do mar... ; o frio insofrível, uma névoa difusa e sombria sempre presente, uma aflição sem par. Não era dali, não tinha um nome, um amor, não tinha casa. Indagava-se: teria, um corpo?³³ Não podia “*atinar a ver o transiente rigor que me aguardava, por meu clã-destino, na mal-entendida viagem, in-via, e que era a absoluta cruz, a vida concluída, para além de toda conversação humana, o regresso ao amargo*”³⁴. É verdade que passara não por uma aduana comum, mas pela “alfândega das almas”³⁵. Vivia por antecipação o que, séculos antes, Hamlet descreveu como “o pavor de algo após a morte/ a terra desconhecida de cujas fronteiras/ viajante nenhum retorna”.

³¹ Ver Costa, Ana Luiza Martins (2006) . “Memória seletiva - Veredas de Viator”. In *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, n. 20/21, p. 25

³² Tadié, Jean-Yves (2012). *Le lac inconnu - entre Proust e Freud*, Paris: Gallimard.

³³ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. Cit., p. 263.

³⁴ Ibidem, p. 263.

³⁵ Ibidem, p. 266.

Todavia, isso não era tudo. Ainda, não! Faltava o derradeiro tiro de misericórdia que viria sob a forma de um “*golpe de-Job*”³⁶. O famoso golpe de box denominado *job* vem aqui involucrado foneticamente no sofrimento bíblico de Job. Então muito popular na América Latina, a luta de box aproxima num só golpe o amor a um esporte largamente difundido pela população, o sofrimento que, no caso concreto, é correlato ao prazer das pugnas de pugilismo, e as mazelas do cotidiano numa sociedade marcada por forte desigualdade social. A religiosidade popular vem associada a uma perspectiva religiosa de predestinação e, assim, o *pathos* é realçado também como aceitação dos sacrifícios impostos por Deus e pela religião. E, afinal, o “*golpe de Job*”, vinha sob a forma de falta de ar, um sofrimento que lhe dava a sensação de asfixia de si. Pavor de dissolução do “Eu”. Tonteira, pânico, tudo parecia ruir.

II

E a morte está dentro da vida³⁷. Entretanto, no caso, um sentimento perpassa o texto como um todo. Trata-se do ressentimento, que Nietzsche (1844-1900) qualificara de o “pior dos sentimentos”, talvez porque o sintamos como sentimento duplo ou dobrado na sua potência. Mais do que isso, o ressentimento é vivido como estranho sacrifício que cheira a passado que não se consegue superar como sina do destino que introduz a discórdia por via não plenamente consciente.

O personagem julga que este afeto vem cotelado pelo ódio, mas transferido para outra época por misteriosa transformação extra-natural. Assim, como num efeito de ilusão próprio, porém, da ideologia, vê-se transportado das “*calles e vielas, de casas baixas, de um só pavimento, de telhados desiguais, com beirais sombrios, casas em negro e ocre, ou, grande solares, edifícios claustreados ...*”³⁸, para “*as mesmas ruas, na capital do Novo Reino, dos Ouvidores, dos Vice-Reis*”³⁹, ou seja para o período colonial. O colonialismo faz-se de vetor para o ódio acumulado que vem associado a uma mulher velha e índia, que viajava num bonde de Bogotá⁴⁰. Esses bondes eram o orgulho da cidade colombiana, “*belos e confortáveis, de um vermelho sem tise e com telhado prateado. Esse tranvia ia muito longe, até os confins da cidade*”. Sem que se soubesse o porquê, a mulher idosa e

³⁶ Ibidem, p. 267.

³⁷ Alusão a uma frase do poeta Fernando Pessoa.

³⁸ Ibidem, p. 263.

³⁹ Ibidem, P. 274.

⁴⁰ Ibidem, p. 274.

indígena, mas certamente afrontada por algum motivo que só ela podia ver o agravo, se indignava e replicava sabe-se lá a quem. Todavia, a cada imprecação dava um tom de indignação moral que se eternizaria para sempre nas lembranças do personagem.

Ela cheirava os volumes da afronta, mastigava-a. Via-a vibrar os olhos, teve um rir hienino. Era uma criatura abaçanada, rugosa, megeresca, uma índia de olhos fundos. Daí começou a bramas suas maldições e invectivas. Essa lívida de lógica tinha em si a energia dos seres perversos, irremissiva. Clamava, vociferou, com sua voz fora de foco, vilezas e imprecações, e fórmulas execratórias, que jamais cessaria. Durou quase uma hora, tanto tempo que a viagem, tão longa. Ninguém ousava olhá-la, ela era a boca de um canal por onde mais ódio se introduzia no mundo. Doem-se os loucos, apavoram-se. Até que ela desceu, desapareceu, ia já com longa sombra. Aquela mulher estará eternamente bramindo. Doo-me⁴¹.

A descrição é mais que pungente. Ela expressa uma raiva inaudita, que nunca se vira por aquelas plagas; de um tom ao mesmo tempo estarrecedor, mas também maravilhoso e desconcertante. Havia naquela mulher algo de extraordinário, de magia, de erupção iracunda incontrolável.

Ora, esse comportamento não fazia o gênero do protagonista, ensimesmado no seu isolamento, embora não privado da consciência e da reflexão. Mas fato é que os bondes encantatórios, “*com um vermelho sem tisne e com telhados de prata*”, foram alvo da fúria da população bogotana quando do levante *Bogotazzo*. Muitos veículos foram queimados e se consumiram em altas labaredas laranja-azulecidas propiciando um espetáculo de rara e sinistra beleza. Tal a marca desses bondes, *trade mark* do imperialismo amalgamado ao colonialismo, do ressentimento marcado pela brutal exploração do Capital sobre o Trabalho das gentes. Os tais bondes, belos e confortáveis, que marcaram um levante explosivo dos miseráveis e das classes populares, acabaram sendo tirados de circulação e posteriormente desapareceram por substituição de outros meios de transporte.

Outro episódio terrível e sugestivo que a lembrança do personagem faz alusão em “Páramo”, e que se refere ainda a uma figura feminina no lugar central, é a notícia de emparedamento de uma mulher; notícia que parece lançada ao léu no texto, mas que vamos interpretar num movimento inverso ao do item anterior. Se lá partimos do original para a tradução, aqui vamos partir da tradução em espanhol para o original em português. Foi o tradutor colombiano e *bogotano* Bairon Oswaldo Vélez Escalón quem por primeiro localizou no autor Cordovez Moure⁴² o curioso texto que oferece um exemplo extremo de

⁴¹ Ibidem.

⁴² Cordovez-Moure, José Maria (1962). *Reminiscencias de Santa Fé y Bogotá*, Madrid: Aguillar.

crueldade. Mas vamos primeiro ao original em espanhol, crônica de 1899, intitulada “Custodia o la emparedada”:

No bien se hubo derribado lo suficiente para observar lo que existiera en el fondo de aquella cavidade, vieron – que horror! – uma momia médio envuelta em asqueroso sudário que hacia sobre um lecho de estiércol y entre millares de gusanos blancos que pululaban por todas partes. Lo más horrible de aquel repugnante espetáculo era, que isso que tenia alguna forma parecida a la espécie humana, hacia débiles movimientos com las manos em actitude depercatoria, implorando compasión y dirigiendo a todos miradas lastimosas y tiernas com ojos apagados pero expressivos, de donde brotaván gruesas lágrimas⁴³.

Agora vamos à narrativa na forma que lhe dá Guimarães Rosa:

Aqui, faz muitos anos, sabe-se que uma mulher, por misteriosa maldade, conservou uma mocinha emparedada, na escuridão, em um cubículo de sua casa, depois de mutilá-la de muitas maneiras, vagarosa e atrozmente. Dava-lhe, por um postigo, migalhas de comida que previamente emporcalhava, e, para beber, um mínimo de água, poluída. Não tivera motivo algum para isso. E, contudo, quando, ao cabo de meses descobriam aquilo por acaso, e libertaram a vítima – restos, apenas, do que fora uma criatura humana, retirados da treva, de um monturo de vermes e excrementos próprios – o ódio da outra aumentara, ainda⁴⁴.

Uma estória escabrosa como essa, que função teria senão a de oferecer um flagrante de luz que, como sintoma, remeteria a outras reminiscências?

Logo a crônica anuncia o que de similar sente o protagonista: o emparedamento em vida, ser mantido prisioneiro em custódia (recorde-se Baden-Baden).

Entretanto, permitimo-nos interpretar na crônica tipo “mundo-cão/ planeta bizarro”, as notícias da barbárie do nazismo, especialmente contra os judeus (mas não só), que então eram anunciadas e chocavam a opinião pública mundial. Muito desse barbarismo não havia sido vivido tão de perto pelo autor quando então atuava como diplomata na Alemanha? O imaginário *fantasmagourava* na sua plenitude [...] E acabamos por utilizar uma expressão marcante, neologismo do qual Guimarães Rosa lançará mão logo adiante. Alguns outros neologismos estarão presentes para assinalar o espanto e o lúgubre, associados à morte: *lugubrúvio*, *gelinvérnico*, *estranhifício*, *passadidade*, *clã-destino*, *discordioso*, *entreconsciente*.

E pela terceira vez é a mulher quem surge no horizonte do personagem; não uma mulher qualquer, mas precisamente aquela que o amava. Adivinhara pela letra, já no pequeno envelope. Recebera a carta em casa, quando certo dia chegara em casa

⁴³ Ver a citação em espanhol *apud* Vélez Escalón, Bairon Oswaldo (2012). Op. Cit., p. 67.

⁴⁴ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. Cit., p. 275.

tomado pela estafa da perseguição implacável do seu duplo. “Apesar dos pesares tinha que chamá-la tristemente de casa”.⁴⁵ Um trecho da carta dizia: “[...] tem horas, penso em você, como em alguém, muito querido, mas que já morreu [...]”.⁴⁶

No trajeto, uma alegria singular e única. Comprara um livro por uma bagatela, o qual passará a ser designado como *O Livro*. Supunha-o um livro de poemas. Tomava-o, num primeiro momento, para passar o tempo tedioso que vivia, imaginando que poderia ser-lhe útil em alguma ocasião. Logo passa a considerá-lo quase como objeto de devoção salvífica, um amuleto. A partir de então, carregava-o consigo. Entretanto, não ousava lê-lo, Portava-o fechado como um penhor, um refém. Algo de misterioso ali estaria escondido.

III

O poeta e romancista do idioma francês Jules Laforgue (1860-1867), embora nascido em Montevideu, referiu-se assim ao pintor Arnold Böcklin (1827-1901): “*On reste stupéfait de cette unité dans le rêve, / de cet aveuglement dans le fantastique, / de ce naturel impeccable dans le surnaturel*”. E de Arnold Böcklin são os dois quadros – “A Ilha dos Mortos” e “Vita Somnium Breve” – referidos explicitamente no conto “Páramo”.

Nascido e falecido na cidade de Basileia, o pintor suíço formou-se em pintura na Academia de Düsseldorf. Esteve em Paris, Roma e Florença. Para o que nos interessa, Böcklin retirou elementos da natureza presentes nos quadros de pintores quinhentistas e seiscentistas do Norte da Europa, como Salomon von Ruysdael, Albrecht Dürer e Mateus Grünewald, e buscou vinculá-los a temáticas próprias do romantismo alemão. Isso deu origem a pinturas como “A Ilha dos Mortos”, de 1880, uma das suas obras mais conhecidas, e que ele caracterizou como “uma imagem para sonhar”, embora o nome pelo qual a pintura é conhecida tenha sido dado por um comerciante de arte. Todos estes aspectos, reforçados pelos elementos que Böcklin retirou do movimento simbolista em França, contribuíram para a influência exercida sobre pintores do expressionismo e do surrealismo, como Salvador Dalí e Giorgio de Chirico. O trabalho de Böcklin desenvolveu-se na Basileia e em Munique, tendo-se destacado também na pintura mural (as escadas do Kunstmuseum de Basileia) e de retratos (a atriz Jenny Jauschek). Algumas das suas

⁴⁵ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. Cit., p. 273.

⁴⁶ Ibidem.

obras encontram-se nos principais museus da Alemanha (Berlim, Munique), Suíça (Basileia) e Estados Unidos (New York).

No primeiro quadro “*o fantasmagórico e estranhamente doloroso maciço de ciprestes [...] [...] para lá vai a canoa com o obscuro remador assentado [...]*”⁴⁷. Repare-se que as falésias tumulares estão fortemente iluminadas, por entre as quebras dos rochedos. E também está no foco luminoso (de onde virá aquela luz?) um vulto alto e ereto envolvido num sudário branco a indicar a entrada do morto na mansão dos mortos. Este é levado na canoa pelo remador, cuja luz não o alcança. O quadro, como diz o autor, recorda uma mistura do “*negrego dos eucaliptos, seu evocar de embalsamentos, as partículas desses cheiros*”⁴⁸.

As tonalidades de claro-escuro estão admiravelmente combinadas na pintura, provocando um forte impacto emocional. São escuras as águas por onde navega o canoeiro, as nuvens e o firmamento, bem como a mancha de ciprestes. De um tom amarelo-claro são os mausoléus propriamente ditos, dando-nos a impressão da “vida” no reino dos mortos.

Já no segundo quadro duas crianças pequenas e nuas brincam na relva verde à beira de uma sepultura. Ao fundo, um mausoléu com figuras em destaque. Para os olhos do personagem que tem em mente a pintura, “*a lembrança da sua maestra melancolia*”⁴⁹. Não se trata tanto de uma obra maestra do artista, mas sim uma obra maestra acerca da melancolia, que o justifica. O mestre parece ser mesmo a melancolia.

As imagens de Arnold Böcklin chegam ao protagonista em situação de sopor, torpor e sonolência. São as horas medonhas da noite onde ele está preso às resistências da insônia. Em ambas as obras, podemos detectar uma *arqueologia do pathos* que remete a um “*presente dilatado em que o passado cresce à nossa frente e o futuro consta como uma visão do passado numa perspectiva já presente em Warburg*”.⁵⁰ Para esse autor, vale recordar que as formas patéticas (*pathosformel*) “*condensavam figuras e gestos, conteúdos e expressões, carregando emoções e afetos primitivos que pudessem irromper na continuidade histórica ao manifestar simultaneamente algo original, novo, e a retomada*

⁴⁷ Ibidem, p. 271.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem, p. 273.

⁵⁰ Didi-Huberman, Georges *apud* Schollhammer, Karl Erik (2012). Op. Cit., p. 5.

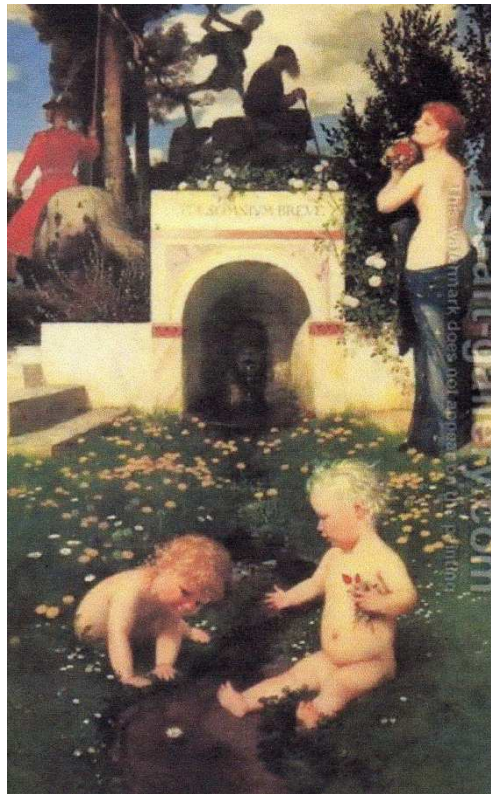
*e repetição do passado*⁵¹. Didi-Huberman o chama um “historiador a beira do abismo”⁵² e o próprio Warburg se designa a si próprio como um “sismógrafo da alma”.

Arnold Böcklin (1827-1901) “A Ilha dos Mortos”



⁵¹ Schollhammer, Karl Erik (2012). Op. Cit., p. 5.

⁵² Didi-Huberman., Georges. (2009). Op. Cit.



Arnold Böcklin - *Vita Somnium Breve*

A maneira como a pintura de Arnold Böcklin entra no conto Páramo é sugestiva merece breve digressão.

Em 1897 Sigmund o Freud fora indicado para o corpo docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Viena. Mas o processo ficou em suspenso por quatro longos anos no Ministério da Cultura. Caracterizou-se uma suspeição de que Freud sofrera de velado preconceito - talvez anti-judaico - e de que haveria necessidade de alguma intervenção pessoal junto ao Ministério. Primeiramente Freud recorreu a Elise Gomperz, sua paciente há quinze anos. Ela era esposa de Theodor Gomperz, famoso pensador liberal clássico. Não deixa de ser interessante recordar que Sigmund Freud, quando era estudante, traduzira para o alemão o ensaio “A sujeição das mulheres”, de Stuart Mill para a edição germânica das obras reunidas de Mill que estava sendo organizada por Theodor Gomperz. Mas ele não chegou a se envolver pessoalmente e a intervenção de mulher dele não obteve resultado prático. Freud trabalhara arduamente na interpretação das causas pelas quais sua nomeação não saía. Ele valorizava o mérito e buscava uma explicação mais dentro de si do que no Outro. Quando desconectou o pedido do par

autonomia/submissão do sujeito⁵³, ousou assumir e sustentar o seu desejo; pedir por ele. Assim, Freud foi então buscar proteção na baronesa Marie Ferstel, Ela era esposa de diplomata e nora de Heinrich Ferstel que construía a nova universidade. A baronesa mediou a relação com Von Harte, então Ministro da Cultura em Viena. A baronesa, também analisanda de Freud, agiu rápido, entrou em contacto com Von Hartel, fez o pedido e prometeu-lhe em troca uma pintura de Arnold Böcklin para a “Galeria Moderna” que logo seria inaugurada e era a paixão de Von Hartel. Esse artista “*era aceito pelos tradicionalistas como um realista clássico e reverenciado pelos secessionistas como pioneiro da modernidade, pelas suas pinturas ligadas à vida e à morte*”⁵⁴. Ele fazia uma ponte entre os grupos que apoiavam e aqueles que rejeitavam o pintor Gustav Klimt. Certamente que um quadro de Arnold Böcklin cumpriria uma função política. Todavia o processo já andara; a baronesa não conseguiu o tão sonhado quadro e quando finalmente a nomeação saiu publicada pelo imperador, em março de 1902, outra pintura, de Emil Orlick, substituiu o Böcklin prometido. Desta vez, um dos pintores secessionistas mais conservadores⁵⁵.

Freud soube da notícia em primeira mão e pela baronesa, que foi logo avisada pelo ministro. O interessante a destacar é o quanto Arnold Böcklin evidenciava a questão de vida ou morte que fora, certamente, intensamente vivida por Freud por ocasião da realização desse desejo de ser docente universitário e em relação à figura paterna. Assim, a referência a Böcklin no conto “Páramo” se transforma numa poderosa metáfora referida ao desejo e à ética que lhe corresponde.

IV

Uma ocasião Guimarães Rosa disse que “*a estória não quer ser história*”⁵⁶, certamente para marcar o imaginário como traço presente, por exemplo, no conto ou no romance, e completou “*o livro pode valer muito pelo que nele não deveu caber*”⁵⁷.

Texto literário e contexto histórico se influenciam reciprocamente, mas não se reduzem um ao outro. A proposição de Jacques Lacan é a de que a realidade resulta da

⁵³ Ver Schorske, Carl (1989). *Viena fin de siècle: política e cultura*, São Paulo: Companhia das Letras. Especialmente o capítulo IV “Política e Parricídio”, p. 179-201.

⁵⁴ Ver Schorske, Carl (1989). Op. Cit., p.235.

⁵⁵ Ibidem, ibidem.

⁵⁶ Ver Prefácio do autor intitulado “Aletria e Hermenêutica”. In Rosa, João Guimarães (2001b). *Tutaméia (terceiras estórias)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 29.

⁵⁷ Ibidem, p. 40.

tríade RSI (Real, Simbólico, Imaginário). Esses três registros relacionam-se entre si como três aros entrelaçados onde o liame cortado entre um e outro aro desata os liames todos os aros e liberta os vínculos entre eles. Mas recordamos que a realidade não se confunde com o Real⁵⁸.

Assim, sublinhamos que o texto não se esgota no contexto. Todavia, podemos buscar no texto aspectos e rastros do contexto. E vice-versa para ambas as circunstâncias. Talvez, no limite, pudéssemos falar em história subjetivada presente, mais ou menos, na estória e a história, propriamente dita, presente no ofício do historiador como objetivo nunca alcançável.

O sufoco, o emparedamento, a angústia, a morte em vida, o exílio, o desterro, que falam da experiência subjetiva do protagonista parecem também ecoar o livro de poesia “Regreso de la muerte”, de Tomás Vargas Osório (1908 – 1941) publicado em 1939 nos “Cuadernos de Piedra y Cielo”, conforme sugere Vélez Escalón⁵⁹.

Vejamos esse fragmento:

*[...] ¿De qué trémula linde
retorno, el corazón maravillado?
¿Qué boscajes ilímites me dieron
la fresca miel de sus rumores blandos?
¿Qué pájaros quebraron en mi oído
sus divinos cristales encantados?
-¿Viajero, de dónde vienes que así sonríes callado?
¿Qué canción escucharon tus oídos, qué fruto gustaron tus labios?
¡Ah, que no era el reinado de la larva obscuro, yerto y hórrido! Que no
era el negro paraíso del gusano, sino una deleitosa primavera!
Libre de ceño adusto y descarnada sonrisa horrible, era la muerte bella
como la esposa deseada que a una pasión más pura nos convierte
[...]*⁶⁰.

E ao final do poema:

*[...] ¿Viajero, de dónde vienes, que así sonríes callado? ¿Qué canción
escucharon tus oídos, qué fruto gustaron tus labios?
-Vengo de la Comarca de la Muerte donde el rostro de Dios iluminado
se reflejó en mi corazón suspenso, por yelo y fuego suyos rescatado
[...]*

⁵⁸ Quinet, Antonio (1995). “O espelho e o quadro”, ver “O imaginário: narciso e o espelho”. In *Imagem Rainha* (parte I), EBP, Rio de Janeiro: Sete Letras.

⁵⁹ Vélez Escalón, Bairon Oswaldo (2012). Op. Cit., p. 65.

⁶⁰ Osório, Tomás Vargas (2008). *Regreso de la muerte*, Bucaramanga: Dirección Clutural, p. 27-33.

Parece-nos interessante que uma chama de esperança sustente esse retorno da morte, que não é mais do que o imaginário de ressurreição. Não é isso que o personagem de “Páramo” acaba por sustentar?

Pensamos que podemos ler “Páramo” desde o ponto de vista da estranheza inquietante vivida pelo protagonista enquanto estrangeiro, clandestino, intruso, alheio àquele território nas alturas. Daí porque fomos buscar o diálogo entre a tradução em espanhol e o conto em português. Temos em mira a recepção de uma escritura plena de neologismos e palavras novas inventadas por Guimarães Rosa. Também palavras em outros idiomas e mesmo alguns anacronismos. E há outros signos não fonéticos a serem recepcionados pelo tradutor. No caso, Bairon Oswaldo Vélez Escallon que, por um lado, sente-se homenageado uma vez que é colombiano e bogotano de nascimento; por outro lado, nem sempre reconhece em “Páramo” aquela que é a *sua* Bogotá. Assim, o autor terá que lidar com certa ambivalência presente em qualquer estrangeiro que um qualquer queira acolher e não rechaçar sem mais. É oportuno reproduzir o final das considerações feitas por Vélez Escallon ao fim das suas reflexões publicadas na Revista *Tusaaji - A Translation Review*, publicada em Toronto, Canadá.

*El intruso se introduce por fuerza, por sorpresa o por astucia; em todo caso, sin derecho y sin haber sido admitido de antemano. Es indispensable que en el **estranjero** haya algo del intruso, pues sin ella perde su ajenidad. [...] Es esto lo que se trata de pensar, y por lo tanto de practicar: si no, la ajenidad del **estranjero** se reabsorbe antes que este haya franqueado el umbral, y ya no se trata de ella. Recibir al **estranjero** también también debe ser, por cierto, experimentar su intrusión [...] [Cierta] corrección moral supone recibir al **estranjero** borrando em el umbral su ajenidad: pretende entonces no haber admitido en absoluto. Pero el **estranjero** insiste, y se introduce. Cosa nada fácil de admitir, ni quizá de concibir⁶¹.*

Agora vamos substituir toda vez que aparece a expressão “estranjero” pela expressão “muerte”:

*El intruso se introduce por fuerza, por sorpresa o por astucia; em todo caso, sin derecho y sin haber sido admitido de antemano. Es indispensable que em la **muerte** haya algo del intruso, pues sin ella perde su ajenidad. [...] Es esto lo que se trata de pensar, y por lo tanto de practicar: si no, la ajenidad de la **muerte** se reabsorbe antes que este haya franqueado el umbral, y ya no se trata de ella. Recibir la **muerte** también también debe ser, por cierto, experimentar su intrusión [...] [Cierta] corrección moral supone recibir la **muerte** borrando em el umbral su ajenidad: pretende entonces no haber admitido en absoluto. Pero la **muerte** insiste, y se introduce. Cosa nada fácil de admitir, ni quizá de concibir.*

⁶¹ Nancy, Jean-Luc (2006). *El Intruso*, Buenos Ayres: Amorrortu, p. 11-13 *apud* Vélez Escalón, Oswaldo Bairon (2012). *Op.Cit.*, p. 71.

Estrangeiro e morte tem, pois uma certa equivalência. É a chave da questão. A morte aparece sempre como intrusa; não a desejamos, não a queremos. Mas ela é invasora e se impõe com sua exterioridade. Com S. Freud poderíamos chamar isso de *Das Unheimlich* que Paulo Cesar de Souza⁶² traduz como “o estranho inquietante”. A ambivalência com que a tradução hispânica recepciona um texto estrangeiro como “Páramo” é a mesma com que cada leitor recepciona a experiência de des-subjetivação vivida pelo protagonista enquanto “morte imperfeita”. Já para Marco Casanova, tradutor de *Zorn und Zeit*, de Peter Sloterdijk, e seguindo-se o sentido etimológico da palavra

unheimlich designa aquilo que não (un-) pertence à terra natal (Heim), aquilo diante do qual não nos sentimos em casa. Por isso, o termo também abarca de maneira derivada o significado de algo desconhecido, lúgubre e inquietante, assim como de algo ingente, gigantesco. Para preservar a riqueza desse termo em sua dimensão mais original, escolhemos a palavra ‘descomunal’ porque ela também descreve a experiência de um confronto com algo fora do comum e abarca alguns dos matizes significativos do original⁶³.

Esse caráter invasor da “morte imperfeita”, fiel à expressão de Guimarães Rosa, tem algo de descomunal. A experiência dessa morte é algo da vivência funda de um sofrimento que não acaba, mas que de repente muda e transforma-se em alegria das mais genuínas.

Enquanto tal não ocorre, temos a angústia. Para Elias Canetti “a hipocondria é o troco miúdo da angústia e a angústia, para distrair-se, procura e encontra nomes”⁶⁴. Todavia, para Manoel Berlinck, o “entranho inquietante” aparece na clínica como “obscuro surpreendente”. E uma tal relação com esse “obscuro surpreendente” afastaria o “conhecimento objetivo, afastaria igualmente o conhecimento intuitivo e o conhecimento por fusão mística. O conhecimento como neutro, diz o autor, pressuporia uma *relação* estranha a toda exigência de identidade e de unidade, ou mesmo de presença”. Assim, [...]

[...] relacionar-se com o obscuro surpreendente sem desvelá-lo significa muito precisamente que o enigmático no neutro não pertence à luz. Pertence a uma ‘região’ estranha a essa, a descoberta que se realiza na e pela luz. O obscuro surpreendente não cai sob o olhar, sem estar, no entanto, escondido do olhar:

⁶² Paulo Cesar de Souza é o tradutor de Freud para a obra de Freud pela Companhia das Letras, São Paulo.

⁶³ Ver a tradução de Marco Casanova para *Zorn und Zeit*, de Peter Sloterdijk, São Paulo: Estação Liberdade, 2012. Especialmente p. 11 nota 1 do tradutor.

⁶⁴ Canetti, Elias Canetti (1988). *O outro processo (as cartas de Kafka a Félice)*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. Ver ainda Zischler, Hanns (2005). *Kafka vai ao cinema*, Rio de Janeiro: JZE

nem visível, nem invisível ou, mais exatamente, desviando-se de todo o visível e de todo o invisível. O obscuro surpreendente, aquele para o qual a clínica nos desperta, é muito mais imprevisível do que pode sê-lo o futuro, mesmo 'o futuro não predito', pois tal como a morte ele escapa a toda apreensão, exceto à fala, mas na medida em que esta não é uma apreensão, não é uma captura. Eis então o essencial na clínica: falar o obscuro surpreendente, acolhe-lo na fala mantendo-o obscuro é precisamente não apreendê-lo, não compreendê-lo, é recusar-se a identificá-lo por essa captura 'objetiva' que é a visão, a qual captura, embora à distância. Viver com o obscuro surpreendente diante de si (o que significa dizer também: viver diante do obscuro e diante de si como obscuro) é entrar nessa responsabilidade da fala que fala sem exercer qualquer forma de poder, inclusive esse poder que se realiza quando olhamos, já que, olhando, mantemos sob nosso horizonte e em nosso círculo de visão - na dimensão do visível/invisível - aquilo e aquele que está diante de nós. Clinicar é, sem vínculo, vincular-se ao obscuro surpreendente e perigoso, ao caso clínico como fundamento da terapia e da pesquisa psicopatológica⁶⁵.

Nos termos propostos por J. Lacan e aludindo à clínica em intenção (*intención*) versus a clínica em extensão (*extensión*), poderíamos dizer que um conto literário como esse "Páramo" nos solicita em igual medida a vincularmo-nos, sem vínculo, ao obscuro surpreendente e perigoso da des-subjetivação como morte imperfeita?⁶⁶

Mas devemos recordar que a Escola dos *Annales* já propunha desde o início do século XX uma aproximação do *pathos* ao *ethos*. Ela propôs tanto o uso da antropologia e da sociologia (Durkheim), quanto da psicologia coletiva (Charles Blondel). Em "Apologia da História", Marc Bloch nos assegura "o gosto pelo estranho e a volúpia das coisas singulares que mobiliza a pesquisa histórica e se configura como uma busca do Outro dentro de nós mesmos"⁶⁷.

A história [...] tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é mais que qualquer outro feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças ao seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se orna de sutis deduções do estranho (...) Resguardemo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia. Resguardemo-nos, sobretudo, já surpreendi essa sensação em alguns, de enrubescer por isso. Seria uma espantosa tolice acreditar que, por exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela devesse ser menos capaz de satisfazer também nossa inteligência⁶⁸.

⁶⁵ Berlinck, Manoel Tosta (2012). "O Neutro". In *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 183-199.

⁶⁶ Cerqueira Filho, Gisálio (2006). Op. Cit.

⁶⁷ Cerqueira, Marcelo Neder (2012). *História da Memória, Tradição Oral e Vídeo História: reflexões metodológicas*, PPGH/ICHF-UFF, Niterói. Mimeo.

⁶⁸ Bloch, Marc (2002). A Apologia da História ou o Ofício do Historiador, Rio de Janeiro: Zahar, p. 44 *apud* Cerqueira, Marcelo Neder (2012). Op. Cit., p. 28.

V

Multiplicam-se sentimentos e palavras para dar conta desta “emoção inconsciente”⁶⁹ de um mundo funéreo desconhecido, que você, todavia, não pode conceber. Dramática contradição, onde:

*Todos se castigam. É terrível estar morto, como às vezes sei que estou – de outra maneira. Com essa falta de alma. Respiro mal; o frio me desfaz. É como na prisão de um espelho. Num espelho em que meus olhos soçobraram. O espelho tão cislúcido, somente. Um espelho abaixo de zero*⁷⁰.

Por vezes, entretanto, devemos estar atentos para o absoluto da solidão. Não eram apenas a circunstância e a vivência de encarceramento naquelas alturas. Era mais, era o sentimento de dilaceração do “Eu” intensamente vivido.

*Entre os que eram meus, que tinham sido em outro tempo, tão recente, algum tanto meus – parentes, amigos, companheiros, conhecidos – haviam ficado alhures, imensamente em não, em nada, imensamente longes, eu os tinha por perdidos. E tudo parecia para sempre, trans muito, atrás através. Sei que era a morte – a morte incoativa – um gênio imóvel e triste, com a tocha apagada voltada para baixo, e na ampulheta, o vagaroso virar do tempo; e, eu, menino triste que a noite acariciava*⁷¹.

Ainda assim, a hipótese da superação não estava totalmente excluída. Por isso o alento quando adiante encontra “em sotaina, sob a chuvinha (...) um padre pequeno, baixote, sob imenso guarda-chuva (...) que, em sua loucura, dera para usar somente objetos de tamanho enorme. E gritava: Y olé y olé!”⁷² Seguia-lhe um cortejo fúnebre que, no imaginário, seria formado de:

*[...] confessores, de lábios finos; a viúva dos malefícios; o cavaleiro equiparado, o frade moço que não pode esquecer da mulher amada (...) condenado prisioneiro perpétuo num aljube; os homens que recolhem os corpos mortos das rainhas e princesas, no podridero do Escorial; o fabricôco de capuz*⁷³.

Não sem razão, projeta então uma imagem forte: “(...) pinto aquele da XII lâmina do Tarô, o homem enforcado – o sacrifício voluntário, gerador de forças, esse é o que me representa”. A carta XII do Tarô contém um complexo simbolismo, mostrando a imagem de um homem suspenso por um dos pés, amarrado em uma viga de madeira, apoiada

⁶⁹ Freud, S. (1996). “O Inconsciente”. In: *História do Movimento Psicanalítico*, trad. Jayme Salomão, Rio de Janeiro: Imago, v. 14, p. 165.

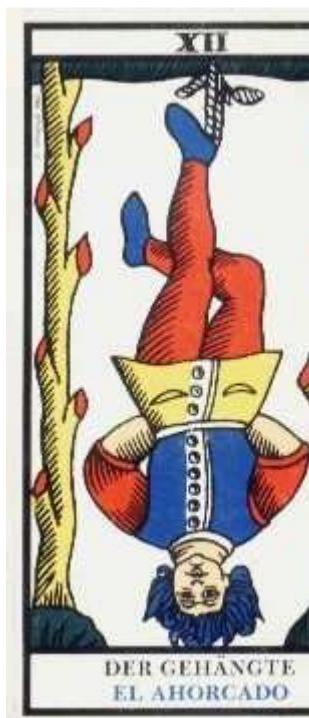
⁷⁰ Rosa, João Guimarães (2001a). “Páramo”. Op. Cit., p. 276.

⁷¹ Ibidem, p.269.

⁷² Ibidem, p. 275

⁷³ Ibidem, p. 275.

entre duas árvores, e cada uma com seis ramos cortados, significando o mundo material. O que chama mais atenção é o ar reflexivo da figura, sempre presente em todas as representações dessa carta. O enforcado não o é pelo pescoço, e sim pelo pé, e mantém os olhos abertos e, numa visada, quebra-se o sinistro da morte por enforcamento. Daí a hesitação entre os tarólogos. Abaixo a XII carta do Tarô: o Enforcado.



As interpretações dos tarólogos variam: para alguns, a carta é sempre negativa, pois indica um período de inércia, ou de hesitação. Também revela apego a ideias pré-concebidas, e visão distorcida das coisas. Mas há, por outro lado, leituras positivas segundo as quais a carta indicaria um período de reflexão, ou um tempo de recolhimento necessário a novas definições de rumo. Esse sentido positivo parece mais rico. Ao invés da morte por asfixia esperável no enforcamento, temos uma inversão de sentido na leitura da carta, como é invertida a figura pendurada. Colocar a cabeça em baixo e não em cima, ou virar as coisas de cabeça para baixo pode sugerir tanto a perda de prestígio do pensamento, como a necessidade de olhar de outro ângulo. Nesse sentido, a visão distorcida vista como problema pela leitura negativa da carta pode se revelar positivamente como um modo novo de ver. Essa leitura representa melhor (a meu ver), o texto de Rosa⁷⁴.

⁷⁴ Pereira, Maria Luiza Scher (2007). "O Exílio em "Paramo" de Guimarães Rosa: dilaceramento e superação". In *Psicanálise & Barroco – Revista de Psicanálise*, v.5, n.1, p. 18.

VI

“O samba é meu dom / É no samba / que eu quero morrer, / de baquetas nas mãos”⁷⁵. Não é esse o último desejo do artista? E também o do intelectual? Morrer abraçado no seu dom? Guimarães Rosa protagonizou esse recôndito do desejo, mas não pode realizar no personagem de “Páramo”. Afinal, de “morte imperfeita” se tratava. As baquetas estão para as últimas batidas de samba como o enigmático livro e correspondente última leitura estão para os últimos suspiros.

O personagem parece assegurar veracidade a Karl Marx redivivo. O pensador, filósofo e estudioso da Economia Política já dissera que todas as gerações mortas parecem oprimir como um pesadelo os cérebros dos vivos. Tal o sentimento vivido pelo protagonista nos páramos da cordilheira andina e para o qual concorria a neblina, o vento, a altitude, o ar rarefeito, a angústia da solidão. Acostumara-se, contudo, aquele sofrer. Chorava e muito, com bastante constância. O médico judeu que o medicara, já prevenira que isso ocorreria, fruto do *soroche*. Dissera-lhe inclusive que, na circunstância, faria bem não segurar o pranto. Que chorasse e que desse caminhadas a passos pequenos. Faria bem naquelas alturas. Assim fizera e, a despeito de tudo, se não se acostumava àquela experiência, tinha em mente a possibilidade de “*levantar o desterro, conseguir a desassombração*”⁷⁶. A esperança não o deixara. Isso, não! E de uma forma inesperada, desde quando se aplicara à noção de que um morto não poderia temer mais as adversidades futuras, mas apenas o morrer mais ... eis que vislumbrara a estrela-da-guarda, a *sua* estrela-da-guarda. Como surge a esperança? Sofria ainda, mas esperava ...⁷⁷. Não se intromete aí o impossível do Real lacaniano? Numa das crises inopinadas de choro que sempre diminuía a opressão do coração, fizera-se como um fantasma, pois as lágrimas não paravam de saltar dos olhos e correr pelas faces, boca, abundantes. Repentinamente fora salvo de maiores constrangimentos. Um pequeno alvoroço de pessoas, perguntas interrogativas, falatório, indicava que pelo meio da rua vinha um cortejo de enterro.

Vira ali a oportunidade de chorar sem vergonha ou temor, pois umas vinte pessoas participavam daquela espécie de procissão fúnebre, das quais quatro carregavam o

⁷⁵ Neves, Wilson das; Pinheiro, Paulo e Cesar (1996). “O samba é o meu dom”. In *Toque de Prima*, Rio de Janeiro: Velas. Faixa 12.

⁷⁶ Rosa, João Guimarães (2001a). “Parámo”. Op.Cit., p. 277.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 277

pequeno ataúde. Mas querendo não ser notado, colocou-se “o mais atrás, após todos, como um cachorro”⁷⁸. Não um cão de raça, mas um desses cachorros vira-latas que costumam surgir quando menos esperamos.

A cena como um todo, ele representava-a como “um capricho de Goya”.⁷⁹ *Los Caprichos* são um punhado de oitenta gravuras do pintor espanhol Francisco Goya. Elas apontam para uma forte sátira da sociedade espanhola de fins do século XVIII. E de algum modo ele era parte daquilo: de roupas diferentes, logo vão perceber que ele é estrangeiro, de classe social diversa, está sem chapéu e ainda porta um livro. O protagonista toma a si a circunstância toda. “Agora, choro por mim, por mim que estou morto, (choro) por todos os mortos e insepultos [...]”.

A presença do protagonista nesta caminhada que, por fim, chega ao Cemitério Central, acaba por devolver-lhe a consciência plena. De súbito, num átimo de segundo, ele está agora bem desperto e percebe-se querendo se safar daquele “*insaluto hospite*”⁸⁰. Pretende agora escapular e assim define o campo santo em que chegara:

*O lugar onde eu viera esconder-me, meu transfúgio, era um ponto fechado entre lápides e ciprestes, quase um ninho, só o exigido espaço, folhagem e pedra mausoléia, em luz oblíqua, em suma paz. Tudo ali perdera o sentido externo e humano, nem mesmo podia eu ler os nomes nos tituleiros, com as letras meio gastadas do uso do tempo. Nenhuma voz, nenhum som. Sim, eu me recolhera a um asilo em sagrado, passava-se em mim um alívio, de nirvana, um gosto de fim*⁸¹.

Podemos presumir que o conto chegava ao fim. A *imperfeita morte*, sob a forma de uma ansiedade sem fim, configurara-se num *pathos* peculiar. Como então podia sentir-se tranquilo? A visão final rememora Arnold Böcklin e sua pintura insular: as lápides, os ciprestes enfileirados, a mausoléia em pedra, o foco de luz. Teria razão Eurípedes? “*Não me surpreenderia, com efeito, fosse verdade: quem sabe a vida é uma morte, e a morte uma vida?*”⁸².

De fato, estamos diante de um anticlímax. Poderia ficar ali “num sossego infinito, imperturbado dos homens”⁸³. O protagonista julga então que chegara o momento de abrir o livro que trouxera consigo e até então não conseguira nem folheá-lo. Um livro que comprara por tão baixo preço, alguns centavos. A hora de abri-lo era essa. Que segredo o

⁷⁸ Ibidem, p. 285

⁷⁹ Ibidem, p. 286.

⁸⁰ Rosa, João Guimarães (2001a). “Parámo”. Op.Cit., p. 287.

⁸¹ Ibidem, p. 287.

⁸² Citação de Platão in *Geórgicas* que precede o conto Parámo,

⁸³ Ibidem, p. 288.

aguardava? Que mensagem o destino lhe reservava? Pensava sôfrego em tudo isso, entretanto, acaba por dizer resolutamente a si mesmo: não... ainda não; faria melhor, faria o sacrifício de abandoná-lo. Vale dizer, sem ler sequer uma de suas páginas. Foi o que fez. Largou o volume aos cuidados do imaginário de Bocklin, pois que o deixou à sombra de um cipreste verde-escuro e de uma lousa funérea. Estava, por fim, prestes a sair pelo portão do cemitério.

Nesse exato momento, eis que surge um dos passantes que acompanhara o cortejo: era homem “alto, magro, moço, tinha o ar lhanho e decidido”.⁸⁴ O diálogo é resumido em pouco mais de uma indagação crucial: “Señor, a usted se le há perdido esto...”⁸⁵. E estende-lhe o livro. Agora, a despeito de tudo, ali estava o livro, tal qual uma esfíngie a observá-lo. O personagem abre o livro ele ao acaso e surpresa ...

[]
[]
[]
[]

Nada escrito na obra de Rosa. O que se segue é um espaço em branco, que o autor não chegou a preencher. As últimas frases são: “(...) eu voltava para o que nem sabia se era vida ou se era a morte. Ao sofrimento, sempre. Até o momento derradeiro que não além dele, quem sabe?”

O mistério do livro permanecerá para sempre. Qual seria o livro? Qual página fora aberta? Qual fragmento seria lido no Cemitério Central? Esse espaço restou em branco porque Guimarães Rosa não teve tempo para concluir e completar, em face da morte súbita? Ou o autor poderia pretender o fim do suspense devolvendo ao leitor o preenchimento desse espaço lacunar. O livro como um caderno em branco?

Certamente esse livro misterioso para sempre pode valer muito pelo que nele não deveu caber...

Entretanto, retornamos à citação de Platão recolhida por Eurípedes nas *Geórgicas*: “não me surpreenderia, com efeito, fosse verdade: quem sabe a vida é uma morte, e a morte uma vida?”

⁸⁴ Ibidem, p. 289.

⁸⁵ Ibidem, ibidem.

As *Geórgicas* são um conjunto de quatro livros escritos por Virgílio (70 a.C. – 19 a.C.), cada um deles com cerca de quinhentos versos. E é o mesmo Virgílio quem faz uma referência indireta nas *Geórgicas* que muitos estudiosos sugerem seja em relação a Lucretius (99 a.C. – 55 a.C.) e ao volume “A Natureza das Coisas”, de sua autoria⁸⁶: “*Felix, qui portuit rerum cognoscere causas Atque metus omnis et inexorable fatum Subiecit pedibus strepitunque Acherontis avar*”⁸⁷.

Acqueronte pode ser aqui uma pista para a conclusão final. Trata-se de um rio do “mundo inferior”, que Virgílio, e também Lucrécio, usam como símbolo da vida após a morte⁸⁸.

No dia 17 de julho de 1899, S. Freud relatara através de carta ao seu amigo e confidente, Fliess, que escolhera o lema, isto é a citação de abertura, para o seu livro “A interpretação dos sonhos” que seria publicado no início do século XX e iria revolucionar o pensamento científico e mesmo a história social da cultura, especialmente no Ocidente⁸⁹. Tratava-se da legenda latina ***Flectere si nequeo superos, Acheronta movebo*** (se não posso dobrar os poderes superiores, moverei o inferno, ou seja, o Rio Aqueronte). São palavras retiradas da “Eneida”, de Virgílio, e pronunciadas por Juno, protetora divina da semita Dino, contra Enéas, fundador de Roma. Não tendo conseguido dobrar os superiores poderes de Júpiter, conseguindo consentimento para que Eneas desposasse Dino, Juno invoca Aleto, Fúria do inferno, para desencadear emoções possessivas de sexo e ataque militar no lado de Enéas e seus aliados. A descrição de Virgílio é aterradora: trata-se de um monstro bissexuado, na verdade uma mulher fálica; semelhante a uma Górgona fervilhante de serpentes negras e retorcidas. No livro “A interpretação dos sonhos”, Freud não oculta, antes assinala que com esta comparação legendária ele quer representar as pulsões reprimidas.

Esta citação de Virgílio, que funciona como uma espécie de senha para falar do emprego de meios ameaçadores com implicações fortes de mudança, já fora utilizada anteriormente pelo pensador socialista Ferdinand Lassalle, na página de rosto do volume

⁸⁶ Virgílio. *Geórgicas*. 2490-92.

⁸⁷ “Abençoado quem conseguiu encontrar a causa das coisas
E pisoteou todos os medos e os inexoráveis fados
E o rugido do cupido Acqueronte”.

⁸⁸ Veja-se Gale, Monica (2009). *Virgil and the Nature of Things: The Georgic Lucretius. And the Didactic Traditio*, Cambridge: Cambridge University Press *apud* Stephen Greenblatt. *The Swerve: How the world became modern*. Vencedor do Premio Pulitzer de 2012.

⁸⁹ Cerqueira Filho, Gisálio (2002b). “Freud, a cultura e a política”. In *Revista Pulsional de Psicanálise*, São Paulo, ano XV, n. 155, março, p. 55-66.

de sua autoria e intitulado “A Guerra italiana e a tarefa da Prússia” (1859). Não se sabe se Freud apreciava ou até se teria lido esta obra. De todo modo, na referida carta a Fliess ele menciona que estava levando “Lassalle para as férias de verão” e é muito provável que fosse esta obra. Embora Freud não a mencione diretamente, e tão somente refira-se a Lassalle, fato é que coletâneas de textos políticos de Ferdinand Lassalle circulavam à época, e pelo menos uma, organizada por Erich Blum, incluía a “Guerra Italiana e a tarefa da Prússia” e fora publicada em Leipzig, 1899, ocasião em que Freud concluía nos arredores de *Grinzing*, Viena, no castelo de *Bellevue*, o manuscrito “A interpretação dos sonhos”. Claro, Freud não precisava de Lassalle para referir-se a Virgílio, pois conhecia bem “Eneida”, mas não deixa de ser um indício sugestivo, até mesmo como sintoma, na linha do que propõe a metodologia indiciária. Esta afinidade eletiva entre o ativista, militante político Lassalle e o médico psicanalista Freud, que como Édipo, realiza busca pessoal, moral e intelectual, aparentemente alheio à política e ao fato de que Édipo era um rei.

Precisamente por aqui, no real, no real da realeza – o que de mais imaginário neste simbólico? – se pega a intrincada tríade “lacaniana” RSI (Real, Simbólico, Imaginário), um dos fios da meada na relação entre psicanálise e política, Édipo e poder, *Oedipus Rex* na plenitude da cultura grega, fratura exposta na tragédia de Sófocles. Mas com certeza as afinidades eletivas entre Lassalle e Freud não se esgotam na coincidência da citação evocada de Virgílio. Em ambas as obras política e psicanálise se atam e desatam, encontram-se e desencontram-se em temas, questões, preocupações e ansiedades políticas de fim do século XIX que atestam a “catexe de Lassalle” e as “opções políticas de Freud”; assim mesmo, invertidas expressões a consagrar o fluido intercâmbio entre preferências político-ideológicas e vivências afetivas inscritas na matriz edipiana.

A nossa hipótese principal é essa: O protagonista de “Páramo” atesta a “catexe de Joãozito”.

Todavia, sintam-se o leitor completamente à vontade para escrever no espaço em branco que João Guimarães Rosa não preencheria... Um texto pessoal que o grude ao real, até que a morte sobrevenha. De nossa parte, bem poderia ser um fragmento de poema que, ao acaso encontramos e compramos por uns poucos francos, às margens do Rio Sena, em Paris. Dizia assim:

Ghislaine
Prénom germanique
qui signifie otage.
Les Ghislaine ne sont pas /
des martyres mais des fi-
gures de proue. /
Elles seront des modè-
les dans leur travail.
Une vie prometteuse
et remarquée.

O poema vinha enquadrado por arabescos a bico-de-pena em cor de carvão, com desenhos florais em violeta, vermelho, azul, rosa, em flores, pétalas e botões. Mas a estória não se finda ou não quer se finar. Ela quer ser história e então pulsa no oco do desejo mais recôndito, sustentando a vida.

Anos mais tarde, manhã de um dia ensolarado, estando em *Isla Negra*, “templo sagrado” de Dom Pablo, eis que me deparo com uma explicação para a expressão “refém”, resignificada no conjunto de carrancas que o poeta colecionou durante a vida hoje expostas no museu Pablo Neruda.

São máscaras femininas, algumas mostram seios desnudos, aludindo a variadas imagens figurativas, talhadas na proa de embarcações antigas e contemporâneas. São referidas a mulheres destinadas a “abrir os caminhos do destino” de barcos e barqueiros a enfrentarem perigos e perigos, reais ou imaginários, nos mares e rios do mundo.

“Les Ghislaine ne sont pas / des martyres / mais des figures de proue”. Então, eu retornava a Santiago de Chile desde Viña Del Mar. Levara comigo um Neruda, “Los Versos del Capitán”. Com ele atravessara a Cordillera, procedendo de Mendoza. Tanto me entusiasmara, a ponto de eu próprio ousar rabiscar com letra hesitante um poema autoral qao qual dei por título “Mascarón” (Carranca).

Esse seria o meu complemento para o que de lacunar restou no conto “Páramo” de João Guimarães Rosa...

Alguns modelos de carrancas



Da esquerda para direita: Fig. 1 Jenny Lind, Fig. 2 Guilhermina; ambas fotografias de Hilde Krassa; Fig.3 Living da Casa. Todas correspondem a cartões postais da Casa-Museo Isla Negra, Chile.

Referências

Almeida, Leonardo Vieira de (2011). *Veredas do Grande Conto: a descoberta do sertão em Guimarães Rosa*, Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO & Uapê.

Andrade, Carlos Drummond de (2002). "A Máquina do Mundo". In *Folha de São Paulo, Mais!*, 27 out., p. 20.

Berlinck, Manoel Tosta (2012). "O Neutro". In *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 183-199.

_____ (2010). *O Método Clínico: projeto temático de pesquisa*, São Paulo, CNPq. Mimeo.

_____ (2008a). “Anotações do curso sobre o Método Clínico”. In *III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental*, 04 a 07 de setembro, Niterói, RJ.

_____ (2008b). *Psicopatologia Fundamental*, São Paulo: Escuta.

_____ (Org.) (2005). *Obsessiva Neurose*, São Paulo: Escuta.

Bloch, Marc (2002). *A Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro: Zahar.

Buck-Morss, Susan (2000). *Dreamworld and Catastrophe: The Passing of Mass Utopia in East and West*, Cambridge: MIT.

Cadernos de Literatura Brasileira (2006), Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, n. 20 e 21: João Guimarães Rosa.

Campos, Haroldo de (1970). “A linguagem do lauretê”. In *Metalinguagem*, 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, p. 47-53.

Canetti, Elias (1988). *O outro processo (as cartas de Kafka a Félice)*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.

Carpentier, Alejo (1987). *A harpa e a sombra*, Rio de Janeiro: Bertran do Brasil.

Cerqueira, Marcelo Neder (2012). *História da Memória, Tradição Oral e Vídeo História: reflexões metodológicas*, PPGH/ICHF-UFF, Niterói, 2012. Mimeo.

Cerqueira, Marcelo Neder & Cerqueira Filho, Gisálio (2007). “Vulnerabilidade Psíquica e Poder: sobre Arthur Schnitzler”. In *Latin America Journal of Fundamental Psychopathology on line*, n. 1- 1/22, maio.

Cerqueira Filho, Gisálio (2011). “Amor & Morte em Arthur Schnitzler”. In *Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, jan./abr., p. 142 -164.

_____ (2009). *O Afeto é Político*. Tese de Concurso para Professor Titular de Teoria Política na UFF (ICHF), Niterói.

_____ (2006). *Ecos de Strindberg: Dor e Medo na Clínica em Extensão*. In *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro: PUC-RIO, v.18, n.1, p. 123-135.

_____ (2005). *Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta.

_____ (2002a). *Édipo e Excesso*, Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.

_____ (2002b). “Freud, a cultura e a política”. In *Revista Pulsional de Psicanálise*, São Paulo, ano XV, n. 155, março, p. 55-66.

_____ (1982). *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cerqueira Filho, Gisálio; Neder, Gizlene (2000). *Emoção e Política*, Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.

Cordovez-Moure, José Maria (1962). *Reminiscencias de Santa Fé y Bogotá*, Madrid: Aguillar.

Costa, Ana Luiza Martins (2006). “Veredas de Viator”. In *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, n. 20/21, p. 10-58.

Decol, René Daniel (2006). “Uma certa Aracy, um certo João”. In *Revista GOL – Linhas Aéreas*, Secção “Gente”, p. 71-74.

Didi-Huberman, Georges (2012). *Imagens apesar de tudo*, Lisboa: KKYM.

_____ (2011). *O que nós vemos, o que nos olha*, Porto: Dafne Editora.

_____ (2009). *La imagen superviviente*, Madrid: Editorial Abada.

Drumond, Josina Nunes (2008). *As Dobras do Sertão: palavra e imagem – O neobarroco em Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa, e Imagens do Grande Sertão, de Arlindo Daibert*, São Paulo: Annablume.

Freud, S. (1996). “O Inconsciente”. In *História do Movimento Psicanalítico*, trad. Jayme Salomão, Rio de Janeiro: Imago. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud; v. 14).

_____ (1987). *Neurose transferência: uma síntese*, Rio de Janeiro: Imago.

Galvão, Walnice Nogueira (2008). *Mínima Mímica: ensaios sobre Guimarães Rosa*, São Paulo: Companhia das Letras.

Ginzburg, Carlo (2006). *Medo, Reverência e Terror: Reler Hobbes Hoje*, Laboratório Cidade e Poder, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Tradução de Luiz Fernando Franco.

_____ (1990). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo: Companhia das Letras.

Heidegger, Martin (2003). *A caminho da linguagem*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Neves, Wilson das; Pinheiro, Paulo e Cesar (1996). “O samba é o meu dom”. In *Toque de Prima*, Rio de Janeiro: Velas. Faixa 12.

Osório, Tomás Vargas (2008). *Regreso de la muerte*, Bucaramanga: Dirección Clutural.

Pereira, Maria Luiza Scher (2007). “O Exílio em “Paramo” de Guimarães Rosa: dilaceramento e superação. In *Psicanálise & Barroco - Revista de Psicanálise*, v. 5, n. 1, p. 7-21.

Pérez-Ricón, Hector (2012). *El Pathos Corporeo em la Obra Pictórica de Julio Galán*. Conferência pronunciada no V Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, 06 de setembro, Fortaleza.

_____ (2010). “Literatura e Psiquiatria”. In *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 13, n.3, p 391-394.

Quinet, Antonio (1995). *Imagem Rainha* (parte I), Escola Brasileira de Psicanálise, Rio de Janeiro: Sete Letras.

Reguera, Isidoro (2010). “Abby Warburg: Inventor del museo virtual”. In *El Pais, Babelia*, Madrid, n. 962, 01 maio.

Rodrigues, Márcia Barros Ferreira (2008). *Ethos e Pathos: Violência e Poder em Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre*. Projeto de Pós-doc. – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Rosa, João Guimarães (2006). *Grande Sertão: Veredas*. Edição comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ (2001a). “Páramo”. In *Estas Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 261-290.

_____ (2001b). *Tutaméia (terceiras estórias)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Said, Edward (1993). *A representação do Intelectual – Conferências Reith*, São Paulo: Companhia das Letras.

Santiago, Silvano (2012a). “Preste atenção!” In *O Estado de São Paulo, Sabático*, 23 jun.

_____ (2012b). “Soroche o mal das alturas”, artigo instigante publicado. In *O Estado de São Paulo, Suplemento Sabático*, 21 jul., p.2.

Schollhammer, Karl Erich (2012). “A sobrevivência de Aby Warburg”. In *O Globo, Caderno Prosa e Verso*, Rio de Janeiro, 08 set., p. 5.

Schorske, Carl (1989). *Viena fin de siècle: política e cultura*, São Paulo: Companhia das Letras.

Sobral, Luis Felipe (2012). “No rastro de Piero”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 217-220.

Taboada Terán, Nestor (1977). *Manchay Puytu: El amor que quiso ocultar a Dios*, Buenos Ayres: Editorial Sudamericana.

Tadié, Jean-Yves (2012). *Le lac inconnu - entre Proust e Freud*, Paris: Gallimard.

Torres Fierro, Danúbio (2012). "Romance entre o arcaico e o moderno". In *O Estado de São Paulo, Suplemento Sabático*, 18 ago., p. 6-7.

Vargas Osório, Tomás (1983). *Regreso de la muerte*, Bogotá: Concultura.

Vélez Escalón, Bairon Oswaldo (2012). "Intrusões: Guimarães Rosa-Bogotá: notas para uma tradução de Páramo". In *Revista Tussaji*, v. 1, p. 58-73.

_____. (2011). "Páramo", tradução do texto de João Guimarães Rosa. In *Revista Número 69*, p. 20-33.

Warburg, Aby (2012). *O nascimento de Vênus e a A Primavera de Sandro Botticelli, (1891)*, tradução para o português de A. Mourão, Lisboa: KKYM.

Zischler, Hanns (2005). *Kafka vai ao cinema*, Rio de Janeiro: JZE.

Zizek, Slavoj (2012). *Less Than Nothing: Hegel and The Shadow os Dialectic Materialism*, London: Verso.

_____. (2010). *Living in The End Time*, London: Verso.

_____. (2002). *The Frágil Absolute*, London: Verso.

Recebido para publicação em dezembro de 2012.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.

**PAPEL DOS GESTORES NA MUDANÇA CULTURAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO ESTADO: O CASO DA MERITOCRACIA**

**PAPEL DE LOS GESTORES EN EL CAMBIO CULTURAL DE LA ADMINISTRACIÓN
CENTRAL DEL ESTADO: EL CASO DE LA MERITOCRACIA**

**MANAGERS' ROLE IN THE CULTURAL CHANGE TO HAVE OCCURRED WITHIN
PORTUGUESE PUBLIC ADMINISTRATION: THE CASE OF MERITOCRACY**

**LE ROLE DES GESTIONNAIRES DANS LE CHANGEMENT CULTUREL DE
L'ADMINISTRATION PUBLIQUE AU PORTUGAL : LE CAS DE LA MERITOCRATIE**

管理者在国家中央行政文化的变化中的作用: 能人统治研究

DOI: 10.5533/1984-2503-20135202

João Bilhim¹

RESUMO

A influência da *New Public Management* (NPM) na reforma administrativa em Portugal e, em particular, no que toca à introdução de maior racionalidade técnica nos processos de gestão pública é amplamente reconhecida (Mozicafredo, 2000); (Bilhim, 2008); (Rocha, 2011). Foram muitos os governos que, nos países da OCDE, tomaram iniciativas idênticas. Todavia, a literatura sobre a reforma administrativa apresenta bastante evidência da resiliência das burocracias institucionais ao controlo dos gestores e à mudança (Burns e Stalker, 1961); (Bjur e Caiden, 1978); (Bilhim 1995, 2010). Por outro lado, a sociologia da gestão tem ajudado a identificar e compreender a imagem platónica do gestor - executor racional do sistema de planificação e controlo de uma estrutura organizacional, adaptável rapidamente à envolvente – transmitida pela retórica da ideologia tecnocrata (Reed, 1989). Este artigo quer contribuir para o debate sobre o papel do gestor público na mudança da cultura organizacional, a partir do caso da meritocracia.

Palavras-chave: Cultura Organizacional, Gestão Pública, Mudança Organizacional.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL) (1993). Atualmente é presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública. Professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa; investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas CAPP/ ISCSP/UTL.
E-mail: bilhim@iscsp.utl.pt

RESUMEN

La influencia de la *New Public Management* (NPM) en la reforma administrativa en Portugal y, en particular, en lo que se refiere a la introducción de una mayor racionalidad técnica en los procesos de gestión pública está ampliamente reconocida (Mozicafredo, 2000); (Bilhim, 2008); (Rocha, 2011). Muchos fueron los gobiernos que, en los países de la OCDE, tomaron medidas idénticas. Todavía hoy, la literatura sobre la reforma administrativa muestra muchas evidencias de la resiliencia propia de las burocracias institucionales al control de los gestores y a los cambios (Burns e Stalker, 1961; Bjur e Caiden, 1978; Bilhim 1995, 2010). Por otra parte, la sociología de la gestión ha contribuido a identificar y comprender la imagen platónica del gestor – ejecutor racional del sistema de planificación y control de una estructura organizativa, adaptable rápidamente al entorno – transmitida por la retórica de la ideología tecnócrata. Este artículo pretende contribuir al debate sobre el papel del gestor público en el cambio de la cultura organizacional a partir del caso de la meritocracia.

Palabras clave: Cultura Organizacional, Gestión Pública, Cambio Organizacional.

ABSTRACT

The influence of New Public Management (NPM) on administrative reform in Portugal, and specifically on matters related to the introduction of greater technical rationality in public management processes, has been widely acknowledged (Mozicafredo, 2000); (Bilhim, 2008); (Rocha, 2011). Many governments of OECD member countries have undertaken identical initiatives. However, literature on administrative reform suggests institutional bureaucracies' resilience to managers' control and to change (Burns e Stalker, 1961); (Bjur e Caiden, 1978); (Bilhim 1995, 2010). The sociology of management has also helped to identify and understand the platonic image of the manager – a rational enforcer of a system for planning and controlling an organizational structure, quickly adaptable to the surroundings – transmitted by the rhetoric of technocratic ideology. This article aims to contribute to the debate on the role played by the public manager in the change in organizational culture, based on meritocracy.

Key words: Organizational Culture, Public Management, Organizational Change.

RÉSUMÉ

L'influence du New Public Management (NPM) sur la réforme administrative au Portugal, notamment en ce qui concerne l'introduction d'une plus grande rationalité technique dans les processus de gestion publique, est amplement reconnue (Mozicafredo, 2000 ; Bilhim, 2008 ; Rocha, 2011). De nombreux gouvernements des pays de l'OCDE ont pris des initiatives identiques. Toutefois, la littérature sur la réforme administrative montre une certaine résistance des bureaucraties institutionnelles au contrôle des gestionnaires et au changement (Burns et Stalker, 1961 ; Bjur et Caiden, 1978 ; Bilhim 1995, 2010). Par ailleurs, la sociologie de la gestion a aidé à identifier et à comprendre l'image platonique du gestionnaire – exécutant rationnel du système de planification et de contrôle d'une structure organisationnelle, rapidement adaptable à son environnement – transmise par la rhétorique de l'idéologie technocrate. Cet article veut contribuer au débat sur le rôle du gestionnaire public dans le changement organisationnel à partir du cas de la méritocratie.

Mots-clés: Culture organisationnelle, Gestion publique, Changement organisationnel.

提要

葡萄牙实施了新的公共行政改革 *New Public Management* (NPM), 引进专业技术人才到公共行政管理机构对葡国公共管理产生了很大影响 (Bilhim,1998) ; (Rocha, 2001) ; (Mozicafredo, 2000)。经合发展组织 (OECD) 的其他成员国政府也采取了类似的改革。然而, 在关于行政改革的文献中人们发现官僚机构对改革是有抵触的 (Burns e Stalker, 1961) ; (Bjur e Caiden, 1978) ; (Bilhim 1989)。但是, 在技术精英治国的主导意识形态下, 管理社会学帮助制造了一个这样的柏拉图式的管理者形象— 理性执行计划, 控制机构, 使之能最快适应政改需要 (Reed, 1989)。本论文试图探讨在能人治国的理念指导下, 组织文化的转变和管理者在此过程中所起的作用。

关键词: 组织文化, 公共管理, 组织机构变化。

Introdução

Não é difícil aceitar o estudo da gestão como um dos processos e uma das instituições sociais mais estratégicas da nossa sociedade. Entender como os gestores, com êxito, organizam e controlam o trabalho produtivo sob grande diversidade de condições e situações constitui um desafio acadêmico. Lançar luz sobre os processos de

gestão, concebidos como um conjunto de mecanismos, processos e estratégias fracamente articulados, orientados pela conjugação de outras práticas respeitantes à produção de bens e serviços e representações que transformam o meio em que vivemos é, certamente, uma responsabilidade da sociologia da gestão, das organizações e do trabalho.

Na literatura, há quem encare, paternalisticamente, o gestor como profissional insensível, pequeno maquiavel ou prisioneiro de uma lógica estrutural que não é capaz de compreender. Neste trabalho, pelo contrário, sugere-se que as práticas de gestão apontam para a existência de redes complexas de relações que se estabelecem entre as dimensões técnica, política e ética, características do desempenho de funções de gestão. Nesta perspectiva, os gestores são profissionais de uma atividade cujo exercício exige a posse e a aplicação de saberes que os habilitam a lidar com as exigências contraditórias e as pressões impostas pela mobilização de recursos, bem como com a pressão dos esforços para manter o seu comportamento dentro dos limites prescritos².

O gestor é o equilibrista que, sob tensão, negocia as pressões oriundas da lógica do controlo burocrático e as do lado das exigências operacionais. O gestor público ou privado tenta manter o equilíbrio entre as preocupações da manutenção da integridade e sobrevivência da estrutura organizacional e o pragmatismo das pressões de curto prazo, destinadas a colmatar crises quotidianas e a encontrar soluções exequíveis.

Pode ser grande a dificuldade dos gestores ao procurar conciliar o conflito entre a racionalidade instrumental, indispensável à sobrevivência, e a racionalidade ontológica que exige uma fidelidade aos fins éticos que devem orientar os atos de gestão.

A retórica da ideologia tecnocrata transmite uma imagem platónica do gestor. Este não passaria de mero executor racional do sistema de planificação e controlo de uma estrutura organizacional, adaptável rapidamente à envolvente. Acontece que, quando analisamos o gestor pelo lado de dentro, vemos uma imagem muito diferente. Vemos alguém lutando para chegar a um acordo com a realidade que enfrenta e que recusa ajustar-se ou conformar-se com as categorias e princípios universais que aprendeu.

A equação do problema que trouxemos para este trabalho exige que se ultrapasse a dualidade entre a imagem pública, platónica, e a interna, centrando a discussão nos dilemas inevitáveis em que os gestores estão mergulhados e a sua luta para construir um compromisso viável entre os constrangimentos estruturais e a obstinação humana. A

² Reed, Michael (1989). *The Sociology of Management*, London: Harvester wheatsheaf.

questão que se coloca neste trabalho consiste em saber se o gestor controla a cultura organizacional ou se, pelo contrário, é controlado por ela. É necessário melhorar a compreensão do controlo organizacional ao longo da história, devendo ser examinado o impacto que estas formas de controlo têm nas funções de gestão.

A supervisão e o controlo aparecem como questões fundamentais na história da sociologia das organizações. No entanto, os trabalhos mais recentes nesta área encorajam uma visão mais abrangente e sofisticada do controlo nas organizações mais complexas. Há uma maior sensibilidade ao contexto histórico, no qual as diferentes formas de controlo se desenvolvem, e às suas implicações na construção e na manutenção de identidades organizacionais. Estes desenvolvimentos têm dado corpo a uma “ordem de trabalhos” de investigação e a abordagens teóricas centradas no papel estratégico do poder administrativo, na ligação entre as autoridades centrais, nas burocracias e nas populações alvo, no seio das sociedades modernas. Temas que tendem a ser analisados sob a ótica das “teorias da modernidade”³.

Nestes trabalhos, o controle de gestão envolve uma tentativa deliberada de monitorar e/ou supervisionar os objetos e as pessoas, sendo exercida nas organizações formais que possuem objetivos bem explicitados, associada a uma estrutura administrativa formal que inclui acordos para a manutenção das fronteiras e as trocas entre a organização e as pessoas externas. Além disso, a modernidade compreende uma época de organizações burocráticas, as quais são fruto de um processo de racionalização da ação social, já observada por Weber⁴.

Há quem reforce o argumento anterior de que as organizações modernas são os mecanismos estratégicos ou dispositivos para assegurar a reprodução e/ou a transformação das estruturas institucionais centrais – a empresa, o estado burocrático, a divisão profissionalizada/perita do trabalho e o poder militar industrializado – que constituem a modernidade⁵.

Acresce que os grupos profissionais desempenham um papel central no desenho das formas institucionais e configurações organizacionais, que se desenvolveram nas modernas sociedades industrializadas. Neste sentido, a profissionalização é compreendida como uma parte do processo mais abrangente de burocratização. Esta, por sua vez, deve ser entendida como um movimento sustentado, no sentido de formas impessoais de

³ Touraine, Alain (1998). *Crítica da Modernidade*, Lisboa: Instituto Piaget.

⁴ Giddens, Anthony (2004). *Sociologia*, 4. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

⁵ Dandeker, C. (1990). *Surveillance, Power and Modernity*, Cambridge: Polity Press.

administração baseadas na difusão de sistemas de controlo de informação mais elaborados, e a sua apresentação através da aplicação de conhecimentos e técnicas periciais associadas com a profissionalização⁶.

Atualmente, na Administração Pública, a questão do controlo deve ser encarada sob duas perspetivas: o controlo intraorganizacional, através da lei, dos regulamentos e procedimentos técnicos e administrativo, exercido pelos dirigentes superiores e intermédios da Administração; o controlo interorganizacional exercido pela justaposição das diversas entidades que competem entre si.

A externalização de serviços, através da privatização total ou parcial do capital social das entidades empresariais do Estado ou através de outras formas onde se privilegia a concorrência entre fornecedores de serviços públicos, constitui uma forma de mudar o tipo de controlo em que a concorrência substitui o controlo interno, cujo limite é a falência das entidades mais fracas⁷. O campo organizacional mais propício a esta externalização e mudança do tipo de controlo é precisamente aquele que executa políticas públicas ligadas a funções do Estado que não são financiadas pelos impostos, mas por taxas, ou seja, o chamado “Estado social”.

A questão a tratar neste trabalho prende-se com a clarificação das relações entre gestor/dirigente da Administração na sua função de controlador da eficiência – máximo *output* pelo mínimo *input* – e a cultura organizacional, enquanto sistema de normas, valores e crenças que identificam um determinado organismo público. Há culturas que maximizam e outras que minimizam a eficiência. Ora, em face desta realidade cultural simbólica, importa averiguar qual o papel do gestor/dirigente e em que medida controla ou é controlado pela cultura da organização onde se insere⁸.

Acresce que a meritocracia, desde de meados do Séc. XIX, é vista, quer pela administração privada, quer pela pública, como um dos traços da modernidade e, conseqüentemente, como garantia da eficiência organizacional. Mas, se o gestor/dirigente é controlado pela cultura organizacional, nos organismos públicos onde a meritocracia não constitui um dos traços da sua cultura, como é o caso de Portugal, será, teoricamente, possível introduzi-lo ou tratar-se-á antes de um mito?

⁶ Bilhim, João (2009). *Ciência da Administração*, 2. ed., Lisboa: Universidade Aberta

⁷ Bilhim, João (2000). “Gerir a Administração Pública como uma Empresa”. In *Reforma do Estado e Administração Pública Gestonária*, Lisboa: ISCSP.

⁸ Shein, Edgar (1985). *Corporate Culture and Leadership*, San Francisco: Jossey-Bass.

1. O Gestor/Dirigente e o Controlo da Cultura Organizacional

A cultura é intangível, implícita, dada como certa, e cada organização desenvolve pressupostos, compreensões e regras, que guiam o comportamento diário no local de trabalho. Até aprenderem essas regras, os novos empregados não são aceites como membros plenos da organização. Daí que as transgressões resultem em desaprovação e penalizações e a conformidade às regras se torne a base primária da compensação e da mobilidade ascendente⁹.

Assim, tomando a cultura como variável, enquanto normas, valores e crenças subjacentes à vida organizacional, que resultam de processos de socialização ou tomando a cultura como um sistema de ideias e significados partilhados, formas expressivas e manifestações da consciência humana, somos sempre confrontados com este dilema do controlo do gestor ou da cultura.

Acontece que, para resolver esta questão, será necessário equacionar outra que é prévia: as organizações possuem apenas uma ou várias culturas? E se possuem apenas uma cultura, qual o papel das subculturas?

A cultura dominante expressa as normas, os valores e as crenças essenciais a toda a organização e que são partilhados por um número maior ou menor de membros. Quando se fala de cultura está-se a referir à dominante, à macro visão que confere à organização a sua identidade. Salienta-se que, em organizações complexas e com marcada estratificação social, os grupos em presença reportam-se a diferentes culturas e nelas baseiam os seus jogos e estratégias de poder e influência, como parecem ser os organismos públicos.

Num modelo pluralista, que labore a partir do reconhecimento das dicotomias internas e valorize as questões políticas, a cultura pode atuar como suporte das estratégias intergrupais. Analisar as relações sociais no contexto organizacional exige refletir sobre o processamento, nesse mesmo espaço, de relações de poder. Para Teixeira Fernandes¹⁰, toda a estrutura da ação coletiva se organiza como sistema de poder. O poder está presente em toda a instância do quotidiano e atinge todo o tipo de interações sociais, do mais simples ao complexo. As relações de poder assentam na

⁹ Bilhim, João (1988). *Cultura Organizacional do INESC*. Dissertação de mestrado – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, Lisboa.

¹⁰ Fernandes, A. Teixeira (1998). *Os Fenómenos Políticos: Sociologia do Poder*, Porto: Edições Afrontamento.

assimetria instrumental de competências profissionais e no capital intelectual presente nos diversos grupos socioprofissionais.

Hoje, reconhece-se que as organizações são fenômenos sociais intrinsecamente políticos, enquanto responsáveis pela criação da ordem e da autoridade destinadas a dirigir pessoas, que possuem interesses muitas vezes opostos e conflitantes.

É suposto, formalmente, a organização ser gerida pela racionalidade da relação entre meios e fins, recursos utilizados e resultados obtidos. Por isso, esconde-se ou ignora-se esta atividade política e o conflito de interesses, fazendo de conta que os mesmos não existem. Isto leva a considerar o termo “política” ou “conflito de interesses” como palavras a evitar.

Assim, as organizações, tal como os governos, usam sistemas de “regras” como meios para criar e manter a ordem entre os seus membros. A análise política quer na gestão privada, quer, particularmente, na gestão pública e na administração pública, fornece uma boa ajuda para a análise interior destas organizações.

Bourdieu¹¹ defende que o *habitus* varia em função da posição que o indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa no campo. O domínio de recursos, poderes ou capitais específicos está na base da posição que o indivíduo ou grupo de indivíduos ocupam no campo social.

Faz, assim, todo o sentido encarar as organizações públicas como possuindo diversas culturas, nomeadamente, as específicas das categorias socioprofissionais nomeadamente das carreiras do regime especial e das carreiras do regime geral, em que se verificam diferenças acentuadas entre as culturas organizacionais dos assistentes técnicos, dos administrativos, dos técnicos superiores e dos dirigentes superiores e intermédios. Estes grupos socioprofissionais possuem mundividências diferentes e assumem-se como formas de pensar, sentir e agir diferentes, funcionando como grupos de interesse setoriais em competição por recursos escassos.

Todavia, se uma organização pública complexa é povoada por uma pluralidade de culturas profissionais, departamentais, as regionais, entre outras, como é que se não desintegra, como é que o princípio da coesão se impõe ao da especialização e diversificação? Toda a organização sem uma cultura que permita aos seus membros uma interpretação comum do que seja ou não adequado fazer, não sobrevive e desintegra-se.

¹¹ Bourdieu, Pierre (1997). *Razões Práticas sobre a Teoria da Ação*, Oeiras: Celta Editora.

É, precisamente, este carácter de partilha de compreensão, que confere à cultura a capacidade de guiar e dirigir os comportamentos.

Para coesão das culturas organizacionais existentes no interior de um organismo público e dos grupos de interesse em presença, as organizações possuem um recurso global e um sistema de autoridade formal, estruturantes dos comportamentos e das relações de trabalho que é a hierarquia. É que as estratégias setoriais de cada cultura, na luta por recursos escassos, ficam suspensas quando é atingido um ponto tal de tensão que, se qualquer dos atores em presença prosseguir, põe em risco a sobrevivência do todo e das respetivas partes organizacionais. Nesse pico máximo da tensão da dinâmica organizacional, há o recurso à hierarquia e aos gestores/dirigentes.

Entre os traços culturais que identificam cada cultura no interior dos organismos públicos existe um que funciona como uma espécie de cimento integrador de toda a organização e que é o produto da ação e intervenção de líderes formais e informais que permanentemente definem, não tanto uma realidade unitária e consensual, mas um sistema de ação concreto, com conflitos de interesse e jogos de poder. É este traço cultural que permite a existência da coesão organizacional indispensável à sobrevivência e condição da eficiência.

Parece haver a consciência mais ou menos generalizada que, para certos picos de tensão na dinâmica organizacional, se tem de recorrer à negociação e ao recurso à hierarquia, através do recurso a líderes formais. Quando surgem problemas e dificuldades, é a eles que se atribuem responsabilidades, sejam eles ou não a sua causa. Há, todavia, que notar que o papel das coligações dominantes não é passivo ou reativo face às envolventes, pois as organizações também têm influência na sua transformação e constituição.

Quando emergem os conflitos e se não dispõe de racionalidade completa para os resolver, é inevitável o recurso ao poder. Por outras palavras, como não há processo de racionalizar a dissensão, é a força política dentro das coligações quem determina os critérios e as preferências que devem prevalecer. Ora, esse traço de cultura, presente, em graus diferentes, em cada cultura organizacional que integra um organismo público, joga um papel crucial na manutenção de cumplicidades na estrutura orgânica que está na base da coesão e, conseqüentemente, da sobrevivência organizacional.

Da análise desenvolvida pode concluir-se que o gestor/dirigente de um organismo público controla e é controlado, simultaneamente, pela (s) cultura (s). Os gestores controlam a sua própria cultura que, tal como as restantes, faz parte do organismo público

em causa e é entre os traços da cultura dos gestores/dirigentes que se encontram os processos que justificam a sua profissão, nomeadamente, o domínio dos instrumentos da eficiência organizacional. Todavia, na arena política organizacional, terão de negociar com as restantes culturas e concertar os seus dissensos e, nesse ponto, são controlados, de alguma forma, por esta rede de relações sociais e teia de poderes onde se inserem e que constitui a dinâmica organizacional.

2. A Gestão do Mérito na Administração Pública

Hoje assume-se a existência de duas orientações distintas na teoria da administração pública: uma primeira, que tende a encarar a administração pública como parte do processo de governo e, assim, representa uma parte da teoria política; uma segunda, que salienta os aspetos comuns às organizações públicas e privadas sendo, nesta perspetiva, a administração pública uma parte da teoria organizacional mais vasta.

A primeira perspetiva, que procura distinguir o gestor público do privado pela participação daquele no processo de governo e, conseqüentemente, nas políticas públicas e na alocação de valores na sociedade, é a mais antiga. Nesta visão, o gestor público é avaliado pelo mesmo padrão dos restantes atores do processo político. Salienta-se que a atuação dos órgãos e agentes administrativos, de acordo com o plasmado no artigo 266º da Constituição da República Portuguesa, está marcada pela prossecução do interesse público, com respeito pelos princípios da igualdade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade e boa-fé.

Em contraste com esta abordagem, outros autores defendem que o comportamento dos indivíduos no interior das organizações públicas ou o próprio comportamento das organizações em si mesmo não se distingue grandemente dos privados. Esta abordagem genérica da análise organizacional deu oportunidade ao desenvolvimento de muitos estudos interdisciplinares, oriundos da administração pública, da privada, da sociologia e da psicologia das organizações, entre outros campos das *ciências sociais e comportamentais*. Para esta perspetiva, as preocupações básicas da gestão são idênticas, quer se trate de empresas privadas ou de organismo e agências públicos.

O ponto que liga a todos é a preocupação com a meritocracia, mas esta preocupação é tão antiga como o mandarinato, instituído na China antiga. Os mandarins dividiam-se em duas categorias: a civil e a militar. Cada uma destas categorias dividia-se em nove graus, subdividindo-se cada um destes em duas classes: a dos grandes

mandarins e a dos mandarins ordinários. O acesso a esta classe privilegiada era feito por concurso, depois de obtidos diferentes graus de conhecimento, progressivamente mais exigentes. As promoções na carreira eram obtidas por mérito.

Nos tempos modernos, não é de estranhar que esta orientação da atuação dos gestores remonte aos primórdios da ciência da administração, tendo, muito cedo, aparecido nos EUA, a pautar as relações entre a ciência e a gestão privada. Como sua consequência deu-se a emergência dos conhecidos “princípios científicos” destinados a aumentar a produtividade empresarial¹².

Acresce que esta preocupação pela meritocracia surge logo a seguir no setor público; Woodrow Wilson¹³ defende a separação entre políticos e burocratas e, conseqüentemente, afirma que estes devem ocupar as posições de poder no interior da estrutura organizacional de acordo com o seu mérito. Já no séc. XX, Max Weber¹⁴ atribuiu particular ênfase à meritocracia, ao referir, na caracterização da burocracia formal, que a seleção dos trabalhadores faz-se com base nas qualificações técnicas e que as mesmas podem ser testadas através de exames ou diplomas onde se certifique a posse da formação técnica dos candidatos.

A meritocracia tem acompanhado a história da administração pública e, recentemente, a sua importância foi reforçada pela cartilha reformista da nova gestão pública *New Public Management* (NPM). O aspeto mais curioso é que, assumindo-se a reforma promovida pela NPM como anti weberiana, não deixa de comungar com Weber a importância atribuída à meritocracia.

Acontece que a seleção com base no mérito tem sido valorizada e aceite, ao longo dos tempos, como sinal de modernidade, garantia ética, baluarte contra a corrupção e garantia de imparcialidade na gestão das pessoas no sector público.

Para a sociologia contemporânea, a meritocracia corresponde a um sistema em que as posições sociais são preenchidas com base no mérito individual e não em virtude de critérios como a riqueza, o sexo, a origem social ou a cor do partido político onde se milita¹⁵.

¹² Bilhim, (2009). Op. Cit.

¹³ Wilson, Woodrow, (1887). “The Study of Administration”. In *Political Science Quarterly*, n.2, v.2, p. 197-222.

¹⁴ Weber, Max. (1978). *Economy and Society*, Berkley: University of California Press.

¹⁵ Bilhim, João (2012). “O Mérito nos Processos de Seleção da Alta Direção da Administração Pública Portuguesa: mito ou realidade”. In *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 33, n. 65, p. 57-78.

Na análise da literatura atual da administração pública, os termos meritocracia/ meritocrático/ mérito, numa ligeira análise de conteúdo, aparecem, quer na literatura científica, quer nos relatórios profissionais dos práticos, quer ainda nas recomendações de diversos organismos internacionais como a OCDE/PUMA e o Banco Mundial.

Ora, esta preocupação com a meritocracia no setor público, embora tenha sofrido altos e baixos, nunca deixou de estar no centro do ensino, da investigação e das práticas e processos do setor público. Por isso, impõe-se a pergunta: por que razão esta preocupação se encontra atualmente em alta?

A razão prende-se com o facto de o paradigma administrativo da Europa do sul colocar o enfoque da ação administrativa na interpretação e aplicação da lei e não na eficiência, tal como é tradição da cultura administrativa anglo-saxónica e do norte da Europa.

A resistência que, em Portugal, se está a sentir na aplicação do sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) como instrumento de gestão do mérito, patenteia bem em qual destas duas culturas administrativas se encontra o País. É certo que há bolsas de excelência na introdução desta nova postura comportamental, mas, em geral, a resiliência à manutenção da ascensão na carreira com base na antiguidade e não no mérito demonstrado, expressa este caldo de cultura organizacional.

Critérios	Europa do Sul	Europa do Norte e Anglo-saxões
Objetivos	Gerais: conteúdo funcional do órgão	Precisos, claros e mensuráveis
Critério de sucesso	Fazer o que e como a lei prescreve.	Atingir objetivos quantificados
Uso de recursos	Recursos abundantes; a eficiência é secundária	Recursos escassos; a eficiência é essencial
Tipo de estrutura	Mecanicista, rígida e hierarquia forte e longa	Flexível, achatada, maior delegação
Papel do dirigente	Passivo. Intérprete e executor de regulamentos e procedimentos	Ativo. Protagonista; assume risco controlado.

João Bilhim. Elaborado a partir da literatura comparada e do conhecimento empírico da situação em Portugal.

Importa salientar uma contradição significativa da cartilha da reforma preconizada pela NPM. A NPM afirma-se como combatente contra a burocracia weberiana, mas não deixa de adotar o seu conceito de mérito e impor a sua prática às diversas administrações públicas, independentemente da cultura dos povos no seio da qual tais administrações existam¹⁶.

Atualmente, as organizações públicas estão confrontadas com o impacto de duas ondas diferentes. As práticas atuais já não correspondem a qualquer modelo do passado, mas ainda não se encontram integradas e unificadas numa nova teoria. Muita coisa se passou nestes trinta anos após a queda do muro de Berlim em 1989: novo paradigma económico: “nova escolha pública”; transformações geopolíticas; globalização; emergência da China, Índia, Brasil; impacto das TI em geral.

Descobriu-se a importância para qualidade de vida dos cidadãos da boa governação e do papel interdependente dos setores – privado, público e sociedade civil. Tomou-se consciência que não pode haver boa governação sem que haja um bom governo, um serviço público eficaz, e instituições públicas tão produtivas quanto as privadas.

O Século XX legou-nos uma teoria e práticas de administração pública robustas e resilientes à mudança. Todavia, a resiliência precisa de se adaptar, ser contingencial às novas circunstâncias e ao imprevisto. Estes trinta anos foram ricos em novas experiências, promotoras de um Estado mais transparente, flexível, com recurso a privatizações, descentralização, desregulamentação e, em particular, na promoção de organizações públicas eficientes e meritocráticas.

Portugal encontra-se num ponto do processo de mudança caracterizado por já não ser uma coisa, mas ainda não ser outra, encontra-se no processo de transição entre o paradigma clássico jurídico e o novo paradigma gestor onde a meritocracia deve desempenhar um papel crucial na cultura organizacional dos gestores/dirigentes dos organismos públicos.

Parece existir, entre os académicos que ensinam e os práticos que trabalham nas organizações públicas, uma espécie de crença generalizada que de alguma forma vai passando de geração em geração ao longo dos tempos sobre uma administração pública ideal onde a corrupção seria totalmente derrotada e o mérito seria a regra na ocupação de

¹⁶ Pollit, C; Bouckaert, G. (2004). *Public management reform: a comparative analysis*, Oxford: Oxford University Press.

todos os cargos e funções na estrutura do Estado. Aliás, a retórica dos partidos políticos, em democracia, ajuda, significativamente, a alimentar esta crença, quer em momentos específicos como são os eleitorais, quer, mais tarde, nas formas de fazer oposição parlamentar.

Ora, se é certo que Max Weber, no conceito de burocracia como tipo ideal, prescrevia a meritocracia como consequência da evolução social, não é menos certo que o modelo gestor, desde a década de oitenta do século passado, combatendo o modelo burocrático weberiano de organização do Estado e da Administração Pública, coloca a urgência da introdução de sistemas meritocráticos como um dos pontos essenciais da sua cartilha.

Por isso, não pode deixar de ser colocada a seguinte questão: se as organizações públicas portuguesas adotaram o modelo weberiano e não apresentam resultados em matéria de meritocracia ao ponto da NPM, embora com uma postura teórica anti weberiana, continuar a insistir que esta característica do tipo ideal de Max Weber precisa de ser atingida, parece constituir uma contradição.

Com efeito, nas quatro últimas décadas, assistiu-se a uma crítica generalizada ao desempenho organizações públicas, acusadas de fidelidade ao modelo weberiano e, conseqüentemente, de estarem em contraciclo com a evolução social, impondo-se, por isso, a modernização administrativa cujo ponto central seria a introdução do mérito.

Muitas vozes denunciaram este estado de coisas, sublinhando aspetos tais como: má imagem dos serviços prestados; baixa qualidade; custos excessivos; burocracia e centralização; opacidade aos olhos do cidadão; percepção de que os dirigentes não resolvem os problemas dos cidadãos, mas a sua própria carreira; corrupção; fraca produtividade; falta de recursos qualificados; desmotivação de funcionários; ausência de controlo de custos; ausência de pensamento estratégico e visão; fraca gestão; ausência de um sistema meritocrático.

Todos os interessados em redor da Administração, desde os sindicatos, empresários, órgãos de comunicação social, consultores, partidos políticos até ao público em geral, pressionaram os governos para que estes reformassem a Administração Pública em virtude de esta ter sido construída com base em princípios errados da burocracia de Max Weber, precisando de ser reinventada e de renovar as suas instituições.

A cartilha da NPM, que Portugal, entre os muitos países da OCDE, está adotando, compreende medidas tais como: cortes orçamentais, privatizações, rutura entre o financiamento e prestação, contratualização, vouchers ou cheques diretos aos cidadãos, preocupação mais com o cliente/utente/usuário do que com o cidadão, fomento da concorrência entre prestadores (privado/ público e público/público), gestão flexível, uma reedição da dicotomia de Wilson quanto à relação entre políticos e burocratas, descentralização e desconcentração de serviços, agenciamento, fomento das práticas de governo eletrónico, maior regulação e menor prestação pelo Estado, avaliação do desempenho e recrutamento por mérito.

Importa reconhecer que este elenco de novos princípios e processos de gestão pública não deixam de aparentar um conjunto desgarrado e avulso de medidas, embrulhadas por vezes numa estratégia vaga de melhoria da qualidade dos serviços e de “fazer mais com o mesmo orçamento ou fazer o mesmo com menos custos”, lançando mão de capacidade instalada escondida ou do contributo da inovação tecnológica.

Quanto à meritocracia, que integra o “tipo ideal” de burocracia de Weber e constitui recomendação da cartilha de reforma da NPM, será que estará ela ausente da cultura das instituições públicas? A meritocracia não parece estar presente na expressão das práticas quotidianas da ação social destas culturas organizacionais, mesmo na dos dirigentes, dada a resistência encontrada pelos Governos na introdução de práticas meritocráticas. Todavia, a meritocracia parece estar bem presente nos valores destas culturas.

Parece existir uma contradição para cuja compreensão se poderá recorrer ao conceito de cultura real e cultura ideal de Malinowski. Tudo indica que o valor da meritocracia integre, em graus diferentes, as diversas culturas presentes no interior das organizações públicas. Atualmente, já nem os sindicatos assumem que não seja a meritocracia um valor, circunscrevendo-se a questionar os processos meritocráticos em concreto, ou seja, as práticas.

Para esta ausência da meritocracia das práticas organizacionais públicas, são aduzidos muitos e diferentes argumentos, tais como: a dificuldade da mensuração do trabalho não repetitivo, ou seja, técnico, o fomento de um certo darwinismo social que abandonaria os mais fracos à sua sorte, a falta de mecanismos que assegurem a equidade relativa entre avaliadores e organizações, a arbitrariedade do decisor, a subjetividade do processo, entre outros.

Salienta-se que, tal como acontecia entre os trobianeses, observados por Bronisław Malinowski¹⁷, a exogamia era apresentada como grande valor, mas a endogamia não deixava de ser altamente apreciada intramuros, ou seja, a meritocracia é assumida como politicamente correta pelas culturas organizacionais mas as práticas expressam simpatia pela velha cunha e pela antiguidade como critério de progressão na carreira. A questão que se coloca agora ao gestor/dirigente é a de como mudar as práticas e os processos de trabalho.

3. O Gestor Público e a Mudança Organizacional

A cultura dirigente das organizações públicas integra dois grandes grupos - dirigentes superiores e intermédios, ambos de 1.º e 2º grau. Porém, nas organizações públicas de missão, atribuições e competências com carácter mais operacional, o chefe de divisão, dirigente intermédio de 2.º grau, desempenha o papel de chefia direta e superintende na produção, uma vez que foram extintos os chefes de repartição e de secção que tradicionalmente integravam o núcleo das chefias diretas.

A função dos dirigentes consiste na organização e controlo dos processos de trabalho e de produção de bens e serviços, quer se trate do grupo dos dirigentes de topo da Administração, dos dirigentes intermédios de 1.º grau, o diretor de serviços, que implementam a política do organismo, quer se trate da chefia direta, o chefe de divisão.

Na administração central do Estado, o diretor geral ou presidente de instituto público, à medida que é selecionado com base no mérito e não na escolha política do Governo, tende a ser tido como o representante do equilíbrio de interesses entre o Governo (políticos eleitos), os trabalhadores da administração, integrados em carreiras do regime geral ou do regime especial e os cidadãos. Os gestores de topo, selecionados com base no mérito, passam a desempenhar um papel crucial na avaliação do equilíbrio de interesses divergentes envolvidos nos processos de tomada de decisão.

À medida que o processo de tomada de decisão vai progressivamente abandonando o carácter programado típico do clássico paradigma jurídico (só se faz o que a lei prevê) e entrando no modelo gestionário, marcado pela eficiência, eficácia, equidade

¹⁷ Malinowski, B. (1975). *Uma Teoria Científica da Cultura*, Rio de Janeiro: Zahar.

e ética, o fator dominante do papel dos gestores/dirigentes é a interação entre as lutas pelo poder e os debates culturais e ideológicos acerca do futuro da organização

Os processos de mudança podem seguir orientações diversas, com pressupostos teóricos e modelos implícitos diferentes. São de salientar os seguintes: a mudança como um processo de evolução geral; de adaptação; terapêutico; revolucionário; a ser gerido. Têm, ao longo do tempo, sido defendidos diversos mecanismos de gestão da mudança.

Kurt Lewin¹⁸ definiu o mecanismo da gestão da mudança com base nas três fases seguintes: descongelamento - alteração do estado presente de equilíbrio, responsável pela sustentação dos atuais comportamentos e atitudes. Este processo deve tomar em atenção as ameaças que a mudança poderá suscitar e a necessidade de motivar os que integram o novo processo; mudança - desenvolvimento de novas respostas, com base em nova informação e congelamento- estabilização da mudança pela introdução de novas respostas.

Na perspectiva de Lewin, para se obter uma mudança bem-sucedida há que seguir os seguintes passos: examinar as forças que se opõem ou apoiam a mudança; diagnosticar o peso específico de cada uma; fortalecer as forças favoráveis e enfraquecer as desfavoráveis. Neste processo, os gestores/dirigentes identificam o problema que necessita de mudança; fixam objetivos; definem o estado futuro ou das condições organizacionais desejadas após a mudança; gerem o processo de transição. A gestão da mudança não é um processo linear. Por isso, é necessário prestar atenção constante ao todo organizacional.

No caso concreto da introdução da meritocracia nas práticas e processos de gestão é indispensável que a ausência do mérito nos processos de gestão do trabalho gere insatisfação havendo tanta consciência da necessidade de mudar como dos riscos em não mudar. Acresce que, no processo de mudança, as pequenas ações poderão ter um efeito catalítico fundamental.

Para Pettigrew¹⁹, a compreensão do problema da mudança em termos estratégicos exige a análise em conjunto do contexto, do conteúdo e do processo da mudança, sem valorizar mais um elemento do que os restantes.

Um processo de mudança por parte do topo da hierarquia poderá seguir os seguintes seis passos: estimular os trabalhadores e as chefias intermédias para a

¹⁸ Lewin, Kurt (1951). *Field Theory in Social Science*, New York: Harper & Row.

¹⁹ Pettigrew, A. (1985). *The Awakening Giant: Continuity and Change in ICI*, Oxford: Basil Blackwell.

mudança, através da análise conjunta dos problemas existentes que afetam a organização; desenvolver uma visão partilhada sobre o futuro; incitar o consenso acerca desta nova visão, fomentando a coesão; derramar a revitalização por todos os departamentos, sem pressionar do topo; oficializar a revitalização através de políticas formais, sistemas e estruturas; controlar e ajustar estratégias, em resposta aos problemas do processo de revitalização.

Na sequência de uma investigação sobre a gestão da mudança, Pettigrew e Whipp²⁰ concluíram que a eficácia da mudança estratégica exige: a construção de um clima recetivo à mudança (o que implica justificar a razão pela qual esta é necessária); a construção da capacidade de mudar (antes de introduzir a mudança); o estabelecimento de uma agenda da mudança, (que estabeleça a direção do negócio, a visão necessária e os seus valores implícitos). Sugerem ainda os autores as seguintes medidas secundárias para apoiar a intervenção estratégica: a transformação das intenções em componentes de ação; a atribuição de responsabilidades por estas componentes a gestores da mudança que atuarão no quadro das estruturas dos diversos níveis da organização; o ajustamento da função compensação, o sistema de remuneração, bem como dos mecanismos de comunicação aos objetivos da mudança.

Para Robert Quinn²¹, a mudança profunda exige uma nova maneira de pensar e de se comportar na organização. É mais ambiciosa na sua finalidade, descontínua em relação ao passado e geralmente irreversível. A mudança profunda rompe com os padrões de ação do quotidiano e envolve um assumir de riscos e uma certa perda de controlo.

Segundo Quinn a mudança profunda ocorre com o processo transformacional, o qual possui quatro fases distintas: iniciação; incerteza; transformação; rotina. Na fase da iniciação, desenvolve-se a visão do que se quer a longo prazo, avocando o risco da iniciativa. Na fase da incerteza, os participantes comprometem numa ação intensa e de experimentação intuitiva. Na fase transformacional, a aprendizagem intuitiva e obtida através da experimentação conduz a um novo paradigma. Na fase da nova rotina, instalam-se as novas práticas.

Encontra-se nas mãos dos gestores públicos esta capacidade instrumental racional e simbólica, para, conjugando o planeamento com a improvisação e a negociação de

²⁰ Pettigrew, A.; Whipp, R. (1991). *Managing Change for Competitive Success*, Oxford: Blackwell.

²¹ Quinn, Robert (1996). *Deep Change*, San Francisco: Jossey-Bass.

interesses divergentes, estabelecer o rumo do futuro das organizações públicas. Esse futuro não é estabelecido apenas pelo grupo dos gestores/ dirigentes; nele, são parceiros as restantes culturas organizacionais internas, os diversos partidos políticos e os cidadãos organizados, por sua vez, em diversos e conflituantes grupos de interesse.

Por exemplo, os gestores de topo de um organismo do sistema público de segurança social, ao introduzirem os mecanismos de meritocracia, previstos na lei, como seja o SIADAP ou o sistema de recrutamento e seleção através da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), não podem ignorar que entre os cidadãos e entre os seus trabalhadores há visões diferentes sobre o que deverá ou não ser este organismo no futuro.

A meritocracia parece ser assumida em geral como um valor democrático nas sociedades abertas e globais. Todavia, as práticas organizacionais, parecem estar ainda afastadas da aplicação deste valor e para que a mudança tenha lugar parece indispensável o papel dos gestores/dirigentes. O segredo permanece na capacidade dos gestores adotarem ou não uma estratégia ganhadora na implementação do mérito nas práticas de gestão pública.

As dificuldades que ainda perduram, atualmente, ligam-se ao facto da cultura dos gestores/dirigentes da Administração Central do Estado se encontrar mais marcada pelo paradigma jurídico do que pelo novo paradigma gestor. No paradigma jurídico, o conteúdo da função de gestão está contido na interpretação e aplicação da lei. Assim, a meritocracia, sendo imposta por via da lei, perde o seu impulso e força dinâmica de instrumento de gestão que possui no setor privado.

A implementação de um processo de mudança destinado a introduzir na Administração Central do Estado uma política meritocrática será sempre mais espinhosa que seria o mesmo processo no setor privado. Em primeiro lugar, porque a cultura dos gestores/dirigentes na Administração Central do Estado parece valorizar menos a meritocracia que a cultura dos gestores do setor privado.

Nas muitas entrevistas realizadas com dirigentes superiores e intermédios na Administração a expressão mais usada é “isto é muito diferente do setor privado” e, quando confrontados com a meritocracia, facilmente fica a impressão que esta é aceite apenas porque faz parte do politicamente correto. Não parece constituir ainda um valor com idêntica força ao que se verifica no setor privado. Assim, se ainda não constitui um

valor enraizado no sistema de valores da cultura dos dirigentes, maior será a dificuldade em vir a expressar-se nas práticas quotidianas.

Outra dificuldade revelada pela Administração Central do Estado nos processos de mudança prende-se com o facto de a sua estrutura ter sido pensada para ser resiliente e resistir a processos de mudança. Por força disto, os dirigentes revelam fraca experiência, competência e capacitação para gerir tais processos.

Todavia, militando contra esta rigidez verificamos na literatura que o conceito de governação se assumiu como sendo preferível ao de administração; os princípios da administração sendo apenas hipóteses e não factos; a administração lidando com valores e ética em toda a sua intervenção; os dirigentes jogando um papel importante na afirmação da democracia; e a Administração dependendo do contexto interno e externo. Parece haver uma contradição acentuada entre o que se faz e o que deve ser feito que está a provocar a necessidade urgente de mudanças.

Em nosso entender, a Administração Central do Estado encontra-se no ponto de descongelamento a que faz referência Kurt Lewin. Já não é o que foi, mas ainda não é o que se deseja, (neste futuro pode haver expectativas opostas), ou seja, está num estado de certa anomia, posiciona-se como um hífen. Ainda não vive a meritocracia como um valor e uma prática de gestão, mas já se envergonha da seleção com base na escolha política, na cunha e na visão da antiguidade como um posto.

Notas Conclusivas

As reformas da Administração, expressas através da cartilha da NPM, têm acarretado a fragmentação dos serviços e das estruturas organizacionais da administração tradicional e a sua aplicação teve como consequência o acento colocado mais na gestão de risco e menos na prudência e lei, mais na competição e menos na cooperação e confiança, mais na eficiência e menos na equidade, mais na proliferação de organismo com naturezas jurídicas diversas e menos no holismo dos organismos públicos, mais no direito privado e menos no direito administrativo

Acresce que, a literatura sobre a reforma administrativa é rica em referências relativas à resiliência ou resistência à mudança das instituições, em especial quando as reformas põem em causa as práticas, os processos e os procedimentos culturalmente instituídos. A cultura organizacional, vista como o conjunto de normas, valores e crenças,

na sua dimensão mais profunda, condiciona os traços culturais mais superficiais, como as rotinas, os processos, as práticas e os sistemas de gestão.

A cultura dos gestores parece possuir este traço uma vez que a meritocracia constitui um dos processos de controlo da sua profissão. Todavia, na cultura dos gestores públicos/dirigentes a meritocracia parece ser assumida apenas como o politicamente correto.

Verifica-se, no entanto, em todas as culturas presentes no interior das organizações públicas, uma apetência para aceitar, pelo menos idealmente, a seleção dos profissionais para ocuparem diversas posições na estrutura com base no mérito como um valor.

Acontece que os estudos de terreno não evidenciam estas práticas, como artefacto mensurável, porque, como ficou problematizado neste trabalho, há uma diferença acentuada entre a cultura ideal e a cultura real. Pode o valor estar presente na cultura ideal, mas ausente nas práticas e processos.

Em face disto, parece que a função sociológica do gestor/dirigente assume um papel de uma importância crítica neste processo de mudança organizacional. Só os gestores/dirigentes poderão fazer com que as reformas introduzidas em Portugal, através da alteração do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado, com a Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, se expressem no quotidiano como um artefacto cultural característico das diversas culturas presentes nas organizações públicas.

O valor do mérito, que parece fazer parte dos traços culturais ideais das diversas culturas organizacionais, só passará a constituir uma manifestação concreta através do esforço de concertação e negociação que constitui o quotidiano da função do gestor público.

Referências

Bilhim, João (1988). *Cultura Organizacional do INESC*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, Lisboa.

_____ (1995). "Para uma Teoria da Gestão da Mudança Estratégica". In *Estratégia e Planeamento na Gestão e Administração Pública*, Lisboa: ISCSP, p. 221-235.

- _____ (2000). "Gerir a Administração Pública como uma Empresa". In *Reforma do Estado e Administração Pública Gestonária*, Lisboa: ISCSP, p. 75-85.
- _____ (2008). *Teoria organizacional: estruturas e pessoas*, 6. ed., Lisboa: ISCSP.
- _____ (2009). *Ciência da Administração*, 2. ed., Lisboa: Universidade Aberta.
- _____ (2010). "Mudança Organizacional". In Costa, Silvia Generali da; Vieira, Leandro; Rodrigues, Jorge Nascimento (Orgs.). *Gestão da Mudança: Explorando o comportamento organizacional*, São Paulo, Atlas, p 5-19.
- _____ (2012). "O Mérito nos Processos de Seleção da Alta Direção da Administração Pública Portuguesa: mito ou realidade". In *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 33, n. 65, p. 57-78.
- Bjur, W. E.; Caiden, G. E. (1978). "On Reforming Institutional Bureaucracies". In *International Review of Administration Sciences*, n.44, p. 359-65.
- Bourdieu, Pierre (1997). *Razões Práticas sobre a Teoria da Ação*, Oeiras: Celta Editora.
- Burns T.; Stalker G. M. (1961). *The Management of Innovation*, London: Tavistock.
- Dandeker, C. (1990). *Surveillance, Power and Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Fernandes; A. Teixeira (1998). *Os Fenómenos Políticos: Sociologia do Poder*, Porto: Edições Afrontamento.
- Giddens, Anthony (2004). *Sociologia*, 4. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Lewin, Kurt (1951). *Field Theory in Social Science*, New York: Harper & Row.
- Malinowski, B. (1975). *Uma Teoria Científica da Cultura*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Mozicafredo, Juan (2000). "O Papel do Cidadão na Administração Pública". In *Reforma do Estado e Administração Pública Gestonária*, Lisboa: ISCSP, p. 23-35.
- Pettigrew, A. (1985). *The Awakening Giant: Continuity and Change in ICI*, Oxford: Basil Blackwell.
- Pettigrew, A.; Whipp R. (1991). *Managing Change for Competitive Success*, Oxford: Blackwell.
- Pollit, C. (2003). *The Essential Public Manager*, London: Open University Press.
- Pollit, C; Bouckaert, G. (2004). *Public Management Reform: A comparative Analysis*, Oxford: Oxford University Press.
- Quinn, Robert (1996). *Deep Change*, San Francisco: Jossey-Bass.
- Reed, Michael (1989). *The Sociology of Management*, London: Harvester wheatsheaf.

Rocha, J. A. O. (2011). *Gestão Pública: teorias, modelos e práticas*, Lisboa: Escolar editora

Shein, Edgar (1985). *Corporate Culture and Leadership*, San Francisco: Jossey-Bass.

Touraine, Alain (1998). *Crítica da Modernidade*, Lisboa: Instituto Piaget.

Weber, Max. (1978). *Economy and Society*, Berkley: University of California Press.

Wilson, Woodrow, (1887). "The Study of Administration". In *Political Science Quarterly*, v.2, n.2, p. 197-222.

Recebido para publicação em fevereiro de 2013.

Aprovado para publicação em março de 2013.

LA ÉTICA Y LA PRÁCTICA POLÍTICA: REPENSANDO LOS USOS DEL CONCEPTO DE HEGEMONIA Y EVENTO EN LAS ELECCIONES BRASILEÑAS DE 2002

A ÉTICA E A PRÁTICA POLÍTICA: REPENSANDO OS USOS DO CONCEITO DE HEGEMONIA E ACONTECIMENTO NAS ELEIÇÕES DE 2002

ETHICS AND POLITICAL PRACTICE: RETHINKING THE USES OF THE CONCEPT OF HEGEMONY AND EVENT IN THE 2002 BRAZILIAN GENERAL ELECTION

L'ÉTHIQUE ET LA PRATIQUE POLITIQUE : LES USAGES DU CONCEPT D'HÉGÉMONIE ET D'ÉVÉNEMENT LORS DES ÉLECTIONS BRÉSILIENNES DE 2002

伦理题和政治实践 在2002年巴西总统大选的框架内对霸权和具体事件的概念使用的再思考

DOI: 10.5533/1984-2503-20135203

Daniella Amaral Diniz da Silva¹

RESUMEN

En este trabajo pretendo problematizar la idea de la ética en relación con la teoría y práctica de los discursos de la llamada izquierda que asumen importancia dentro de los movimientos sociales latinoamericanos, con énfasis en el caso brasileño. Como fondo teórico investigamos cómo las categorías de *hegemonía*, propuesta por Ernesto Laclau y de *evento*, desarrollada por Alain Badiou extrapolan sus límites teóricos cuando son pensadas desde la práctica política. Partiendo de un caso real, la elección a la presidencia de Luis Inácio Lula da Silva como icono y figura destacada del partido de los trabajadores (PT), pretendo analizar de qué manera el ejercicio del poder se mezcla con una determinada concepción de ética para construir un discurso político y qué estrategias se utilizan en estos campos hegemónicos para encontrar legitimidad. El material para el análisis en cuestión constituye principalmente la película documental de João Moreira Salles (*Entreactos*), y algunos materiales suplementarios.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2008), e em Estudos Latino-Americanos e Ibéricos pela Universidade de Columbia em Nova Iorque (2010). Atualmente, é doutoranda nesta mesma instituição, onde ensina cursos na área de língua e cultura brasileira. E-mail: dad2141@columbia.edu

Palabras clave: Teoria Política, Cinema, Elecciones, Lula, Populismo.

RESUMO

Neste trabalho pretendo problematizar a ideia de ética em relação com a teoria e a prática dos discursos da chamada esquerda que assumem importância nos movimentos sociais latino-americanos, com ênfase no caso brasileiro. Como fundo teórico, investigamos como as categorias de *hegemonia*, proposta por Ernesto Laclau e de *evento*, desenvolvida por Alain Badiou extrapolam seus limites teóricos quando são pensadas a partir da prática política. A partir de um caso real, a eleição para a presidência de Luis Inácio Lula da Silva como ícone e figura destacada do Partido dos Trabalhadores (PT), pretendo analisar de que maneira o exercício do poder se mistura com uma determinada concepção de ética para construir um discurso político e quais estratégias se utilizam nestes campos hegemônicos para encontrar legitimidade. O material para a análise em questão constitui principalmente o documentário de João Moreira Salles (*Entreatos*), e alguns materiais suplementares.

Palavras-chave: Teoria Política, Cinema, Eleições, Lula, Populismo.

ABSTRACT

In this article I investigate the idea of ethics in terms of the theory and practice of the discourse of the so-called left, to have assumed significance within the framework of Latin American social movements, with a particular emphasis on Brazil. This analysis provides theoretical basis on how the categories of *hegemony*, proposed by Ernesto Laclau, and *event*, developed by Alain Badiou, extrapolate their theoretical limits when considered in terms of political practice. Based on the real-life example of the election to the presidency of Luiz Inácio Lula da Silva, an icon and leading figure in the Workers' Party (PT), I emphasize how the exercise of power blends with a certain concept of ethics to construct political discourse, and which strategies are employed in these hegemonic fields in the search for legitimacy. The primary source of analysis in this work is the documentary film by João Moreira Salles (*Entre-Atos*), along with some other supplementary sources.

Key words: Political Theory, Cinema, Elections, Lula, Populism.

RÉSUMÉ

Il s'agit dans cet article de problématiser l'idée d'éthique en relation avec la théorie et la pratique des discours de la gauche au sein des mouvements sociaux latino-américains, et ici plus particulièrement brésiliens. En toile de fond théorique, nous analyserons comment les notions d'hégémonie (proposée par Ernesto Laclau) et d'événement (développée par Alain Badiou) extrapolent leurs limites théoriques lorsqu'elles sont pensées sur la base de la pratique politique. À partir d'un cas concret, l'élection à la présidence de Luis Inácio Lula da Silva, icône et figure incontournable du Parti des travailleurs (PT), nous analyserons de quelle manière l'exercice du pouvoir incorpore une conception donnée de l'éthique pour construire un discours politique et quelles sont les stratégies utilisées dans ces champs hégémoniques pour conquérir sa légitimité. Le matériel analysé est principalement constitué du film documentaire *Entreatos* de João Moreira Salles et de quelques autres documents.

Mots-clés: Théorie politique, Cinéma, Élections, Lula, Populisme.

提要

本文探讨政治实践中伦理议题在拉美社会运动中所谓左派的话语中所起的作用——以巴西为例。在政治学理论的基础上探讨Ernesto Laclau 的主导意识 (*hegemonia*), 和Alain Badiou的具体事件(*evento*), 及其在政治实践上的局限性。本文以巴西工人党的领袖 工人党 (PT) 的标志性人物鲁拉Luis Inácio Lula da Silva 在2002年总统大选中的选举话语和具体行为进行研究, 试图分析政治实践中, 伦理议题和权力议题的结合而产生的政治话语。为了争夺合法性, PT融合了主导意识, 策划了新的选举策略。主要资料来源于巴西的纪录片制作人João Moreira Salles 的作品“来龙去脉” (*Entreatos*) 和其他的补充材料。

关键词: 政治学理论, 电影, 大选, 鲁拉, 民众主义。

En este trabajo pretendo problematizar la idea de la ética en relación con la teoría y práctica de los discursos de la llamada izquierda que asumen importancia dentro de los movimientos sociales latinoamericanos, con énfasis en el caso brasileño. Como fondo teórico, me interesa investigar cómo las categorías de *hegemonía*, propuesta por Ernesto Laclau y de *evento*, desarrollada por Alain Badiou extrapolan sus límites teóricos cuando son pensadas desde la práctica política. Partiendo de un caso real, la elección a la presidencia de Luis Inácio Lula da Silva como icono y figura destacada del partido de los trabajadores (PT), pretendo analizar de qué manera el ejercicio del poder se mezcla con una determinada concepción de ética para construir un discurso político y qué estrategias

se utilizan en estos campos hegemónicos para encontrar legitimidad. El material para el análisis en cuestión constituye principalmente la película documental de João Moreira Salles (*Entreactos*), y algunos materiales suplementarios².

Tal y como lo formula Ernesto Laclau, la hegemonía se define por el “proceso por el cual una particularidad asume la representación de una universalidad con la que es en última instancia inconmensurable”.³

Efectivamente, Laclau pretende actualizar algunos conceptos clave del Marxismo, poniéndolos en diálogo con la práctica política contemporánea. Su propósito original es responder a la necesidad de construir una política de izquierda que pase por la afirmación de identidades nacionales y populares, superando el planteamiento estrictamente clasista que marcó el discurso del campo marxista más ortodoxo a partir de los años 60. Partiendo de algunos principios del discurso tradicional marxista, su objetivo es expandir y relativizar la noción de totalidad histórica y de determinismo económico como referencias datadas -teniendo en cuenta los límites de la categoría de clase en los análisis de las relaciones de poder. Para Laclau, la idea de que el conjunto de los hechos sociales tiene una estructura unificada, orgánica e inteligible, es un principio que debe ser puesto en duda y la idea de una ‘determinación en última instancia’ de lo económico no tiene sentido en la sociedad contemporánea, marcada por la multiplicidad y fragmentación de identidades, intereses y conflictos. De manera pragmática, lo que debe ser teorizado y desarrollado son conceptos y principios capaces no solamente de explicar lo real sin reducirlo o generalizarlo. Estos principios y categorías básicas, sin embargo, no dejan de cumplir con la ideología marxista, en la justa medida en que deben componer una agenda política orientada a cambios socioeconómicos que tengan a la vista las necesidades de los grupos históricamente desfavorecidos.

Entretanto, frente a este panorama no hay exclusivamente un solo propósito dentro del proceso histórico (lucha de clases), y la lucha ideológica que él piensa está marcada precisamente por la pluralidad de intereses, estrategias y esfuerzos de asumir una posición de preeminencia, o sea, una lucha de *campos hegemónicos* en disputa. Mediante esa universalidad fragmentada, la *articulación* – según Laclau – es lo que permite diferenciar e identificar estos distintos elementos de composición de los campos

² De campaña (como la “Carta al pueblo brasileño” firmada por el entonces candidato en Junio de 2002), entrevistas a Lula posteriores a su victoria y al largo de su ejercicio de las funciones de presidente dentro y fuera de Brasil.

³ Laclau, Ernesto (2008). “Por una ética militante”. In *Debates y combates: por un nuevo horizonte de la política*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, p. 79-80.

hegemónicos. Es la articulación lo que permite estratégicamente negociar y vencer las disputas en juego. La articulación política es lo que establece principios de relación entre campos hegemónicos desde el punto de vista práctico, y lo que incide sobre estos campos con el fin de modificarlos. El resultado es lo que el teórico denomina *discurso*, que va convertirse en lo que él define por “totalidad estructurada”, esto es, el producto del discurso obtenido por la articulación entre fuerzas (o campos) hegemónicos distintos.

Es necesario aclarar que el uso de la categoría “totalidad estructurada” no es casual. Para Laclau, afirmar la existencia de un núcleo universal y estructurado sirve como base material, fondo y orientación ideológica. Sin esa unidad totalizadora y estructurada del discurso, todo su fundamento teórico se fragmentaría. Como manera de distinguirse del materialismo historicista y determinista del marxismo ortodoxo, Laclau rechaza la idea de totalidad histórica y reconoce frente al plan político contemporáneo la fragmentación de identidades. Pero al definir las estrategias de conquista de una hegemonía del discurso y afirmar la existencia de una re-totalización en cierto orden – como horizonte – Laclau retoma el tema de la constitución de bloques históricos y de la posibilidad de reconstruir identidades colectivas.

El esfuerzo de Laclau por actualizar categorías y deshacerse de la exclusividad de las determinaciones del marxismo tradicional es en sí mismo pragmático, una vez que él intenta expandir el número de factores y elementos que interfieren sobre la lucha hegemónica (que suplanta, en cierta manera, la idea de lucha de clases como factor exclusivo de la revolución socialista). En su apropiación del socialismo como régimen, Laclau expande la concepción del término: más allá de la eliminación de la propiedad privada de los medios de producción, la lucha por el cambio de régimen por una sociedad basada en lo colectivo implica también otras formas de “liberación” que forman parte de diferentes campos hegemónicos. Lo que él denomina “totalidad de los ideales emancipatorios”, no tiene ningún vínculo necesario y no se restringe a la lucha de clases. Se refiere, en este caso, a la multiplicidad de las causas por la cual la militancia democrática y socialista se dedica y compone las fuerzas hegemónicas en disputa. Laclau no deja de considerar la lucha por los derechos de las minorías como relevantes e importantes dentro del proceso histórico y del gran conjunto de batallas a que se dedica la política progresista (de izquierda) contemporánea, sino que las reafirma como parte de la lucha socialista de la contemporaneidad.

Al definir *democracia* como término ambiguo e inestable, como resultado de una multiplicidad de discursos hegemónicos que están contruidos *articuladamente*, Laclau no

encierra su teoría dentro de una trascendencia historicista utópica con ideales de perfección. La idea del marxismo como “fin último” y como resolución definitiva de los problemas sociales e históricos es para Laclau irrealista. Al asumir que ambigüedad e inestabilidad forman parte del proceso democrático, Laclau niega la idealización recurrente dentro del campo socialista que convierte el marxismo en valor dogmático. Lo moral y lo ético, que para Laclau están sostenidos por la multiplicidad, no determinan que la lucha de clases esté necesariamente unida a otras demandas, lo que de hecho nos deja espacio para pensar en la inmensidad de posibilidades políticas y de articulaciones pertinentes en el campo democrático como un todo. Al asumir la multiplicidad de identidades que forman el individuo, lo que hace el autor es evidenciar la gran dificultad de unificar un discurso progresista, valorizando la importancia del diálogo, de la negociación bajo el principio de *articulación* que él mismo define.

El en caso real de las elecciones del partido obrero (PT) en Brasil, es posible identificar mucho de lo que Laclau desarrolla como teoría en el ámbito práctico. Como podemos observar, la idea de bloques hegemónicos en disputa, asociados por articulaciones estratégicas inestables, configuró lo que fue el gran pacto político del partido de los trabajadores desde 2002. La idea del diálogo sugiere una negociación donde el peso de las decisiones políticas estaba y está determinado por el poder de cada una de las partes que componen la disputa. Si, por un lado, lo que la articulación política ofrece es la salida del impasse ideológico (los dos lados ceden a un propósito de interés compartido), por otro, queda una incongruencia inherente a la propia práctica. Laclau cree firmemente en el cambio de las partes en el proceso mismo de negociación, y postula la creación de una práctica compartida, donde cada lado responde a sus intereses. En ese caso, la idea de que puede haber un equilibrio de intereses en la negociación es sumamente problemática, pues no tiene en cuenta la asimetría que compone la disputa hegemónica, en otras palabras, los lados en disputa no son equivalentes. Como el propósito de la lucha hegemónica es la victoria, el movimiento de la lucha hegemónica es necesariamente desequilibrado. Así, la idea de negociación oculta el conflicto, que es lo que define la teoría marxista en su base filosófica. Según esta teoría, todo el proceso político está basado en el conflicto (de clase), en la lucha de intereses donde romper con el lado más fuerte, el capital, requiere de una violencia sistemática y definitiva: la toma del poder del proletariado. Aunque Laclau no termine con la noción del conflicto – de hecho la reafirma, al hablar de campos hegemónicos en constante disputa – su idea de la negociación como fin político deja un hueco sustancial: ¿cómo agregar fuerza y vencer a

la disputa sin dejarse ser absorbido por las fuerzas hegemónicas preeminentes? ¿Cuáles son los límites (éticos, por ejemplo) de un partido en una negociación y concesión donde la lucha es necesariamente asimétrica? ¿Cuál sigue siendo el propósito de la lucha, si la articulación requiere el consenso de todas las partes?

En el caso preciso del PT, la victoria representó la negociación entre sectores diversos de la sociedad, con el fin de salir de las bases populares y congregar apoyo, añadiendo una parte del sector productivo (antes en visible decadencia económica), sin dejar de mantener un discurso dirigido a las clases populares. Si recordamos la llamada “Carta al Pueblo Brasileño”, firmada por Lula en 2002, el candidato mencionaba su propósito fundamental en los cambios propuestos por el partido: crecer, incluir, pacificar. Cambiar para conquistar desarrollo económico y justicia social. Cambiar para evitar un colapso *económico, social y moral*. Lo mismo se percibe en la película documental: en *Entreactos*, Lula también deja claro los propósitos específicos del partido: hay que cambiar las relaciones entre Estado y sociedad *mientras* se gobierna.

El argumento principal que compuso la plataforma de gobierno del PT consistió en una reestructuración económica y social capaz de reorganizar las fuerzas productivas del país con un incremento en el mercado de consumo interno brasileño (así postulaba el PT toda su agenda desde 2002). Para esto, el esfuerzo significaría combinar desarrollo económico con la redistribución de renta como pilar central de la administración. Si para la izquierda entusiasmada las propuestas del PT fueron interpretadas como estrategias con el fin de obtener cambios radicales necesarios para la sociedad y la economía – coherentes con la historia de este movimiento social - para la derecha conservadora, la llegada del PT al poder representaba una amenaza a su posición de clase siguiendo los principios de la retórica neoliberal. Una vez en marcha, el resultado de las acciones prácticas del gobierno no correspondió a ninguna de esas dos expectativas. El crecimiento de la economía combinado con la expansión sistemática de la clase media (incorporando sectores populares dentro de la categoría) no respondió ni a los cambios radicales exigidos por la izquierda ni a los pronósticos drásticos que indicaban la inestabilidad política y económica del país. Esa doble “decepción” que simbolizó el lugar del partido deja espacio para pensar la idea de la articulación propuesta por Laclau desde el punto de vista práctico. Combinar negociación y reformas, dentro del eje de un consenso significa definir prioridades, y crear un juego político capaz de legitimar y convertir los intereses de una parte en los intereses del todo.

Por otro lado, Laclau ofrece una salida efectiva, al afirmar la multiplicidad de perfiles que configuran el sujeto político, sus intereses y su filiación a un proyecto político. Esta multiplicidad consiste en un conjunto de elementos que perfilan la definición de un partido, no solamente en su orientación económico-ideológica. Estar comprometido con el movimiento obrero no significa necesariamente compartir todas las ideas de un socialismo democrático. Tampoco significa rechazar la lucha por derechos y condiciones sociales más justas y dignas. Y la posibilidad de que coexistan ambigüedades y contradicciones internas es precisamente lo que, según Laclau, define el carácter democrático de un grupo, sujeto político o partido (como en el ejemplo de Lula y el Partido de los Trabajadores).

Desde otro plano teórico, aunque referido a la práctica política, Alain Badiou se propone pensar la categoría *ética* en los discursos teóricos y políticos de la contemporaneidad. Comenzando por revisar las nociones de ética en teóricos como Kant y Lévinas, Badiou reconsidera los distintos niveles de trascendencia del principio de la moral que están ocultos en las ideas de tolerancia, alteridad y humanismo. A la llamada "ética de las diferencias", que sintetiza el argumento del uso de la tolerancia como principio, Badiou contesta de manera radical. Criticando a Lévinas, por ejemplo, Badiou afirma que el principio de devoción del Otro está necesariamente asegurado por una concepción mimética de duplicación del uno, lo cual es bastante problemático. La distancia que separa uno y otro en la relación de alteridad es aquella que permite a uno reconocer y disfrutar en el otro lo suyo propio. Para ser inteligible, según Badiou, la ética (que él critica) requiere que el Otro esté sostenido por un principio de alteridad que Lévinas denomina "altogether other", principio éste que trasciende la finitud de la experiencia. El Otro constituye una imagen determinada y fija, siempre remitida a su similitud y diferencia en relación a uno mismo. Por fin, el dominio de lo ético por una idea de alteridad resulta en un axioma religioso. La filosofía termina anulada por la teología, conforme afirma el teórico francés. Todo el esfuerzo por convertir la ética en un principio de pensamiento y acción es de por sí esencialmente religioso. Ese Otro pasa, por lo tanto, a ser celebrado en cuanto ente que es capaz de compartir los códigos de valores particulares aceptados social y políticamente como universales: los derechos de las mujeres, el ambientalismo (*environmentalism*) como conducta de la praxis, etc., son derechos naturalizados, se vuelven referencias comunes y definen cuándo el Otro es o no es "amistoso" o cuándo se convierte en un potencial "enemigo". Por fin, en la base de sustentación de la idea de los derechos humanos como principio categórico se invoca al

respeto por las diferencias que en última instancia remiten a un punto común: la obediencia a una identidad universal – que es el objeto a que Badiou se opone.

A partir de ahí, Badiou empieza a construir las categorías que va utilizar para proponer una ética partiendo de la completa anulación de su principio moral y teológico. Contraponiéndose a las bases metafísicas, Badiou postula la experiencia como fundamento de la consistencia ética. Negando de manera categórica la existencia de Dios, para rechazar cualquier idea de origen y unicidad, él amplía el concepto de la ética mediado por múltiples diferencias, indefinidas e infinitas. Según este principio, existen tantas diferencias entre yo y yo mismo como entre un campesino sueco y un morador de las áreas urbanas pobres en China, por ejemplo.

El concepto de interés es crucial y debe de ser entendido como perseverancia (de y en el Ser), y no como el interés personal o material de uno en relación a un objeto o al conocimiento de manera específica. La ética para Badiou debe manifestarse como un “interés desinteresado”, como una curiosidad que motiva fuerzas de perseverancia activamente. El “interés desinteresado” aparece aquí en un sentido radical, en la medida en que el objetivo es enlazar fuerzas en una *fidelidad*, que constituye el *proceso de verdad*, tal como lo define. Estas categorías son fundamentales y se articulan directamente con la idea de *evento*, que es el fundamento teórico de la ética que él plantea.

La idea de *evento* es definida por Badiou como un momento extra-ordinario capaz de extrapolar su circunstancia particular para alterar una situación dada. El evento forma parte de un movimiento marcadamente potencial, iniciado en vías de un cambio efectivo, proceso que Badiou llama *fidelidad*. La *verdad* es el resultado de ese proceso de fidelidad ocurrido dentro de un evento, su efecto dentro de la situación. Badiou considera al evento como un componente de ruptura, y la *verdad* que se materializa en la situación es inmanente y no se materializa sino ahí. No hay verdades reinantes, todo está dado y determinado por la acción del evento, por ese movimiento específico. La ruptura constituye una activación en donde se crea otro significado junto a un significante ya conocido, lo que Badiou denomina un *proceso de verdad*. Cuando pasamos a pensar en la situación a partir del evento, es porque hubo esa ruptura, y la fidelidad del evento se consolidó dentro de la situación. El evento, por fin, debe transformar la situación desde sus bases.

La existencia del evento está, por lo tanto, relacionada con la situación, con un dado vacío de significado. Tal como define Badiou, el evento está relacionado de manera

suplementaria con una situación sin que esté necesariamente atado a sus reglas o a determinaciones categóricas. Lo que conecta al evento con su característica definidora es precisamente el vacío inherente a una situación previa al cambio que puede ocurrir. Badiou sintetiza: “*the fundamental ontological characteristic of an event is to inscribe, to name, the situated void of that for which it is an event*”⁴. Nombrar (*to name*) es la palabra clave que indica el aspecto consecuente o de resultado del evento relacionado con la situación.

Badiou parte de tales premisas para redefinir una ética exenta de cualquier referencia metafísica. Para él, concebir la ética significa anular todo y cualquier principio moral y teológico para construir una ontología de características distintas. La experiencia aparece como fundamento de consistencia ética, sin la existencia de Dios, sin principio genealógico (histórico) único. Evento y situación funcionan como ámbitos de actuación que definen la posibilidad del acontecer (*ocurrence*) de la verdad. En ellos es posible observar y calificar la existencia y la inmanencia de los procesos de verdad, que son lo que caracteriza a la ética. Considerando que el sujeto humano no tiene valor positivo o negativo *per se*, la emergencia de lo malo y de lo bueno dependerá precisamente de esa (rara) presencia real de los procesos de verdad en la situación.

El sujeto es el sostenedor de esa fidelidad, aquel que lleva el proceso de verdad. Por lo tanto, el sujeto no puede preceder a ese proceso, sino que él forma parte de esa construcción inmanente. En otras palabras: el sujeto no existe en la situación anterior al evento. Se podría afirmar que el proceso de verdad induce a la creación del sujeto. El sujeto de la revolución política no es el individuo militante, sino la producción singular que toma diferentes nombres (as veces partido, pero no exclusivamente). Así, la ética de los procesos de verdad (en plural) termina en el sentido opuesto al sentido kantiano de moralidad, pues no existe ética sin su referente directo. Tal como afirma Lacan, para Badiou la ética es necesariamente la de la política, la del amor, la de la ciencia y del arte. No existe, por tanto, un sólo sujeto de verdad, sino múltiples y están necesariamente referidos a una de esas cuatro categorías subrayadas por el pensador.

Al responder a algunos de los conceptos clave definidos por Badiou en *Ethics*, queda bastante claro que para Laclau es precisamente la idea del vacío y de la relación

⁴ Badiou, Alain (2001). *Ethics: an essay on the understanding of evil*. Translated by Peter Hallward, London; New York: Verso, p. 69.

entre evento y situación lo que constituye los aspectos problemáticos. La idea de un evento sin significado predefinido como disparador de un cambio efectivo y definitivo en una situación, sin que haya durante ese proceso una correspondencia o un “llenar” de significado, es lo que Laclau rechaza de manera sistemática a lo largo de su argumento teórico. Según Laclau: “*el procedimiento de verdad en el que participan sus sujetos consiste, en una de sus dimensiones básicas, en la reconstitución de la situación en torno a un nuevo núcleo (77)*”⁵. La consecuencia – afirma – es que ya no es posible visualizar o entender las consecuencias del acontecimiento: “*éste tiene que exhibir sus capacidades de articulación yendo más allá de sí mismo*”⁶, lo que fuerza la separación entre vacío y el sitio del acontecimiento. Como resultado final, se vuelve necesaria cierta forma de llenar el vacío de manera especial, que requiere de una descripción teórica, de lo que carece el planteamiento del pensador francés. Todas las formas por la cual Badiou entiende ese llenar del vacío son, según Laclau, lo malo, lo que termina en una distinción fundamental: aun necesario e inevitable, el significado final del proceso de verdad tenderá a resultar en algo negativo para Badiou. En el polo opuesto, para Laclau, a través de una equivalencia (y de una trascendencia) de particularidades se puede construir algo como el nombre del vacío que ocupe la situación de manera definitiva, sin que eso signifique algo positivo o negativo.

¿De qué manera podríamos pensar la victoria del partido obrero en Brasil en 2002 a partir de estos términos?

Al definir el enfoque específico de su documental, João Moreira Salles - director y creador de *Entreactos* - anuncia sus objetivos: producir un documental de los momentos decisivos de la campaña electoral brasileña de 2002 con un énfasis en la figura del entonces candidato Luis Inácio Lula da Silva. Retratar a Lula, sin embargo, no es solamente delimitar su rol de candidato y su discurso, sino problematizar la relación entre el perfil social e individual del hombre y su telón de fondo: la ascensión del movimiento obrero en Brasil desde la década de 1970. Además de eso, la película añade complejidad al incorporar las escenas entre bastidores de la campaña, y mostrar las estrategias del partido en su intento de vencer las elecciones.

⁵ El término *habitus* aquí se refiere al concepto de *habitus* desarrollado por Pierre Bourdieu, donde clasifica el conjunto de prácticas culturales que constituyen el perfil del individuo en su grupo social.

⁶ En un dato momento de la película, Lula comenta el rol de los institutos de estadística social y llega a afirmar que deseaba recibir en su casa un representante del censo para hacerse notar que tenía sí un perfil socio económico de clase media.

En una sola narrativa, la película es capaz de combinar la biografía de un personaje político de relevancia y su inserción dentro del proceso político en la contemporaneidad. Cuando Moreira Salles empieza el documental afirmando su interés por mostrar a Lula entre bastidores, su objetivo tampoco es inocente. Por un lado, Salles nos presenta la identidad del sujeto político mucho más compleja que aquella de mediador del discurso de su partido y nos ofrece la posibilidad de pensar en el potencial de cambio político a través de estrategias de negociación efectivas. Por otro, la película ofrece al espectador la confirmación de una retórica: la plataforma de gobierno es equivalente al discurso del candidato desde su intimidad. La historia del sujeto Lula está atada de alguna forma al plan de gobierno de su partido, lo que confiere legitimidad a sus argumentos. En un plano analítico, el director busca reconfigurar el perfil histórico de una parcela de la clase obrera que hoy forma parte de la clase media brasileña, con todas sus implicaciones políticas y contradicciones que puedan existir. Al presentarnos el contexto de afirmación histórica del PT, el documental reenfoca su objetivo principal: subrayar la toma del poder menos radical que reformista, exitosa precisamente por su pragmatismo.

En la medida en que la película personaliza la figura de Lula, lo que se quiere resaltar es esencialmente cómo su identidad de clase media se mezcla con un perfil de clase popular. Por ejemplo, la recurrencia a escenas en las que Lula afirma su identidad de clase media es explorada en la película de manera sistemática. La insistencia por llevar siempre un buen traje, la importancia de llevar corbatas apropiadas para la ocasión, las imágenes de un cierto “lujo burgués” de su apartamento son presentadas en la película no más a menudo que todas las escenas en que el propio Lula sugiere su pasado obrero, sus gustos y sus *habitus*⁷ populares. La sugerencia del candidato de que se ponga música popular en su coche, la simplicidad de la barbería que frecuenta, el recuerdo del pasado en la fábrica sin ninguna nostalgia⁸, añaden una riqueza en el perfil del político más allá de la simbología de la elite que suele asociarse al ejercicio del poder.

Desde el punto de vista de la retórica, Lula afirma que la singularidad de su partido es parte de su propio proceso de creación. Al final, él fue constituido por una clase obrera salida de las fábricas, inquieta en su función de proletariado para asumir cargos políticos (él incluso menciona los éxitos electorales del PT desde su momento de formación). La

⁷ El término *habitus* aquí se refiere al concepto de *habitus* desarrollado por Pierre Bourdieu, donde clasifica el conjunto de prácticas culturales que constituyen el perfil del individuo en su grupo social.

⁸ En un dato momento de la película, Lula comenta el rol de los institutos de estadística social y llega a afirmar que deseaba recibir en su casa un representante del censo para hacerse notar que tenía sí un perfil socio económico de clase media.

idea es afirmar que, al contrario que los partidos de izquierda tradicionales, compuestos por intelectuales salidos de la pequeña burguesía e insertados dentro de la fábrica, el PT constituyó un ejemplo distinto: fueron los trabajadores quienes poco a poco pasaron a ocupar los cargos de poder desde su nivel regional hasta llegar a la victoria en las elecciones presidenciales. Sin embargo, esta afirmación y argumento planteado por Lula se debe precisamente a la estrategia fundamental del partido: salir de sus bases para congregarse apoyo político. Aunque está pragmáticamente construido, todo este esfuerzo está sostenido por una absorción del PT al centro del poder. El documental no deja de subrayar el alto nivel de negociación, y refuerza la articulación política de Lula en las recurrentes imágenes de sus asesores y colaboradores que le instruyen, aconsejan y ofrecen la mayor parte del aparato argumentativo que sostiene Lula como candidato. Por fin, Lula es presentado como el “mejor preparado”, el más competente para llevar a cabo los cambios administrativos, pero la base de apoyo de esa preparación está en la compleja red de articulación política que interconecta la personalidad y la participación popular de Lula con una parte de la intelectualidad de la izquierda brasileña, que también integran el partido. En ese caso, el PT, salido de la clase obrera, confirma su legitimidad mediante la presencia de todo un aparato intelectual de la burguesía que confiere eficacia (pragmática) al discurso y agrega poder a este campo hegemónico.

Es posible afirmar que la llegada de Lula a la presidencia tiene la simbología del *evento* de Badiou. Si aceptamos la idea sugerida por la película de que el PT encuentra en ese momento una oportunidad de ascensión dada por sus particularidades (su origen y su capacidad de lanzarse como un puente de una plataforma de gobierno realista aunque capaz de promover cambios), el uso del término *evento*, así como lo concibe Badiou, tiene sentido. La imagen de Lula, como símbolo principal de ese movimiento, nace de la materialización de ese proyecto supuestamente unido al principio de un proceso de verdad. Recordemos la enunciación categórica de Lula en la película: “*Hoy en Brasil la única figura de dimensión nacional soy yo, porque tengo detrás de mí todo un movimiento*”. Podríamos pensar en ese sujeto – fruto de un movimiento obrero – como capaz de representar, nombrar los huecos de una situación, siguiendo los principios de Badiou.

No obstante, la idea de simultaneidad y de reforma, que son la base del discurso de Lula, inserta una relación temporal que aleja la posibilidad de pensar ese evento desde el punto de vista de Badiou, pues es precisamente la idea de simultaneidad la que Badiou no comparte. En su formulación conceptual, la relación entre evento y situación es de

ruptura y sustitución, mientras que en el discurso de Lula, estamos hablando de cambios orgánicamente contruidos, desde dentro del proceso político. Es esa propuesta de cambio la que permite que la negociación (y la articulación) y el consenso ocurran. Al final, según presenta la película, para llegar al poder y gobernar democráticamente es necesario dialogar, conciliar intereses, negociar y conseguir apoyo para poner en práctica acciones y cambios estructurales.

Si ponemos este ejemplo en diálogo con las postulaciones de Badiou, quedan también algunas cuestiones pertinentes. De cierta manera, el discurso político “desinteresado”, cuyo interés debe ser orientado a un fin colectivo, a una idea trascendente, es incompatible con la idea de articulación y negociación. Si Laclau considera el diálogo como manera de consolidar el discurso y de cambiar en el ámbito práctico y efectivo la ideología marxista, Badiou tiende a aislar la idea del evento dentro de una trascendencia. Para Badiou, a pesar de que la experiencia sirva como fundamento de la consistencia ética y de que esta experiencia esté definida por una multiplicidad de diferencias, no existe lugar para el conflicto. La contradicción principal de la ontología sugerida por Badiou es que él reconoce la trascendencia que forma parte del discurso de las diferencias, y se opone a la obediencia a una identidad única universal, pero, sin haber espacio para el diálogo, sin haber un evento capaz de completar los huecos de una situación, todo está remitido a un vacío recurrente. Podríamos preguntar cómo las diferencias entre los sujetos pueden ser superadas a fin de encontrar un discurso colectivo eficaz y capaz de cambiar la situación. Si el evento surge del hueco dejado por la situación, está sustraído de ella, entonces no hay manera de cambiar la situación de manera activa, sino que hay una espera constante por un dado momento, donde el proceso de verdad suplante la realidad presente y la convierta en algo nuevo, sin identidad afirmada. Pero en todo este proceso, no hay control ni poder de decisión. Según el propio Badiou, la ética de las verdades sirve como principio de perseverancia y de resiliencia, que es lo que permite impedir a lo malo como efecto posible de los procesos de verdad. Resiliencia aquí entendida como resistencia, como tenacidad necesaria para evitar lo malo. Pero precisamente en la ética de las verdades, lo que Badiou omite es la posibilidad de crear lo bueno, o lo sustancialmente positivo⁹.

⁹ Para Badiou, la concepción de lo malo depende de tres elementos: el vacío de la situación, la incertidumbre de la fidelidad y el poder de la verdad al marcar y forzar el conocimiento. Con relación al vacío, lo malo (evil) es lo que convoca la plenitud de la situación, el refuerzo y no su vacío, su incoherencia, su falta. En ese caso, lo malo se nombra por *simulacrum* o terror. La traición (betrayal) es el fallo de continuidad de la fidelidad, la incapacidad del evento de inferir sobre la situación un cambio efectivo, la

La candidatura de Lula y la historia de un movimiento social presentados en el documental hacen evidentes las naturales contradicciones e incongruencias de la teoría política pensada tanto por Laclau como por Badiou. Desde el ámbito de la práctica política, la idea de negociación vacía el significado histórico de los cambios pensados desde un partido, y no se considera lo que sería la resistencia o el principio básico de orientación ideológica de un partido surgido de un movimiento social obrero. ¿Qué compromiso con el trabajador se establece en la plataforma de gobierno de Lula que no esté en función del crecimiento económico y de la expansión de la economía? ¿Qué tipo de dependencia tiene ese compromiso social con los intereses del capital que son, a su vez, absolutamente antitéticos a los principios del socialismo? Asumiendo que el partido represente el ideal reformista, por otro lado, ¿qué tipo de negociación es posible dentro de una estructura social históricamente formada por la desigualdad?

Sin embargo, la inocencia del pensamiento de Badiou no tiene en cuenta las necesidades reales de la práctica política. El evento – si pudiéramos pensar en el caso del PT – como originado desde un hueco dejado por la situación, tendría sentido aquí, pero necesariamente correspondería a un contenido firme, a un movimiento político dirigido a llenar este hueco simbolizado por la ausencia de las clases populares en el ejercicio del poder ejecutivo.

Tanto Badiou como Laclau tienen en consideración la pluralidad y la fragmentación de las identidades y la imposibilidad de unificarlas en una totalización colectiva, marca del pensamiento político progresista de izquierdas en la actualidad. Ya sea al pensar la ética como capaz de reorientar las acciones prácticas de los sujetos (Laclau), o ya sea como para repensar el rol del militante y su responsabilidad frente un principio ontológico (Badiou), ambos parten de la complicada red de discursos que retoman el marxismo en la contemporaneidad.

La pregunta final sería: ¿cuáles son los límites éticos de la práctica política? La llamada “toma de poder” de un partido de bases proletarias no deja de subrayar la complejidad de esa pregunta. Sean las contradicciones y ambigüedades, sea la capacidad de generar diálogos múltiples, es precisamente la visibilidad de la política y su

interrupción de un proceso de verdad. Por fin, lo malo como desastre (disaster) ocurre cuando la identidad de la verdad se refiere a una idea de poder total, cuando la esencia de una verdad es afirmada. Estos tres movimientos caracterizan lo malo dentro del propio proceso de verdad y no constituyen una oposición, como proponen los principios de la moral teológica que afirma la verdad en confrontación en el polo opuesto a lo malo. Ver *Ethics* (op.cit.)

transparencia más allá de lo real lo que reafirma la importancia de la teoría marxista, histórica y filosóficamente.

Referencias Bibliográficas

Badiou, Alain (2001). *Ethics: An Essay on the understanding of evil*. Translated by Peter Hallward. London; New York: Verso.

Entreatos (2004). Direção: João Moreira Salles, Rio de Janeiro: Videofilmes.

Laclau, Ernesto (1986). *Del Post-Marxismo al radicalismo democrático: entrevista a Ernesto Laclau*. Materiales para el Debate Contemporáneo, Montevideo: CLAEH.

_____ (2008). "Por una ética militante". In *Debates y combates: por un nuevo horizonte de la política*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 67-106.

Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal (1989). *Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics*, London: Verso.

Silva, Luis Inácio Lula da (2002). *Carta ao Povo Brasileiro*, São Paulo. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>>. Acesso em: dez. 2009.

Recebido para publicação em dezembro de 2012.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.

ESTADO, SABER E PODER NO BRASIL

ESTADO, SABER Y PODER EN BRASIL

STATE, KNOWLEDGE AND POWER IN BRAZIL

ÉTAT, SAVOIR ET POUVOIR AU BRÉSIL

国家，智识和权力：巴西个案

DOI: 10.5533/1984-2503-20135204

Sonia Regina de Mendonça¹

RESUMO

O trabalho analisa as relações estabelecidas entre Estado, Saber e Poder no Brasil da primeira metade do século XX, enfatizando o caso do Ensino Superior Agrônomo, a partir do estudo de duas das mais importantes escolas de agronomia do período: a de Piracicaba e a do Rio de Janeiro. A análise baseia em densa pesquisa sobre o perfil dos corpos docente e discente de ambas as instituições – sua procedência regional, social, familiar, etc. - bem como na apreciação das estruturas curriculares vigentes nas duas escolas estatais e respectivas alterações dentro dos marcos cronológicos estipulados. A partir desses dados é possível verificar a existência da formação de dois habitus de classe distintos, segundo as instituições frequentadas e as frações de classe a cada uma delas vinculadas: um destinado basicamente à reprodução da condição de classe dos agrônomos, e outro voltado para a construção de uma “nobreza de estado”.

Palavras-chave: Estado, Poder, Ensino Superior, Agronomia.

RESUMEN

El trabajo analiza las relaciones establecidas entre Estado, Saber y Poder en el Brasil de la primera mitad del siglo XX, enfatizando el caso de la Enseñanza Superior Agronómica,

¹ Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Pesquisadora I do CNPq, autora de inúmeros livros, dentre eles *O Ruralismo Brasileiro* (São Paulo: Hucitec, 1997); *O Patronato Rural no Brasil Recente* (Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010), dentre outros. E-mail: srmendonca@uol.com.br

a partir del estudio de dos de las más importantes escuelas de agronomía del periodo: la de Piracicaba y la de Río de Janeiro. El análisis es basado en densa investigación sobre el perfil de los cuerpos docente y discente de ambas instituciones – su procedencia regional, social, familiar, etc. – así como en la apreciación de las estructuras curriculares vigentes en las dos escuelas estatales y respectivas alteraciones dentro de los marcos cronológicos estipulados. A partir de estos datos es posible verificar la existencia de la formación de dos habitus de clase distintos, según las instituciones frecuentadas y las fracciones de clase a cada una de ellas vinculadas: un destinado básicamente a la reproducción de condición de clase de los agrónomos y otro direccionado para la construcción de una “nobleza de estado”.

Palabras clave: Estado, Poder, Enseñanza Superior, Agronomía.

ABSTRACT

This work analyses the relations established between the state, knowledge and power in Brazil during the first half of the twentieth century with a particular focus on higher agricultural education, based on the study of two of the period's most important agricultural colleges in Piracicaba and Rio de Janeiro. The analysis is based on intensive research into the profile of the teaching and student bodies of both institutions – their regional, social and family backgrounds, etc. – as well as on an assessment of the existing curriculum structures in the two state-run colleges and the respective modifications within the time frames stipulated. Analysing this data permits the verification of the formation of two different class habitus, according to the institutions attended and the class fractions linked to each of them: one basically destined to reproduce the agriculturists' class condition, and the other focused on the construction of a new “state nobility”.

Key words: State, Power, Higher Education, Agriculture.

RÉSUMÉ

Cet article analyse les relations entre État, savoir et pouvoir dans le Brésil de la première moitié du XX^{ème} siècle à travers le prisme de l'enseignement supérieur agronomique. L'étude se base sur deux des écoles d'agronomie les plus importantes de cette période, celle de Piracicaba et celle de Rio de Janeiro, pour lesquelles une analyse poussée des corps professoraux et étudiants (origines régionales, sociales et familiales) a été menée. L'on a également analysé les programmes d'enseignement en vigueur dans ces deux écoles d'État, ainsi que leurs modifications respectives durant la période en question. Il est

possible, à partir de ces données, de constater l'existence de la formation de deux habitus de classe distincts en fonction de l'école fréquentée et des fractions de classe y ayant accès : l'un destiné essentiellement à la reproduction de la condition de classe des agronomes et l'autre à la construction d'une « noblesse d'État ».

Mots-clés: État, Pouvoir, Enseignement supérieur, Agronomie.

提要

论文讨论20世纪上半叶巴西的国家，智识和权力三者之间的关系，以农学高等教育为例。对那个时期巴西两个最重要的农学院校，一个位于皮拉希卡巴，另外一个位于里约热内卢。通过对两农校的师生的个人资料进行分析—

他们的来源地，社会和家庭背景等。同时对这两所国家创办的农校的课程设置和变迁进行分析。通过研究师生的阶级来源和社交习惯，可以了解到两种截然不同的社会阶层的形成过程：一个是农艺师的再生产，另外一个“国家权贵”的再生产。

关键词: 国家，权力，高等教育，农学

Premissas da Reflexão

Os estudos sobre as origens e consolidação do ensino agrônômico no Brasil costumam incidir em dois "vícios". De um lado, situam-se os que tratam do objeto sob um prisma laudatório, sobredeterminado pela própria extração sócio-profissional de seus autores e sua posição de classe. Trata-se de obras pautadas por um "discurso de celebração", com finalidades consagradoras e apologéticas elaboradas por ex-alunos ou dirigentes de instituições escolares às quais se vinculam afetiva ou academicamente². De outro, estão os trabalhos onde a temática é abordada a partir de viés assistencialista, enaltecendo desse novo técnico visto como capaz de "resgatar" do atraso os trabalhadores rurais brasileiros. Em ambos os registros, duas questões se colocam.

Em primeiro lugar, o fato de ser sempre em nome dos "desfavorecidos" que se erige a retórica justificadora das propostas de intervenção junto ao campo e ao "homem rural", secundarizando-se, dessa forma, o seu próprio reverso, ou seja, o quanto esses

² Esse é o caso de trabalhos como os de Galli, Ferdinando (1976). *ESALQ: 75 anos a serviço da pátria*, Piracicaba: s.n, p. 125 e Reis, Tito de Souza (1921). *O Ensino Agrícola na Escola Luiz de Queiroz*, São Paulo: Typ. Olegário Ribeiro, por exemplo.

atores sociais – pequenos produtores, arrendatários, posseiros, etc. - respaldam, sem disso ao menos terem noção, o duplo e simultâneo processo de ampliação da estrutura material do Estado no Brasil e de estatização crescente dos interesses de segmentos da classe dominante agroindustrial e seus porta-vozes. Já o segundo problema prende-se ao fato de a quase totalidade dos estudos dedicados às escolas superiores de agronomia tomarem-nas em estado “isolado”, independentemente das relações objetivas que as unem entre si, o que se configura, a meu juízo, na única dimensão capaz de propiciar o reconhecimento das propriedades pertinentes aos que são por elas diplomados, ou seja, seus distintos *habitus*³.

Tentando superar enfoques capazes de comprometer resultados e conclusões, proponho refletir sobre a constituição sócio-histórica dos agrônomos no Brasil a partir de exaustiva pesquisa realizada junto aos acervos de duas importantes escolas de nível superior em todo o período compreendido entre 1901 e 1961. A premissa dessa análise é a profunda e permanente intercessão existente entre Estado, Saber, Poder e Reprodução de Classes. Assim, começo apontando que o ocultamento das relações existentes entre Saber e Poder ao longo da própria História, não resulta somente numa tomada de posição simplificadora no âmbito da chamada "história cultural", mas também numa certa confusão entre Metodologia e Teoria onde a primeira é usualmente tomada na acepção da segunda. Para elucidar o “imbróglio” destaco que partilho de uma visão do Estado de filiação gramsciana, o que significa entendê-lo como Estado Ampliado que incorpora tanto a Sociedade Civil, quanto a Sociedade Política e de cujas inter-relações, sempre tensas e conflitivas, resulta a hegemonia de uma dada fração de classe situada no bloco no poder a cada conjuntura histórica⁴. Outra premissa deste trabalho é a focalização das Escolas de Agronomia como partes de uma complexa rede de relações através da qual é possível acompanhar, continuamente, a produção e reprodução de uma certa estrutura de dominação de classes, seus agentes e respectivas agências. Estas últimas, encarregadas de redistribuir lugares sociais hierarquizando poderes e prestígios, ajudam a criar e recriar a própria ordem social, produzindo tal efeito na medida em que elas mesmas são espaços de diferenças hierarquizadas, ou seja, espaços da construção de projetos identitários sócio profissionais também distintos.

³ Cf. Capdeville, Guy (1991). *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*, Viçosa: Imprensa Universitária.

⁴ Cf. Gramsci, Antonio (1986). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Logo, refletir sobre a construção social dos Agrônomos no Brasil até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1961 implica em inserir o tema no jogo das disputas políticas inerentes ao processo de construção do Estado brasileiro, sem o que o estudo do ensino agrônomo como instrumento de produção cultural, dominação simbólica e também de confronto entre projetos identitários diversos perderia sua principal razão de ser: deslindar os mecanismos de reprodução da fração da classe dominante agroindustrial no país.

A pesquisa foi realizada nas duas mais importantes escolas do período: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em Piracicaba e a Escola Nacional de Agronomia (ENA – anteriormente Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e atual UFRRJ) no Rio de Janeiro, ambas instituições públicas, uma estadual e a segunda, federal, subordinada ao Ministério da Agricultura. Creio que a abordagem sugerida permite, simultaneamente, estudar o incessante processo de construção do Estado brasileiro verificando em que medida as escolas pesquisadas contribuíram, através de seus diplomados, para interferir junto à definição/redefinição das políticas públicas agrícolas e constatar os mecanismos da inserção de agrônomos distintamente formados junto à sociedade política (ou estado restrito), resultando em práticas profissionais diferenciadas segundo as “marcas de escola” por eles portadas.

Quando falo em Escolas de Agronomia diversamente estruturadas, tenho em mente a possibilidade de contrapor uma “*nobreza de sangue*” – oriunda, por herança, das frações da classe dominante agroindustrial – a uma “*nobreza de escola*” - formada basicamente pela via do diploma como instrumento para a obtenção de privilégios semelhantes aos adquiridos em função da condição de classe, já que o diploma não é passível de transmissão hereditária ou venda, dependendo, fundamentalmente, de competências técnicas. Por tal motivo é possível afirmar que a “nobreza de escola” também é uma “nobreza de Estado”, nos termos de Bourdieu⁵, face à “intimidade” existente entre o título escolar e o chamado “pessoal do Estado”⁶.

A noção de “nobreza de Estado” contribui para enriquecer a reflexão, pois permite sobrepor à condição de classe propriamente dita, propriedades inerentes ao que Bourdieu

⁵ Para esses conceitos ver Bourdieu, Pierre (1989). *La Noblesse d'État. Grandes Écoles et Esprit de Corps*, Paris: Minuit e também Bourdieu, Pierre & Saint-Martin, Monique (1987). “Agrégation et Ségregation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir”. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 69, p. 2 - 50, sep.

⁶ A expressão “pessoal do Estado” é utilizada por Poulantzas que evita a noção de “burocracia”. Poulantzas, Nicos (1978). *O Estado, o poder, o socialismo*, Rio de Janeiro: Graal.

denomina de “posição de classe”⁷, recolocando em discussão a temática da unidade *versus* divisão da “classe dominante”, conceito que se torna mais nuançado uma vez que, nas próprias agências do Estado Restrito, verifica-se a existência de um grupo “Dominante” pelo Saber e outro “dominado”, a despeito da mesma condição de classe. Assim, a origem social adquire novas cores inserindo-se a temática do ensino agrônômico no bojo da reflexão, posto os agentes diplomados por ambas as escolas, adquiriram características peculiares também ao campo escolar, evidenciando que a “questão de classe” guarda, igualmente, a dimensão de uma “questão de escola”. As questões levantadas permitiram analisar de que maneira - e através de que estratégias - os Agrônomos diplomados pelas duas Escolas conseguiram organizar-se enquanto “força social”, no sentido gramsciano do termo, junto à sociedade civil brasileira, bem como inserirem-se junto às agências do Estado Restrito, delas auferindo proventos, prestígio e, sobretudo, o monopólio legítimo do exercício do poder simbólico, via exercício “profissional”⁸.

Vale lembrar que o poder simbólico ativa todo um conjunto de atos de nomeação e de certificação que integram a categoria dos discursos oficiais “eficazes”, posto que proferidos em situações de autoridade e por meio de agentes autorizados a atuarem como detentores de um *officium*, isto é, de uma função ou cargo assegurado pelo próprio Estado, tais como veredictos, notas, certidões ou mesmo -o que mais nos interessa - a emissão e validação de diplomas⁹. É este que assegura que as identidades por ele criadas sejam socialmente garantidas e reconhecidas, contando com o poder de incluir e excluir grupos e categorias do âmbito de certas políticas públicas. É na intercessão desses aspectos que se destaca a correlação entre os agentes especializados do Estado e seus saberes específicos, uma vez que são justamente estes sujeitos que se metamorfoseiam na “face” visível do Estado, portando, para além de suas trajetórias individuais, aquilo que podemos considerar uma “lógica do aparelho”¹⁰, quer por integrarem sua ossatura material, quer por produzirem um discurso oficial que faz existir o próprio Estado. Este é o papel dos intelectuais junto ao que Gramsci denomina de

⁷ Bourdieu, Pierre (1974) “Condição de Classe e Posição de Classe”. In *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, p. 3 – 25.

⁸ LiPuma, J. P. (1993). “Culture and the Concept of Culture in a Theory of Practice”. In Calhoun, C. et al. (Orgs) (1993). *Bourdieu: Critical Perspectives*, Chicago: University Press, p. 14-34, p. 18.

⁹ A este respeito ver Bourdieu, Pierre (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas: Papirus, especialmente capítulo 4.

¹⁰ Ibidem.

“divisão social do trabalho de dominação”¹¹, já que os interesses específicos expressos por cada grupo de agentes em função de sua posição junto ao aparelho de Estado demonstram que este está longe de constituir-se num bloco monolítico, sendo igualmente contraditório e instavelmente estável.

Para tanto, focalizarei os mecanismos através dos quais, no seio de uma sociedade fundamentalmente agrícola e recém-egressa da escravidão, herdeira de práticas repressivas ao trabalhador¹², como a brasileira de inícios do século XX, os primeiros passos constitutivos de um efetivo mercado de trabalho implicaram, da parte dos agentes do Estado, em redefinir simbolicamente novas modalidades de compulsão ao trabalho, tratando de perpetrar projetos identitários calcados numa taxionomia criadora de um *moderno produtor rural* capazes de manter a ordem social no campo. Quem foram os agentes responsáveis por essa operação hierarquizadora, qual o seu habitus, suas trajetórias, bem como seu grau de inserção dentro do Estado Restrito naquele momento, foram indagações norteadoras da pesquisa.

Violência Simbólica, Ensino Agrônomo e Identidades Sociais

Na conjuntura gestada pela Abolição da escravidão no Brasil inúmeros agentes sociais das mais distintas frações da classe dominante agroindustrial produziram uma representação genérica de *crise da agricultura*¹³. Esta, vigente desde fins do século XIX, seria marcada por colorações sutis dependendo da procedência dos que a enunciavam, derivados de um sem número de extrações socioregionais específicas, nem sempre correspondentes a uma situação de fato dramática da agricultura¹⁴. Essa representação universalizada levou à emergência de varias agências da sociedade civil, vinculadas às frações da classe dominante agroindustrial brasileira, organizadas com o objetivo de formular projetos para sua superação, tais como a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Enquanto a primeira representou o núcleo dinâmico da grande burguesia cafeeira nacional – transformada, em 1919, em Sociedade Rural Brasileira - a segunda foi num aparelho privado de hegemonia que amalgamou interesses de diversas frações de classe agroindustriais, mormente aquelas

¹¹ Gramsci, Antonio (1984). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

¹² Cf. Velho, Octavio (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo: Difel.

¹³ Utilizei o *itálico* para toda expressão ou citação extraída das fontes pesquisadas.

¹⁴ Mendonça, Sonia Regina de (1997). *O Ruralismo Brasileiro*, São Paulo: Hucitec.

do eixo Nordeste/Sudeste/Sul, cujo desempenho econômico esbarrava em obstáculos no mercado internacional incluindo, sobretudo, grandes proprietários não ligados à produção do café¹⁵.

Enquanto para as entidades da grande burguesia paulista a *crise agrícola* devia-se à ausência de créditos, de mão-de-obra - apontando para a imigração subvencionada - e à necessidade de *modernização da agricultura* e de *educação agrícola*¹⁶, os proprietários da SNA reivindicavam a criação de uma agência de Estado voltada ao “*trato das coisas agrícolas*” - o Ministério da Agricultura, junto ao qual se aparelhariam -- bem como a “*diversificação da produção nacional*”. A tensão entre os segmentos organizados por essas entidades transformou a implantação da Pasta numa acirrada disputa política intra-classe dominante, posto que ambas almejavam nela inscrever seus distintos interesses. Concordavam, todavia, num aspecto: o Ministério a ser criado deveria ser *eminente técnico* e, por isso, elegeriam um mesmo agente privilegiado e tido como capaz de enfrentar a *crise*: o agrônomo. Considerando que até este momento existia somente uma Escola Superior de Agronomia no país, localizada na Bahia e funcionando de forma precária, outra bandeira de luta das frações da classe dominante agroindustrial brasileira consistiria em atribuir ao Estado o papel de promotor das instituições de ensino agrônomo necessárias à produção dos portadores do “*saber técnico especializado*”.

A ESALQ e a reprodução social de classe

Criada em 1901 pelo governo do estado de São Paulo, a ESALQ dedicou-se integralmente à realização do projeto dos setores da classe proprietária sob cuja égide fora implantada, valendo destacar que permaneceu, até 1933, subordinada à Secretaria de Agricultura do Estado, *locus* preferencial do aparelhamento da grande burguesia paulista. Neste sentido, a principal preocupação da Escola não era necessariamente

¹⁵ Este foi o caso dos grandes cafeicultores paulistas, com seu produto desvalorizado pela superprodução, mas não o dos cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, cujo desempenho produtivo era bem inferior ao das terras roxas de São Paulo. Quanto aos segmentos não produtores de café, destacavam-se os cotonicultores e usineiros dos estados do Nordeste ou ainda os do complexo pecuarista gaúcho, desbancado, no mercado interno, pelas carnes importadas do Prata e aquelas produzidas no próprio estado de São Paulo.

¹⁶ A modernização da agricultura preconizada pelos porta-vozes da grande burguesia paulista consistia na adoção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento, baseadas no uso intensivo de maquinaria e insumos industriais junto à atividade agrícola. Já a educação rural era pensada em termos da difusão de algumas noções de agricultura prática a serem ministradas aos trabalhadores pelos próprios fazendeiros ou, no caso em foco, por agrônomos.

formar quadros para o Estado, mas, sim, preparar tanto os *modernos fazendeiros*, quanto o corpo docente da instituição, que se pautou por um padrão altamente endógeno de recrutamento e reprodução¹⁷. Corrobora essa afirmativa a existência, junto ao professorado, de verdadeiras “dinastias”, como a dos Teixeira Mendes – num total de três, filhos e netos de grande fazendeiro da região de Piracicaba, que foi o mais antigo catedrático da Escola; dos Kiehl – três irmãos diplomados em inícios da década de 1940 e docentes da Escola por mais de 15 anos; dos Arzolla – José e Sylvio, pai e filho, igualmente grandes proprietários piracicabanos; dos Bergamin – irmãos diplomados entre 1934 e 1940 sendo Henrique, filho do primeiro, ex-aluno e docente da Escola, dentre inúmeros exemplos¹⁸.

Outra característica do corpo docente da ESALQ era o fato de 72% dele constituírem-se de filhos de fazendeiros e 20% de filhos de negociantes, totalizando 164 professores dos quais, apenas oito (08) não eram paulistas¹⁹. Logo, quer por seu perfil de instituição escolar destinada a preparar grandes proprietários/empresários rurais, quer pelo caráter endógeno da reprodução de seu quadro docente - composto por ex-alunos, simultaneamente filhos de fazendeiros/empresários e paulistas - a Escola dificilmente pode ser definida como instrumento de ascensão social pela via do diploma. Seu perfil como Escola preparatória de agrônomos paulistas voltados para a agricultura do estado de São Paulo é corroborado pelos dados sobre a procedência regional de seus diplomados, onde se constata que, entre 1903 e 1961, a instituição matriculou 2.118 alunos oriundos de municípios paulistas, correspondentes a 80% daquele total. Os demais 20% provinham de unidades da federação como Minas, Rio de Janeiro, Mato Grosso ou Rio Grande do Sul e seria junto a esses agronomandos – e mesmo por seu intermédio - que a Escola difundiria um projeto de *agricultor moderno* com pretensões hegemônicas capaz de unificar, no plano da cultura, sempre política, frações regionais expressivas da classe dominante agrária brasileira.

Este projeto seria norteado por uma diretriz-chave: a difusão da crença no poder regenerador da Ciência – entenda-se tecnologia e insumos industriais – aplicada à agricultura, sendo os egressos da Escola os sujeitos privilegiados dessa transformação,

¹⁷ Enquanto no período entre 1903-1930 67% dos docentes da ESALQ constituíam-se de ex-alunos da própria escola, ladeados por 20% de professores estrangeiros, entre 1934 e 1961, este percentual se alteraria para um predomínio de 93% de professores ex-alunos, o que significa dizer paulistas e grandes proprietários, em sua maioria. Mendonça, Sonia Regina de (1999a). *Agronomia e Poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, p. 65.

¹⁸ Mendonça, Sonia Regina de (1999b). *Agronomia, Poder e Estado no Brasil (1933-1961)*, Niterói, Relatório de pesquisa ao CNPq, p. 55-6.

¹⁹ *Ibidem*, p. 50-2.

posto emergirem do “*único e verdadeiro núcleo do ensino agrônomo no país*”²⁰. Essa diretriz coadunava-se com a principal marca desta instituição: a origem social de seu alunato. Atentando para a profissão paterna dos matriculados, vê-se que, dentre os diplomados entre 1903 e 1961, 63% eram de filhos de grandes proprietários rurais, longinquamente secundados por filhos de profissionais liberais (7,5%) e de funcionários públicos (3%), revelando o perfil de classe do corpo discente da Escola e, por extensão, do próprio ensino ministrado: tratava-se de instrumentalizar profissionais destinados à reprodução de sua condição de classe²¹. Havia também grandes negociantes que para lá enviaram seus filhos (7,4%), além de banqueiros e “capitalistas” (0,6% do alunato).

Após sua diplomação, 85% dos agrônomos da esalquianos contaram com inserção profissional junto a suas próprias fazendas e/ou empresas, além do corpo docente da própria Escola²². Enquete promovida pelos alunos em 1942 já evidenciava tal tendência, tendo sido respondida por 211 estudantes, dos quais 65% eram filhos ou parentes de fazendeiros²³. A enquete, ao indagar sobre os motivos da escolha da ESALQ, revelou que 37% dos entrevistados a buscaram para “*tornar-se modernos fazendeiros*”²⁴, enquanto 65% justificaram sua escolha pelo prestígio da instituição. Logo, adquirir os conhecimentos necessários à gestão empresarial de suas propriedades parece ter sido o principal objetivo dos que recorriam à escola em busca do diploma de agrônomo, consolidando uma identidade de “agrônomos-proprietários” e não meros “profissionais da agronomia”.

Outro aspecto essencial para a compreensão do habitus do agrônomo esalquiano deriva da análise da estrutura curricular e do regime escolar da instituição, marcados pela progressiva elitização no curso do período analisado. Isto seria obtido através de expedientes como o esvaziamento paulatino das habilitações paralelas à de agrônomo e a secundarização de disciplinas de caráter “humanista” no currículo, contempladas com uma carga horária mínima nas reformas curriculares do período²⁵. Ademais, os próprios critérios de seleção para ingresso e promoção interna do alunato eram flexíveis o bastante para comportarem médias de aprovação muito baixas, de todo coerente com o

²⁰ A afirmativa é de um dos ex-diretores da Escola, o paulista Tito de Souza Reis (1921). Op. Cit., p. 233.

²¹ Mendonça, Sonia Regina de (1999b). Op. Cit.

²² Ibidem, p. 67.

²³ *O Solo* (1942), Piracicaba: ESALQ, n.3.

²⁴ Ibidem, p. 74.

²⁵ Ao longo de todo o período focalizado, o currículo da ESALQ sofreu 11 reformas, todas primando pela ênfase em disciplinas técnico-científicas, bem como no desprestigiamento conferido às chamadas “aulas práticas”, sem falar na paulatina restrição da carga horária daquelas que poderíamos considerar “humanísticas”.

perfil de uma “escola de concepção”²⁶, destinada aos setores dominantes. O caráter elitizante da Escola e do perfil dos Agrônomos por ela formados patenteia-se através da leitura de seus vários Regimentos que jamais estabeleceram, por exemplo, a figura da bolsa de estudos para alunos carentes. Além disso, o habitus do agrônomo esalquiano seria marcado pelo profundo tecnicismo, a despeito da Agronomia constituir-se, por definição, num Saber Aplicado²⁷. Conotando muito mais a pesquisa científica – formando não os executores, mas os detentores do poder de mando – a visão sobre o caráter “prático” deste Saber jogou papel-chave nas predisposições adquiridas pelos alunos na Escola: “*Saber ver para saber mandar fazer*” era o lema dos herdeiros de um capital social acumulado, muito próximo das posições efetivamente dominantes no campo do poder.

Apesar de todos esses aspectos, o reconhecimento da Escola como de nível superior - do que dependeria seu poder de conferir o título de agrônomo - demorou muito a ser obtido junto ao Executivo Federal, que o subordinava à estrita observância ao currículo da Escola-Padrão nacional: a ESAMV/ENA²⁸. Por trás deste processo achava-se uma disputa que transcendia o âmbito do Saber, consistindo na luta política pela afirmação do “agrônomo legítimo”: se aquele preparado para ser empresário (diplomado pela escola Paulista) ou aquele formado para ser funcionário privilegiado pelo Estado Nacional para ocupar cargos ligados à administração da agricultura (diplomados pela ENA). A pendência somente se acalmaria em 1949, quando a ESALQ obteve o poder de titular engenheiros-agrônomos. Inúmeras burlas seriam realizadas pela Direção da Escola visando evadir-se do cumprimento das alterações curriculares da ENA já que, para os

²⁶ Entre 1900 e 1908 a média mínima para aprovação e promoção dos alunos era de apenas grau dois (2,0), a qual foi alterada, em 1908, para o grau seis (6,0) e, posteriormente, para a nota cinco (5,0), assim mantendo-se até 1934. Simultaneamente, o ingresso à Escola consistia apenas na comprovação da conclusão do antigo curso ginasial, somente sendo instituído Exame de Ingresso em fins da década de 1910. No período posterior a 1933, o padrão manteve-se inalterado, voltando a média anual para promoção interna a cair para o grau três (3,0) entre 1940-48. ESALQ (vários anos). *Reformas Curriculares*. Piracicaba, passim. Não é demais recordar que tais elevações de média ocorreram em função da concorrência movida pela Escola de Agronomia do Distrito Federal que, apesar de sem recursos, manteve, desde sua fundação, o Exame de Ingresso e médias promocionais acima de sete (7,0).

²⁷ Até 1905, a carga horária das aulas práticas consistiu no dobro das aulas teóricas. Entre 1905 e 1912 – quando se estabeleceu o estatuto da paridade entre ambas – as aulas práticas contaram com a metade do número de horas dedicadas às aulas teóricas. Após a reforma de 1918, a carga horária das aulas teóricas passou a depender do “*critério do professor*”, assim permanecendo no decorrer de todo o período estudado. ESALQ. *Reformas Curriculares*. Piracicaba, passim.

²⁸ A ESALQ somente passaria a conferir o título de engenheiro-agrônomo após 1926 e, ainda assim, por força de um decreto-lei estadual, o que significava continuarem os diplomas expedidos sem o reconhecimento nacional por parte do Ministério da Agricultura. ESALQ (1927). *Atas da Congregação*. Piracicaba, p. 80 (manuscrito)

dirigentes da instituição, a escola do Rio estaria “*defasada da evolução das ciências agronômicas*”²⁹.

Além disso, o coroamento do ensino ministrado em Piracicaba consistia nas “*Grandes Excursões*”, estágios obrigatórios realizados pelos agronomandos do último ano como pré-requisito para sua formatura. A partir da década de 1920 as Grandes Excursões passaram a realizar-se fora do Brasil, não só devido às maiores verbas com que contava a Escola, mas, principalmente, em função do capital social portado por seus dirigentes³⁰, o que assegurou à instituição financiamento para as viagens. Tais recursos provieram, sobretudo, de entidades de classe (como a poderosa Sociedade Rural Brasileira) e de grandes empresas privadas (como a Anderson Clayton, o frigorífico inglês Armour, a Manah Adubos Químicos, etc.). Logo, é possível afirmar estarmos diante de uma instituição destinada a socializar e preparar o que denomino de “agrônomos com terra”. A Escola de Agronomia de Piracicaba no decorrer de todo o período manteve-se fiel ao lema que ilustra a capa de cada *Boletim* por ela publicado: “*A ESALQ não é mais apenas um estabelecimento de ensino de Agronomia. Ela é um estabelecimento de pesquisa*”³¹.

A Escola do Rio de Janeiro e a “Nobreza de Estado”

A *Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária* (ESAMV), criada em 1912 junto ao Ministério da Agricultura foi transformada, em 1934, na Escola Nacional de Agronomia (ENA) e, em 1944, em Universidade Rural, tendo surgido para disputar competências e legitimidade com a ESALQ. Desde cedo, por força do poder estatizado no plano federal, foi definida como escola-padrão nacional, instrumento de homogeneização e controle, por parte da sociedade política, de toda a estrutura acadêmica dos cursos superiores de Agronomia existentes no país. Considerando que a própria Pasta da Agricultura resultara da pressão política exercida pelos setores dominantes agroindustriais agremiados pela SNA, a Escola do Rio de Janeiro não estaria imune a tal

²⁹ Galli, Ferdinando, Op. Cit., p. 125.

³⁰ No período posterior a 1930 de um total de 28 Grandes Excursões realizadas pelos agronomando, 11 dirigiram-se ao exterior, mormente ao Uruguai e Argentina, existindo também aquelas cumpridas nos Estados Unidos e Canadá. Já as realizadas no país dirigiam-se “às *grandes propriedades dos sócios ilustres da Sociedade Rural Brasileira*”. ESALQ (1932-1961). *Relatórios de Grande Excursão, passim*. (manuscritos)

³¹ *Boletim da ESALQ* (1912), Piracicaba, ano I, n. 1, p. 3, grifos meus.

condicionamento contando, dentre seus professores, com 35% de dirigentes dessa entidade patronal.

O perfil e as origens do corpo docente da Escola fluminense diferiram bastante do verificado na ESALQ. Entre 1913 e 1961 ela contou com um total de 142 professores, dos quais 39% eram ex-alunos e, destes, somente 19% eram filhos de grandes proprietários rurais. Em contrapartida, o montante de docentes filhos de funcionários públicos, profissionais liberais e militares atingiu a percentagem de 64,4 % do total. Logo, a origem social do professorado da Escola era bem mais diversificada e “aberta”, a despeito da preponderância de fluminenses junto a ele (45%). Vale apontar que os nordestinos, por exemplo, contribuiu com 32% do quadro docente, inexistindo na instituição o fenômeno das “dinastias”, tal como na Escola paulista. Ademais, boa parte dos professores da ENA / UR, além de dirigentes da SNA, ocupavam cargos de primeiro escalão no Ministério da Agricultura (35 %), o que permite concluir que a Escola do Rio de Janeiro, definitivamente, não se destinou diretamente à reprodução da classe proprietária rural, constituindo-se no que Bourdieu denomina de “escola de execução”³².

Mesmo assim, ela contou com maior autonomia político-administrativa de seus professores, a despeito de tratar-se de uma instituição federal. Eles frequentemente mobilizavam-se em prol de tudo o que o Ministério lhes negava - diversamente dos docentes da ESALQ – como, por exemplo, o regime de 40 horas; a autonomia universitária; alterações no regime curricular, etc. O severo corte no orçamento da Escola verificado no decorrer da década de 1950 motivou calorosos protestos da Congregação que denunciaria, em 1958, os prejuízos trazidos para “a pesquisa e as atividades múltiplas desempenhadas pelos docentes, até mesmo seu transporte para a Escola”³³. Em protesto contra as instancias ministeriais, a Congregação passou contratar, à revelia, professores interinos, contando apenas com o aval do Conselho Técnico da própria Universidade Rural³⁴. Ou seja, mesmo contando com um corpo docente de prestígio nacional e internacional³⁵, a ENA / UR padecia de restrições financeiras e administrativas

³² Bourdieu, Pierre & Saint-Martin, Monique (1987).Op. Cit.

³³ Universidade Rural (1958). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro, p. 146.

³⁴ Universidade Rural (1959). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro, p. 142.

³⁵ A guisa de exemplos cito o professor Ângelo da Costa Lima que, em 1938, foi agraciado com o Prêmio Rockefeller pela publicação da obra *Insetos do Brasil*, em dois volumes, indicado como *Honorary Fellow* da *Entomological Society of América* em 1945. *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia* (1945), Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 57. Cito ainda Arthur do Prado, presidente da Associação Sul Americana de Química e Cândido de Mello Leitão, zoólogo prefaciado por Roquette Pinto que o considerou “o maior naturalista do Brasil”. ENA (1938), *Boletim*, Rio de Janeiro, p. 23-5.

graves, resultando no mau aproveitamento das potencialidades de um conjunto de renomados especialistas.

O habitus do agrônomo aí formado pautou-se por dois princípios-chave: a crença no mérito como instrumento de promoção e a ferrenha defesa do cooperativismo como fator de resgate das populações rurais do “atraso” em que viviam, configurando-se, um projeto identitário contra-hegemônico no campo das escolas de Agronomia em particular, e no da classe dominante agroindustrial brasileira, em geral. Quanto à proveniência regional dos alunos, apesar de preponderarem fluminenses e cariocas nem de longe se comparam aos quase 80 % de paulistas que formaram o alunato da ESALQ, pois os procedentes do Rio eram somente 40% dos diplomados, evidenciando o perfil mais plural dos discentes da ENA. Sem jamais ter sido uma “instituição de fluminenses para fluminenses”, a escola catalisou alunos das mais diversas regiões tais como o próprio Estado de São Paulo (7 %); Santa Catarina (8,6 %) ou Minas Gerais (9,4%), além de nordestinos, que responderam por 17 % do total.

Quanto à origem social dos diplomados, embora a ENA tenha contado com 23% de filhos de fazendeiros, estes nunca representaram elevado o percentual observado na Escola paulista. Ou seja, tal como o Ministério a que se subordinava, a Escola federal constituiu-se num eixo alternativo de Saber e Poder no Brasil, espalhando seu alcance sócio-político a grupos das mais distintas extrações sociais, como se depreende do total de 66% de diplomados cuja profissão paterna nenhuma relação guardava com a propriedade da terra. Se isso denota a menor elitização do acesso a este Saber por outro, também revela a adequação da ENA ao perfil ocupacional da população da Capital Federal, marcado pelo predomínio de setores médios urbanos, muitos deles ligados ao Estado. O espectro de categorias sócio-profissionais presente junto aos diplomados chegou a incluir 2 filhos de ferroviários; 2 filhos de artesãos e 1 filho de operário, além de 06 filhos de comerciários, perfazendo 11 agrônomos oriundos das classes trabalhadoras da capital. Isto não significa que filhos de proprietários tenham deixado de predominar junto ao alunado, porém verifica-se, ao lado deles, 18% de filhos de funcionários públicos; 19% de profissionais liberais; 10% de comerciantes e 8% de militares, somando 52% de alunos provenientes dos setores médios urbanos, sinalizando que a ENA constituiu-se num canal de ascensão social pela via do diploma.

Além disso, os alunos da Escola sempre contaram com a figura da bolsa de estudos - inexistente na escola paulista – que chegou a beneficiar 80% dos matriculados, a partir de três critérios: pobreza, mérito e indicação dos governos estaduais. Por certo

não se deve ver nesse processo qualquer caráter “benemerente” da parte do Ministério da Agricultura, já que ele investia na ENA para dela obter seus quadros técnicos especializados, tornando-a um “celeiro” de funcionários especializados ligados ao agro, como constatamos dos 85% de diplomados que logo se inseriram no Ministério³⁶.

Os dirigentes do Ministério da Agricultura – em boa parte também diretores da SNA - envidavam esforços para que a Escola fosse acessível a estudantes de distintas condições socioeconômicas, estimulando seu ingresso e prática como docentes mesmo durante a graduação, mediante a criação da figura dos “monitores”, que funcionariam como um “ trampolim” para o ingresso futuro junto ao professorado da instituição³⁷. A sociabilidade do agronomando da ENA / UR foi ainda informada por sua participação em inúmeras iniciativas que envolviam a comunidade próxima à escola, como as *Semanas do Fazendeiro*, criadas em 1948 e anualmente realizadas, onde os estudantes ministravam palestras e ensinamentos teórico-práticos aos cultivadores residentes nas proximidades da escola³⁸.

A estrutura curricular do curso de Agronomia da ENA é outro ponto importantíssimo, já que dentre suas características não figurou o sofisticado tecnicismo das disciplinas vigente na congênere paulista. Assim, de um total de 20 cadeiras, 12% diziam respeito a temáticas mais “humanísticas” como *Economia Rural*, *Direito*, *Legislação Agrária* ou ainda *Estatística Agrícola*. Os instrumentos de viabilização do curso também se distanciavam dos praticados na ESALQ, sobretudo no tocante às aulas práticas contempladas com o dobro da carga horária destinada às aulas teóricas, denotando que o projeto de “*moderno agricultor*” introjetado pelos agrônomos do Rio baseava-se na demonstração das vantagens da diversificação produtiva e do associativismo, sob a bandeira do cooperativismo agrícola.

Comentários Conclusivos

O principal ponto que fica para reflexão a partir deste trabalho refere-se ao porque de ambas as escolas de Agronomia pesquisadas terem produzido profissionais tão diferenciados. Em face de todos os aspectos abordados, parece ter ficado claro que aspectos como os critérios de acesso e promoção interna escolar, bem como as

³⁶Ibidem, p. 135.

³⁷A Escola contou, após 1934, com 35 monitores, dos quais 23 tornaram-se docentes da ENA / UR.

³⁸*Agronomia* (1951), Rio de Janeiro, v. 10, n. 1-2, p. 45.

diferenças curriculares e de conteúdo programático das disciplinas – sem menosprezar a origem social distinta dos corpos docente e discente das duas instituições – destinaram-se a materializar projetos diversos sobre o papel do agrônomo e suas práticas. A polarização entre ambas as escolas as fez distribuírem-se no cumprimento de finalidades diferentes: uma, destinada a ratificar e reproduzir a própria condição de classe de seus diplomados, produzindo o que se poderia chamar de “agrônomos-empresários”, enquanto a outra voltou-se para a produção dos quadros de uma “nobreza de Estado” integrada por agrônomos-funcionários sem vínculos diretos com a propriedade da terra. Uma voltou-se aos filhos da fração da classe proprietária agroindustrial brasileira hegemônica, ao passo que a outra destinou-se a um alunato composto por agentes oriundos dos setores médios urbanos que teriam no diploma uma via de ascensão social. Logo, se a paulista ESALQ deve ser pensada como a instituição por excelência da “nobreza de sangue” ou “de berço”, a ENA / UR afirmou-se como gestora da “nobreza de Estado”, condição *sine qua non* para a reprodução/ampliação do próprio aparato estatal.

Referências

Agronomia (1951), Rio de Janeiro: ENA, v. 10, n. 1-2.

Boletim da ESALQ (1912), Piracicaba, ano I, n. 1.

Bourdieu, Pierre (1974). “Condição de Classe e Posição de Classe”. In *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, p. 3-25.

_____ (1989). *La Noblesse d’État. Grandes Écoles et Esprit de Corps*, Paris: Minuit.

_____ (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas: Papirus.

Bourdieu, Pierre & Saint-Martin, Monique (1987). “Agrégation et Ségregation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir”. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 69, p. 2 – 50.

Capdeville, Guy (1991). *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*, Viçosa: Imprensa universitária.

ENA (1938). *Boletim*, Rio de Janeiro.

ESALQ (1927). *Atas da Congregação*, Piracicaba. Manuscrito.

ESALQ (1932-1961). *Relatórios de Grande Excursão*, Piracicaba. Manuscritos.

ESALQ (vários anos). *Reformas Curriculares*, Piracicaba.

Galli, Ferdinando (1976). *ESALQ: 75 anos a serviço da pátria*, Piracicaba: s.n.

Gramsci, Antonio (1984). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

_____ (1986). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LiPuma, J. P (1993) "Culture and the Concept of Culture in a Theory of Practice". In Calhoun, C. et al. (Orgs) (1993). *Bourdieu: Critical Perspectives*, Chicago: University Press, p. 14-34.

Mendonça, Sonia Regina de (1997). *O Ruralismo Brasileiro*, São Paulo: Hucitec.

_____ (1999a). *Agronomia e Poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura.

_____ (1999b). *Agronomia, Poder e Estado no Brasil (1933-1961)*, Niterói, Relatório de pesquisa ao CNPq. Mimeo.

_____ (2010). *O Patronato Rural no Brasil Recente*, Rio de Janeiro: EdUFRJ.

O Solo (1942), Piracicaba: ESALQ, n. 3.

Poulantzas, Nicos (1978). *O Estado, o poder, o socialismo*, Rio de Janeiro: Graal.

Reis, Tito de Souza (1921). *O Ensino Agrícola na Escola Luiz de Queiroz*, São Paulo: Typ. Olegário Ribeiro.

Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia (1945), Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 3 -7.

Universidade Rural (1958). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro. Manuscrito.

_____ (1959). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro. Manuscrito.

Velho, Octavio (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo: Difel.

Recebido para publicação em janeiro de 2013.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.

**PERTO DO MUNDO, LONGE DA CAPITAL:
ACESSO À JUSTIÇA E JURISDIÇÃO TRABALHISTA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DE MERITI**

**CERCA DEL MUNDO, LEJOS DE LA CAPITAL:
ACCESO A LA JUSTICIA Y JURISDICCION LABORAL EN EL MUNICIPIO DE SÃO
JOÃO DE MERITI**

**CLOSE TO THE WORLD, FAR FROM THE CAPITAL:
ACCESS TO JUSTICE AND THE LABOUR JURISDICTION IN THE MUNICIPALITY OF
SÃO JOÃO DE MERITI**

**PRÈS DU MONDE, LOIN DE LA CAPITALE :
ACCÈS À LA JUSTICE ET JURIDICION PRUD'HOMALE DANS LA COMMUNE DE
SÃO JOÃO DE MERITI**

**靠近世界，远离首府：劳工法的司法和行政在卖力提市的民众享有程度
(MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI)**

DOI: 10.5533/1984-2503-20135205

Roberto Fragale Filho*

Luiza Felix de Souza Barçante**

RESUMO

Perto do mundo, longe da Capital. Pensar em acesso à Justiça na Baixada Fluminense exige enfrentar este paradoxo, no qual a proximidade física pouco significa e a apropriação do direito pelos atores locais é efetuada dentro de contornos próprios a esse universo conturbado. Instalada há quase trinta e cinco anos em São João de Meriti, a Justiça do Trabalho revela-se uma alavanca interessante para se apreender as experiências de acesso à Justiça presentes na comarca. Assim, efetuou-se a recuperação

* Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF), *Fellow* 2012-2013 do *Institut d'Études Avancées de Nantes* (França) e Juiz do Trabalho Titular da Primeira Vara do Trabalho de São João de Meriti (RJ).

** Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

de sua trajetória, com o propósito de salvaguardar a memória local – por meio de entrevistas, análise de documentos e levantamento iconográfico – bem como se buscou resgatar os dados quantitativos da comarca, de forma a possibilitar uma real compreensão de sua movimentação judicial. A análise das dinâmicas locais contribuiu para a abertura de uma nova abordagem na temática do acesso à Justiça, em um cenário de conflito e violência latente.

Palavras-chave: Acesso à justiça, Justiça do Trabalho, profissões jurídicas, trabalho informal.

RESUMEN

Cerca del mundo, lejos de la Capital. Pensar en acceso a la Justicia en la Baixada Fluminense exige enfrentar esta paradoja en la cual la proximidad física poco significa y el acercamiento del derecho por los actores sociales es efectuado dentro de los contornos propios a ese universo conturbado. Instalada hace casi treinta y cinco años en São João de Meriti, la Justicia del Trabajo se revela una palanca interesante para la aprehensión de las experiencias de acceso a la Justicia presentes en la Comarca. Así, se ha efectuado la recuperación de su trayectoria, con el propósito de salvaguardar la memoria local – por medio de entrevistas, análisis de documentos y levantamiento iconográfico – así como se ha buscado rescatar los datos cuantitativos de la Comarca, de manera a possibilitar una real comprensión de su movimiento judicial. El análisis de las dinámicas sociales ha contribuido para la apertura de un nuevo abordaje en la temática del acceso a la Justicia, en un escenario de conflicto y violencia latentes.

Palabras clave: Acceso a la justicia, Justicia del Trabajo, profesiones jurídicas, trabajo informal.

ABSTRACT

Close to the world, far from the capital: this is the paradox we are confronted with when considering access to justice in the Baixada Fluminense region of the state of Rio de Janeiro. This is a region in which physical proximity plays a minor role and in which the appropriation of law by local actors is assumed within the very contours of this troubled universe. Installed almost 35 years ago in São João de Meriti, the Labour Court offers a fascinating glimpse into the experience of access to justice in the district. We attempted to trace the history of the court with the aim of safeguarding local memory, by means of interviews, the analysis of documents and an iconographic survey. We also sought to

rescue the district's quantitative data in order to facilitate a truer understanding of its legal workings. An analysis of local dynamics contributed to opening up a new approach on the subject of access to justice, in an area characterised by latent conflict and violence.

Key words: Access to justice, the labour court, legal professions, the informal economy.

RÉSUMÉ

Près du monde, loin de la capitale. Analyser l'accès à la justice dans la Baixada Fluminense (région périphérique de la ville de Rio de Janeiro) exige d'affronter ce paradoxe au sein duquel la proximité physique ne signifie pas grand-chose et où l'appropriation du droit par les acteurs locaux s'effectue selon des modalités propres à cet univers perturbé. Installée depuis presque 35 ans à São João de Meriti, la justice prud'homale s'est révélée être un contexte intéressant pour appréhender les expériences d'accès à la justice au sein du district. Nous avons ainsi analysé sa trajectoire dans le but de préserver la mémoire locale, au moyen d'entrevues, d'analyses de documents et de relevés iconographiques. Nous avons également cherché à regrouper les données quantitatives de la juridiction de façon à permettre une réelle compréhension de la dynamique judiciaire locale. Cette analyse des dynamiques locales a contribué à la mise en œuvre d'une nouvelle approche de la thématique de l'accès à la justice dans un contexte de conflits et de violence latents.

Mots-clés: Accès à la justice, Justice prud'homale, Professions juridiques, Travail informel.

提要

靠近世界，远离首府：如果考察劳工法司法服务在里约州的民众享有程度，人们就会碰到这样的悖论：虽然很靠近州首府城市里约热内卢，但里约周边城市的民众对劳工法司法提供的服务的享有程度远远不如里约州的首府。卖力提市的劳工法司法机关已经成立35年了，但民众的享有程度与首府城市的民众享有程度相比还是很小。本论文回顾了卖力提劳工法庭成立的过程，采访了许多重要的当事人，分析研究了很多资料，图片，数据，结合当地的劳资纠纷和暴力冲突，劳动法的司法和执法状况，提出一些关于研究劳工司法服务的民众享有程度新的方法。

关键词：享有程度，劳工司法，司法界职业人士，非正式就业。

Lado A lado B. No meio, a rodovia interestadual. Ao lado, a via expressa. Espalhados, os bolsões de miséria. Cidade dormitório. Colada no aeroporto internacional. Tão perto do mundo, tão longe da Capital. Da zona sul do Rio de Janeiro até a Justiça do Trabalho no bairro de Vilar dos Teles, no município de São João de Meriti, não há sequer uma dezena de sinais de trânsito. Chega-se rápido àquelas bandas. Já na saída da rodovia Presidente Dutra, começam a aparecer os inúmeros guardas municipais locais, quase sempre de braços cruzados ou com as mãos à cintura. Aparentemente distraídos (ou fortemente concentrados), eles coordenam o tráfego local que é feito ao longo dos carros em exposição nas lojas de automóveis usados da Avenida Automóvel Club. Enfim, pouco depois da sede do 21º Batalhão de Polícia Militar, no alto de uma pequena elevação, fica a Justiça do Trabalho de São João de Meriti. São três Varas, inauguradas, respectivamente, em 19 de setembro de 1978, 11 de junho de 1992 e 19 de dezembro de 2012.¹ São quase trinta e cinco anos para a 1ª Vara do Trabalho e pouco mais de vinte anos para a 2ª Vara do Trabalho. Sem dúvida, uma longa história que ainda não foi contada. Contar essa história era, portanto, o nosso objetivo, quando, entre 2007 e 2009, debruçamo-nos sobre a Justiça do Trabalho de São João de Meriti, levantando dados estatísticos, vivenciando o cotidiano forense da comarca e realizando entrevistas com alguns de seus operadores jurídicos, sempre com o propósito de recuperar a trajetória da jurisdição trabalhista, sob a ótica do tema do “acesso à Justiça”.²

Este texto apresenta os resultados desta empreitada, sem pretender esgotá-la. Ao contrário, já que ele descreve circunstâncias, elabora interpretações, sinaliza para

¹ A instalação da 3ª VT/SJM ocorreu no último dia útil do ano forense passado, de forma simultânea à passagem de todas as unidades da comarca ao processo eletrônico. Cf. Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (TRT-RJ), “São João de Meriti ganha nova VT já com o PJe-JT”, disponível em: <http://www.trt1.jus.br/web/guest/materia-completa?nID=4280922>. Acesso em: 22 jan. 2013.

² O projeto de pesquisa “Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no município de São João de Meriti”, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) teve o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Edital nº 50/2006 (Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas). Ele contou ainda com duas bolsas de iniciação científica, uma do próprio CNPq e outra da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A equipe de trabalho foi composta pelos professores: Roberto Fragale Filho (coordenador) e Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão e pelos alunos de graduação: Laís Moura Simões (bolsista FAPERJ), Luiza Felix de Souza Barçante (bolsista CNPq), Mariana Oliveira Neves e Thiago Sanandres. Que o leitor não tenha nenhuma dúvida: por um lado, este texto é uma versão reduzida e modificada do relatório final apresentado ao CNPq e, por outro lado, há uma evidente implicação do coordenador na medida em que sou o juiz titular da 1ª VT/SJM desde 16 de fevereiro de 2004.

possíveis futuras pistas de investigação.³ Seu caráter conclusivo é, portanto, precário e deve ser encarado como um convite para desdobramentos futuros e possíveis em torno de um amplo projeto de investigação sobre a atividade jurisdicional trabalhista de São João de Meriti. Ele encontra-se dividido em três partes. Na primeira, são apresentados dados objetivos sobre a pesquisa e breves questões metodológicas, além da descrição das atividades efetuadas ao longo de sua realização. Em seguida, na segunda parte, é apresentada uma sucinta revisão da literatura relativa ao tema. Posteriormente, em um terceiro momento, é realizada a análise do corpus, com a identificação de várias pistas de investigação abertas a partir do trabalho exploratório realizado em São João de Meriti.

1. As circunstâncias

Após um intervalo de tempo consagrado ao levantamento bibliográfico relativo ao objeto da pesquisa, o trabalho de campo foi realizado entre agosto e setembro de 2008, com uma imersão total na comarca trabalhista de São João de Meriti. Na ocasião, foi visitado o atual foro trabalhista, situado na Avenida Dr. Celso José de Carvalho, s/nº, no bairro Parque Barão do Rio Branco, onde se realizou um intenso trabalho etnográfico nas salas de audiências das então existentes duas varas trabalhistas da comarca. Vale observar, contudo, que a coleta dos dados não se fez sem dificuldade. Com efeito, havia-se previsto a adoção de três estratégias metodológicas para a realização de tal empreitada: (a) análise de documentos, (b) depoimentos orais e (c) observação das práticas. Ora, se, por um lado, o trabalho de campo possibilitou a observação não participativa das práticas constatadas na comarca, consoante indicado na terceira estratégia, ele também evidenciou a dificuldade de coleta dos depoimentos orais.

Originalmente, o projeto previu a realização de dezoito entrevistas,⁴ das quais sete com magistrados e onze com advogados, dos quais cinco seriam da primeira geração e seis da segunda geração. Essa quantidade revelar-se-ia impossível, pois o grupo de magistrados revelou-se bastante avesso à concessão das entrevistas. Com efeito, não obstante os inúmeros pedidos, os magistrados que ainda se encontram na ativa – Rogério Lucas Martins, José Antonio Teixeira da Silva e Valmir Araújo de Carvalho (atualmente,

³ Depois de alguns anos sem qualquer novo exame, o trabalho foi retomado como projeto de mestrado junto ao PPGSD pela aluna Luiza Félix de Souza Barçante, cujo ingresso ocorreu em julho de 2012, agora sob a orientação do professor Pedro Heitor Barros Geraldo.

⁴ Convém registrar que nenhuma das solicitações de entrevista nem tampouco sua realização foi efetuada pelo coordenador em virtude de sua evidente implicação. Em outras palavras, elas foram realizadas pelos quatro alunos de graduação envolvidos no projeto.

todos eles são desembargadores do TRT-RJ) e Oswaldo Henrique Pereira Mesquita (atual juiz titular da Vara do Trabalho de Araruama) – sequer nos responderam.⁵ Por outro lado, as circunstâncias tornariam inviável a realização das entrevistas com os três magistrados remanescentes, já que: Maria de Lourdes Vanderlei e Souza reside em Vitória desde a criação do TRT-ES; Tércio Pinto Rubim (que se encontra aposentado há mais de dez anos) não foi localizado; e Afrânio Peixoto Alves dos Santos faleceu em 2007.

Por sua vez, a resposta dos advogados foi bastante positiva, tendo sido possível realizar cinco das onze entrevistas previstas. Assim, entre os advogados da primeira geração, só não foi possível obter, tão somente, a entrevista com José Henrique de Lemos Portella (OAB 4.490), já que todos os quatro causídicos remanescentes: Celso Foli (OAB 19.027), Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva (OAB 42.310), Emerson Correa da Silva (OAB 43.739) e Moisés Menezes de Amorim (OAB 60.734) foram entrevistados. De forma oposta, entre os militantes da segunda geração, só foi possível obter uma entrevista, mais especificamente com a advogada Viviane L. Amorim (OAB 128.438). Não obstante nossos esforços, os demais advogados ou não disponibilizaram tempo para a entrevista ou restou impossível localizá-los. Constata-se, por conseguinte, que o processo de entrevistas com magistrados e advogados da segunda geração não resultou frutífero, seja por conta da resistência observada em relação aos primeiros (provavelmente vinculada à exigência de reserva em relação à profissão), seja por conta do escasso tempo disponibilizado pelos segundos (possivelmente em decorrência dos esforços que o início de carreira profissional lhes demanda).

Quanto aos documentos, verificou-se a mesma dubiedade. De uma banda, não foi difícil realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática de acesso à Justiça. Entretanto, de outra banda, foi quase impossível realizar o levantamento iconográfico da comarca. Com efeito, nenhum dos advogados entrevistados possuía qualquer fotografia de eventos passados, assim como nada foi encontrado no próprio acervo do TRT-RJ. A memória iconográfica da jurisdição trabalhista de São João de Meriti é profundamente recente e, sem qualquer hesitação, pode-se afirmar que limitada aos últimos oito anos. Nesse sentido, não havia muito sentido falar em sua “recuperação”, mas impunha-se falar em sua “preservação”. Composto em sua quase totalidade de imagens digitais, sua preservação é uma exigência em especial quanto a dois momentos institucionais distintos

⁵ É preciso, entretanto, ressaltar que Rogério Lucas Martins chegou a responder ao primeiro contato e sinalizou de forma positiva ao agendamento de uma entrevista, para, em seguida, não mais responder às tentativas de contato efetuadas tanto por telefone quanto e-mail.

vivenciados pela comarca: (a) a inauguração do foro trabalhista situado na Avenida Dr. Celso José de Carvalho, s/nº, no bairro Parque Barão do Rio Branco, e (b) a cerimônia de entrega do certificado de qualidade ISO-9000 à 1ª VT/SJM. Por fim, quanto aos dados quantitativos, revelou-se possível obter cópia dos mapas estatísticos do movimento processual da comarca ao longo de praticamente todo o seu tempo de existência autônoma, ou seja, desde 1978.

Em suma, a bibliografia foi examinada, os dados estatísticos foram sistematizados (ainda que com muita dificuldade em virtude da ausência de índices uniformes e perenes), uma parca e recente memória iconográfica foi preservada e algumas entrevistas foram realizadas, propiciando a reunião de um rico material que constitui a fonte das análises aqui desenvolvidas. Vale registrar uma última observação acerca da validade do corpus reunido. Com efeito, não se ignoram os dilemas postos em torno do número ideal de entrevistas, da constituição de um universo representativo de entrevistados. Embora, no projeto, fosse efetuada uma referência ao que poderia ser chamado de “princípio da suficiência”, consoante o qual, em algum momento impreciso do processo, atingir-se-ia um quadro de saturação que, por sua vez, tornaria desnecessária a definição prévia de um “quantum” de entrevistas a ser realizado, sugere-se que os resultados aqui apresentados sejam vistos com cautela e, por conseguinte, percebidos como robustas pistas de investigação para futuras empreitadas. Com isso, espera-se eliminar uma eventual crítica à insuficiência do corpus reunido, reconhecendo-se, de plano, que ele deve ser examinado com parcimônia e cuidado. Em outras palavras, conquanto seja inegável que ele traz uma rica plêiade de informações e sugere interessantes hipóteses de pesquisa, deve-se rechaçar a afoiteza do resultado e a precariedade da demonstração, assumindo a análise como um convite para o prolongamento da empreitada investigativa.

2. A Literatura Revisitada

Desde o seminal trabalho de Mauro Cappelletti e Bryant Garth⁶, desenvolveu-se uma farta literatura que toma como ponto de partida o argumento das três ondas, cuja presença nos países por eles estudados dava-se “mais ou menos em seqüência cronológica”. Assim, a partir de 1965, os primeiros esforços teriam se dado em torno da assistência judiciária para os pobres; em seguida, ter-se-iam as reformas tendentes a

⁶ Cappelletti, Mauro; Garth, Bryant (1978). *Access to Justice: the worldwide movement to make rights effective. A general report*, Milan: Dott. A. Giuffrè.

proporcionar representação jurídica para os interesses difusos; e, por fim, a emergência de uma concepção mais ampla de acesso à Justiça.

Esta leitura foi ampliada pelo trabalho de Kim Economides⁷, ao distinguir os aspectos metodológicos e epistemológicos envolvidos na temática. Quanto aos primeiros, ele observa o desenvolvimento de duas tradições de pesquisa: uma voltada para o estudo das “necessidades jurídicas não atendidas” e outra sobre “conhecimento e opinião sobre a justiça”. Em outras palavras, a primeira tradição tem por foco o mapeamento das demandas enquanto a segunda concentra-se na percepção e na atitude dos cidadãos e, eventualmente, dos usuários dos sistemas de Justiça. Quanto aos segundos, ou seja, os aspectos epistemológicos, ele sugere que os trabalhos desenvolvidos têm por problema central a indagação quanto ao conteúdo da Justiça. Isto é, os mecanismos estudados promovem o “acesso à Justiça” ou o “acesso à paz”? A indagação é importante para ele rascunhar a hipótese da emergência de uma quarta onda, cuja característica estaria centrada no acesso à informação jurídica e no papel a ser desempenhado pelas profissões jurídicas.

Não obstante este esforço metodológico e epistemológico, os trabalhos sobre acesso à Justiça desenvolvidos no Brasil continuam centrados na tradição inicial observada, podendo ser recenseados a partir de quatro eixos distintos:

- ✓ As experiências “inovadoras”, cujo foco consiste em descrever e analisar experiências de êxito realizadas pelo Judiciário com o propósito de ampliar o acesso à Justiça. É um interessante exemplo desse filão o livro “Casos de sucesso: acesso à justiça”⁸, organizado por Ana Paula Rocha do Bonfim, Renata Barbosa de Araújo Duarte e Jeane Rocha Duarte, no qual são examinados, entre outros, os casos do “Balcão de Justiça e Cidadania”, na Bahia, e o “Expressinho”, no Rio de Janeiro.
- ✓ Os casos de “fronteira”, que examinam situações e propostas de solução em circunstâncias limites, nas quais a demanda busca caminhos institucionais para “aflorar”. O texto “Direito na fronteira ou fronteira do direito: experiências de projetos

⁷ Economides, Kim (1999). “Lendo as ondas do ‘Movimento de Acesso à Justiça’: epistemologia versus metodologia?”. In Pandolfi, Dulce Chaves; Carvalho, José Murilo de; Carneiro, Leandro Piquet; e Grynspan, Mario (1999). *Cidadania, justiça e violência*, Rio de Janeiro: FGV, p. 61-76.

⁸ Bonfim, Ana Paula Rocha do; Duarte, Renata Barbosa de Araújo; Duarte, Jeane Rocha (2006). *Casos de sucesso: acesso à justiça*, Brasília: CACB, CBMAE e SEBRAE.

do programa nacional Balcões de Direito”, de Alexandre Veronese⁹ é um ótimo arquétipo dessa abordagem.

- ✓ A trajetória dos “Juizados Especiais”, que abordam as experiências dos diferentes Juizados Especiais e suas possibilidades em alavancar o acesso à justiça e, por via de consequência, seu impacto nas esferas da cidadania e da democracia. Sem dúvida, o exemplo paradigmático dessa perspectiva é o trabalho desenvolvido por Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palácios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos¹⁰.
- ✓ A atuação da “Defensoria Pública”, cujo objeto consiste em examinar a oferta de serviços jurídicos gratuitos, com especial atenção às defensorias públicas. Aqui, destacam-se os trabalhos de Maria Aparecida Lucca Caovilla¹¹ e Cléber Francisco Alves¹².

Esta dispersa bibliografia foi objeto de leitura, constatando-se uma razoável riqueza metodológica, com utilização de diferentes estratégias para refletir sobre o acesso à Justiça, ainda que seja possível distinguir entre as abordagens realizadas a partir do campo jurídico e aquelas empreendidas a partir de outros campos, como, por exemplo, a antropologia, a ciência política e a sociologia. Com efeito, os trabalhos oriundos do campo jurídico são, essencialmente, normativos e construídos a partir de uma representação ideal da realidade, que, no fundo, assume a existência de um efetivo acesso à Justiça como consequência “natural” de sua simples inscrição na lei e da regulamentação da oferta de serviços jurídicos especializados, como é o caso da defensoria pública. Por sua vez, os trabalhos dos demais campos são construídos a partir de uma decodificação da realidade e, para tanto, utilizam estratégias tão dispares quanto a observação participante e reflexiva ou o recenseamento estatístico.

Sem dúvida, entre essas duas perspectivas de entrada no campo, privilegiou-se o exame do real, mediante uma ida ao campo que permitisse a coleta dos dados aqui examinados. Ou seja, optou-se por “pensar” a jurisdição trabalhista de São João de Meriti

⁹ Veronese, Alexandre (2003). “Direito na fronteira ou fronteira do direito: experiências de projetos do programa nacional Balcões de Direito”. In *Cadernos Adenauer* (O terceiro poder em crise: impasses e saídas) (2002), v. 3, n. 6, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

¹⁰ Vianna, Luiz Werneck; Carvalho, Maria Alice Rezende de; Melo, Manuel Palácios Cunha; Burgos, Marcelo Baumann (1999). *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*, Rio de Janeiro: Revan.

¹¹ Caovilla, Maria Aparecida Lucca (2003). *Acesso à justiça e cidadania*, Chapecó: Argos.

¹² Alves, Cleber Francisco (2006). *Justiça para todos! Assistência jurídica gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil*, Rio de Janeiro: Lumen Júris.

Alves, Cleber Francisco; Pimenta, Marília Gonçalves (2004). *Acesso à Justiça em Preto e Branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*, Rio de Janeiro: Lumen Júris.

a partir das experiências e das percepções de alguns de seus usuários (o que, impõe-se reconhecer, seria inegavelmente enriquecido pela integração de outras “vozes” no corpus, como, por exemplo, os sindicatos e as partes) e não em função das circunstâncias normativas que regem a atuação desses mesmos usuários.

Longe de se repudiar a bibliografia nacional, buscou-se ir além, incorporando-se a hipótese de ocorrência da quarta onda mencionada por Economides a partir de um espaço judicial que não é pautado por um contexto de inovação ou de fronteira, nem tampouco está inserido em uma realidade de Juizados Especiais ou defensoria pública.

3. A Análise do Corpus

A jurisdição trabalhista de São João de Meriti foi criada pela Lei nº 6.563, de 19 de setembro de 1978, mediante desmembramento da comarca de Duque de Caxias. Quase imediatamente instalada, ela se tornou responsável por conciliar e julgar os dissídios individuais trabalhistas dos Municípios de São João de Meriti e Nilópolis. Pouco mais de uma década depois, com a promulgação da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, ocorreu novo desmembramento jurisdicional, dessa vez com a criação da Junta de Conciliação e Julgamento de Nilópolis, cuja instalação ocorreu em setembro de 1991. Finalmente, por meio da Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992, foi criada a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de São João de Meriti. Somente com a Emenda Constitucional nº 24, de 09 de dezembro de 1999, com a extinção da representação classista, é que as antigas Juntas passaram a ser designadas como Varas do Trabalho.

Esta história foi vivamente recapitulada pelas entrevistas realizadas, que possibilitaram identificar alguns importantes aspectos da trajetória da jurisdição trabalhista em São João de Meriti. Sem que isso represente um esgotamento das possibilidades analíticas extraídas dos depoimentos coletados, é possível perceber alguns relevantes aspectos que podem ser aqui assumidos como eixos analíticos do corpus recenseado. São eles: o impacto da empresa Sendas S/A, a errática (e precária) trajetória da localização das serventias judiciais, o impacto da profissionalização e o caráter ideológico da Justiça do Trabalho.¹³ Cada um desses quatro eixos é, a seguir, explorado de forma individualizada.

¹³ O relatório final da pesquisa incluía, a partir do acervo documental reunido, um quinto eixo de análise centrado sobre a precariedade estatística. Entretanto, como os dados nos pareciam frágeis e exigiriam um esforço empírico ainda não realizado, optamos por excluí-lo desse texto, remetendo sua análise para uma ocasião futura.

a) O impacto da Empresa Sendas S/A

A história da jurisdição trabalhista meritiense é profundamente marcada pela expansão da empresa Sendas S/A, cuja origem remonta ao pequeno Armazém Trasmontano, fundado por Manoel Antônio Sendas no início dos anos 1920. Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva recorda-se da importância das famílias tradicionais de São João de Meriti e da rede social que se construiu a partir do comércio de seus avós e da primeira geração da família Sendas. Diz ela:

São João é assim, era muito pequenininho... Então, meus avós eram comerciantes, em frente à Estação. Então, todo mundo que chegava a São João... não era aqui no Centro, era em São Mateus, que era baldeação... Então, todo mundo passava pelo armarinho do meu avô e pelo mercado do Sendas.

Ali, iniciava-se a trajetória da Sendas, que a levaria de um pequeno mercado no bairro de São Mateus ao status de uma das maiores redes de supermercado do país, com mais de seis mil empregados, sem, entretanto, jamais cortar os vínculos originais estabelecidos com a municipalidade meritiense. Como reconheceria o próprio Arthur Antonio Sendas¹⁴, “*ela também foi muito importante ao lado do meu pai para ajudar a construir tudo o que é a Sendas hoje, (pois) a loja tem uma base muito importante: os princípios de uma família*”.

Quase todos os entrevistados possuíam alguma relação com a empresa. Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva ingressou na Sendas antes mesmo de concluir seu curso na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, no Centro do Rio de Janeiro. A narrativa por ela efetuada de seu ingresso é particularmente interessante:

Surgiu essa chance... É verdade que meus pais conheciam os sócios, mas não houve nenhum pedido deles. Na verdade, meus irmãos já trabalhavam no departamento pessoal, até com o Emerson... E aí criaram o jurídico. Eu era assim toda... ‘Vou lá pedir uma vaga!’ Aí o diretor gostou e disse: ‘Olha, na hora que mulher entrar para trabalhar...’. Porque não trabalhavam mulheres na Sendas; só homem. Eu fui uma das primeiras a trabalhar... Olha, nós éramos... Quando eu fui trabalhar na Sendas, tinha não sei quantos mil homens e nós éramos quinze mulheres.

Constata-se, de plano, a existência de uma questão de gênero que ultrapassa os limites desse texto e que, certamente, constitui uma importante pista para futuras

¹⁴ Sendas, Arthur Antonio (2003). *História de vida*. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/index.php/historia/5391-historia-de-vida>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

investigações. Além disso, é possível, ainda que sob o signo da refutação da entrevistada, verificar-se a importância das redes sociais, cuja densidade viabiliza a ruptura das barreiras de gênero por ela identificadas. Ou seja, sua iniciativa é corroborada e alavancada pela presença de seus irmãos na empresa.

Ali, ela irá encontrar e se tornar companheira de trabalho de Emerson Correa da Silva, que realizava seus estudos de direito na Faculdade Unificada de Nova Iguaçu ao mesmo tempo em que atuava como preposto da Sendas na Justiça do Trabalho. Ambos concluem seus cursos no início da década de 1980 e irão realizar suas carreiras profissionais na empresa, até o momento em que, ao optar pela terceirização dos serviços jurídicos, esta última desmobiliza seu departamento jurídico interno.

Por sua vez, Moisés Menezes de Amorim apresenta uma trajetória de vida que é umbilicalmente ligada à Sendas. Com efeito, ele nela ingressa na condição de “marrequinho”, que é a designação dada aos participantes do projeto homônimo de inserção social de jovens de baixa renda mediante a oferta de um primeiro emprego associado a um processo de formação. É nessa condição que ele ingressa na empresa, em 1970, ainda garoto, para mais tarde vir a ser aproveitado no departamento pessoal. Com o apoio da Sendas, ele viria a frequentar o curso jurídico na Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), em Bonsucesso. Cerca de três anos após a conclusão do curso, em 1986, ele ingressa no departamento jurídico, onde permanece até 2002, quando a empresa resolve extinguir o setor e promover sua terceirização.

É notável, em seu depoimento, seu desconforto com o processo de terceirização implementado pela Sendas, o que, aliás, ajuda a compreender o atual arranjo profissional observado em relação aos egressos do departamento jurídico. Com efeito, em um primeiro momento, quando a terceirização é posta como uma realidade para o departamento, ela produz a ruptura da sociedade advocatícia por ele mantida com Emerson Correa da Silva em paralelo ao trabalho na empresa. Assim, enquanto Emerson e Rita de Cássia associam-se para atender à empresa de forma terceirizada, Moisés constrói sua clientela a partir de ex-empregados de seu antigo empregador. Veja-se a ironia: a ruptura com o único emprego por ele conhecido ao longo de sua vida possibilita que ele utilize o conhecimento jurídico adquirido com o apoio de seu anterior empregador para questionar judicialmente a conduta deste último em relação aos demais empregados, que irão constituir quase a totalidade de sua clientela. Aliás, o câmbio observado em sua trajetória é uma irônica tradução das mudanças havidas no mundo do trabalho pós-fordista. Em outras palavras, a precarização de seu universo pretérito fordista transforma-

se em uma possibilidade de crescimento profissional sob a lógica de uma banca advocatícia liberal.

A ironia é ainda mais refinada, pois, *como “a filosofia da Sendas era pagar o estudo dos filhos e dos funcionários”*, sua filha Viviane L. Amorim terá seus estudos custeados pela empresa para, ao cabo de seu percurso, vir a trabalhar com o pai com uma clientela cujos processos são justamente contra a mesma empresa que lhes possibilitou o crescimento profissional. Conforme ela esclareceu, em sua entrevista, todo o seu segundo grau foi custeado pela Sendas, que também financiou a primeira metade de seu curso de direito na Universidade Iguazu, ainda que pagando metade dos custos. É só em seu último ano de ensino superior, quando seu pai deixa de trabalhar na empresa, que o custeio do ensino superior torna-se um problema, já que ele se vê obrigado a financiar, sem qualquer apoio, os estudos de suas três filhas, das quais duas freqüentam o curso jurídico.

Ao cabo, em um cenário que se torna profundamente inusitado, percebe-se a importância da Sendas para a jurisdição trabalhista meritiense. Como indica Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva, Sendas e São João de Meriti estiveram sempre vinculadas, pois *“a matriz sempre foi aqui em São João... Como os sócios são filhos de São João, eles acharam que estando aqui era uma forma de atender à população, dando trabalho para esse povo daqui”*. Oriundos desse espaço, os empregados que a representavam na jurisdição trabalhista cresceram profissionalmente e, sob o impacto das transformações do mundo do trabalho, viram-se sentados de lados opostos na sala de audiências: Emerson e Rita de Cássia, terceirizados, continuaram a prestar serviços à empresa, ao passo que Moisés, acompanhado de sua filha Viviane, passou a representar seus antigos colegas de trabalho em litígios contra seu ex-empregador.

Entre os entrevistados, a nota dissonante encontra-se em Celso Foli, que não é oriundo da comarca e nela chega em 1974 pela mão de seu irmão, que era tenente de polícia com atuação profissional no município. Oriundo de faculdade pública, ele é, inicialmente, um “estranho”, que se estabelece em definitivo e “cresce” com a própria jurisdição. Entretanto, embora sua trajetória seja feita à margem da Sendas, ele não deixa de reconhecer sua importância ao constatar que, *“em termos de Justiça, quem comanda a cidade é a Sendas e a Flores”*.

b) A errática trajetória geográfica

A jurisdição trabalhista foi, inicialmente, alojada no Centro de São João de Meriti, na Rua dos Expedicionários, nº 197. O local escolhido para instalação da Justiça do Trabalho, conquanto localizado na área comercial do município, não favorecia sua integração com os poderes públicos, uma vez que entre ela e eles havia a rodovia Presidente Dutra. Com efeito, não obstante todos os órgãos públicos estarem em Vilar dos Teles, a Justiça do Trabalho optou por instalar-se originalmente na outra margem da rodovia interestadual, na área central do município. Embora não tenha sido possível obter uma evidência empírica, pode-se imaginar que a escolha estivesse pautada pela proximidade com a vida comercial do município. Nesse sentido, o destino não poderia ser mais irônico, pois a instabilidade da vida econômica fez com que o antigo endereço desaparecesse. Com efeito, o imóvel original da jurisdição trabalhista deu lugar a um estacionamento que atende ao Banco Itaú S/A, instalado na Rua Gessyr Gonçalves Fontes, nº 87, e com acesso também franqueado pela Rua dos Expedicionários, nº 181.

Possivelmente, foi esse distanciamento dos poderes públicos que fez com que, em pouco tempo, a jurisdição trabalhista fosse deslocada para Vilar dos Teles, mais precisamente para o imóvel situado na Avenida Presidente Lincoln, nº 553, próximo à Prefeitura Municipal. Os entrevistados que vivenciaram esta época são, entretanto, unânimes em reconhecer a inadequação do local. Assim, Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva menciona a existência de “alguns problemas”, ao passo Celso Foli afirma que o “prédio estava quase caindo”. Entretanto, nem mesmo as condições precárias foram suficientes para impedir que a Justiça do Trabalho ali permanecesse por quase todo o período em que a jurisdição conheceu apenas a presença de uma única Junta de Conciliação e Julgamento, ou seja, até meados da primeira metade da década de 1990.

Criada e instalada em 1992, a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de São João de Meriti exigiu um esforço de infraestrutura no mesmo momento em que a Justiça do Trabalho fluminense vivia um período turbulento relacionado com a Presidência do Juiz José Maria de Mello Porto. Assim, a mudança para o imóvel situado na Rua Humaitá, nº 17, deveria estar marcada pela transitoriedade até porque ele não parecia estar em adequadas condições de funcionamento. Com efeito, em novembro de 1993, o prédio já havido sido interditado para realização de *“pesquisas, ensaios (e/ou) revisões de projeto a fim de dirimir dúvidas quanto à estabilidade do prédio, (já que) foram observadas vigas*

com deformações excessivas, apresentando trincas de flexão e cortante”¹⁵. Surpreendentemente, sem que houvesse a desinterdição do prédio e sem que fosse possível identificar a autoridade que permitiu seu funcionamento, ele foi, em seguida, reaberto. Ou seja, a precariedade não impediu que a Justiça do Trabalho ali permanecesse enquanto o impasse estrutural começava a se constituir. O registro efetuado na ata da correição ordinária de setembro de 1995 traduz, de forma precisa e consistente, o problema que ganharia contornos quase trágicos seis anos mais tarde:

Logo após, dirigiu-se o Juiz Corregedor, em exercício, ao prédio que irá abrigar as duas Juntas, o protocolo e o distribuidor do Município de São João de Meriti, constatando que, embora já inaugurado, ainda não tem condições de instalar estes órgãos, faltando grande parte dos serviços para o término geral da obra. A visita, ao novo prédio, foi realizada, vez que o atual não tem mais condições, pois além de localizado ao lado de morro, as paredes estão mofadas, exalando um cheiro forte e nada agradável, trazendo desconforto para aqueles que lá trabalham. Necessário se torna que sejam tomadas providências para o término da obra do prédio já inaugurado, embora construído em lugar de difícil acesso e no meio de favelas. É um prédio muito bonito, mas localizado em lugar não apropriado.

A advertência não foi suficiente, entretanto, para resolver o impasse e, por longos quase oito anos, a Justiça do Trabalho permaneceu na Rua Humaitá, nº 17. Assim, foi somente em setembro de 2001, diante dos estalos ouvidos pelos usuários e da sensível evolução das aberturas de algumas trincas localizadas nas paredes externas, que o imóvel viria a ser definitivamente lacrado pela defesa civil. Construiu-se, assim, um cenário trágico para o jurisdicionado: embora a jurisdição trabalhista possuísse duas sedes – uma interditada e outra inacabada –, ela encontrava-se impossibilitada de realizar suas atividades. Foram quase dois meses sem atividade judicial até que as Varas fossem realocadas na Rua César Lemos, nº 22, mais precisamente no Shopping do Jeans, que, com a virtual falência da indústria têxtil local após a edição do Plano Collor, transformara-se em uma espécie de centro administrativo de atendimento ao cidadão, com a oferta de serviços, entre outros, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ). Ali, foi instalado o Fórum Miriam Lippi Pacheco, em condições bastante precárias: como lembra Emerson Correa da Silva, o local era muito quente por conta do telhado de amianto, enquanto Celso Foli recorda-se da ausência de janelas e da falta de espaço de espera.

Entretanto, quando se falava em transferir a Justiça do Trabalho para suas atuais instalações, nenhuma dessas dificuldades era suscitada. Ao contrário, os usuários

¹⁵ Laudo de interdição nº 100/93, da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP.

enfaticavam a facilidade do acesso e a oferta de serviços nos arredores do fórum, o que desapareceria com a perspectiva da mudança. Afinal, o novo espaço projetado para receber a jurisdição trabalhista, na Avenida Dr. Celso José de Carvalho, s/nº, ficava atrás do 21º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro, ao final de curta, porém extremamente íngreme, ladeira, cujo percurso não pode ser realizado por qualquer veículo pesado. Pelo outro lado, a ladeira tornava-se menos íngreme, porém muito mais longa e tampouco sem a oferta de qualquer transporte público que possibilitasse o acesso do público em geral. Conhecido na comunidade forense trabalhista local como “mirante do reclamante”, o local havia se transformado em tabu e era, por todos, rejeitado antes mesmo de sua implantação. A frágil oposição esboçada pela OAB à mudança não resistiu, contudo, aos ditames da política de sedes próprias que o tribunal tentava implantar. Por um lado, argumentava-se com a necessidade de redução de custos, com a supressão do pagamento de alugueres, e, por outro lado, tinha-se um terreno há muito doado pelo município para instalação da Justiça do Trabalho com um esqueleto de uma construção iniciada na primeira metade da década de 1990 e nunca concluída, conforme indicado nas correções de 1995 e 1996.

Dessa forma, em novembro de 2005, foi inaugurado o novo fórum trabalhista de São João de Meriti, cuja denominação inicial, até a decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Procedimento de Controle Administrativo (PCA) nº 344, foi Fórum Pizarro Drummond. Conquanto confortável e com soluções de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, o fórum revelar-se-ia, rapidamente, carente de serviços básicos: máquina reprográfica, telefone público, bebedouros, alimentação, transporte público. Nenhum desses serviços era oferecido, tendo sido necessário negociar sua oferta, de forma individualizada. Quando tudo isso se regularizou, houve o investimento na oferta de outros serviços auxiliares, com a abertura de um posto bancário do Banco do Brasil e de uma biblioteca comunitária administrada pela OAB local. Ao cabo dessa trajetória, constata-se que foram necessárias mais de duas décadas para que a jurisdição trabalhista estabelecesse-se de forma definitiva, com uma adequada oferta de serviços em seu entorno. Ora, tudo isso suscita algumas importantes pistas de investigação que dizem respeito à construção de um efetivo e consistente acesso à Justiça e o impacto que nele possuem aspectos tão prosaicos quanto a proximidade dos demais serviços forenses e a existência de transporte público que possibilite a realização dos necessários deslocamentos.

c) O impacto da profissionalização

A presença da jurisdição trabalhista em São João de Meriti constituiu, sem dúvida, uma alavanca para o processo de profissionalização. Inicialmente, vale destacar o processo de qualificação de antigos usuários que, ao longo do tempo, assumiram novos papéis na arena judicial. A referência paradigmática aqui é a trajetória de Emerson Correa da Silva, cuja atuação judicial dava-se originalmente na qualidade de preposto da Sendas e, na esteira de um processo formativo patrocinado pela própria empresa, assumiu o seu patrocínio judicial. Curiosamente, quase trinta anos mais tarde, conforme narra Celso Foli, semelhante trajetória parece estar se desenhando para a preposta da empresa Flores, que era sua principal cliente. Esse câmbio de papéis pode ser também observado em relação a Moisés Menezes de Amorim e sua filha Viviane L. Amorim, ainda que as novas funções por eles assumidas tenham importado na ocupação de espaços substancialmente distintos em relação àqueles originalmente ocupados.

Outra interessante modificação diz respeito à oferta do processo formativo realizado pelos entrevistados. Com efeito, a arena advocatícia parece ser inicialmente ocupada por pessoas cuja formação é realizada nas poucas instituições públicas existentes. É o caso de Celso Foli, cujos estudos são realizados na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Não é diferente para os egressos da comarca, que são submetidos a enormes deslocamentos para obtenção do diploma, como se pode constatar com a trajetória do antigo presidente da OAB local, Luiz Carlos Mascarenhas, cujos estudos foram realizados em Niterói, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

A primeira onda de expansão do ensino superior não deixará de exigir grandes deslocamentos, como se constata com o processo formativo de Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva, que foi realizado, no início dos anos 1980, no curso jurídico da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (SUESC), no Centro do Rio de Janeiro, cuja criação, entretanto, retroage a 1953. Sem nunca ter deixado de trabalhar lecionando em quatro diferentes colégios, ela irá enfrentar todas as dificuldades de um grande deslocamento entre a Baixada Fluminense e o Centro do Rio de Janeiro. Embora seus processos formativos não sejam contemporâneos, Emerson Correia da Silva e Moisés Menezes de Amorim beneficiam-se da segunda onda de expansão do ensino superior, que lhes possibilita a realização de seus estudos em localidades bem mais próximas. Com efeito, ambos freqüentaram cursos jurídicos criados em 1974, respectivamente, em Nova Iguaçu, pela Faculdade Unificada de Nova Iguaçu (SESNI) e, em Bonsucesso, pela Sociedade

Unificada de Ensino Superior Augusto Mota (SUAM). As dificuldades enfrentadas por ambos podem ser mensuradas pela circunstância de nunca terem deixado de trabalhar no departamento pessoal da Sendas, enquanto realizavam seu percurso formativo. Seus deslocamentos não eram fáceis, em virtude da escassez de transporte público, das freqüentes enchentes da Avenida Brasil e dos intensos congestionamentos ao longo da rodovia Presidente Dutra, mas, ainda assim, não lhes era exigida a ida ao longínquo Centro do Rio de Janeiro, mas, “tão somente”, até Bonsucesso e Nova Iguaçu.

Completamente distinta é a situação de Viviane L. Amorim, que obteve seu diploma na Universidade Iguaçu (UNIG), estudando no campus de São João de Meriti. Embora, originalmente, ela tenha obtido vaga para estudar na Universidade Cândido Mendes (UCAM), no Centro do Rio de Janeiro, e tivesse um carro ofertado por seu pai para realizar os deslocamentos, ela reconhece que a proximidade, que lhe possibilitava também trabalhar, além de economizar em transporte, foi um fator importante de escolha. Essa é, sem dúvida, uma importante conseqüência da terceira onda de expansão, iniciada na década de 1990: com ela, deu-se uma inversão no processo de oferta do ensino superior. Enquanto, nas primeiras ondas, a expansão não propiciou uma inversão na lógica da oferta, que continuou a exigir intensos deslocamentos dos estudantes, na última onda, essa lógica inverteu-se por completo, com a oferta aproximando-se da demanda.¹⁶ Esse movimento é percebido por Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva, que, entretanto, formula intensas críticas à expansão:

O que eu acho, na verdade, é que tem uma proliferação enorme de faculdades de direito... Muitas... Não devia ter, não sei para que tantas... Muito embora a OAB não aprove, mas não sei por que o Ministério da Educação aprova e aí fica esse monte de gente deformada. Não é mal formada, é deformada! [...] O nível é péssimo.

Segundo ela, a expansão teria embaralhado a reputação das escolas, dificultando a identificação dos bons cursos:

Agora, você vê, não é um absurdo? A universidade aqui de Nova Iguaçu, super mal falada... Já foi boa essa universidade! Eu acho que a Estácio, ao contrário... A Estácio, não sei, era muito mal falada; depois, passou a ser bem falada e, agora, está um problema, porque em qualquer lugar tem Estácio. [...] Não se sustenta... A Unigranrio, aqui de Caxias, está com um problema sério, porque em Bom Jardim, um município pequeno, depois de Niterói, (...) tem faculdade de direito; mas só que Macaé também tem... Cabo Frio tem... Araruama tem... Então, conclusão, vai acabar fechando, porque não se sustenta, entendeu?

¹⁶ No Rio de Janeiro, esse modelo paradigmático encontra-se amplamente representado na expansão da Universidade Estácio de Sá (UNESA), cujo processo é reproduzido por boa parcela de seus concorrentes.

Ela prossegue indicando que a fragilidade da expansão estaria perfeitamente traduzida na dificuldade de acesso à profissão, consoante se verifica nos resultados dos Exames de Ordem. Diz ela: “Você vê os *Exames de Ordem*... *Está uma complicação! As pessoas fazem e não conseguem passar. E tem que ser... Muita gente é contra, eu sou a favor!*” De forma sintomática e compreensível, a visão oposta vem pela voz de Viviane L. Araújo, para quem:

A prova da OAB é arrecadação... Não seleciona advogados, porque tem pessoas que passam em concurso, como eu conheço e até peguei meu pai falando que ele também conhece, e não passaram na prova. (Portanto,) eu acho que não tinha que existir prova nenhuma não porque nenhuma instituição faz... Porque só a OAB precisa de prova? Nem Medicina, que é a mais séria, tem. Eu acho que não deveria ter porque a pessoa precisa passar, precisa trabalhar e fica submetida... [...] Você faz cinco anos de faculdade, você tem que... Entendeu? [...] Eu fiz, eu sei como foi, é muito difícil e não é em nível de prestar conhecimento... É em nível de reprovar!

O resultado da expansão é, portanto, paradoxal, pois, ao mesmo tempo, em que ele produz facilidade de acesso à formação, ele é, no âmbito do curso jurídico, contrabalanceado pela introdução do Exame de Ordem obrigatório, que restringe o acesso à profissão. Esta última, por sua vez, ganha novos contornos com o crescimento da oferta de serviços jurídicos. Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva, por exemplo, identifica o aparecimento da figura do advogado “audiencista” como uma das conseqüências desse processo. “Audiencista”, ela esclarece, “*é um profissional que você paga apenas para fazer audiência. Ele não atendeu o cliente, ele não fez a peça... Entendeu? Então, na verdade, você entrega tudo pronto e ele senta para fazer a audiência*”. Ora, com a figura do “audiencista” desaparece o tradicional processo de intermediação realizado na advocacia, no qual se estabelecia um vínculo pessoal entre cliente e advogado. Produz-se uma “coisificação” em relação à pretensão jurídica alheia. Essa circunstância pode ser encarada como mais uma pista de investigação para melhor entender o denominado processo de proletarização advocatícia (Aguiar, 1991), cujo início estaria associado à segunda onda de expansão do ensino superior havida na década de 1970.

d) O caráter ideológico da Justiça do Trabalho

Ao longo de seus mais de 60 anos de existência, cunhou-se uma imagem da Justiça do Trabalho como uma justiça do trabalhador, com profundos traços ideológicos, em decorrência de seu caráter suposta e excessivamente protetivo. Por conta dessa

percepção, não é incomum, no cotidiano forense trabalhista, que seus magistrados sejam rotulados como favoráveis ao empregado ou ao empregador, até porque seus operadores e usuários são os primeiros a decodificá-la a partir de tais sinais. Nesse sentido, é, aliás, a fala de Celso Foli, para quem a Justiça do Trabalho seria voltada para o trabalhador, já que nela prevalece o princípio *in dubio, pro misero*. Tendenciosa, a Justiça do Trabalho, por conta de sua excessiva preocupação com o empregado, deixaria de ver que, em algumas circunstâncias, o lado verdadeiramente mais fraco seria o empregador. Ainda que ele reconheça uma suposta diminuição do caráter tendencioso da Justiça do Trabalho, ele não deixa de praticar o exercício de decodificação, sustentando que, entre os magistrados titulares da comarca, um seria favorável ao empregado e outro ao empregador.

Essa mesma decodificação é feita por Emerson Correa da Silva, que adjetiva os magistrados da comarca, respectivamente, como imparcial e patronal. Por outro lado, não obstante a semelhança com a decodificação efetuada por Celso Foli, ele vislumbra outro cenário para a atual Justiça do Trabalho, já que, em seu sentir, ela é ainda bastante tendenciosa. Assim, diz ele que *“quem trabalha para empresas, perde mais, (até porque) 90% dos juízes tendem a favorecer o empregado”*. Essa mesma impressão é compartilhada por Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva, já que, para ela, *“em regra geral, os juízes são sensíveis àquele economicamente mais frágil”*. Ora, diante de tal cenário, não é impertinente indagar qual seria, então, o papel do direito do trabalho? Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva não deixa margem à dúvida, ao responder de chofre que:

O direito do trabalho é o equilíbrio da sociedade, por quê? Porque os trabalhadores têm um ledor engano, ao meu juízo, de que a Justiça do Trabalho é protecionista do trabalhador e, por isso, quem entra na Justiça sempre ganha. Não é bem assim... Mas que ela é uma válvula de escape para não virar... Como era a Nicarágua e outros países. [...] Eu acho que o direito do trabalho deu uma equilibrada nessa diferença de riqueza e pobreza que tem aqui no Brasil, sabe? É tão gritante essa desigualdade, mas, no direito do trabalho, você conseguiu controlar um pouco... As pessoas se sentiam, assim, protegidas, muito embora, na verdade, quem está sendo protegido é o empregador, não é?

Na verdade, sua fala reproduz o contexto de criação da Justiça do Trabalho no país, quando, em detrimento da idéia de luta de classes e sob os auspícios da doutrina positivista *comtiana*, sustentava-se estar diante de um novo tempo, o tempo da cooperação de classes. A conciliação entre patrões e empregados seria uma das expressões mais perfeita e acabada da cooperação de classes e, por isso, sempre esteve presente como um dos pilares de funcionamento da Justiça do Trabalho. É claro que, com

o tempo, a conciliação ganhou outras dimensões, em especial por conta do volume de reclamações ajuizadas na Justiça do Trabalho. Ou seja, ela ganhou enorme visibilidade como alternativa de solução rápida, que possibilita uma prestação jurisdicional mais célere. Mas, por outro lado, ela também ampliou a percepção do espaço judicial trabalhista como um espaço de negociação, no qual a construção das narrativas individuais ganha uma enorme importância. Assim, sucedem-se histórias do mundo do trabalho, crônicas da vida operária, umas após as outras, quase sempre reconstituídas a partir da prova testemunhal.

Aliás, consoante alguns dos entrevistados, na prova testemunhal, residiria mais uma evidência do caráter tendencioso da Justiça do Trabalho. Com efeito, Celso Foli chega a queixar-se da tolerância dos magistrados, sustentando que, *“quando a testemunha do empregado mente, nada acontece; (mas,) quando a testemunha do empregador mente, o juiz chama a polícia”*. Já Emerson Correa da Silva é mais genérico ao afirmar que *“as testemunhas mentem descaradamente e nada acontece com elas”*, ao passo que Rita de Cássia Chehuan de Barros Silva não hesita em afirmar que *“quem mente, tem que responder”*. Entretanto, prossegue ela, *“tem lugar por aí que você está vendo que o cara está mentindo descaradamente e, (ainda assim,) vai ficando (por isso mesmo)”*.

Por sua vez, Moisés Menezes de Amorim e Viviane L. Amorim são mais cautelosos, indicando que *“assim é, se lhe parece”*. Nesse sentido, o primeiro afirma que, *“às vezes, a pessoa interpreta a testemunha, que é mentira e não é não; às vezes, o testemunho tem uma incoerência que é pouca coisa”*, enquanto a segunda esclarece que:

As pessoas têm muito medo do Judiciário... Então, eles acham que o juiz vai comer o couro deles, devido à falta de informação... Realmente, para eles, é um pouco constrangedor, eles não se sentem à vontade, têm medo de falar alguma coisa e saírem presos. Então, às vezes, eles nem estão mentindo, mas só o fato de gaguejar, ficar inseguro, tem juiz que já não entende aquilo, que acha que está mentindo e, aí, eles ficam com mais medo ainda, mais nervosos. (...) É o nervosismo, muitas das vezes, mas eu já presenciei juiz ameaçando, dizendo que ia prender porque estava mentindo.

Constata-se, assim, o quão árduo é o exercício de reconstituição dos fatos, ainda mais em um ambiente impregnado por um recorte ideológico imaginário, individualmente articulado por cada um dos protagonistas do drama judicial. Compreender as representações do mundo do trabalho que são construídas a partir dessas narrativas, bem como as apropriações que delas são efetuadas pelo trabalho judicial, parece ser um importante desafio investigativo, sobre o qual valeria a pena se debruçar.

Conclusão

Inicialmente, o projeto desejava: (a) elaborar um mapeamento bibliográfico sobre a temática do acesso à Justiça, com foco no Judiciário brasileiro, (b) recuperar os dados empíricos concernentes ao movimento processual da Justiça do Trabalho no Município de São João de Meriti, e (c) preservar uma história relativa ao exercício profissional da advocacia na Baixada Fluminense, com especial foco no município de São João de Meriti. Quanto ao primeiro objetivo, faz-se necessário reconhecer que o mapeamento bibliográfico, conquanto realizado, resultou frustrante, uma vez que a literatura nacional revelou-se profundamente escassa (ou mesmo inexistente), sob o enfoque aqui privilegiado, ou seja, o olhar construído a partir do real. Na verdade, os trabalhos recenseados na seara trabalhista adotam o conteúdo normativo como porta de entrada e, por via de consequência, produzem uma decodificação do real a partir do mundo do dever-ser, o que se revelava incompatível com a proposta aqui levantada. Por sua vez, quanto ao segundo aspecto, cuja análise restou aqui descartada, constatou-se que os dados empíricos são ainda precários e exigem um redobrado esforço para emprestar inteligibilidade à massa bruta estatística. Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho ainda não alcançou sequer sua primeira etapa... Por fim, os resultados mais ricos do projeto encontram-se na área afeta ao seu terceiro objetivo, pois eles permitiram compreender muito da dinâmica litigiosa existente no município, dando maior sentido à ação judicial desenvolvida na Justiça do Trabalho meritiense e reconstituindo trajetórias profissionais de alguns de seus atores. Entretanto, porquanto há mais pistas abertas que respostas fornecidas, a exploração dessas diferentes possibilidades de análise revela-se uma necessidade cada vez mais presente para dar cabo do paradoxo geoespacial que, apesar da proximidade, não elimina a distância (da Justiça)!

Referências

Aguiar, Roberto A. R. de (1991). *A crise da advocacia no Brasil: diagnóstico e perspectivas*, São Paulo: Alfa-Ômega.

Alves, Cleber Francisco (2006). *Justiça para todos! Assistência jurídica gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil*, Rio de Janeiro: Lumen Júris.

Alves, Cleber Francisco; Pimenta, Marília Gonçalves (2004). *Acesso à Justiça em Preto e Branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*, Rio de Janeiro: Lumen Júris.

Bonfim, Ana Paula Rocha do; Duarte, Renata Barbosa de Araújo; Duarte, Jeane Rocha (2006). *Casos de sucesso: acesso à justiça*, Brasília: CACB, CBMAE e SEBRAE.

Caovilla, Maria Aparecida Lucca (2003). *Acesso à justiça e cidadania*, Chapecó: Argos.

Cappelletti, Mauro; Garth, Bryant (1978). *Acess to Justice: the worldwide movement to make rights effective. A general report*, Milan: Dott. A. Giuffrè.

_____ (1988). *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre: Sérgio Fabris.

Economides, Kim (1999). "Lendo as ondas do 'Movimento de Acesso à Justiça': epistemologia versus metodologia?". In Pandolfi, Dulce Chaves; Carvalho, José Murilo de; Carneiro, Leandro Piquet e Grynszpan, Mario (1999). *Cidadania, justiça e violência*, Rio de Janeiro: FGV, p. 61-76.

Faria, José Eduardo (2003). *Direito e justiça no século XXI: a crise da Justiça no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/direitoXXI/comunic/JoseEduarFaria.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2005.

Ferro, Júnio César B. (2002). "O Programa de Colaboradores Voluntários do Núcleo de Prática Jurídica: o fazer pedagógico do protagonismo social". In Sousa Júnior, José Geraldo de (Org.) (2002). *Colaboradores Voluntários do Núcleo de Prática Jurídica*, Brasília: Faculdade de Direito/CESPE. ("O que se pensa na colina"; v. 2)

Fix-Fierro, Héctor; López-Ayllón, Sergio. "El acceso a la justicia en México. Una reflexión multidisciplinaria". In Valadés, Diego; Gutiérrez Rivas, Rodrigo (Coords.). *Justicia. Memoria del IV Congreso Nacional de Derecho Constitucional I*. Disponível em: <<http://www.bibliojuridica.org/libros/1/92/8.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2005.

Lima e Silva, Daniele Drummond de [ca. 1999]. "Papel do Núcleo de Prática Jurídica na efetivação do acesso à justiça e na construção da cidadania". In Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Direitos Humanos e Cidadania. *Direito à memória e à moradia*, Brasília: UnB.

Pinto, Cristiano Paixão Araújo (Org.) (2002). *Redefinindo a relação entre o professor e a universidade: emprego público nas Instituições Federais de Ensino?*, Brasília: Faculdade de Direito/CESPE. ("O que se pensa na colina"; v. 1)

Ribeiro, Paulo Jorge; Strozenberg, Pedro (Orgs.) (2001). *Balcão de Direitos: Resoluções de conflitos em favelas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Mauad.

Sadek, Maria Tereza (Org.) (2001). *Acesso à Justiça*, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

Sendas, Arthur Antonio (2003). *História de vida*. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/index.php/historia/5391-historia-de-vida>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

Veronese, Alexandre (2003). “Direito na fronteira ou fronteira do direito: experiências de projetos do programa nacional Balcões de Direito”. In *Cadernos Adenauer* (O terceiro poder em crise: impasses e saídas) (2002), v. 3, n. 6, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

Vianna, Luiz Werneck; Carvalho, Maria Alice Rezende de; Melo, Manuel Palácios Cunha; Burgos, Marcelo Baumann (1999). *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*, Rio de Janeiro: Revan.

Recebido para publicação em fevereiro de 2013.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.

**TENSÕES, ESCOLHAS E EXPECTATIVAS: IDEIAS POLÍTICAS E CONTEXTO
HISTÓRICO E SOCIAL A PARTIR DE TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS**

**TENSIONES, ELECCIONES Y EXPECTATIVAS: IDEAS POLÍTICAS Y CONTEXTO
HISTÓRICO Y SOCIAL A PARTIR DE TRAYECTORIAS INDIVIDUALES**

**TENSIONS, CHOICES AND EXPECTATIONS: POLITICAL IDEAS AND THEIR
HISTORICAL AND SOCIAL CONTEXT ACCORDING TO INDIVIDUAL TRAJECTORIES**

**TENSIONS, CHOIX ET EXPECTATIVES : IDÉES POLITIQUES ET CONTEXTE HISTORIQUE
ET SOCIAL À PARTIR DE TRAJECTOIRES INDIVIDUELLES**

弛张，选择和预期：个体轨迹，政治理念，历史和社会背景

DOI: 10.5533/1984-2503-20135206

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva¹

Aline Pinto Pereira²

RESUMO

Neste artigo objetivamos refletir acerca das contribuições da análise de trajetórias individuais para a escrita da história. Neste sentido, pensamos as possibilidades teóricas e metodológicas construídas por esta perspectiva, bem como listamos alguns autores brasileiros e estrangeiros que a adotaram. Além disto, percebemos os conflitos e tensões que envolvem o pensamento de sujeitos históricos individuais como forma de problematização do estudo de determinados contextos históricos e sociais. A relação entre experiências e expectativas, entre passado, presente e prognósticos de futuro também surge como importante enfoque ao se tratar da maneira como o indivíduo

¹ Doutora em História Social pelo PPGH/UFF (Universidade Federal Fluminense). Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / FFP. anapaulabarcelos@gmail.com.

² Doutora em História Social pelo PPGH/UFF (2012). Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002) e em História (Licenciatura e Bacharelado) pela UFF (2004). Mestre em História Social pela UFF (2007). E-mail: alineppereira@yahoo.com.br

percebe seu tempo e age sobre ele. Realizamos, assim, alguns apontamentos sobre o encontro dos indivíduos com os problemas do seu tempo.

Palavras-chave: trajetórias individuais; contextos históricos e sociais; experiências e expectativas.

RESUMEN

En este artículo objetivamos pensar a cerca de las contribuciones del análisis de trayectorias individuales para la escritura de la historia. En este sentido, pensamos las posibilidades teóricas y metodológicas construidas por esta perspectiva, así como relacionamos algunos autores brasileños y extranjeros que la adoptaron. Además, percibimos los conflictos y tensiones que envuelven el pensamiento de los sujetos históricos individuales como forma de problematización del estudio de determinados contextos históricos y sociales. La relación entre experiencias y expectativas, entre pasado, presente y pronósticos de futuro también surge como importante enfoque cuando se trata de la manera como el individuo percibe su tiempo y actúa sobre él. Realizamos, así, algunos apuntes sobre el encuentro de los individuos con los problemas de su tiempo.

Palabras clave: trayectorias individuales; contextos históricos y sociales; experiencias y expectativas.

ABSTRACT

In this article we aim to reflect on the contribution of the analysis of individual trajectories to the writing of history. We therefore consider the theoretical and methodological approaches formed based on this perspective and list some of the Brazilian and foreign authors to have adopted it. We also reflect on the conflicts and tensions to emerge from a consideration of individual historical subjects as a form of problematising the study of certain historical and social contexts. The relationship between experiences and expectations and between past, present and future forecasts also emerges as an important focus when examining how the individual perceives their time and acts upon it. We therefore also reflect on the encounter between individuals and the problems of their time.

Key words: individual trajectories; historical and social contexts; experiences and expectations.

RÉSUMÉ

Nous chercherons dans cet article à réfléchir sur les contributions de l'analyse de trajectoires individuelles pour l'écriture de l'histoire. Nous étudierons donc les possibilités théoriques et méthodologiques offertes par cette perspective. Nous répertorierons également certains des auteurs brésiliens et étrangers l'ayant adoptée. En outre, nous envisagerons les conflits et tensions entourant la pensée de sujets historiques individuels dans le but d'enrichir l'analyse de contextes historiques et sociaux donnés. Les relations entre expériences et attentes, entre passé, présent et perspectives d'avenir, constituent également une approche de choix, en ce qu'elles nous montrent la façon dont l'individu perçoit son temps et agit sur lui. Nous élaborerons ainsi quelques propositions quant aux rapports des individus avec les problèmes de leur époque.

Mots-clés: Trajectoires individuelles, Contextes historiques et sociaux, Expériences et attentes.

提要

本论文探讨关于个体人生轨迹分析在历史研究中的作用和对历史研究中的影响。探讨个体人生轨迹分析法的理论和方法，解读有关此方面的巴西国内外的历史学家论述。通过研究，发现研究主体的思想，冲突张力，与具体历史和社会背景之间有复杂的关系。主体的阅历，预期，对过去，现在和未来的掌握，都取决于个人对所处时代的感知和由此引发的行为。本论文展示研究主体个体在其时代面临的问题上的选项。

关键词: 个体轨迹，社会历史，阅历和预期。

Nas últimas décadas, muitos historiadores partiram de trajetórias individuais para pensar questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas de diferentes épocas. Analisar não apenas suas escolhas, pensamentos e ações políticas, mas, ao mesmo tempo, suas redes de sociabilidade, relações familiares, políticas e profissionais contribuiu para complexificar o pensamento político de determinados atores sociais e suas respostas aos desafios do seu tempo. A opção pelo trabalho com trajetórias individuais têm ainda contribuído para descortinar as tensões e conflitos presentes nas ideias e escolhas destes indivíduos, buscando dar-lhes voz ativa na história e compreender seu processo de inserção social. Escolhas nem sempre coerentes ou previsíveis, mas muitas vezes compreensíveis se levadas em consideração suas relações com os problemas

conjunturais que os envolvem. Assim, por uma via de mão-dupla, estes indivíduos dialogam com seu presente e as múltiplas possibilidades que nele se apresentam seguindo caminhos não raramente ambíguos e inesperados. Isto permite que tomemos suas atitudes em diferentes enfoques, compreendendo-as como estratégias de sobrevivência ou ainda como motivações individuais (profissionais, sociais, econômicas...) imbricadas por redes de sociabilidade.

Neste sentido, os estudos sobre trajetórias individuais e redes de sociabilidade oferecem janelas de reflexão para diferentes temas como relações de alteridade, construção de identidades, expectativas individuais presentes e futuras; além de problemas evidentemente relacionados aos contextos históricos e sociais, problematizando-se questões macropolíticas por meio de um enfoque particular. Estas são as principais questões que abordamos neste artigo no qual elaboramos algumas reflexões sobre a contribuição dos estudos de trajetórias individuais para o campo historiográfico brasileiro. Traremos para o debate alguns trabalhos referenciais neste sentido. Procuraremos ainda aprofundar um pouco mais nas temáticas que acreditamos poderem ser desenvolvidas a partir desta perspectiva, sobretudo no que tange ao estudo das trajetórias de intelectuais brasileiros, compreendendo que tal abordagem nos permite ainda pensar o papel do indivíduo frente ao debate que envolve a escrita da história (história e verdade; história e narrativa; por exemplo)³.

Utilizados como forma de legitimar, e muitas vezes heroicizar, personagens históricos (líderes, imperadores, generais, entre outros), sobretudo através de uma perspectiva empirista-positivista no final do século XIX e início do século XX, os estudos biográficos sofreram, a partir dos anos 1980, uma releitura que envolve novas abordagens teóricas e metodológicas. A chamada micro-história, desenvolvida pelos historiadores italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi trouxe para o campo historiográfico uma renovação metodológica que ofereceu espaço para a análise de particularidades, acontecimentos e indivíduos que contribuiriam para esclarecer aspectos obscurecidos por recortes mais amplos, estruturais e seriais. Definida por Levi como uma “prática

³ Burke, Peter (1992). *A escrita da História: novas perspectivas*, SP: UNESP; Barros, José D'Assunção (2011). *Teoria da História, volume IV: Acordes Historiográficos: uma nova proposta para a Teoria da História*, 1. ed, Petrópolis, RJ: Vozes.

*historiográfica*⁴, a micro-história seria caracterizada acima de tudo por seu método relacionado “aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador”⁵ e não necessariamente pelas “microdimensões de seu objeto de estudo”⁶. Assim, ela seria “essencialmente baseada na escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”⁷. Seria possível pensar os significados assumidos pelo particular e pelo individual em contextos específicos, revelando-se contradições somente percebidas quando reduzida a escala de análise.

Conjugada com um olhar voltado para os detalhes e indícios, defendidos por Ginzburg ao nomear o método indiciário⁸, a micro-história formulou ainda a crítica ao relativismo. Crítica em especial àquele que em tudo vê ficção, eliminando por inteiro qualquer possibilidade de alcance da verdade na história. Neste embate, Ginzburg se opôs a Hayden White e focalizou na análise detalhada de fontes que funcionariam como provas para o trabalho do historiador⁹. Esta disputa hoje praticamente superada marcou o campo na década de 1980 e trouxe consequências para os estudos históricos. Aqui o cotidiano e os chamados homens comuns¹⁰ ganharam destaque como forma de enfatizar aquilo que foge à história oficial e a uma perspectiva macropolítica. A escala e o paradigma são alterados com reflexos políticos para uma visão de história direcionada às classes populares e a acontecimentos antes percebidos como irrelevantes. Apesar de criticada por muitos, esta visão galgou importante espaço na historiografia refletindo-se no trabalho dos historiadores brasileiros, inclusive, o que mais nos interessa, nos estudos de trajetórias individuais. Vale mencionar ainda a proposta de micro-histórica apresentada por Jacques Revel, que não se reveste em uma contraposição imediata à história total¹¹.

⁴ Levi, Giovanni (1992). “Sobre a micro-história”. In Burke, P. (1992). Op. Cit, p. 133.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem, p. 136.

⁸ Sobre o método indiciário, ver: Ginzburg, Carlo (1989). “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, SP: Companhia das Letras, p. 143-179.

⁹ Carlo Ginzburg se opõe a um relativismo céptico ao qual aderiram muitos historiadores na luta contra o positivismo. Para ele, os fatos existem e não se pode desacreditar disto, o relativo são os diferentes significados que a eles são conferidos. Sobre este debate, ver: Ginzburg, Carlo (2002). *Relações de força: história, retórica, prova*, SP: Companhia das Letras. Em especial, “Introdução” (p. 13-45).

¹⁰ Dentre as possibilidades abertas pela Nova História, na qual se insere a micro-história, também está a chamada história vista de baixo onde grupos sociais diversos se tornaram objetos de estudo dos historiadores. Dentre os autores que produziram textos neste sentido estão o já citado Carlo Ginzburg, Peter Burke, Emmanuel Le Roy Ladurie e Edward Thompson. Sobre esta perspectiva, ver: Sharpe, Jim (1992). “A história vista de baixo”. In Burke, P. (1992). Op. Cit, p. 39-62.

¹¹ Revel, Jacques (Org.) (1998). *Jogos de escala: a experiência da micro-história*, RJ: FGV.

Ela se opõe à reação totalizadora que deixa de enxergar aspectos importantes nos atores sociais, nas biografias e na escala micro. Mudar de escala é mais do que mudar o tamanho do mapa. É proceder com uma análise específica que pode revelar diferentes nuances, sobretudo porque o individual não é contraditório com o social.

Vinculados ou não à micro-história, mas certamente influenciados pela mudança de paradigma e pelas novas possibilidades metodológicas introduzidas pela Nova História, que teve em Jacques Le Goff um dos seus principais representantes, estes historiadores brasileiros trouxeram para a cena política indivíduos antes ignorados ou pouco trabalhados, além de produzirem a releitura de outros frequentemente mitificados e heroicizados. Neste sentido, Elciene Azevedo¹² publicou livro sobre a trajetória de Luiz Gama, filho de uma escrava livre e um fidalgo português nascido em Salvador em 1832. Criado como escravo, vendido pelo pai aos 10 anos, Gama foi morar em São Paulo onde, após conseguir a liberdade, se tornou um abolicionista radical com importante atuação na defesa de escravos e ex-escravos. Com tema semelhante, Keila Grinberg¹³ escreveu sobre Antonio Pereira Rebouças, nascido também na Bahia em 1798. Mulato, fruto das classes populares, Rebouças se tornou advogado (especialista em direito civil), parlamentar, ativista pela independência na Bahia e conselheiro do Imperador. Esta trajetória de ascensão social é analisada pela autora que, através dela, pretende compreender o mundo dos advogados no século XIX com suas ligações políticas e envolvimento nos debates do seu tempo.

Além destes trabalhos, podemos citar o de Júnia Furtado¹⁴ sobre Chica da Silva, onde são analisados os mitos construídos em torno da ex-escrava amasiada com um dos homens mais poderosos de Diamantina e, conseqüentemente, as relações inter-raciais no século XVIII no Brasil. Neste ínterim, também citamos os livros de Sidney Chalhoub¹⁵ que refletiu acerca da resistência à Lei do Ventre Livre (1871) a partir da análise de Machado de Assis como funcionário público (chefe da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura entre meados de 1870 e o final da década de 1880); Maria Lúcia Pallares-

¹² Azevedo, Elciene (1999). *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, SP: Unicamp.

¹³ Grinberg, Keila (2002). *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, RJ: Civilização Brasileira.

¹⁴ Furtado, Júnia Ferreira (2003). *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, SP: Companhia das Letras.

¹⁵ Chalhoub, Sidney (2003). *Machado de Assis Historiador*, SP: Companhia das Letras.

Burke¹⁶ que propõe o estudo do processo de formação do pensamento de Gilberto Freyre, com ênfase em sua passagem pelos Estados Unidos e a absorção de ideias anglo-americanas na compreensão da sociedade brasileira; Joseli Mendonça¹⁷ sobre a atuação republicana de Evaristo de Moraes – este também estudado por Ana Paula Barcelos¹⁸ com ênfase em sua defesa da pobreza urbana no Rio de Janeiro na passagem à modernidade; além da coletânea organizada por Guilherme Pereira das Neves, Ronaldo Vainfas e Georgina Santos¹⁹ onde são trabalhadas trajetórias individuais para pensar o império português entre os séculos XVI e XIX.

Tereza Cristina Kirschner dedicou-se ao estudo sobre José da Silva Lisboa, demonstrando que, fosse como publicista, deputado constituinte ou senador do Império, suas contribuições políticas e intelectuais difundiam um dado projeto de Império do Brasil²⁰. Márcia de Almeida Gonçalves analisou o percurso daquele que é um dos mais renomados biógrafos brasileiros, Octávio Tarquínio de Sousa, afirmando que este se valeu das atuações de seus biografados como homens públicos, dirigentes governamentais, para humanizá-los em função de suas virtudes e defeitos²¹. Por não ter tido medo de expor as contradições das figuras que biografou, Márcia Gonçalves afirma que Octávio Tarquínio de Sousa soube, em seu tempo, dar uma dimensão moderna à biografia, na medida em que rejeitou a perspectiva de tratar os indivíduos como “*estátuas de mármore esculpidas pelos panegíricos e pelos elogios fúnebres*”²². Vale mencionar ainda que, ciente da revitalização dos estudos biográficos, o mercado editorial tem investido em coleções, principalmente nesta década, que objetivam rediscutir e analisar, com novo prisma historiográfico, a inserção política e social de diferentes atores, como

¹⁶ Pallares-Burke, Maria Lúcia Garcia (2005). *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*, SP: HUCITEC.

¹⁷ Mendonça, Joseli Maria Nunes (2007). *Evaristo de Moraes, tribuno da República*, Campinas: Unicamp.

¹⁸ Barcelos, Ana Paula (2011). *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana (1871-1939)*, RJ: Multifoco. Da autora, ver também: Barcelos, Ana Paula ((2010). “Fidelino Figueiredo e Jônatas Serrano. Pensamento Católico e Radicalização Política na Década de 1930. Algumas reflexões”, in *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 2 no.4, maio-agosto 2010, p. 39-66.

¹⁹ Vainfas, Ronaldo; Santos, Georgina Silva dos; Neves, Guilherme Pereira das (Orgs.) (2006). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI e XIX*, Niterói: EdUFF.

²⁰ Kirschner, Tereza Cristina (2009). *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*, SP: Alameda.

²¹ Gonçalves, Márcia de Almeida (2009). *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*, RJ: EDUERJ.

²² Ibidem, p. 204.

homens de seu tempo. Este é o caso, por exemplo, da coleção “Pensadores do Brasil”, organizada por vários autores que discutem as trajetórias individuais de homens como Hipólito José da Costa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Frei Caneca, Marquês de São Vicente e Bernardo Pereira de Vasconcelos, para citar alguns.

Neste debate, mulatos, escravos, trabalhadores urbanos, mulheres, operários, camponeses, membros das classes populares em geral, entre muitos outros grupos, foram percebidos como atores sociais, sujeitos históricos cujas ações permitem importantes análises políticas e ideológicas de suas épocas. Os próprios membros da classe dominante, políticos, diplomatas, intelectuais e autoridades constituídas tiveram suas trajetórias relidas de forma a se tornarem janelas de reflexão para os códigos, ritos, mitos e símbolos de uma determinada sociedade. Assim, as particularidades possibilitam a compreensão de questões históricas mais amplas; valores, ideias e costumes melhor identificados quando reduzida a escala de análise. Ao trabalhar a trajetória do rei Luís IX, o São Luís, Jacques Le Goff²³ enfatiza ser a história do rei seu objetivo fundamental. Contudo, para pensar Luís IX e a construção de sua memória, o historiador perpassa os valores inscritos no imaginário feudal que auxiliam no entendimento das ações do rei e santo e no olhar dos seus contemporâneos sobre ele. Surge aqui um rico panorama do século XIII que inclui ideias em torno do casamento, da religião, da cavalaria, da família, da criança, da mulher, da morte e da relação entre rei e súditos. Com esta abrangência, a biografia descortina uma série de problemas políticos, históricos e sociais.

Cabe lembrar a necessidade de se perceber nas trajetórias individuais as tensões e os conflitos (políticos, ideológicos, pessoais...) que as envolvem. Afinal, diante das escolhas e decisões que lhes são exigidas os indivíduos seguem caminhos muitas vezes imprevisíveis e inesperados; caminhos aparentemente incompatíveis com posicionamentos anteriormente assumidos. Giovanni Levi²⁴ chama atenção para a preocupante construção de uma coerência interna não condizente com as trajetórias individuais. Processo que omitiria as ambiguidades e as dúvidas nelas presentes. Para Levi, é importante considerar as brechas construídas pelos sujeitos históricos diante dos sistemas normativos, sendo possível, deste modo, perceber suas próprias contradições.

²³ Le Goff, Jacques (1999). *São Luís: biografia*, RJ: Record.

²⁴ Levi, Giovanni (1998). “Usos da biografia”. In Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. (Orgs.) (1998). *Usos e abusos da história oral*, RJ: FGV, p. 167-182.

De acordo com o autor italiano, “*não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irreduzível de certa liberdade vis-à-vis as formas rígidas e as origens de reprodução das estruturas de dominação*”²⁵.

São estas brechas que viabilizam a ascensão social e a conquista de reconhecimento e legitimidade por indivíduos mulatos e pobres em sociedades excludentes como a brasileira, a exemplo do que ocorreu com Luiz Gama, Antonio Pereira Rebouças, Evaristo de Moraes e Machado de Assis – personagens já referidos neste artigo. Neste sentido, Levi considera a biografia como de grande utilidade na relação entre sistemas normativos e liberdade de ação, escolhas individuais e contextos históricos e sociais, desde que o historiador fuja à coerência, à estabilidade e às certezas que tendem a seduzi-lo. É este o percurso que busca traçar em seu livro *A herança imaterial*²⁶ no qual analisa a trajetória do padre exorcista Giovan Chiesa como janela de reflexão para as relações centro/periferia, a organização hierárquica do Antigo Regime, além das normas sociais e econômicas do Piemonte no século XVII. É importante ainda mencionar que, percebendo a validade da análise destas ambiguidades presentes na biografia, evitamos que ela se torne uma “ilusão”, conforme orientação de Pierre Bourdieu em artigo publicado no Brasil nos anos 1990. Assim, o historiador não se deixaria “iludir” por um relato ou uma sequência de acontecimentos coerentes e bem direcionados. Afinal, não há praticamente nenhuma constância na trajetória e no pensamento de um indivíduo. Nas palavras de Bourdieu:

*Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diferentes estações. [...] O que equivale dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis*²⁷.

²⁵ Ibidem, p. 180.

²⁶ Levi, Giovanni (2000). *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, RJ: Civilização Brasileira.

²⁷ Bourdieu, Pierre (1998). “A ilusão biográfica”. In Amado, J.; Ferreira, M. de M. (Orgs.) (1998). Op. Cit, p. 189-190.

Enfatizamos que na sociedade brasileira este aspecto adquire particular relevância em razão do encontro e das tensões entre perspectivas ideológicas aparentemente opostas, mas sintonizadas com as expectativas da classe dominante. Sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando a imigração acentuada traz uma profusão de ideias estrangeiras que se misturam ao paternalismo e ao clientelismo, estes conflitos se tornaram evidentes. Aos poucos o liberalismo prevalece como orientação ideológica do Estado burguês, processo que tem seu auge com a instauração do governo republicano a partir de 1889. Assim, ideias liberais e patriarcais se encontram complexificando a realidade e as escolhas individuais diante dela. Em seu conhecido texto “As ideias fora do lugar”²⁸, Roberto Schwarz defende que este encontro entre modernização liberal e paternalismo confere à sociedade brasileira uma suposta transposição de ideias da realidade europeia, social e historicamente tão diferenciada. Daí que elas estivessem “fora do lugar”. Para Gisálio Cerqueira Filho, que procura analisar dialeticamente a questão, estas ideias se encontravam “(des)ajustadas à realidade social”²⁹, mas continham muitos aspectos a ela pertinentes. Havia, deste modo, uma constante tensão entre características condizentes e não condizentes com a sociedade brasileira da passagem à modernidade.

Não apenas os encontros e desencontros entre liberalismo e paternalismo constituíam a sociedade brasileira, mas também entre liberalismo e conservadorismo, tradição e modernidade, religião e pensamento laico, entre outros, serviram (e ainda servem) de desafio para os que objetivam compreendê-la. Muitos políticos e intelectuais se viram envolvidos nos dilemas dele oriundos. Um dos mais conhecidos, Joaquim Nabuco, foi estudado por Gizlene Neder ao apontar o quão conservador acaba sendo o liberalismo no Brasil, em meio às tensões e contradições já apontadas. Invocado pela classe dominante em momentos de crise, assume uma faceta bastante moderada. Segundo a autora, o próprio abolicionismo era informado por um liberalismo de corte moderado, o que incluiria a atuação de Nabuco. Passada a abolição, ou seja, a crise, “o liberalismo recolheu-se por não ter força, abrindo espaço para o reforço do autoritarismo,

²⁸ Schwarz, Roberto (1977). “As idéias fora do lugar”. In *Ao Vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, SP: Duas Cidades.

²⁹ Cerqueira Filho, Gisálio (1988). *Análise Social da Ideologia*, SP: EPU, p. 45.

que a descentralização republicana não conseguira descartar³⁰. As tensões que nos esforçamos em destacar e o exemplo de Joaquim Nabuco, estudado por Gizlene Neder, ilustram a cautela exigida do historiador ao analisar as trajetórias de indivíduos inseridos na realidade social brasileira. Assim como Nabuco, outros importantes personagens históricos brasileiros, entre eles Manoel Bomfim³¹, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre e Rui Barbosa³², exemplificam as ambiguidades que envolvem suas opções políticas e ideológicas que, evidentemente, formaram seus pensamentos sobre o Brasil.

Ficam claras, portanto, as possibilidades temáticas, teóricas e metodológicas que se abrem a partir da análise de trajetórias individuais. Conforme buscamos apontar até aqui, o estudo de um indivíduo nos permite ir ao encontro de questões em torno da conquista de reconhecimento e legitimidade, da construção de identidades, das relações entre memória e história, dos conflitos e movimentos sociais, das disputas políticas e de inúmeros outros problemas políticos, econômicos, ideológicos e sociais referentes aos diferentes contextos históricos. Além disto, esta perspectiva abre espaço para um debate bastante atual acerca da relação entre experiências e horizontes de expectativa, ou seja, entre aquilo que o indivíduo vivencia em seu tempo e o que, a partir disto, projeta para o porvir.

³⁰ Neder, Gizlene (1979). *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*, RJ: Achiamé, p. 56. Sobre o tema, ver também: Neder, Gizlene e Barcelos Ribeiro da Silva, Ana Paula. "Intelectuais, Circulação de Ideias e Apropriação Cultural. Anotações para uma discussão metodológica", In *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 1. no.1, janeiro/julho 2009, p. 29-54 - <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/>

³¹ Sobre Manoel Bomfim, destacamos o trabalho de Flora Sussekind e Roberto Ventura no qual a complexidade do seu pensamento é ressaltada a partir da análise do pensamento crítico ao evolucionismo, mas, ao mesmo tempo, capaz de apropriá-lo na construção de um contradiscurso. Este processo seria evidenciado na elaboração da teoria do parasitismo como explicação da decadência da América Latina, historicamente explorada pelas antigas metrópoles, Portugal e Espanha. A análise do pensamento de Bomfim é aqui fundamental para a demonstração das contradições e ambiguidades inerentes à sociedade brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX. Ver: Sussekind, Flora; Ventura, Roberto (1984). *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, SP: Moderna.

³² Gilberto Freyre e Rui Barbosa foram alguns dos sujeitos históricos que nos serviram de janelas de reflexão para as questões analisadas em coletânea por nós organizada e recentemente publicada pela Editora da UFF. Os artigos a eles referentes intitulam-se "Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa: biografias e ideias políticas no Brasil na passagem à modernidade" (p. 123-146) e "Nos rastros de 'Ordem, liberdade e mineiridade': trajetórias intelectuais, desqualificação social e suas tensões com a cultura religiosa neotomista no Brasil" (p. 147-167) de autoria, respectivamente, de Fabiana Cardoso Malha Rodrigues e Jefferson de Almeida Pinto. Ver: Pereira, Aline Pinto; Barcelos, Ana Paula (2012). *Trajetórias individuais e experiências sociais: sociabilidades e ideias políticas no Brasil (1820-1940)*, Niterói: EdUFF.

Neste ponto, destacamos o trabalho de Reinhart Koselleck sobre o assunto. Propondo a análise dos tempos históricos como necessária para o ofício do historiador, Koselleck³³ aponta a existência de um tempo particular, diferente do natural, situado entre o passado e o futuro, ou, em termos antropológicos, entre a experiência e a expectativa, que permitiu ao homem perceber o futuro como inédito e cada vez mais desafiador. Assim, mais do que estudar o passado, caberia ao historiador perceber os horizontes de expectativas e os prognósticos de futuro trazidos à tona por estes indivíduos em seus contextos históricos. Neste sentido, a leitura do passado então desenvolvida, a percepção do presente vivido e as esperanças e projetos elaborados para o futuro encontram-se relacionados originando uma tensão importante na construção do conhecimento histórico e na maneira como cada um concebe a si mesmo e suas ações. Para o autor, a ideia de progresso, fruto do Iluminismo e da Revolução Francesa, descortinou um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tradicional, previsível e natural. Com isto, novos prognósticos foram possíveis, bem como a aceleração do tempo o que, a partir do século XVIII, lança também novos olhares sobre as experiências históricas e sociais. Concretizados ou não, estes prognósticos revelam boa parte do posicionamento político e ideológico dos indivíduos em seu presente e auxiliam a compreender suas ações individuais e/ou coletivas. Daí o conceito de “futuro passado” utilizado pelo autor para se referir aquilo que não necessariamente chegou a ser concretizado, mas orientou ou contribuiu para as ações políticas em determinados contextos históricos. Há aqui uma relação de reciprocidade entre presente, passado e futuro; entre experiências e expectativas que incide sobre as escolhas dos indivíduos em seu tempo.

Perceber estes complexos entrelaçamentos temporais é uma forma interessante de abordar as relações entre trajetórias individuais, ideias políticas e contextos históricos e sociais. Esta opção analítica traz contribuições teóricas e metodológicas para a escrita da história na medida em que, além de relativizar a ideia de um tempo natural único, nos permite pensar as diferentes elaborações sofridas pelo passado diante das experiências presentes e das expectativas futuras. Isto influi diretamente na maneira como os indivíduos percebem seu tempo e agem sobre ele. Consciente ou inconscientemente, individual ou coletivamente, é com vistas na construção de um futuro que os indivíduos

³³ Koselleck, Reinhart (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio.

atuam no presente. Ao expor os objetivos do seu livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Koselleck, muito voltado para o estudo da linguagem, deixa clara a possibilidade de alcançar este debate a partir dos testemunhos de políticos, filósofos, teólogos, dentre outros sujeitos históricos individuais. Em suas palavras, todos os testemunhos trabalhados no livro “*atestam a maneira como a experiência do passado foi elaborada em uma situação concreta, assim como a maneira pela qual expectativas, esperanças e prognósticos foram trazidos à superfície da linguagem*”³⁴. Aqui o que ganha destaque não é a trajetória do indivíduo, sua biografia, mas sim seu discurso, seu testemunho sobre seu tempo. De todo modo, fica aberta a possibilidade de estudo da história por meio do pensamento, da orientação ideológica, do posicionamento político de um indivíduo, aspectos manifestados em seu discurso e diretamente influenciados pela maneira como experimenta seu presente e produz expectativas sobre o futuro.

Neste sentido, o debate sobre tempos históricos e experiências e expectativas proposto por Koselleck permite problematizar as escolhas individuais até agora tão enfatizadas neste artigo. Escolhas que envolvem prognósticos relacionados às ações políticas. Isto porque o prognóstico que, a partir da virada do século XVIII, vai substituindo a profecia relaciona-se com a situação política. Segundo Koselleck,

*Essa associação se deu de forma tão íntima, que fazer um prognóstico já significava alterar uma determinada situação. O prognóstico é um momento consciente da ação política. Ele está relacionado a eventos cujo ineditismo ele próprio libera. O tempo passa a derivar, então, do próprio prognóstico, de uma maneira continuada e imprevisivelmente previsível.*³⁵

Estes prognósticos realizados por indivíduos ou grupos de indivíduos contribuem amplamente para a maneira como eles agem no presente e para o futuro que irão construir. De acordo com o autor, não há nenhuma história que não tenha sido “*construída mediante as experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem*”³⁶. A experiência tem forte relação com o passado, e é onde “*se fundem tanto a elaboração emocional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais ou não precisam mais estar presentes no conhecimento*”³⁷. É, portanto, não apagar o passado, dando-lhe concretude no presente, lembrando que as

³⁴ Ibidem, p. 15.

³⁵ Ibidem, p. 32.

³⁶ Ibidem, p. 335.

³⁷ Ibidem, p. 313.

experiências não são apreendidas da mesma forma e com a mesma intensidade por todos, bem como não estão imunes às transformações ao longo do tempo. As experiências (acúmulos) são passíveis de transformação, assim como as expectativas (o presente que se projeta no futuro), já que esta última está relacionada aos anseios vindouros, embora nem sempre se concretizem da forma como se imaginou, justamente porque a história é dinâmica. Koselleck afirma que “*não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa*”³⁸, para mostrar como as duas se interpenetram. Explica ainda, tomando os dois conceitos, como eles se relacionam diretamente com a noção de tempo histórico e com a própria concepção que se tem do que é a história³⁹.

É também interessante a abordagem apresentada pelo autor para demonstrar como o termo *horizonte de expectativa* foi associado à concepção que se tem do que é o progresso. De acordo com ele, a relação entre expectativas e progresso só pode ser compreendida se levarmos em consideração as diferenças entre a “*experiência transmitida e a nova expectativa que se manifesta*”⁴⁰ no calor dos novos inventos e das novas possibilidades que advieram com o avanço da modernidade. No contexto do Renascimento Cultural e Científico e das Reformas Religiosas houve uma expansão do entendimento de que novas expectativas precisavam ser criadas, não devendo estar atreladas ao gerenciamento da Igreja, que, para Koselleck, não permitia que o futuro fosse imaginado de forma dissociada de um passado bíblico e maniqueísta⁴¹. O alargamento das expectativas concretizou-se a partir do momento em que o progresso mundano impôs-se como uma condição necessária ao melhoramento da vida dos homens, que, a cada geração reproduzem essa busca constante por um futuro mais

³⁸ Ibidem, p. 307.

³⁹ A preocupação do autor é associar a História às experiências humanas coletivas, rompendo com o entendimento de que o “fazer” do historiador esteja circunscrito somente ao tempo passado e à narrativa. A história é um processo dinâmico que, necessariamente perpassa a compreensão das tensões e conexões existentes entre os tempos históricos. Para uma discussão sobre o conceito de História e Tempo História, ver em especial o capítulo “*Historia magistra vitae – Sobre a dissolução do topos da história moderna em movimento*” (p. 41-60) do já citado livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Do mesmo autor, ver também Koselleck, Reinhart (2001). *Los estratos del tiempo; estudios sobre la historia*, Barcelona: Paidós; Montoya, José Edgardo Cal. *Hacia una comprensión provisional del concepto moderno de Historia en Reinhart Koselleck. Perspectivas desde la Historia Conceptual*. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/facultad/chn/c1170/cal3.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

⁴⁰ Koselleck, R. (2006). Op. Cit, p. 315.

⁴¹ Ibidem.

promissor, quando os “efeitos previstos no plano ou no prognóstico se transformam em elementos de legitimação da ação política”⁴².

O conceito de progresso (seja o sociopolítico ou o técnico-científico) foi efetivamente criado, de acordo com o Koselleck, ao final do século XVIII⁴³. Para tanto, partiu-se das experiências coletivas e individuais, acumuladas nos três séculos anteriores, como um elemento necessário à transformação mundana e não espiritual ou religiosa⁴⁴. Muito utilizado por Kant, o conceito permitiu que expectativas e experiências fossem concebidas como duas categorias imbricadas, mas principalmente garantiu que o homem ousasse em relação aos seus anseios quanto ao futuro, pois, o novo precisava, de certa forma, ser diferente do velho. De acordo com Koselleck, a Revolução Francesa é um acontecimento que, de forma *sine qua non*, interferiu na percepção do homem em relação as suas experiências e expectativas, ao gerar um choque entre o velho e o novo. Os acontecimentos de 1789 se impuseram como um novo marco temporal, interferindo na forma como os homens passaram a enxergar o seu presente e suas projeções futuras.

Inspirado na análise dos tempos históricos de Koselleck e na história dos conceitos do mesmo Koselleck e de Hans-Ulrich Gumbrecht⁴⁵, o trabalho de Valdeci Lopes Araújo sobre o contexto no qual se situa a independência brasileira é um bom exemplo deste debate. Valdeci procura pensar a independência como uma experiência moderna, já que representa ruptura com um passado cíclico e previsível. Partindo do pressuposto de que a experiência do tempo é múltipla e variável historicamente, o autor se propõe a “inventariar as formas de lidar com o tempo produzidas por intelectuais do mundo luso-brasileiro na primeira metade do século XIX”⁴⁶. Para isto, na primeira parte do livro, descreve a trajetória política e intelectual de José Bonifácio de Andrada e Silva a fim de pensar a dialética entre o tempo como repetição e o tempo como um problema. Na tentativa de superar a decadência surgiria aqui um projeto moderno de país. Segundo Valdeci, José Bonifácio seria um objeto de análise privilegiado em razão da sua sensibilidade “às

⁴² Ibidem, p. 317.

⁴³ Para uma discussão sobre a história dos conceitos, ver: Koselleck, Reinhart (1992). “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146.

⁴⁴ Ibidem, p. 318.

⁴⁵ Do autor, ver, por exemplo: Gumbrecht, Hans (1998). *Modernização dos sentidos*, SP: Ed. 34; _____ (1999). *Em 1926, vivendo no limite do tempo*, RJ: Record.

⁴⁶ Araújo, Valdeci Lopes (2008). *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, SP: Hucitec, p. 19.

*transformações sociais e políticas que ocorriam nos dois lados do Atlântico*⁴⁷ e do recorte temporal no qual está situada sua produção intelectual. Assim, por meio de sua trajetória, *“foi possível acompanhar a constituição e esgotamento dos modelos conceituais que permitiram pensar projetos sucessivos de restauração e regeneração de Portugal”*⁴⁸. Na segunda parte, o autor analisa os desafios dos intelectuais do contexto posterior à independência para afirmar a singularidade nacional, o que inclui ações como a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. Aqui o passado se torna um campo de experiências que, iluminado pelo presente, viabiliza a construção de uma identidade nacional. Assim, sendo uma experiência singular, a independência *“torna-se o marco de uma abertura epistemológica”*⁴⁹ e abre espaço para a percepção da finitude e da construção do moderno. Esta experiência permitiu a construção de expectativas e prognósticos acerca do futuro, unindo presente, passado e futuro em um projeto que envolve a própria preservação da memória e a construção de uma ideia de nação. Escolhas, experiências e expectativas se misturam à análise de trajetórias individuais em uma via de mão-dupla marcada por relações dialéticas, tensões, conflitos e ambiguidades.

Se as trajetórias devem ser reconstruídas a partir da relação que os homens estabelecem com a sociedade, em face de um dado contexto político e econômico, considerando suas experiências e expectativas ao longo do tempo, é preciso que não desprezemos outro dado: a relação entre a escrita da história e a preservação da memória. A emergência da memória é, pois, uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais. Na interpretação de Andréas Huyssen, a rememoração é um dos nossos elos com o passado, podendo, definir nossa compreensão acerca do tempo presente⁵⁰. É um importante objeto de mediação entre passado, presente e futuro. Como indivíduos inseridos em uma sociedade, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma dada expectativa do que está por vir. Segundo Jacques Le Goff, a História, como ciência no tempo, é um componente indispensável de toda atividade temporal⁵¹. Podemos compreendê-la como uma construção intelectual, que

⁴⁷ Ibidem, p. 20.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem, p. 155.

⁵⁰ Huyssen, Andréas (2000). *Seduzidos pela Memória: arquiteturas, monumentos, mídias*, RJ: Aeroplano.

⁵¹ Le Goff, Jacques (1996). *História e Memória*, SP: Unicamp.

indica uma representação seletiva do passado (tempo), que nunca é somente aquela do indivíduo, mas tão somente de um indivíduo (sujeito) plantado num contexto familiar, social, nacional. Segundo Henry Rousso:

[...] seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros⁵².

A memória é a atividade mais elementar do pensamento, uma luta contra a morte e o esquecimento. Ela é um esforço para a contínua conservação da historicidade coletiva. A rigor, a memória possui um aspecto individual – que se refere às vivências e às experiências pessoais – e outro que está intrinsecamente relacionado à memória do grupo social em que o indivíduo foi socializado. Portanto, existe uma partilha, uma troca cultural, ou em outros termos, uma experiência comum de alguns homens que constitui a *memória coletiva ou social* – aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial de uma comunidade ou de uma sociedade mais ampla⁵³. Geralmente é expressa naquilo que chamamos de *lugares da memória*, tais como os monumentos, hinos oficiais, quadros, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade⁵⁴. Segundo Jacques Le Goff, a memória deve ser entendida como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”⁵⁵. É, deste modo, construção dos grupos sociais, uma vez que são eles que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais um determinado fato será lembrado. E relaciona-se com a rememoração individual, pois, a memória individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com os quais nos relacionamos. Ela está impregnada das referências e relações que nos cercam, da maneira como percebemos e vemos o que nos envolve no grande emaranhado de experiências durante a vida. Portanto, o processo de construção da memória tem forte contato com o que se pode denominar o “outro”. Tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o “outro” tem um papel fundamental,

⁵² Rousso, Henry (1998). “A memória não é mais o que era”. In Amado, J.; Ferreira, M. de M. (Org.) (1998). Op. Cit, p. 94-95.

⁵³ Ver: Pollak, Michael (1992). “Memória e Identidade Social”. In *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212.

⁵⁴ Ver: Nora, Pierre (1993). “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. In *Projeto História*, n. 10, p. 7-28.

⁵⁵ Le Goff, J. (1996). Op.Cit, p. 426.

porque contribui de forma relevante para a construção de uma identidade, um sentimento de pertencimento a um passado comum, a um grupo que compartilha memórias⁵⁶.

Partindo destas premissas, consideramos importante reafirmar, antes de concluirmos, que o estudo das trajetórias individuais constitui um relevante campo de abordagem histórica, sobretudo quando temos em mente que existe uma relação de reciprocidade entre o contexto e o biografado, entre a conjuntura social na qual o indivíduo a ser analisado está inserido e a rede de sociabilidade a que ele pertence. Estudos recentes na área têm permitido que retomemos as temáticas da história sob perspectivas mais abrangentes. Novas abordagens têm rompido com antigos paradigmas – circunscritos à História Eclesiástica, aos cânones de uma História Política tradicional, à preservação da memória e à exaltação dos grandes vultos e personalidades de dada época – para oxigenar as análises de trajetórias individuais a partir de sensibilidades e inquietações que partem do micro para o macro, relacionando o indivíduo e a experiência do tempo e descortinando as inegáveis contradições humanas.

Referências

Araújo, Valdei Lopes (2008). *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, São Paulo: Hucitec.

Azevedo, Elciene (1999). *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, São Paulo: Unicamp.

Barcelos, Ana Paula (2011). *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana (1871-1939)*, Rio de Janeiro: Multifoco.

_____ (2010). “Fidelino Figueiredo e Jônatas Serrano. Pensamento Católico e Radicalização Política na Década de 1930. Algumas reflexões”, in *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 2 no.4, maio-agosto 2010, p. 39-66 - <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/> .

Barros, José D'Assunção (2011). *Teoria da História, volume IV: Acordes Historiográficos: uma nova proposta para a Teoria da História*, 1. ed., Petrópolis, RJ: Vozes.

⁵⁶ Sobre as questões da alteridade e a construção de uma identidade relacionada ao “outro” que nos avalia, ver: Todorov, Tzvetan (1989). *Nous et les autres: La réflexion française sur la diversité humaine*, Paris: Éditions du Seuil.

Bourdieu, Pierre (1998). "A ilusão biográfica". In Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs.) (1998). *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: FGV. p. 189-190.

Burke, Peter (1992). *A escrita da História: novas perspectivas*, São Paulo: UNESP.

Cerqueira Filho, Gisálio (1988). *Análise Social da Ideologia*, São Paulo: EPU.

Chalhoub, Sidney (2003). *Machado de Assis Historiador*, São Paulo: Companhia das Letras.

Furtado, Júnia Ferreira (2003). *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo: Companhia das Letras.

Ginzburg, Carlo (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2002). *Relações de força: história, retórica, prova*, São Paulo: Companhia das Letras.

Gonçalves, Márcia de Almeida (2009). *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*, Rio de Janeiro: EDUERJ.

Grinberg, Keila (2002). *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gumbrecht, Hans (1998). *Modernização dos sentidos*, São Paulo: Ed. 34.

_____. (1999). *Em 1926, vivendo no limite do tempo*, Rio de Janeiro: Record.

Huysen, Andréas (2000). *Seduzidos pela Memória: arquiteturas, monumentos, mídias*, Rio de Janeiro: Aeroplano.

Kirschner, Tereza Cristina (2009). *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*, Rio de Janeiro: Alameda.

Koselleck, Reinhart (1992). "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos". In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, p. 134-146.

_____ (2001). *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, Barcelona: Paidós.

_____ (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio.

Le Goff, Jacques (1996). *História e Memória*, São Paulo: Unicamp.

_____ (1999). *São Luís: biografia*, Rio de Janeiro: Record.

Levi, Giovanni (1992). "Sobre a micro-história". In Burke, Peter (1992). *A escrita da História: novas perspectivas*, São Paulo: UNESP, p. 133-161.

____ (1998). "Usos da biografia". In Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. (Orgs.) (1998). *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: FGV, p. 167-182.

____ (2000). *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mendonça, Joseli Maria Nunes (2007). *Evaristo de Moraes, tribuno da República*, Campinas: Unicamp.

Montoya, José Edgardo Cal. *Hacia una comprensión provisional del concepto moderno de Historia en Reinhart Koselleck: Perspectivas desde la Historia Conceptual*. Disponível em: <<http://www.uca.edu.sv/facultad/chn/c1170/cal3.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

Neder, Gizlene (1979). *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Achiamé.

____ e Barcelos, Ana Paula (2009). "Intelectuais, Circulação de Ideias e Apropriação Cultural. Anotações para uma discussão metodológica", In *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 1. no.1, janeiro/julho, p. 29-54 - <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/>

Nora, Pierre (1993). "Entre a memória e a história: a problemática dos lugares". In *Projeto História*, n. 10, p. 7-28.

Pallares-Burke, Maria Lúcia Garcia (2005). *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*, São Paulo: HUCITEC.

Pereira, Aline Pinto; Barcelos, Ana Paula (2012). *Trajetórias individuais e experiências sociais: sociabilidades e ideias políticas no Brasil (1820-1940)*, Niterói: EdUFF.

Pollak, Michael (1992). "Memória e Identidade Social". In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212.

Revel, Jacques (Org.) (1998). *Jogos de escala: a experiência da micro-história*, Rio de Janeiro: FGV.

Rouso, Henry (1998). "A memória não é mais o que era". In Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. (Orgs.) (1998). *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: FGV, p. 93-101.

Schwarz, Roberto (1977). *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades.

Sussekind, Flora; Ventura, Roberto (1984). *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, São Paulo: Moderna.

Todorov, Tzvetan (1989). *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine*, Paris: Éditions du Seuil.

Vainfas, Ronaldo; Santos, Georgina Silva dos; Neves, Guilherme Pereira das (Orgs.) (2006). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI e XIX*, Niterói: EdUFF.

Recebido para publicação em dezembro de 2012.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.

REFLEXIONES SOBRE LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS DERECHOS HUMANOS

REFLEXÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL E OS DIREITOS HUMANOS

REFLECTIONS ON REGIONAL INTEGRATION AND HUMAN RIGHTS

REFLEXIONS AUTOUR DE L'INTÉGRATION RÉGIONALE ET DES DROITS DE L'HOMME

地区整合与人权问题的重新思考

DOI: 10.5533/1984-2503-20135207

Adriana C. Cicaré¹

RESUMEN

En el artículo se reflexiona sobre la trayectoria de la integración regional en Mercosur superadas dos décadas desde su gestación. Fiel a la mayoría de las interpretaciones sobre su concepción, se destacan logros económicos propios de la profundización y del relacionamiento externo del Mercosur, para luego ir virando hacia la consideración de otros logros de carácter político y social, observándose la acentuación de éstos en el tránsito de la segunda década. En tal contexto se hace referencia al tratamiento de los derechos humanos en el Mercosur y, preferentemente, sobre los mismos en Argentina con énfasis en la relación violencia-memoria-identidad. Se concluye con diversas reflexiones sobre la importancia de la educación para el cumplimiento de los DDHHs y para la construcción de una cultura de paz, conforme fuera consensuado por Naciones Unidas en 1999.

Palabras clave: Mercosur, Economía, Derechos Humanos, Violencia, Memoria.

RESUMO

No artigo reflete-se acerca da trajetória da integração regional no Mercosul superadas duas décadas desde sua gestação. Fiel a maioria das interpretações sobre sua

¹ Máster en Gestión Empresarial y Formación Profesional para la Integración Latinoamericana / Profesora de la Facultad de Ciencias Económicas y Estadística / UNR - Investigadora del Consejo de Investigaciones / UNR – Rep. Argentina. E-mail: acicare@fcecon.unr.edu.ar

concepção, são destacados logros econômicos próprios do aprofundamento e do relacionamento externo do Mercosul, para logo voltar-se para a consideração de outros logros de caráter político e social, observando-se a acentuação destes no trânsito da segunda década. Neste contexto, faz-se referência ao tratamento dos direitos humanos no Mercosul e, preferencialmente, na Argentina com ênfase na relação violência-memória-identidade. Conclui-se por meio de diversas reflexões pela importância da educação para o cumprimento dos DDHs e para a construção de uma cultura de paz, conforme fora acordado pelas Nações Unidas em 1999.

Palavras-chave: Mercosul, Economia, Direitos Humanos, Violência, Memória.

ABSTRACT

This article reflects on the trajectory of regional integration in Mercosur two decades after it was established. Loyal to the majority of the interpretations of its conception, economic gains derived from the consolidation of Mercosur and its external relations are highlighted, to pave the way for a consideration of other gains of a political and social nature, observing the accentuation of these during the second decade. In this context, reference is made to the treatment of human rights within Mercosur, particularly in Argentina, with an emphasis on the violence-memory-identity relationship. The conclusion offers various reflections on the importance of education to the fulfillment of HRs and to the construction of the culture of peace agreed upon by the United Nations in 1999.

Key Words: Mercosur, Economics, Human Rights, Violence, Memory.

RÉSUMÉ

Dans cet article, nous analyserons la trajectoire de l'intégration régionale dans le cadre du Mercosul 20 ans après sa création. Dans la lignée des interprétations relatives à sa mise en œuvre, nous mettrons d'abord en lumière les résultats économiques propres à l'approfondissement des relations extérieures au sein du Mercosul pour aborder ensuite ses répercussions politiques et sociales, qui se sont accentuées au cours de la deuxième décennie de son existence. Dans ce contexte, l'on fera référence au traitement des Droits de l'homme dans le Mercosul, et plus particulièrement en Argentine, grâce à une analyse de la relation violence-mémoire-identité. Par l'entremise des diverses réflexions engagées, nous dégagerons l'importance de l'éducation pour le respect des droits humains et la construction d'une culture de paix, conformément aux accords des Nations unies de 1999.

Mots-clés: Mercosul, Économie, Droits de l'homme, Violence, Mémoire.

提要

论文对南纬共市(巴西、阿根廷、智利、巴拉圭、乌拉圭)

区域整合二十年来的成就做了思考, 对经贸往来稍做总结之后, 讨论政治和社会整合方面也做了思考。关于南纬共市人权问题, 重点谈到阿根廷关于军政府期间的人权践踏遗留问题, 关于暴力—记忆—

认同议题进行了探讨。论文对人权教育的重要性做了阐述, 旨在实施联合国1999年人权协议, 通过教育手段, 形成一个和平和谐的文化。

关键词: 南纬共市, 经济, 人权, 暴力, 记忆。

La esperanza es la otra alma de los desdichados” [...] “El error viene a ser para la verdad lo que el sueño para la vigilia. He observado que del error salimos como restaurados para volver de nuevo a la verdad” (Johann W. Goethe)².

*Si hay belleza en el carácter,
Habrá armonía en el hogar.
Si hay armonía en el hogar,
Habrá orden en la nación.
Si hay orden en la nación,
Habrá paz en el mundo
(Confucio; 551-479 a C.).*

El 26 de marzo de 1991 se firma el Tratado de Asunción, tratado para la constitución de un mercado común entre la República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay.

Entre sus considerandos se mencionaba:

la ampliación de las [...] dimensiones de sus mercados nacionales, a través de la integración, constituye condición fundamental para acelerar sus procesos de desarrollo económico con justicia social” [...] “ese objetivo debe ser alcanzado mediante el más eficaz aprovechamiento de los recursos disponibles, la preservación del medio ambiente, el mejoramiento de las interconexiones físicas, la coordinación de las políticas macroeconómicas y la complementación de los diferentes sectores de la economía [...]”³.

² Goethe, J.W. von (2003). *Obras completas, Tomo VII – “Máximas y reflexiones”*, Madrid: Aguilar, p. 304 e 331.

³ ver: Tratado de Asunción.

I - Balance de su trayectoria

Al cumplirse los 20 años de constitución del Mercosur varios analistas hicieron un obligado balance de la trayectoria del proceso de integración. La mayoría –fiel a la tradición de la concepción del mismo- focalizaron la atención en los logros comerciales, y en ese sentido tenemos que decir que:

- si bien ha quedado atrás el período de oro del Mercosur centrado en el lapso 1991/1998, en el cual hubo mayor convergencia macroeconómica desde el punto de vista cambiario y el comercio intrarregional fue más dinámico creciendo sostenidamente hasta alcanzar un máximo del 25% en 1998 (medido a través de las exportaciones), hoy dicho indicador se encuentra estabilizado en torno al 15% ⁴;
- continuando con una lectura netamente económica se han logrado otras metas, por ej. mayor equidad en lo cualitativo del comercio, al lograrse introducir bienes con mayor valor agregado en el mayor mercado –es decir, Brasil-, objetivo este ya contemplado en el Programa de Integración y Cooperación Argentina- Brasil (PICAB; 1986);
- se ha consolidado un perfil exportador diferenciado: los países de la región son, principalmente, exportadores de productos básicos hacia el resto del mundo, en tanto que concentran su flujo de manufacturas industriales hacia el interior del Mercosur;
- con el ánimo de superar las llamadas “asimetrías estructurales”, entendiéndose por tales a las dimensiones relativas de los países –territorio, población, tamaño de mercado- la dotación relativa de factores, distribución del ingreso y niveles de desarrollo, se ha creado -en analogía a los fondos estructurales de la UE- el FOCEM (Dec. CMC n* 18/05) –Fondo para la Convergencia Estructural del Mercosur, que beneficia a los países menores del Mercosur (contando a abril’2011 con 36 proyectos por un monto de U\$S 1.000 millones, esencialmente destinados al mejoramiento de la infraestructura);

⁴ Ver: CEI (2011). “Mercosur: a 20 años del Tratado de Asunción”. In *Notas del CEI*, n. 20, Buenos Aires, abril.

- análogamente, por Dec. CMC n° 12/08 se aprobó el Programa de Integración Productiva del Mercosur (PIPM) a fin de contribuir al fortalecimiento de la complementariedad productiva de empresas del Mercosur, con especial énfasis en la integración de las cadenas productivas de las PYMEs;
- aspectos estos que se suman a otros que hacen, también, a la profundización del Mercosur, a saber: formalización del Sistema de Pagos en Monedas Locales (SML; oct.´2008) entre Argentina y Brasil, aprobación del Código Aduanero del Mercosur (Cumbre de San Juan, mediados´2010).
- A lo cual, deberán adicionarse otros logros que hacen al relacionamiento externo del Mercosur y al incremento de los flujos de comercio e inversión, como lo manifiesta la suscripción de diversos acuerdos económico-comerciales, a saber:
 - Mercosur – Chile – ACE n° 35;
 - Mercosur – Bolivia – ACE n° 36;
 - Mercosur – México – ACE n° 54;
 - Mercosur – Comunidad Andina – ACE n° 59;
 - Mercosur – India;
 - Mercosur – Cuba – ACE n° 62;
 - Mercosur – Estado de Israel;
 - Mercosur – SACU (Unión Aduanera de África del Sur);
 - Mercosur – Egipto (ver: Bellina Yrigoyen, J. y Frontons, G.; 2012);

además de otros más recientes:

- Complementación y Articulación Mercosur – UNASUR – DEC. n° 24/12 – (XLIII CMC – Mendoza, 29/06/12) e;
- Incorporación de la República Bolivariana de Venezuela al Mercosur (Mendoza, 29/06/2012).

Bouzas⁵ ha expresado que el Mercosur ha sido –en muchos aspectos- una experiencia de integración regional exitosa para los estándares de los países en desarrollo.

⁵ Bouzas, Roberto (2002). “Mercosur: ¿Crisis económica o crisis de la integración?”. In *BID/ INTAL - Foro de reflexión sobre el Mercosur*, Octubre.

- Su primera contribución fue asistir en un proceso más amplio de consolidación de un ambiente de paz y democracia en la región (con observación del Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático);
- La segunda contribución fue la de profundizar el impacto de la liberalización comercial en el establecimiento de vínculos económicos más estrechos entre los países de la región –especialmente entre la Argentina y Brasil;
- La tercera contribución reside en que ayudó a los países miembros a adquirir una visibilidad y un papel internacional más activo de los que hubieran sido posibles si cada uno hubiera actuado aisladamente.

Prosiguiendo en el análisis, se adhiere más recientemente a la visión de Mariana Vázquez⁶ en cuanto al avance en la consolidación de un nuevo paradigma de integración en el Mercosur y que naciera en el 2003 con el desarrollo de un modelo de integración más inclusivo. Como hitos en este camino en construcción deben mencionarse:

- la creación del Parlamento del Mercosur,
- los Fondos de Convergencia Estructural,
- la aprobación del Plan Estratégico de Acción Social del Mercosur (con temas como: universalización de la salud pública y la educación; la inclusión productiva; garantías de acceso al trabajo decente y los derechos previsionales),
- la transformación del Fondo Educativo del Mercosur en un fondo permanente, y
- el reconocimiento de la importancia de la integración productiva (con énfasis en políticas que promuevan los encadenamientos productivos con las micro, pequeñas y medianas empresas).

Análogamente, Lincoln Bizzozero⁷ nos describe un tránsito en el Mercosur de un regionalismo abierto –propio de la 1ra. década y asociado a los postulados del Consenso de Washington- a un regionalismo continental y estratégico como nuevo eje impulsor del proceso. Siendo cuatro los factores que explican la reorientación del Mercosur:

- la crisis regional y, en particular, de Argentina y Brasil, que lleva al replanteo de la situación,

⁶ Vázquez, Mariana (2011). “El Mercosur avanzó en la consolidación de un nuevo paradigma de integración”. In *BAE, Nota*, Argentina, 05 jul.

⁷ Bizzozero, Lincoln (2011). “Los primeros veinte años del Mercosur: del Programa de Liberación al Plan Estratégico de Acción Social”. In *Rev. Densidades*, n. 6, mayo.

- los cambios de gobierno vinculados con la necesidad de transformaciones por demandas políticas y sociales,
- el impulso dado por Brasil al espacio sudamericano en la política regional,
- el rol que comenzó a jugar Venezuela en la región con elementos de cooperación.

La Cumbre de Presidentes de América del Sur (2000), realizada en Brasilia –en conmemoración de los 500 años del descubrimiento de Brasil – marcó como aspectos importantes:

- la necesaria articulación entre la consolidación de los procesos regionales y el conjunto de América Latina y el Caribe, y
- la importancia de la identidad sudamericana en el cruce de procesos y espacios diferenciados.

La Cumbre, reafirmando tres pilares para la seguridad y el desarrollo de la región – paz, democracia y profundización de la integración-, se planteó el inicio de un espacio sudamericano sui-géneris, teniendo como pilar la cooperación regional y como objetivo: la construcción de la región sudamericana, con inserción estratégica en el mundo.

El Documento de Buenos Aires (octubre'2003) manifiesta el cambio de orientación del modelo de desarrollo y del regionalismo, con lineamientos tales como:

- el impulso a la participación activa de la sociedad civil en el proceso regional,
- el trabajo como eje central de combate a la pobreza y de mejora en la sociedad y en la distribución del ingreso,
- la reafirmación del papel estratégico del Estado,
- la prioridad de la educación para la inclusión social,
- la convicción de que el Mercosur no es solamente un bloque comercial, sino también, un espacio catalizador de valores, tradiciones y futuro compartido.

II- Tratamiento de los Derechos Humanos

Resulta importante –en esta nueva etapa del Mercosur- el tratamiento de los derechos humanos. Al respecto, el tema de los derechos humanos es recogido explícitamente en el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur cuando entre sus “competencias” habla de elaborar y publicar periódicamente un informe sobre la situación de los derechos humanos de los Estados Partes.

En esta línea de pensamiento, a mediados del 2006 se aprueba el “Protocolo de Asunción sobre Compromiso con la Promoción y Protección de los Derechos Humanos del Mercosur”. El mismo se apoya en: a) la Declaración Presidencial de Puerto Iguazú del 8/7/2004 en la cual los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur destacaron la alta prioridad que le asignan a la protección, promoción y garantía de los derechos humanos de todas las personas que habitan el Mercosur, b) en la Dec. CMC n° 40/04 que crea la Reunión de Altas Autoridades sobre Derechos Humanos del Mercosur, y c) en otros principios como los contenidos en la Declaración y el Programa de Acción de la Conferencia Mundial de Derechos Humanos de 1993, en el sentido de que la democracia, el desarrollo y el respeto a los derechos humanos y libertades fundamentales son conceptos interdependientes que se refuerzan mutuamente⁸.

A posteriori, en la Cumbre de San Juan (mediados 2010), el Consejo de Ministros del Mercosur aprobó la creación del Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur (IPPDH). El mismo, a funcionar fuera de Uruguay -en el Espacio de la Memoria – ex ESMA (Argentina)- ha sido producto de un acuerdo en función de las políticas de derechos humanos que se ha venido llevando a cabo desde el inicio de la gestión del ex presidente N. Kirchner⁹.

Este organismo –creado por diez Estados del Mercosur, entre integrantes y asociados- tiene como propósito articular políticas comunes en el tratamiento de temas vinculados a los derechos humanos. Puntualmente, buscará superar vacíos legales en la protección de derechos de niños, niñas y adolescentes; solucionar los delitos de trata y tráfico de personas; garantizar la protección de los derechos de las personas con discapacidad; y, la no discriminación de lesbianas, gays y bisexuales¹⁰.

Se ha procedido a elaborar un Plan estratégico para el período 2010-2012, contemplándose cuatro líneas de trabajo principales. Esos lineamientos incluyen: a) la coordinación de las políticas públicas en derechos humanos de los países del bloque, b) la provisión de asistencia técnica en el diseño y la implementación de las mismas; c) la realización de trabajos de investigación para producir información técnica, y d) el desarrollo de actividades de capacitación para los empleados públicos.

⁸ Cicaré, Adriana C. (2007). “Derechos Humanos y Desarrollo Humano Sustentable en el Mercosur. ¿Cohesión Económica y Social?”. In *I Congreso Argentino- Latinoamericano de Derechos Humanos: “Una mirada desde la Universidad”*., Rosario, Argentina: UNR, abril.

⁹ aen:02/08/2010.

¹⁰ ver: <http://www.argentina.ar>.

Para alcanzar su objetivo de fortalecimiento de la política regional de derechos humanos, se definieron dos ejes temáticos de relevancia en la agenda ciudadana del bloque, a saber:

- a) políticas de seguridad ciudadana y control de la violencia institucional, y
- b) políticas de igualdad e inclusión social.

En vistas a cumplir con esos dos ejes, fueron definidas cinco líneas de trabajo prioritarias, que establecen:

- a) la promoción de una mayor coordinación y articulación de políticas en derechos humanos,
- b) el desarrollo de la investigación,
- c) el fortalecimiento de la institucionalidad pública en derechos humanos,
- d) la facilitación en las relaciones entre los Estados y sociedad civil, y
- e) el fortalecimiento de los sistemas de protección de derechos humanos nacionales y regionales.

Si bien el IPPDH es una institución nueva en el bloque, su creación constituye la culminación de un proceso que comenzó en 1998 con la adopción del Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el Mercosur ¹¹.

En este año (2012), Amnistía Internacional (AI) expresó que América Latina continúa siendo –incluso luego de largos años de dictaduras– una región azotada por las violaciones a los derechos humanos y destaca que la resolución de muchos de dichos casos se enfrenta a *“la falta de independencia de la justicia y la ausencia de voluntad política”*. Si bien reconoce que durante el año 2011 fueron registrados avances en cuanto a sucesos que mitigan la impunidad, sobre todo en lo referido a abusos cometidos durante antiguas dictaduras en la región, alerta de que los mismos constituyen *“la excepción”*¹².

II.1- Relación violencia-memoria-identidad

Merece aquí referir el testimonio de una detenida en Argentina en el marco del Terrorismo de Estado:

El dolor de la tortura, de la picana eléctrica en los genitales, de los golpes tarde o temprano pasa, pero el terror como forma de tortura va por otro lado, porque hace

¹¹ Durant, Cécile (2011). *Boletín Somos Mercosur*, Montevideo.

¹² Infolatam (2012)

que se sienta que pueden hacer lo que sea con uno. Ese método del terror existió [...] se trató de la violación serial (sexual)¹³.

Y pensando en la identidad, y en la importancia de la recuperación de la identidad por parte de hijos de desaparecidos en época de la dictadura militar, las Abuelas de Plaza de Mayo (Argentina) trabajan desde hace treinta y cinco años restituyendo la identidad a los hijos de sus hijos y generando herramientas para garantizar el derecho a la identidad de todos los niños y niñas.

Hace muy poco -10/10/2012- las Abuelas de Plaza de Mayo anunciaron la restitución de la nieta número 107, nacida en cautiverio en Córdoba el 11 de octubre de 1978, hija de María de las Mercedes Moreno, quien permaneció como detenida-desaparecida, privada ilegítimamente de su libertad y sometida a tormentos. La misma – estando encadenada- dió a luz a una niña que le fue arrebatada y alojada en la Casa Cuna para su posterior adopción. Recientemente, la Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (Conadi) facilitó la inclusión de las muestras de ADN de la familia en el Banco Nacional de Datos Genéticos¹⁴. Muchos de los “nietos desaparecidos” han expresado su retorno a la vida cuando lograron el reencuentro con su familia biológica.

III- Meta para una sociedad. La importancia de la educación

Para el PNUD, el desarrollo humano es concebido como

[...] un proceso mediante el cual se amplían las oportunidades de los individuos, las más importantes de las cuales son una vida prolongada y saludable, acceso a la educación y un nivel de vida decente; incluyendo otras oportunidades, la libertad política, la garantía de los derechos humanos y el respeto a sí mismo¹⁵.

Por otra parte, la observación de diversas manifestaciones de violencia en la sociedad, nos lleva a plantear la importancia de la construcción de una cultura de paz.

La primera definición internacionalmente consensuada de cultura de paz se realiza en octubre de 1999; la Asamblea General de las Naciones Unidas aprueba la Declaración

¹³Aucía, Analía; Barrera, Florencia; Berterame, Celina; Chiarotti, Susana; Paolini, Alejandra; Zurutuza, Cristina; Vassallo, Marta (2011). “Grietas en el Silencio. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado”. In *CLADEM / INSGENAR*, Rosario (Argentina), junio.

¹⁴ *La Capital* (2012), Rosario, 10 oct.; p. 11.

¹⁵ PNUD (1990). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

y Programa de Acción sobre una Cultura de Paz. Se conceptualiza a ésta, como un conjunto de valores, actitudes, tradiciones, comportamientos y estilos de vida basados en: 1) el respeto a la vida y el arreglo pacífico de los conflictos; 2) el respeto y la promoción de los derechos humanos; 3) el desarrollo sostenible y la protección del ambiente; 4) la igualdad de oportunidades de mujeres y hombres; 5) los principios de justicia, tolerancia, solidaridad, entre otros; y 6) la libre circulación de información y conocimientos.

En la Declaración se constata, además, que *“la educación es uno de los medios fundamentales para edificar una cultura de paz”* (Christ, Alejandro).

Y, al reconocer la importancia de la educación para la construcción de una cultura de paz, nos detenemos en el documento “Metas Educativas 2021” de la Organización de Estados Iberoamericanos (Mar del Plata, diciembre 2010). Éste, que tiene como propósito transformaciones positivas en la calidad y la equidad de los sistemas educativos de los Estados miembros de la OEI, entre sus principios ha contemplado el deseo de una libertad vinculada a la superación de las desigualdades, al buen vivir, a la defensa de la naturaleza, al reconocimiento efectivo de los derechos de todas las personas y al acceso equitativo a los bienes materiales y culturales disponibles. Ello, en el marco de sociedades democráticas, igualitarias, abiertas, solidarias e inclusivas.

Adherimos al mismo cuando expresa: *“el logro de una sociedad sostenible conlleva la plena universalización de los Derechos Humanos, siendo para ello fundamental la educación y, particularmente, la educación en valores”*¹⁶.

En la línea de pensamiento de valorar el rol de la educación para la construcción de una sociedad más solidaria, pacífica y democrática, y que en consecuencia conduzca al cumplimiento de los DDHHs., destacamos –asimismo- la labor del Sector Educativo del Mercosur (SEM), que a partir del trazado de Planes Estratégicos, ha contemplado actividades de construcción de una conciencia ciudadana y una identidad regional –en niveles de educación básica y media-, atendiendo temas también de la observación de los Derechos Humanos¹⁷.

En ese sentido, el Primer Plan Estratégico (1992-1994) contempla –entre otros:

- la formación de una conciencia ciudadana favorable al proceso de integración, y
- la formación de Recursos Humanos para contribuir al desarrollo económico.

¹⁶ OEI (2010). *Metas Educativas 2021. La educación que queremos para la generación de los bicentenarios*, Madrid, p. 111

¹⁷ ver: Perrotta, D. y Vázquez, M. (2010). *El Mercosur de las políticas públicas regionales. Las agendas en desarrollo social y educación*, Montevideo: CEFIR.

En la 2da. Etapa (1996-2000), con la firma del Documento Mercosur 2000, se menciona:

- reafirmar de la identidad cultural,
- alcanzar la transformación productiva con equidad,
- fortalecer la democracia en el marco de la integración.

En el Segundo Plan Estratégico (1998-2000) encontramos: el desarrollo de la identidad regional, por medio al estímulo al conocimiento mutuo y a una cultura de integración.

Del Tercer Plan Estratégico (2001-2005) destacamos:

- la educación como espacio cultural para el fortalecimiento de una conciencia favorable a la integración que valore la diversidad y la importancia de los códigos culturales y lingüísticos, y
- la integración que exige educación de calidad para todos para atender a las necesidades educativas de los sectores más vulnerables, con el fin de superar las inequidades existentes.

El Cuarto Plan Estratégico (2006-2010) incluye, entre sus objetivos estratégicos:

- contribuir a la integración regional acordando y ejecutando políticas educativas que promuevan una ciudadanía regional, una cultura de paz y el respeto a la democracia, a los derechos humanos y al medio ambiente, y
- promover la educación de calidad para todos como factor de inclusión social, de desarrollo humano y productivo.

Más recientemente, ante la evidencia de un nuevo contexto internacional y regional y de una fuerte desigualdad en los resultados educativos, permaneciendo en situación vulnerable parte de las poblaciones históricamente excluidas, se ha diseñado el Plan del Sector Educativo del Mercosur 2011-2015, que contempla el programa “Metas 2021: la educación que queremos para la generación de los Bicentenarios”. El mismo aborda los principales desafíos educativos de la región, con el objetivo de mejorar la calidad y la equidad en la educación para hacer frente a la pobreza y a la desigualdad, asumiendo el compromiso de invertir más y mejor en educación en los próximos 10 años.

La visión de dicho Plan del SEM refiere a:

Ser un espacio regional donde se brinda y garantiza una educación con equidad y calidad, caracterizado por el conocimiento recíproco, la interculturalidad, el respeto a la diversidad, la cooperación solidaria, con valores compartidos que contribuyan

al mejoramiento y democratización de los sistemas educativos de la región y a generar condiciones favorables para la paz, mediante el desarrollo social, económico y humano sustentable¹⁸.

Sus objetivos estratégicos coinciden con los enunciados en el Cuarto Plan Estratégico (2006-2010), del cual se desprenden objetivos específicos y acciones vinculadas.

En suma, se destacan acciones vinculadas a la educación en derechos humanos, educación ambiental, educación en la primera infancia, educación en jóvenes y adultos, educación profesional y tecnológica, educación en la diversidad y educación a distancia, que en el actual Plan del SEM prometen ser consolidadas.

En el ámbito de la República Argentina y vinculado a la relación violencia-memoria, el Ministerio de Educación de la Nación viene desarrollando desde el año 2003 una política educativa de memoria y el Programa Educación y Memoria, que tiene como objetivo consolidar una política educativa que promueva la enseñanza de la historia reciente –última dictadura militar- mediante la elaboración y puesta a disposición de materiales y acciones de capacitación docente a nivel nacional, con propuestas para la escuela primaria y secundaria. Inscribe sus acciones en el marco general de la Ley Nacional de Educación N° 26.206 que en su artículo 3° señala que:

La educación es una prioridad nacional y se constituye como política de Estado para construir una sociedad justa, reafirmar la soberanía e identidad nacional, profundizar el ejercicio de la ciudadanía democrática, respetar los derechos humanos y libertades fundamentales y fortalecer el desarrollo económico – social de la Nación.

El propósito refiere a: *“generar en los/as alumnos/as reflexiones y sentimientos democráticos y de defensa del Estado de derecho y la plena vigencia de los Derechos Humanos”¹⁹.*

¹⁸ Mercosur (2011). *Plan de Acción del Sector Educativo del Mercosur 2011-2015*, Paraguay.

¹⁹ Ver: portal.educación.gov.ar.

IV- Reflexiones finales

Observando la estructura institucional del Mercosur nótase como la misma se ha ido complejizando y enriqueciendo, evidenciando que el Mercosur ha trascendido los aspectos económicos y comerciales, para abarcar áreas y temáticas sociales, culturales, educativas, jurídicas y de seguridad, entre otras.

Tal como expresa la “Cartilla del Ciudadano del Mercosur”, pensamos que la dimensión humana está presente en la construcción del Mercosur, considerando que el objetivo principal del proceso de integración es *“promover el desarrollo sostenido de la región y garantizar mejores condiciones de vida para sus poblaciones”*; o, como se expresa en los considerandos del Tratado de Asunción, la condición fundamental es *“acelerar [...] el desarrollo con justicia social”*.²⁰

En tal sentido, se adhiere a la “Declaración de Principios del Mercosur Social” cuando expresa:

*Se parte de la indisociabilidad de las políticas económicas y las políticas sociales, asumiendo que el crecimiento económico no debe ser un fin en sí mismo, sino una herramienta básica al servicio de la igualdad de oportunidades y la justicia social, garantizando un desarrollo integral sustentable de distribución equitativa*²¹.

Y la paz será posible con la insistencia en la educación. El sistema de Naciones Unidas ha acordado, a través de diversos documentos y declaraciones, que una de las orientaciones de mayor relevancia a incluir en los contenidos curriculares es aquella que fomenta la formación para la cultura de la paz y la democracia. [...] Una educación para la paz debe esmerarse en entregar una formación capaz de desarrollar valores, actitudes y habilidades socioemocionales y éticas que promuevan una convivencia social en la que todos participen y compartan plenamente, lo que debiera redundar en el reconocimiento y puesta en práctica de los derechos humanos.[...]; una cultura de paz puede ser definida también como el respeto de los principios de soberanía, integridad territorial e independencia política de los Estados. De este modo, no solo se enfatiza la importancia

²⁰ Uruguay. Comisión de Representantes del Mercosur (2010). *Cartilla del ciudadano del Mercosur*, Montevideo: CRPM.

²¹ Ver: Postulados fundamentales, p. 5.

de una cultura de paz, sino que también se pronuncia una condición necesaria para la misma: la democracia. Una educación para la paz y la democracia debe reconocer y fomentar la igualdad de derechos y oportunidades, principalmente de las mujeres, quienes históricamente han sufrido exclusiones y discriminaciones; debe respetar el derecho a la libertad de expresión, así como satisfacer las necesidades de desarrollo y protección del medio ambiente²².

Para ello es de importancia la implementación de pedagogías que resignifiquen al ser humano como unidad de mente-cuerpo y espíritu, para el cumplimiento de los DDHHs y para el logro del desarrollo humano sustentable.

Desde Pedagogía 3000 –desarrollada por N. Paymal- se hace una especial contribución a la creación de una cultura de paz; al respecto, nos dice:

Educación desde la Paz es proporcionar un ámbito de reconocimiento, valoración, cooperación y trabajo grupal desde el que puedan trascenderse viejos esquemas que han provocado en el mundo la separación, la discriminación, la confrontación y la falta de tolerancia. (...) La búsqueda de la paz, nos permite descubrir que en la humanidad y en el Planeta todo crece y evoluciona hacia nuevos niveles de conciencia; conciencia de unidad, de universalidad, de totalidad; la búsqueda de la Paz permite darnos cuenta que la unidad es la integración de la diversidad, y la diversidad es una gran riqueza que el amor enaltece y complementa²³.

Referencias

Aen: “Argentina en noticias” (02 ago 2010). Disponible em: <<http://www.argentina.ar>>.

ALADI – Tratado de Asunción – ALADI/SEC/di 407 – 9 de abril de 1991.

Amnistía Internacional denuncia que persiste la impunidad en América Latina (2012). In *Infolatam*, informe anual, 23 de mayo.

Aucía, Analía; Barrera, Florencia; Berterame, Celina; Chiarotti, Susana; Paolini, Alejandra; Zurutuza, Cristina; Vassallo, Marta (2011). “Grietas en el Silencio. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado”. In *CLADEM / INSGENAR*, Rosario, Argentina, junio.

Bellina Yrigoyen, Jorge; Frontons, Gabriel (2012). “Política comercial, acuerdos y negociaciones externas: la Argentina y el Mercosur”. In *Invenio*, n. 28, p. 41-64.

²² ver: Naciones Unidas (1999). “Declaración y Programa de Acción sobre una Cultura de Paz”. In *Asamblea General*, 6 de octubre. OEI (2010). *Metas Educativas 2021. La educación que queremos para la generación de los bicentenarios*, Madrid, p. 109/110.

²³ ver: Educación evolutiva / Pedagogía 3000.

Bizzozero, Lincoln (2011). “Los primeros veinte años del Mercosur: del Programa de Liberación al Plan]Estratégico de Acción Social”. In *Rev. Densidades*, n. 6, mayo.

Bouzas, Roberto (2002). “Mercosur: ¿Crisis económica o crisis de la integración?”. In *BID/INTAL - Foro de reflexión sobre el Mercosur*, Octubre.

La Capital (2012), Rosario, 10 oct.

Carta de Montevideo (2007). *Declaración de Principios del Mercosur Social*, Montevideo, 23 de noviembre.

CEI (2011). “Mercosur: a 20 años del Tratado de Asunción”. In *Notas del CEI*, n. 20, Buenos Aires, abril.

Christ, Alejandro. *Cultura de paz y reformas educativas*. Disponível em: <<http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/369/File/PDF/CentrodeReferencia/Temasdeanalis2/educacionenparalosderechoshumanos/articulos/temacentral/Culturadepazyreformaseducativas.pdf>>.

Cicaré, Adriana C. (2007). “Derechos Humanos y Desarrollo Humano Sustentable en el Mercosur. ¿Cohesión Económica y Social?”. In *I Congreso Argentino- Latinoamericano de Derechos Humanos: “Una mirada desde la Universidad”*, Rosario, Argentina: UNR, abril.

Cicaré, Adriana; Rinaldi, Norma (2012). “Cultura de paz. Desafíos para las políticas educativas en América Latina”. In *III Congreso Internacional – X Simposio- de América Latina y el Caribe. “La región frente a los desafíos que generan las crisis y paradigmas emergentes en el sistema internacional y regional. Análisis históricos económicos y socio políticos*, Buenos Aires, 24, 25 y 26 de octubre.

Durant, Cécile (2011). *Boletín Somos Mercosur*, Montevideo.

Goethe, J.W. von (2003). *Obras completas, Tomo VII – “Máximas y reflexiones”*, Madrid: Aguilar.

Mercosur (2011). *Plan de Acción del Sector Educativo del Mercosur 2011-2015*, Paraguay.

Naciones Unidas (1999). “Declaración y Programa de Acción sobre una Cultura de Paz”. In *Asamblea General*, 6 de octubre.

OEI (2010). *Metas Educativas 2021. La educación que queremos para la generación de los bicentenarios*, Madrid.

Perrotta, Daniela; Vázquez, Mariana (2010). *El Mercosur de las políticas públicas regionales. Las agendas en desarrollo social y educación*, Montevideo: CEFIR.

PNUD (1990). *Informe sobre Desarrollo Humano*, Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

Revista del CEI Comercio Exterior e Integración, Buenos Aires, vários números.

Uruguay. Comisión de Representantes del Mercosur (2010). *Cartilla del ciudadano del Mercosur*, Montevideo: CRPM.

Vázquez, Mariana (2011). "El Mercosur avanzó en la consolidación de un nuevo paradigma de integración". In *BAE, Nota*, Argentina, 5 jul.

Sites:

<http://www.mercosur.org.uy>

<http://educacionymemoria.educ.ar/secundaria/>

<http://www.educacionevolutiva.org/educacion.htm>

http://www.educacionevolutiva.org/redes_pedagogia3000.html

<http://www.argentina.ar>

Recebido para publicação em dezembro de 2012.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.

CAMBIOS Y PERMANENCIAS DEL CRIMEN EN URUGUAY (1878 – 1907)

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DO CRIME NO URUGUAI (1878-1907)

CHANGES AND CONTINUITIES IN CRIME IN URUGUAY (1878-1907)

CHANGEMENTS ET CONSTANCES DU CRIME EN URUGUAY (1878-1907)

罪犯的改造与继续犯罪—乌拉圭(1878-1907)

DOI: 10.5533/1984-2503-20135208

Daniel Fessler¹

RESUMEN

El delito y el castigo, especialmente en Uruguay, constituyen un objeto de estudio frecuentemente marginado por los historiadores. Su análisis aparece tradicionalmente reservado al “mundo jurídico”. Por ende, sus transformaciones suelen explicarse por el derecho mismo, privándolas de sus componentes sociales, políticos, geográficos e históricos. El presente artículo estudia las transformaciones ocurridas en los dos grandes grupos de delitos (contra la persona y contra la propiedad) en el período que va de 1878 a 1907 en el que se produce una fuerte “modernización” de la normativa penal.

Palabras clave: Uruguay, Criminología, Historia, Delito.

RESUMO

O crime e a punição, especialmente no Uruguai, se constituem em um objeto de estudo frequentemente marginalizado pelos historiadores. Sua análise aparece tradicionalmente reservada ao “mundo jurídico”. Portanto, suas transformações tendem a ser explicadas pelo próprio direito, privando-as de seus componentes sociais, políticos, geográficos e

¹ Magister en Ciencias Humanas (Facultad de Humanidades y C.E. – Universidad de la República, Uruguay). Director del Centro de Investigación y Estudios Judiciales. E-mail: danfessler@gmail.com

históricos. O presente artigo estuda as transformações ocorridas nos dois grandes grupos de crimes (contra a pessoa e contra a propriedade) no período entre 1878 e 1907 no qual se produz uma forte “modernização” da normativa penal.

Palavras-chave: Uruguai, Criminologia, História, Delito.

ABSTRACT

Crime and punishment, especially in Uruguay, constitute an object of study frequently neglected by historians. Their analysis appears to be traditionally reserved for the “legal world”. Their transformations are thus often accounted for by the law itself, depriving them of their social, political, geographical and historical elements. The present article studies the transformations which occurred during the two great outbreaks of crime (against the person and against property) in the period between 1878 and 1907, producing a strong “modernisation” of criminal legislation.

Key Words: Uruguay, Criminology, History, Crime.

RÉSUMÉ

Le crime et la punition, et plus particulièrement en Uruguay, constituent un objet d'étude le plus souvent marginalisé par les historiens. Leur analyse est traditionnellement réservée au « monde juridique ». Leurs transformations tendent donc à être expliquées par le droit lui-même, les privant ainsi de leurs composantes sociales, politiques, géographiques et historiques. Le présent article s'intéressera aux transformations en œuvre au sein des deux groupes de crimes (contre la personne et contre la propriété) entre 1878 et 1907, période durant laquelle eut lieu en Uruguay une profonde « modernisation » des normes pénales.

Mots-clés: Uruguay, Criminologie, Histoire, Délit.

提要

在乌拉圭,关于犯罪与惩罚方面的研究在历史学界处于边缘地位。通常这方面的研究都是由“法学界”做的。所以,这样的研究往往专于法律方面,对社会政治地理和历史方面的因素很少提及。本论文分析重点讨论两种犯罪,一是对人二是对财产。时间是1878至1907,在此期间巴拉圭的刑法进行了多次“现代化”。

关键词: 乌拉圭, 犯罪学, 历史, 违法行为。

EL URUGUAY DE LA “MODERNIZACIÓN” PENAL

Durante el último cuarto del siglo XIX y la primera década del XX se produjo una transformación radical de la realidad penal en Uruguay. La sanción del Código de Instrucción Criminal (1878) y del Código Penal diez años después marcó el abandono de la vieja legalidad heredada de la dominación española. Ese proceso culminó en 1907 con la abolición de la pena de muerte cerrando un ciclo íntimamente ligado con una visión del castigo que trascendió lo estrictamente punitivo. De esta manera, el proceso de codificación, que ya había contemplado las materias Civil, Militar y Rural, experimentó en lo Criminal en ese lapso la ruptura con el viejo ordenamiento.

En el transcurso de esos treinta años ocurrieron profundos cambios en Uruguay. Como señala José Pedro Barrán, el país “se «modernizó», es decir, acompañó su evolución demográfica, tecnológica, económica, política, social y cultural a la de la Europa capitalista, entrando a formar parte plenamente de su círculo de influencia directa”.²

La conservación de una arquitectura legal, considerada como incompatible con un Estado republicano, sirvió como estímulo para la sanción de un Código Penal que eliminase los niveles de arbitrariedad producido fundamentalmente por la falta de una definición precisa de lo que podía ser considerado como delito. La nueva normativa debía además terminar con las formas de castigo percibidas en ese entonces como de una crueldad inaceptable.

Un decreto del 9 de marzo de 1877 apuntó a avanzar en esa dirección. Dispuso la creación de una comisión de abogados encabezada por el Dr. Laudelino Vázquez con el cometido de redactar un proyecto de ley de Código Penal y otro de Procedimientos en lo Criminal, que debía finalizar con los graves problemas procesales provocados por la extensión de los tiempos judiciales y la falta de garantías. Pocos días más tarde, un nuevo decreto (20 de marzo) determinó que esta comisión debía concentrar su labor en los aspectos procesales. Su trabajo dio como resultado lo que finalmente sería el Código de Instrucción Criminal, sancionado en diciembre de 1878.

La postergación de la instrumentación del Código Penal impidió que en este primer impulso de transformación legal pudiera concluirse con “la oscuridad y confusión que

² Barrán, José Pedro (1998). *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*, Montevideo, EBO, Tomo II: El disciplinamiento, p. 15.

reina en las diversas leyes sueltas".³ Recién en 1888 fue posible la concreción de un Código Penal. Con éste, tal como lo señaló el informe de la Comisión Redactora del proyecto, se podría terminar no sólo con el caos reinante en la legislación penal, sino con *"la arbitrariedad dominante en materia criminal"*.⁴

Una caracterización del delito

Más allá de los diversos planteos empleados para caracterizar al delito, en términos generales, ellos reúnen como rasgo distintivo el ser presentado -siguiendo a Cesare Beccaria- como *"acciones opuestas al interés público"*⁵ o como se sintetiza en la clásica definición de Von Liszt: *"un acto culpable, contrario a derecho"*.⁶

Así la tradicional conceptualización proveniente del modelo clásico se concentrará en la idea de *"transformación física del mundo exterior"* que convierte en lo relevante al movimiento corporal y a su contradicción con la norma.⁷

Esta clase de acción trae aparejada la lesión o puesta en peligro de un bien jurídico (la vida, la integridad física, la propiedad o el orden público) que es necesario defender. Entonces, el derecho penal, de todas las acciones posibles, realiza una valoración y selecciona algunas que considera negativas y a las cuales castiga. De esta forma a esta definición del delito como un comportamiento humano penalmente antijurídico se añade la exigencia de que este acto sea punible.⁸ Se conforma así el binomio de crimen y castigo.

Justamente, esta condición, que sea un hecho pasible de sanción penal, fundamenta la necesidad de que la acción considerada como delito sea rigurosamente precisada y prevista por la ley o sea que se ajuste a alguna de las figuras que se encuentren delimitadas por el Código.

En nuestro país la normativa de 1888, redactada por la Comisión presidida por el Dr. Joaquín Requena, tomó como base los contenidos del Código español (1870), y algunos americanos como el peruano (1862), el chileno (1874) y el argentino (1877 para

³ Izcua Barbat, Marcelino (1885). "El Ministerio Público, su rol y su origen en el juicio criminal". In *Revista de la sociedad universitaria*. Periódico quincenal ilustrado de Ciencias, letras y artes, Montevideo, Imprenta y Encuadernación de A. Rius y cia, año II, tomo III, 15/5, p. 460.

⁴ Vásquez Acevedo, Alfredo (1893). *Concordancias i anotaciones del Código Penal de la República O. del Uruguay*, Montevideo: Sierra i Antuña, p. IX.

⁵ Beccaria, Cesare (1968). *De los delitos y de las penas*. Madrid: Alianza, p. 36.

⁶ Cairoli, Milton (2000). *El Derecho Penal Uruguayo y las nuevas tendencias dogmático penales*, Montevideo: Editorial F.C.U, Tomo I, La Ley – El Delito, p. 111.

⁷ Quintero Olivares, Gonzalo (1996). *Curso de Derecho Penal. Parte General*, Barcelona: Cedecs editorial, p. 228.

⁸ Mir Puig, Santiago (1996). *Derecho Penal. Parte general*, 4. ed., Barcelona: PPU, p. 109 y 112.

la provincia de Buenos Aires y vigente desde 1886 para todo el país). Siguiendo sus lineamientos fue dividido en tres partes. La primera que define los “*grandes principios*”, la segunda trata de los delitos en particular y de las penas y una tercera que se ocupa de las faltas.

El artículo 1° del Código Penal uruguayo recogió esta caracterización medular del delito al señalar que es “*toda acción ú omisión voluntaria castigada por disposición expresa de la lei penal*”.⁹

Los comentarios de Vázquez Acevedo al Código Penal vienen a ratificar la voluntad superadora de la antigua legislación, eliminando la imprecisión de sus definiciones o la posibilidad de ejercer la retroactividad para la consideración de una acción como ilícita. Se consagró así el principio de constreñir el poder punitivo reafirmando la idea del delito como un hecho, exigiendo la lesión como condición para el castigo.¹⁰

El Código uruguayo, siguiendo el modelo del “Codice Zanardelli” de Italia, luego de separar las faltas de los delitos, los agrupó en once títulos de acuerdo a los bienes jurídicos protegidos y que sirvieron como criterio de clasificación. El bien jurídico entonces pasa a ser la clave que hacía posible descubrir la naturaleza del tipo o sea la adecuación de la acción a lo descrito en el Código. A efectos de cumplir con lo que llama su función protectora, convierte en delitos, por medio de la tipificación, a aquellos comportamientos que lesionan más gravemente o hacen peligrar los bienes jurídicos protegidos. El valor de estos es una cualidad atribuida por el legislador, creada, y no algo preexistente a la ley.¹¹ Como lo señala Máximo Sozzo: “*resulta obvio que el “derecho penal en los libros” es artificial, ya que es el resultado de un complejo proceso de construcción social*”. La criminalidad no puede ser imaginada como independiente de los procesos sociales e institucionales que son las que la definen y la tratan como tal.¹²

Lejos de ser un hecho objetivo ha variado con el transcurso del tiempo.

Incluso, el valor atribuido al bien jurídico a proteger determinó, en buena parte, la competencia de la sede judicial. De acuerdo al Título III “*De los delitos según su naturaleza e importancia*” del Código de Instrucción Criminal los hechos caracterizados como leves quedaron en la órbita de los jueces de paz, asignando el resto de los ilícitos a

⁹ Vázquez Acevedo, Alfredo (1893). Op. Cit., p. 1.

¹⁰ Zaffaroni, Eugenio Raúl y otros (2000). *Derecho Penal. Parte General*, Buenos Aires., Ediar, p. 230.

¹¹ Muñoz Conde, Francisco y García Arán, Mercedes (1993). *Derecho Penal. Parte General*, Valencia: Tirant lo blanch, p. 240-241.

¹² Sozzo, Máximo (2008). *Inseguridad, prevención y policía*, Quito: FLACSO, p. 25. (Ciudadanía y violencias; 4)

instancias superiores como los Juzgados Correccionales o los del Crimen. Para ello el bien lesionado era “tasado” expresamente.

Ello se hace notorio en los delitos contra la propiedad donde el carácter del bien posibilita asignarle un valor. Así eran competencia de los Juzgados Correccionales los “hurto de cosas cuyo valor exceda notoriamente de cincuenta pesos”¹³ y la falsificación o los quebrantos fraudulentos eran materia de los jueces Letrados del Crimen de la Capital en primera instancia.

Pero de cierta forma los delitos contra la persona se “monetizan” siendo atribuido un valor que fijaba también la competencia. Así mientras el artículo 52 determinaba que correspondían a los Juzgados Departamentales y del Correccional todas las tentativas de homicidio “con tal de no mediar heridas mortales”, el artículo 97 reservaba para cuando los Juzgado del Crimen actuaban en primera instancia las causas de “homicidio, asesinato, parricidio, infanticidio y envenenamiento”.¹⁴

En consecuencia, como afirma Hulsman, el delito no tendría “realidad óptica” sino que es apenas un producto de la política criminal “un mecanismo de control social que se activaría en forma diferencial, creando al delito y al delincuente”.¹⁵

LAS TRANSFORMACIONES DEL DELITO

La composición del delito

Al estudiar la relación del castigo con los delitos, prevenía Beccaria sobre la naturaleza variable de estos últimos “por las diversas circunstancias de siglos y lugares”.¹⁶ Si bien el trabajo del autor de *De los delitos y de las penas* se encontraba dirigido a establecer una relación justa entre crimen y castigo, advertía sobre los cambios que ambos registraban.

Respetando este vínculo, y no como un fenómeno aislado, la ubicación del delito en la sociedad ya fue desarrollada en la obra de Rusche y Kirchheimer que tendrá notoria influencia en los futuros estudios sobre las transformaciones en la criminalidad y el castigo. El origen social de la mayor parte de los delitos, particularmente contra la

¹³ Código de instrucción criminal anotado con la jurisprudencia nacional por el Dr. Eustaquio Tomé (1926), Montevideo: C. García, art. 52, n. 4, p. 62.

¹⁴ Ibidem, p. 62 y 75.

¹⁵ Fernández, Gonzalo (1995). *Culpabilidad y teoría del delito*, Montevideo: B de F, p. 32-34.

¹⁶ Beccaria, Cesare (1968). *Op. Cit.*, p. 39.

propiedad y el orden público se hacía evidente, lo que explicaría las alteraciones que en él se producían. Así encontraremos variaciones en la composición del crimen fruto de cambios económicos ocasionales o de las profundas modificaciones estructurales.

A partir del estudio de la situación en que se encontraba la población, al analizar el siglo XVIII europeo, estos investigadores alemanes sostuvieron que junto con la pauperización de los sectores populares habría comenzado un pronunciado crecimiento de los índices delictivos. Establecieron así una relación por la cual el decaimiento o la elevación de las condiciones de vida traían como consecuencia el aumento o la disminución de los delitos y la reestructuración de su composición.¹⁷

Precisamente, durante el período señalado en Uruguay se vieron afectadas profundamente las condiciones de vida de los sectores populares. El crecimiento económico registrado a partir de 1881 produjo un fuerte incremento de la inmigración, con un momento de estancamiento hacia el año 1890, que comenzó a superarse a finales del siglo para volver a detenerse hacia 1914. De acuerdo a los estudios de Adolfo Vaillant para 1879 la población de Uruguay llegaba a los casi 440.000 habitantes de los cuales cerca de un tercio eran extranjeros. En el caso de la capital el número de orientales alcanzaba a 66.500 sobre 45.000 nacidos en el exterior.

Conjuntamente con una significativa llegada de inmigrantes, se producirá un importante proceso de urbanización, verificándose altos índices de concentración en Montevideo que la llevaría a poseer casi la mitad de la población para 1908.¹⁸

El año 1890 estuvo marcado por la caída de la mayor parte de las instituciones bancarias y el estancamiento industrial que llevó a la quiebra de más de mil establecimientos y a la reducción de su personal. La desocupación aumentó, conjuntamente con un fuerte descenso de los salarios y el consumo.¹⁹

En el medio rural, la incorporación de nuevas tecnologías, especialmente a partir del alambramiento de los campos, generó un importante sector de fuerza de trabajo excedentaria que se radicó en los llamados “pueblos de ratas” o se desplazó a la ciudad. Frecuentemente los adelantos técnicos dejaban tras de sí personal ocioso.²⁰

¹⁷ Rusche, Georg; Kirchheimer, Otto (1984). *Pena y estructura social*, Bogotá: Temis, p.112-114.

¹⁸ Millot, Julio; Bertino, Magdalena (1996). *Historia económica del Uruguay*, Montevideo: FCU, Tomo II: 1860 – 1910, p. 36-38.

¹⁹ Quijano, Carlos (1995). *La economía uruguaya entre 1880 y 1965*, Montevideo: Cámara de Representantes, v. 7, p. 40 y Jacob, Raúl (1981). *Breve historia de la industria en Uruguay*, Montevideo: FCU, p. 66.

²⁰ Barrán, José P. y Nahum, Benjamín (1972). *Historia rural del Uruguay Moderno*, Montevideo: EBO, Tomo IV: Historia social de las revoluciones de 1897 y 1904, p. 23.

El cercamiento también había provocado una progresiva caída del salario mensual del peón que en 1905 se vio reducido a casi la mitad si se compara con el de 1880. Sin las fuentes de trabajo tradicionales, el poverío rural terminó por resolver su supervivencia mediante el “merodeo” y el robo.²¹ Como se señalaba desde el Ministerio de Gobierno, cada familia “campesina” que caía en la miseria no sólo era un elemento que se perdía para la producción y el progreso, sino que se convertía en una carga para los estancieros, “amenazando con ser en adelante un peligro para todos”.²²

De acuerdo entonces con los planteos iniciales las fluctuaciones entre la prosperidad y la crisis que registró Uruguay deberían haber ido acompañados de variaciones en los niveles de criminalidad. Al año 1890, de acuerdo con el clásico estudio de Eduardo Acevedo, habrían correspondido los momentos más altos en la generalidad de los delitos.²³

Los índices presentados para la Exposición Universal de París por la Dirección General de Estadísticas entre 1887 y 1889 marcaban que Uruguay había superado los 10.000 ingresos a las Jefaturas Políticas considerando sus 19 departamentos.

Así en 1889 entraron a dependencias policiales 9.008 hombres y 1.071 mujeres correspondiendo a la capital 6.120 y al interior 3.959, sin que en estos datos se distinga el medio rural de las ciudades. El estudio por nacionalidad reflejó casi un 60% de extranjeros entre los que dominaron los italianos (1.793), españoles (1.520), argentinos (763) y brasileños (516). Esta proporcionalidad se mantuvo para los ingresos a la Cárcel del Crimen y la Penitenciaria.²⁴

El año 1890 registrará un fuerte crecimiento en los ingresos en las Jefaturas de la Capital y Campaña, saltando de los 7.449 de 1886 y los 10.100 de 1889 a los 12.855. En este último año casi el 70% de las entradas ocurrieron en Montevideo, representando las mujeres menos del 10%.

²¹ Barrán, José P. y Nahum, Benjamín (2002). *Historia Política e Historia Económica*, Montevideo: EBO, p. 10-12.

²² *Memoria presentada a la honorable asamblea general por el ministerio secretario de estado en el departamento de gobierno don francisco bauzá correspondiente al ejercicio de 1892 (1893)*, Montevideo: Imprenta à Vapor de “La Nación”, p. L, 15/6.

²³ Acevedo, Eduardo (1934). *Anales históricos del Uruguay*, Montevideo: Barreiro y Ramos, Tomo IV, p. 596.

²⁴ Roustan, Honore (1889). “La República O. del Uruguay en la Exposición Universal de París de 1889”. In *Revista de la Asociación Rural*, Montevideo, año XVIII, n. 10, 31/5.

El quinquenio que va de 1891 a 1895 marcó la progresión de los delitos con intervención de las jefaturas. A excepción de la disminución ocurrida en 1893 los ingresos policiales mostraron un crecimiento continuo.

Tabla 1.1 Ingresos policiales 1891 - 1895

año	Ingresos
1891	10.783
1892	11.661
1893	10.251
1894	11.308
1895	13.256

Fuente: Dirección de Estadística General. *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*.

La Cárcel Central de Policía de Montevideo fue el principal lugar de ingreso de detenidos. Con más de 8.000 personas para los años 1890 y 1895, la presencia masculina resultó abrumadora. Para el año 1890 de 8.314 entradas, los hombres representaron 7.476, mientras que en 1895 de 8.385 corresponderán 7.110 al sexo masculino y 1.275 a mujeres.

Si consideramos la nacionalidad en este quinquenio los extranjeros tendrán una presencia dominante, a excepción del año 1895 en que los uruguayos representaran 4.772 contra 3613 proveniente de fuera de fronteras.²⁵

Sin embargo, señalaba la Dirección Nacional de Estadísticas, del análisis de la relación entre delito y población se desprende un descenso de lo ilegalismos: “La criminalidad va disminuyendo en la República, y con arreglo á la población es más notable su disminución, pues en 1892 hubo un criminal por cada 1.682 habitantes mientras que en 1894 fue de uno por cada 3.181”.²⁶

El estudio de la relación entre la población uruguaya y los ingresos a las jefaturas políticas y de policía de toda la República nos mostrara un descenso regular de la cantidad de delitos. Así parece comprobarlo el índice por mil entre el año 1891 y 1905

²⁵ Ibidem.

²⁶ Alonso Criado, Matías (1883 y 1896). *Retrospectivo económico y financiero de “El Siglo”*, Montevideo: Imprenta à Vapor de “El Siglo”, p. LXXXIV a LXXXVII

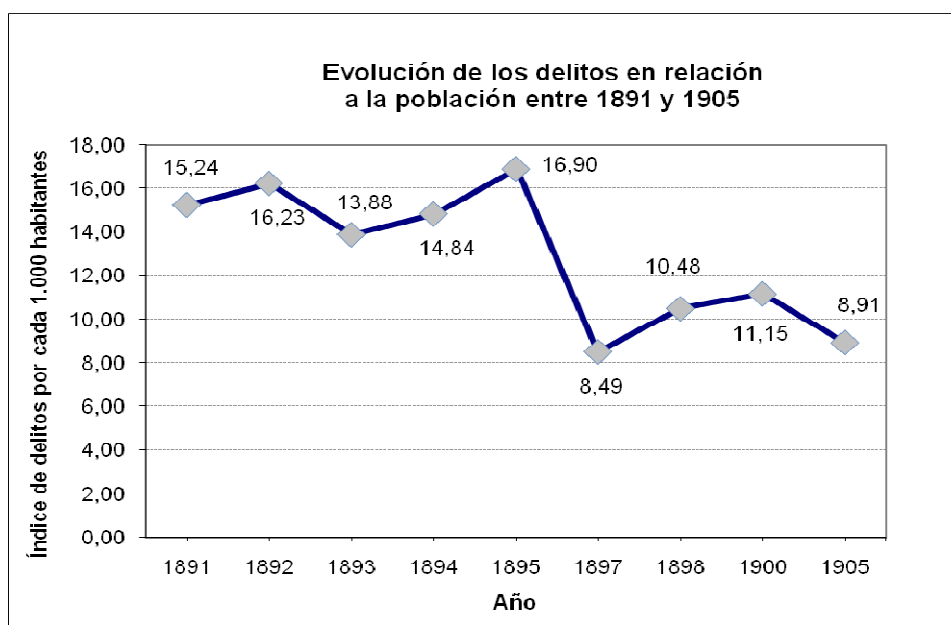
Tabla 1.2. Relación entre población e ingresos a las Jefaturas Políticas y Policías de todo el país 1891 - 1905

Año	Ingresos	Población	Índice
1891	10.783	707.346	15,24
1895	13.256	784.557	16,9
1900	10.196	914.744	11,15
1905	9.401	1.054.684	8,91

Fuentes: Dirección de Estadística General. *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*. Narancio y Capurro Calamet.²⁷

Esta caída sólo fue alterada en los críticos años 1892 y 1895 donde el índice por mil creció a 16,23 y 16,90, respectivamente, para bajar drásticamente en los años sucesivos.

Gráfico 1.1



Fuentes: Dirección de Estadística General. *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*. Narancio y Capurro Calamet (1939)

²⁷Narancio, Edmundo M.; Capurro Calamet, Federico (1939). *Historia y análisis estadístico de la población del Uruguay*, Montevideo, Peña y Cia., p. 97.

Pese al crecimiento de la población, la cifra de 1895 no se alcanzó en lo que resta del siglo manteniendo el promedio de 10.000 ingresos, a excepción de los años 97 (7.047) y 98 (8.932) en que se registró una baja sensible.²⁸

De todas formas, parece pertinente al estudiar las variantes en los índices de criminalidad tener presente que estas pueden relacionarse con factores “exógenos”, como los cambios en la eficacia de la policía en el combate de la delincuencia o la situación del país. Así por ejemplo, la revolución de 1897 operaría como un posible motivo en el descenso de las detenciones, aunque todo permite suponer un aumento de la llamada “cifra negra” de la criminalidad. Por el contrario, el diario “El Siglo” de Montevideo denunció el factor político como causal del incremento de los ingresos debido a la actividad policial en el período previo a las elecciones de 1894. Estos a su vez habrían redundado en el crecimiento de las condenas ocurridas en el transcurso de 1895.²⁹

Si separamos las entradas a las jefaturas de policía, que por definición se caracterizan por una vastedad que no distingue delitos de faltas ni imputados de autores, de los ingresos en sedes judiciales y el sistema penitenciario, la criminalidad “no es asustadora”.³⁰

Vale la pena considerar que algunas decisiones administrativas relacionadas con políticas penitenciarias o la propia superpoblación pueden provocar distorsiones en las cifras de entradas. En este caso, también la aceleración de los tiempos procesales, a la que se aspiraba por parte de la administración de justicia, podría haber generado un “verdadero salto en la cifra de penados”.³¹

De esta forma, al analizar los ingresos penitenciarios, entre otros factores, debemos tener presente la transformación radical del sistema a raíz de la inauguración de la Cárcel Penitenciaria en 1888 que hizo que estos se repartieran con la Correccional.

Tabla 1.3 Ingresos a Establecimientos Carcelarios 1892 - 1900

Año	Cárcel Correccional	Cárcel Penitenciaria	Total
1892	829	433	1.262
1895	912	156	1.068
1899	1.006	88	1.094
1900	920	74	994

Fuente: Dirección de Estadística General. *Anuário Estadístico de la República Oriental del Uruguay*.

²⁸ Dirección de estadística general. *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*, Montevideo.

²⁹ *El Siglo* (1899), Montevideo, 19/5. Editorial.

³⁰ Alonso Criado, M. (1883 y 1896). Op. Cit.

³¹ Ibidem.

Si incluimos en el índice los cerca de 1.100 ingresos registrados en la Cárcel Preventiva y Correccional para el año 1889 las cifras parecerían haberse mantenido estables para toda la década, independientemente de las mencionadas variaciones demográficas y la grave crisis de 1890.

Para los años 1902 y 1903 la Cárcel Correccional vuelve a promediar las 1.000 entradas, para nuevamente ascender a 1.442 en el año 1904 y descender a 997 en 1905. La clasificación por origen ratificó la fuerte presencia montevideana que alcanzó el 90 % en 1902.³²

El desglose de los ingresos permite adelantar tres elementos que sustentaron la construcción de la imagen del delincuente: la criminalidad como un hecho predominantemente urbano, especialmente montevideano; masculino y con un fuerte porcentaje de extranjeros en concordancia con su importante presencia en la sociedad uruguaya.

El delito femenino pareció concentrarse en un espacio “especializado” vinculado fundamentalmente con una estrecha franja de ilícitos contra la propiedad. Dentro de los delitos contra la persona apareció una marcada presencia de las lesiones y las peleas, y las figuras penales relacionadas con el “control” de los nacimientos ilegítimos.

De los delitos contra la persona a los delitos contra la propiedad

A esta variación en la cantidad de los crímenes se sumó la modificación en la proporcionalidad de los tipos de ilícitos.

El más notorio de ellos fue la alteración en la relación existente entre los dos grandes grupos de delitos: contra la propiedad y contra la persona. En el transcurso de este período, de acuerdo a las posiciones tradicionalmente más aceptadas, se habría afectado la primacía que estos últimos tenían sobre los primeros.

Sostenía Fructuoso Coste en su tesis doctoral de 1894 sobre las estadísticas y el derecho penal, que tanto la civilización como la “*barbarie*” tienen una “*criminalidad propia*” lo que ha sido evidenciado por los estudios históricos. Mientras que los delitos de sangre eran propios de una época en que el hombre luchaba contra la naturaleza, una sociedad civilizaba ya no “*atentaba contra la vida de sus semejantes*”, sino que tenía como

³² Ibidem.

incentivo la propiedad por lo que la mayor parte de los delitos que cometía serían contra ella:

*Los delitos atroces, la violencia, los delitos de sangre de otros tiempos, han sido reemplazados, puede decirse, por el hurto, la estafa, el fraude, la falsificación y otra serie de delitos que, sino se les puede negar ese carácter, por lo menos demuestran una gran diferencia en la delincuencia de los tiempos bárbaros con los actuales.*³³

En su estudio de 1903 sobre el sistema penitenciario, Dionisio Ramos Suárez confirmaba esa visión evolucionista que empujaba a la predominancia de un tipo de delito sobre el otro, relacionándolo con los niveles civilizatorios: *“El delito contra la propiedad crece y se difunde por doquier y tiende a sustituir por medio del fraude, á la criminalidad de sangre que es obra de la violencia”*.³⁴

Coste y Ramos Suárez dejan entrever la complejidad del fenómeno. En su *“Contribución de la estadística al estudio del Derecho Penal”*, Coste realizó una serie de recomendaciones a tener en cuenta. En primer lugar, la necesidad de considerar la diferencia entre delitos juzgados y delitos denunciados en el momento de valorar los ilícitos cometidos. Se debería reconocer también la diferencia entre los delitos cometidos y las personas acusadas dado el fenómeno de la reincidencia y en menor medida de la pluriparticipación a la hora de establecer conclusiones sobre los datos aportados.

Los estudios estadísticos, tanto su manejo como sus críticas, se encontraron lejos de ser desinteresados y fueron una herramienta clave para la consideración del problema del delito y la seguridad.

Por lo tanto, más allá de la causa de su elaboración, su consideración y empleo tuvo un importante componente político, que se evidenciaba a la hora de la censura o defensa del gobierno y particularmente de la policía, y en los debates sobre la abolición de la pena de muerte: *“Los guarismos, sin embargo, dada su dúctil pasividad, dada su inercia, pueden ser llevados en todas las direcciones que se quiera”*.³⁵

El Dr. José P. Massera, representante colorado por Montevideo a partir de 1905 y activo defensor de la causa abolicionista, en una sucesión de editoriales aparecidos en el diario “El Día” cuestionaba la manera en que era realizada la *“estadística criminal”*.³⁶

³³ Coste, Fructuoso (1894). *Contribución de la estadística al estudio del derecho penal*. Tesis presentada para optar al grado de doctor en jurisprudencia, Montevideo: Imprenta artística de Dornaleche y Reyes, p. 27-28.

³⁴ Ramos Suarez, Dionisio (1903). *Exposición y crítica de nuestro sistema penitenciario*, Montevideo: Tip. uruguaya de M. Martínez, p. 135.

³⁵ Figari, Pedro (1905). *La pena de muerte*, Montevideo: “El Siglo Ilustrado”, p. 2.

³⁶ Publicados entre el 28 y el 31 de mayo de 1903.

Valorando como poco y malo lo hecho, señalaba que las cifras no sólo carecían de un “*plan científico*” sino de fidelidad, debido especialmente a las dificultades constatadas en los datos aportados por las distintas agencias. Señalaba Massera, que los “*vicios del plan actual*” imposibilitaban responder con certeza cuestiones medulares como el número de imputados y procesados o de los delitos denunciados y juzgados:

Estas dos importantes cuestiones nos muestran en su conjunto la criminalidad de la República bajo un aspecto subjetivo, pues se refieren al número de personas procesadas y á las que se les impuso un castigo por su delincuencia. En cambio, el número efectivo de los delitos denunciados y juzgados en el año...nos revelan el movimiento de la criminalidad bajo un aspecto objetivo, no menos importante, al darnos á conocer el número de delitos denunciados y juzgados.³⁷

Al apoyarse la defensa y ataque a la supresión de la pena capital en el estado de los delitos contra la persona, y la violencia de los mismos, la estadística pasó a tener una importancia decisiva como sostenedor “objetivo” de los posicionamientos.

La advertencia final realizada por Fructuoso Coste resulta medular, pues allí parecen radicarse parte de las diferencias en el momento de estudiar las transformaciones de la criminalidad:

Agrupación real de las especies criminales según la ley penal, con expresión de los motivos (pasión, deseo de lucro), y con la división en dos categorías principales: delitos contra las personas (inclusos los atentados contra la autoridad y el orden público), y delitos contra la propiedad.³⁸

Este criterio es el que fue ampliamente aceptado por la doctrina tradicional que clasificó a los delitos en grandes núcleos, como se pone de manifiesto en los títulos de los códigos. Estos, en definitiva, no harán más que representar los bienes jurídicos que los codificadores aspiraron a proteger.³⁹

El Código Penal de 1889 dedicó el Libro II fundamentalmente a la descripción y clasificación de los delitos. Asumiendo esa regla general, su Título noveno reunió en un grupo común a los delitos contra las personas (artículos 317 a 338) y en el undécimo a los realizados contra la propiedad (artículos 369 a 397).

Respetando este criterio de agrupación, si tomamos nuevamente los ingresos a las Jefaturas Políticas y de Policía, en los que se consideraron también los primeros años de

³⁷ “La estadística criminal” (1903). In *El Día*, 28/5.

³⁸ Coste, F. (1894). Op. Cit., p. 21-22.

³⁹ Rico, José María (1981). *Crimen y justicia en América Latina*, 2. ed., México: Siglo XXI, p. 89

la crisis económica, se podrá observar la conservación de una fuerte presencia de los delitos contra la persona en su relación con los cometidos contra la propiedad.

Tabla 1.4 Ingresos a las Jefaturas Políticas y de Policía por tipo de delito 1886 - 1905

Año	Delitos contra la propiedad	Delitos contra la persona	Población
1886	1.216	3.797	707.346
1890	1.811	4.192	718.307
1891	1.981	3.591	738.288
1892	1.808	3.569	762.222
1895	1.317	4.437	784.557
1900	1.067	3.658	852.294
1905	1.346	2.529	1.054.684

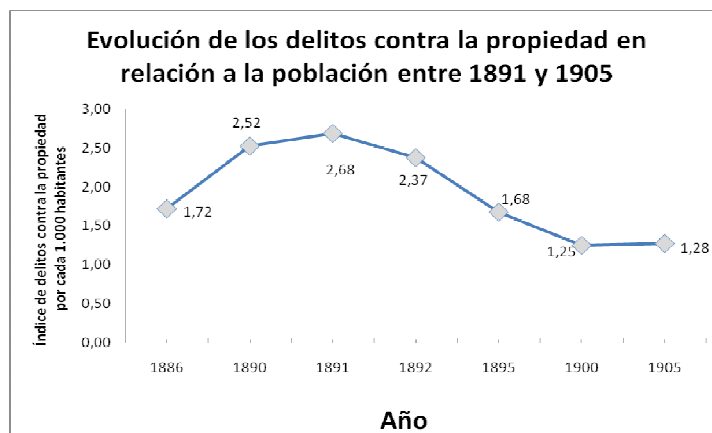
Fuentes: Dirección de Estadística General. *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*. Narancio y Capurro Calamet (1939).

El índice de los delitos contra la propiedad parece haberse conservado estable y con menores niveles de cambios. Durante el período estudiado se mantuvo en el entorno de los mil ingresos, sólo registrando alteraciones precisamente al incorporar los tres primeros años de la crisis, para ir retomando el promedio a partir de los años de recuperación.

El estudio del índice por mil dentro de este grupo de delitos confirmó este crecimiento entre los años 1890 a 1892, pasando del 1,72 por mil a un 2,68 para comenzar a descender a partir de 1895 para llegar a su nivel más bajo a partir del año 1900. La Memoria del Consejo Penitenciario presentada en 1899 al Poder Ejecutivo y a la administración de justicia rescataba ese *“respeto excepcional que aquí existe por la propiedad ajena”* que revelaba el *“adelanto moral y social”* de Uruguay que lo ubicaba por debajo de países como Italia, Francia, Alemania e Inglaterra.⁴⁰

⁴⁰ “Notas de la semana. Criminalidade comparada” (1889). In *El Día*, 22/5.

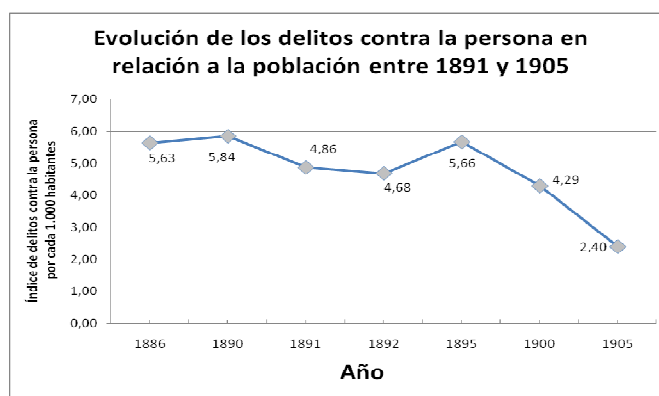
Gráfico 1.2



Fuentes: Dirección de Estadística General. *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*. Narancio y Capurro Calamet (1939).

Paralelamente, los delitos contra la persona promediaran el 5,50 por mil entre 1885 y 1895, para comenzar a decrecer a partir de 1900. La curva desciende, en sentido contrario de los delitos contra la propiedad entre 1890 a 1892 en que el índice cae a un promedio de 4,8 por mil. A partir de 1895 retomará los niveles históricos para iniciar una disminución permanente en todo el período.

Gráfico 1.3



Fuentes: Dirección de Estadística General. *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*. Narancio y Capurro Calamet (1939).

Sin embargo, las características propias de los ingresos policiales, hacen razonable suponer que las curvas podrían tener comportamientos diferentes si hipotéticamente se tomaran el conjunto de crímenes y no sólo aquellos denunciados o en el que ocurre una detención.

Algunos delitos por sus propias características y notoriedad terminaron por tener una fuerte presencia en el total. Ello ocurrió con el “escándalo” y las “peleas” que, por ejemplo, significaron más del 20% y del 15% respectivamente de las entradas ocurridas en el año 1886.

Si en lugar de los ingresos policiales consideramos exclusivamente a los encausados, registraremos únicamente los casos que por su dimensión hayan merecido el pasaje a la justicia para una decisión por parte del magistrado. Si continuamos tomando el año de 1886 encontramos que pasaron a ambos Juzgados del Crimen 310 acusados de delitos contra la persona y sólo 69 contra la propiedad de los que fueron condenados 28 y 5 respectivamente.⁴¹

Aún teniendo en cuenta la competencia definida por el Código de Instrucción Criminal en la que los delitos contra la persona tienen una atención predominante existirá una notoria presencia de la violencia.⁴² Del estudio de algunas letras de acuerdo con el ordenamiento por apellido de su libro de entradas se refleja un peso significativo de los ingresos “por muerte” a la sede judicial.

Tabla 1.5 Ingresos “por muerte” al Juzgado del Crimen de 1er Turno

Letra	1880 - 81	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1990	1891	1892	1893	1894
A	7	4	3	4	6	2	3	6	3	3	6	4	7	1
Total entradas	23	25	7	8	15	6	14	20	9	18	21	9	11	6
F	5	-	2	3	2	4	6	-	6	3	6	5	5	1
Total entradas	25	5	8	9	9	7	19	-	18	8	18	10	12	3
G	10	2	6	3	5	4	-	5	3	7	8	9	4	1
Total entradas	33	16	15	7	15	10	14	16	15	25	20	19	16	5
R	4	7	4	4	6	4	8	4	3	2	-	9	8	-
Total entradas	27	18	5	7	21	11	27	16	14	17	22	18	16	4

Fuente: A.G.N. (1895). *Índice General del Juzgado del Crimen de 1er Turno*.⁴³

Si bien los datos que surgen del índice del Juzgado en lo Criminal de 1er Turno no permiten la realización de una serie, generan claros indicios sobre la importancia de los hechos de sangre. Esta aumentaría si incorporásemos la tentativa de homicidio, las lesiones y las peleas.

⁴¹ Dirección de Estadística General (1886). *Anuário Estadístico de la República Oriental del Uruguay*, Montevideo, p. 450.

⁴² Article 97, n. 1, establishes who is responsible for cases of homicide, murder, patricide, infanticide and poisoning. No. 4 adds to it with serious or mortal injuries. In *Código de instrucción criminal*, p. 75.

⁴³ En el caso de la letra “F” los años 1887 y 1888 se consideraron juntos. Se han seleccionado letras con un número importante de ingresos.

Si el “desfasaje” entre el número de entradas a las Jefaturas Políticas y los registrados a sede judicial proporciona un primer indicio sobre la magnitud de los delitos estudiados, este parece tener una confirmación en la cifra final de los condenados. Teniendo presente el manejo de estos dos niveles diferentes de la realidad conocidos como criminalidad aparente (o sea aquella ingresada por la autoridad policial) y criminalidad legal (el conjunto de condenas pronunciadas por los tribunales) ambos dejan de manifiesto un período en que se mantiene una significativa presencia de los delitos contra la persona.

Estudiando los ingresos carcelarios, como parte de su alegato a favor de la abolición de la pena de muerte, el Dr. Pedro Figari analizó los niveles de violencia registrados en el período comprendido entre 1893 y 1903.

Así manejando el número de entradas de acuerdo a publicaciones oficiales estableció un índice de homicidios cada cien mil habitantes.

Tabla 1.6 Índice de homicidios cada cien mil habitantes 1893 – 1902

Años	homicidios	promedio
1893	119	15,9
1894	114	14,68
1895	78	9,83
1896	50	6,1
1897	147	17,48
1898	139	16,09
1899	107	11,97
1900	71	7,58
1901	123	12,76
1902	103	10,4

Fuente: Figari⁴⁴

Completando su trabajo, Figari tomó el período que va de 1887 a 1900 dividiéndolo en dos “setenios” para compararlo con el crecimiento de la población uruguaya.

El análisis estableció que mientras para 1887 – 1893, con 790 entradas, los homicidios significaron un 1,15%, los 922 ingresos de 1894 a 1900 arrojaron un descenso al 1,07% cada mil habitantes. En cambio, sí pudo comprobar un crecimiento en las causas

⁴⁴ Figari, Pedro (1905). Op. Cit., p. 14.

por heridas que con 1.452 para el primer período correspondieron a un 2,13% en relación al 2,19% al que equivalieron las 1882 del segundo “setenio”⁴⁵

Resulta interesante visualizar en qué lugar del mapa del crimen ubicaron a Uruguay los principales estudios de acuerdo con las zonas que fue dividida Europa en razón del peso de los delitos contra la persona. Justificado por motivos de clima, civilización y raza, estos elementos sirvieron para fundamentar la proclividad a un delito que llevó a los “mediterráneos” a una fuerte inclinación a los hechos de sangre, contrariamente a lo que ocurría en la “raza celta”.⁴⁶

Aislado los homicidios, Figari colocó a Uruguay muy por debajo de las cifras de los “mediterráneos”, a los cuales vinculaba por conformación, encontrándose casi a la mitad de los penados en Italia y muy por debajo de los españoles. Incluso, considerando la nacionalidad de los condenados por homicidio cometidos en nuestro país entre 1893 y 1902 la cifra de extranjeros superaba el 50% de los casos:

*Si se toma en cuenta de que, según los datos oficiales, la población extranjera oscila alrededor de 10 a 12%, bien evidente resulta que la contribución que los extranjeros pagan al delito de sangre, en el país, es muy superior á la de nuestros compatriotas.*⁴⁷

El manejo estadístico y el peso de los delitos contra la persona que realizó el Dr. Irureta Goyena fue radicalmente diferente, al destacar que los datos “no son nada halagüeños” y el precio que “pagamos al minotauro del crimen supera cuantiosamente todas las cifras conocidas de la Europa”.⁴⁸ Contrariamente a lo establecido por Figari, el antiabolucionista y futuro codificador penal (1934) establecía que Uruguay tenía una criminalidad que triplicaba la de Italia, cuadruplicaba la de España y era once veces mayor que la de Francia.⁴⁹

Un editorial de fin de siglo en “La Nación” retomó el argumento racial como explicación de la presencia diaria de los actos violentos. Tomando los ingresos a la Cárcel Penitenciaria sobre el total de delitos, estableció que los hechos de sangre significaron un porcentaje “del 63% en 1892; del 56% en 1893; del 68% en 1894; del 49% en 1895; del 52% en 1896, del 44% en 1897”.⁵⁰

⁴⁵ Ibidem, p. 28-29.

⁴⁶ Figari, Pedro (1903). “Conferencia dictada en el Ateneo de Montevideo”. In *Revista de Derecho, Jurisprudencia y Administración*, Montevideo, año 10, n. 8, 31/12, p. 148-149.

⁴⁷ Figari, P. (1905). Op. Cit., p. 45-46.

⁴⁸ Irureta Goyena, José (s.d). *La pena de muerte*, Montevideo: “El Siglo Ilustrado”, p. 11-12.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ “Criminalidad y alcoholismo” (1899). In *La Nación*, 19/10.

Pese a la irregularidad de los datos emanados del propio medio, el diario aceptó la idea del crecimiento de la violencia. Para ello manejó como un elemento a tener en cuenta el aumento de la información existente sobre el delito, que evitó que los hechos pudiesen pasar desapercibidos como en el pasado, “*cuando eran ignorados fuera del lugar donde se habían producido*”.⁵¹

De todas formas, al momento de analizar las cifras y la composición del delito, parece pertinente tener presente la importancia, en términos cualitativos y cuantitativos, del bien afectado y el ámbito físico donde se desarrollaba la acción considerada como ilegal.

La magnitud del delito: entre las “*raterías*” y las lesiones

La visualización de los números presentados en una estadística por definición no distingue la magnitud del delito. De allí que la consideración de cada ilícito como un conjunto en muchos de sus tipos puede terminar por no representar con fidelidad la gravedad de un problema determinado.

En su *Exposición y crítica de nuestro sistema penitenciario* (1903) Dionisio Ramos Suárez, aunque se concentró en la variedad de los ilícitos contra la propiedad, evidenció que el problema de la entidad del bien afectado lo trascendió, comprometiendo también a los delitos contra la persona.

El manejo estadístico permite comprender una parte del problema al ver cómo se transforman y crecen los dos grandes grupos de delitos, pero normalmente dificulta la diferenciación de la magnitud de los crímenes que son incluidos.

Esto llevó a que autores como Beatriz Ruibal cuestionen en particular los datos que permiten entrever una fuerte presencia de los delitos contra la persona. Ruibal señalaba que estos se pueden relativizar al separar los homicidios de otros hechos de menor violencia (distinción que vale para los delitos contra la propiedad en los que se emplea o no la fuerza).⁵² Compartiendo este criterio, entendemos que el mismo es igualmente aplicable al considerar a los delitos contra la propiedad, cuyo peso también sufre variaciones de acuerdo a la importancia del bien lesionado. De esta forma, frecuentemente, los datos tomados como conjuntos no permitirán observar que así como

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ruibal, Beatriz Celina (1993). *Ideología y control social. Buenos Aires 1880 – 1920*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 19-20.

las peleas y las lesiones leves engrosan los delitos contra la persona, las pequeñas “raterías” lo hacen con los delitos contra la propiedad.

Los ilícitos considerados de poca gravedad, por su envergadura, también suelen ausentarse en los expedientes de los Juzgados del Crimen, pues la práctica llevaba a que un importante volumen de los casos fuese resuelto en la órbita policial sin el correspondiente pase a la justicia. Incluso, si tomamos la notoriamente descendida cifra de ingresos a la justicia penal, por ejemplo, para el año 1889 de 566 causas iniciadas en el Juzgado Letrado Correccional 474 concluyeron mediante su archivo lo que podría brindar también elementos sobre la gravedad del hecho indagado.⁵³

Pese a esta selección preliminar de los ingresos a la justicia, los pequeños ilícitos contra la propiedad mantienen un peso considerable como se desprende de los expedientes judiciales.

En la prensa diaria, algunos órganos que como “La Tribuna Popular” siguieron con detenimiento el problema del delito, acercan pistas sobre el monto pequeño de lo hurtado. Por ejemplo, al presentar estos delitos bajo el rótulo de “raterías” o incluso como “robito”, en clara alusión al valor del bien. Así aparecen mercancías (un par de zapatillas⁵⁴, una cuchilla⁵⁵, piezas de tela⁵⁶, un poncho⁵⁷) o pequeñas cantidades de dinero que dan cuenta de la magnitud de lo robado.

Estos pequeños ilícitos parecieron vincularse básicamente a dos factores: la oportunidad, producto de la facilidad para la apropiación del bien y el “estado de necesidad” del autor. Este último elemento no escapó tampoco a la mirada periodística que ante estas situaciones humanizó al delincuente, llamando la atención del lector sobre este aspecto. Es el caso, por solo citar un ejemplo, de una madre que robó “*cinco flores que se encontraban depositadas en los panteones*” en el cementerio público de Mercedes: “*Encarnación Figueroa...negoció las flores vendiéndolas a algunas personas, declarando por último que lo había hecho para dar de comer á sus hijos*”.⁵⁸

⁵³ Dirección de Estadística General (1889). *Anuario estadístico de la República Oriental del Uruguay*, Montevideo, p. 559.

⁵⁴ “Raterías” (1901). In *La Tribuna Popular*, Montevideo, 10/6.

⁵⁵ “Raterías” (1902). In *La Tribuna Popular*, Montevideo, 19/2.

⁵⁶ “Robito” (1905). In *La Tribuna Popular*, Montevideo, 1/5.

⁵⁷ “Sustracción de un poncho” (1906). In *La Democracia*, 21/6.

⁵⁸ “Robando flores de los panteones” (1903). In *La Tribuna Popular*, Montevideo, 5/5.

Pero esa “delincuencia de miserables”,⁵⁹ de bienes de reducido valor, habitualmente tuvo no sólo como protagonistas sino como víctimas a personas provenientes de los sectores populares. Si bien las estadísticas se concentran en el autor de los hechos, descartando la información sobre las víctimas, las actuaciones judiciales nos aportan datos sobre los damnificados:

*Comunico a Vd que en el día de hoy se á presentado en esta oficina Don Antonio Silbestre dando cuenta que anoche le habia sido robado un carro serrado con mercaderias de hojalatería y barias piezas de ropa, una pistola de dos caños fina y una libreta de apuntes.*⁶⁰

Para el caso de los delitos contra la persona, la Memoria de la Jefatura Política de la Capital correspondiente a los años 1895 y 1896 distinguió la gravedad del hecho al tomar los ingresos. Su clasificación, a la que obliga la propia tipificación que necesita la descripción de la lesión, resulta ilustrativa del peso que tuvo cada uno. Analizando el período que va desde julio de 1895 a junio de 1896 encontramos:

Tabla 1.7 Ingresos policiales por delitos contra la persona en la Jefatura Política de la Capital

	Heridas Leves	Heridas Graves	Homicidios
Julio 1895	164	5	2
Agosto	114	5	3
Setiembre	106	7	-
Octubre	106	3	3
Noviembre	110	2	1
Diciembre	130	5	5
Enero 1896	112	7	1
Febrero	136	4	-
Marzo	75	5	1
Abril	102	8	1
Mayo	95	7	4
Junio	111	7	1

Fuente: *Memoria de la jefatura política y de policia de la capital 1895 – 1896*.⁶¹

⁵⁹ Granados, Mónica (1988-89). “Historia de los sistemas punitivos de la Costa Rica del siglo XIX: la Historia como rescate de la identidad despedazada”. In *Revista del ILANUD*, San José de Costa Rica, años 9–10, n. 23–24, p. 105.

⁶⁰ A.G.N. (1895). *Juzgado del crimen de 1er turno*; “Sumario instruido á Blas Schisttino y Blas Volpi por presunciones de incendio y robo de un carro y mercaderías de Antonio Silvestre” L. 4 f. 392 Arch. N. 162, 30/4/1895. Parte policial dirigido al Juez de Paz de Nico Pérez.

⁶¹ *Memoria de la jefatura política y de policia de la capital 1895 – 1896* (1896), Montevideo: Imprenta à vapor de La Nación, p. XXXVII.

De esta manera, los ingresos policiales parecen ratificar la necesidad de tener presente la importancia de este tipo de infracciones menores. En primer lugar, entonces, aparece como imprescindible realizar la distinción inicial que fue establecida por el propio Código Penal, separando faltas de delitos. Así, por ejemplo, si consideramos aisladamente los ingresos en la Jefatura Política y de Policía de la Capital para el período que va de enero a noviembre de 1903, las faltas representaron más de dos veces y media la cantidad de delitos. La suma de ilegalismos como la riña (932), el escándalo (703), las infracciones (652), la ebriedad (531), el desacato a la autoridad (444) y el uso de armas (308) marcaron su dominio.

Entre los delitos, los cometidos contra la propiedad (robo, estafa y falsificación) suman 541, los ejercidos contra la persona (fundamentalmente heridas, contusiones, agresión con armas y en mucha menor medida el homicidio –en sus variantes- y la tentativa) comprenden 977 casos.⁶²

En segundo lugar, luego de “aisladas” las faltas, el desglose del tipo de delitos teniendo presente la magnitud del bien lesionado parece evidenciar una presencia mayoritaria de los ilícitos de menor entidad. Esto surge con claridad de los estudios estadísticos para los hechos de sangre, haciéndose más difícil de determinar para los delitos contra la propiedad, al no establecerse el valor del bien afectado. De todas maneras, tanto la prensa como los expedientes judiciales aportan datos significativos que permiten suponer que este fenómeno también afectó a los ilícitos contra la propiedad.

Igualmente, la variación en la proporcionalidad de los dos grandes grupos de delitos podría responder a un período de transición, que por otra parte, seguramente afectó de manera diferente al medio rural (aún con una importante presencia del abigeato) y a la ciudad (y dentro de estas, de forma desigual a las del Interior que a Montevideo).

CONSIDERACIONES FINALES

Existe un esquema general, ampliamente aceptado, sobre la transformación de los tipos de delitos. A partir de los grandes cambios producidos durante la revolución industrial, se podrá comprobar una tendencia a la disminución de los crímenes contra la persona en relación con los ocurridos contra la propiedad. El análisis de algunas

⁶² “Crónica Policial” (1904). In *La Tribuna Popular*, Montevideo, 1/1.

sociedades europeas de los siglos XVIII y XIX permite conocer un ascenso de estos últimos, el que fue frecuentemente relacionado con el decaimiento en las condiciones de vida de una amplia parte de la población. Se suele establecer entonces un segundo patrón: la pauperización sufrida por los sectores populares repercute directamente en un aumento de este tipo de ilegalismos.

Al igual que en Inglaterra, Francia y Alemania, en España se ratificó esa tendencia. Sin embargo, las transformaciones habrían ocurrido de forma más lenta y tardía. A mediados del siglo XIX todavía los dos grandes tipos de crímenes se repartieron por mitades no comprobándose la primacía de los delitos contra la propiedad. Aunque estos registraron un paulatino avance no llegaron a ser dominantes conservando una fuerte presencia los delitos contra la persona. Este desarrollo distinguió claramente a España de sus vecinos europeos más industrializados. Todavía a inicios del siglo XX los ingresos a los establecimientos carcelarios españoles por la realización de ilícitos contra la propiedad representaban “solo” un cincuenta por ciento conservándose un alto porcentaje de entradas por delitos contra la persona.

Algunos de estos elementos resulta pertinente considerarlos para las sociedades periféricas. Los datos surgidos de nuestra investigación parecen poner de manifiesto para Uruguay un comportamiento en la criminalidad que se aproxima más al “modelo español” que al de las naciones europeas de mayor desarrollo industrial. Lejos de la transformación radical registrada en estas últimas, se produjo en nuestro país una modificación progresiva en la relación entre los delitos contra la persona y la propiedad.

Así es posible confirmar en el período estudiado una alteración en la relación entre ambos grupos de ilegalismos que fue marcando en el largo plazo una ligera tendencia hacia la supremacía de los delitos contra la propiedad. El volumen de crímenes contra la persona, si bien tendió a conservarse hasta fines del siglo XIX, comenzó a descender a partir del Novecientos. Igualmente, estos últimos siguieron manteniendo una importancia que a ojos de los contemporáneos no condecía con los niveles “civilizatorios” alcanzados por Uruguay.

Un análisis comparado de los ingresos policiales con los datos que surgen del ámbito judicial ratifica esa fuerte presencia de los delitos contra la persona, dentro de la que se destaca una alta tasa de homicidios con un promedio de cien anuales. De todas maneras, las estadísticas revelan un descenso en relación con el crecimiento del número de habitantes. Otra comparación, esta vez con las naciones europeas, ubicaría a nuestro

país por debajo del promedio de los países “mediterráneos” al que por origen y tradición Uruguay se encontraba unido.

En segundo lugar, el aumento de los delitos contra la propiedad entre 1890 y 1892 parece confirmar las posiciones que unen el empobrecimiento de una población con el aumento de este tipo de ilícitos. Durante el período se constata un crecimiento a partir de la crisis de 1890, para luego comenzar a descender desde 1895 hasta inicios del siglo. Paralelamente, la cantidad de delitos contra la persona para 1905 es la más baja que se observa durante estas décadas.

En tercer lugar, los datos surgidos de las agencias de control parecen confirmar para estos años la tendencia a una caída general de la criminalidad. Aunque esta no presenta una disminución constante, las cifras decrecen si se relaciona la cantidad de ilícitos con la de habitantes. Igualmente, parece pertinente que esta hipótesis sea contrapuesta con el estudio de nuevas fuentes o con la ampliación de las ya manejadas. Resultaría de particular importancia la realización de estudios que profundizaran sobre los ilícitos de menor cuantía, los que por su propia entidad, a pesar de ser los más frecuentes, generalmente no provocan el pasaje a la órbita judicial y son resueltos en dependencias policiales. En consecuencia, confundir los obstáculos para conocer un importante sector de ilícitos penales con su inexistencia, significaría alterar la realidad de una delincuencia que probablemente fuera la más cotidiana. Seguramente, las pequeñas “*raterías*” y los hurtos de ocasión aportarían datos sobre estrategias de supervivencia de los sectores populares marginados del mercado de trabajo, con ocupaciones ocasionales o con ingresos que hacían particularmente compleja la resolución de sus necesidades vitales. También podrían hablar de las dificultades de acceso, o del deseo de acceder, a una serie de bienes que las transformaciones de la sociedad montevideana comenzaban a presentar. Recordemos, además, que algunas profesiones que ocupaban los sectores populares, como la del servicio doméstico, se encontraban ligadas estrechamente a los poseedores y a la “tentación” de los bienes. Al respecto, son frecuentes las denuncias de los propietarios e incluso las menciones a organizaciones montadas para el hurto de viviendas.

Indudablemente, el estudio de los partes policiales, caracterizados por un relato más abierto (y por un redactor socialmente no tan alejado a los acusados) aportará datos fundamentales para una mejor comprensión de esa realidad. Por el momento, su conocimiento se reduce a las denuncias de la prensa que dieron la voz de alarma en lo

referente al aumento de este tipo de delitos y a la instalación del fenómeno de la “criminalidad” como un problema.

En cuarto lugar, resulta particularmente importante conocer más sobre la incorporación de niños y mujeres al fenómeno de la criminalidad. Ambos sectores comienzan progresivamente a ser visualizados como un problema que debía ser objeto de una atención específica. Mientras que las mujeres fueron asociadas con tipos particulares de delitos, los menores fueron cada vez más percibidos como la fuente del aumento de la criminalidad. Pese al creciente reclamo de la sociedad de la instrumentación de mecanismos de control específico para ambos sectores, especialmente para el de la infancia, sigue siendo en la actualidad una cuestión deficientemente estudiada.

El pensar históricamente la cuestión del delito seguramente aporte a la reflexión sobre un tema que define a la sociedad en que vivimos y fundamentalmente en la que deseamos vivir.

Referencias

Acevedo, Eduardo (1934). *Anales históricos del Uruguay*, Montevideo: Barreiro y Ramos, Tomo IV.

Alonso Criado, Matías (1883 y 1896). *Retrospectivo económico y financiero de “El Siglo”*, Montevideo: Imprenta á Vapor de “El Siglo”.

Archivo General de la Nación (1895). *Juzgado del Crimen 1er Turno*.

Barrán, José Pedro (1998). *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*, Montevideo: EBO, Tomo II: El disciplinamiento 1860 – 1920.

Barrán, José Pedro; Nahum, Benjamín (2002). *Historia Política e Historia Económica*, Montevideo: EBO.

_____. (1972). *Historia rural del Uruguay Moderno*, Montevideo: EBO, T. IV: Historia social de las revoluciones de 1897 y 1904.

Beccaria, Cesare (1968). *De los delitos y de las penas*, Madrid: Alianza.

Cairolí, Milton (2000). *El Derecho Penal Uruguayo y las nuevas tendencias dogmático penales*, Montevideo: Editorial F.C.U, Tomo I: La Ley – El Delito.

Coste, Fructuoso (1894). *Contribución de la estadística al estudio del derecho penal*. Tesis presentada para optar al grado de doctor en jurisprudencia, Montevideo: Imprenta artística de Dornaleche y Reyes.

Dirección de Estadística General (1880, 1886, 1890, 1891, 1892, 1895, 1896, 1899, 1900, 1904, 1905 y 1906). *Anuario Estadístico de la República Oriental del Uruguay*, Montevideo.

Fernández, Gonzalo (1995). *Culpabilidad y teoría del delito*, Montevideo: B de F.

Figari, Pedro (1905). *La pena de muerte*, Montevideo: “El Siglo Ilustrado”.

_____ (1903). “Conferencia en el Ateneo de Montevideo”. In *Revista de Derecho, Jurisprudencia y Administración*, Montevideo, año 10, n. 8, 31/12.

Granados, Mónica (1988-89). “Historia de los sistemas punitivos de la Costa Rica del siglo XIX: la Historia como rescate de la identidad despedazada”. In *Revista del ILANUD*, San José de Costa Rica, años 9–10, n. 23 – 24.

Irureta Goyena, José (s.d). *La pena de muerte*, Montevideo: “El Siglo Ilustrado”.

Izcua Barbat, Marcelino (1885). “El Ministerio Público, su rol y su origen en el juicio criminal”. In *Revista de la Sociedad Universitaria*, Montevideo: Imprenta y Encuadernación de A. Rius y cia, Año II, Tomo III, 15/5.

Jacob, Raúl (1981). *Breve historia de la industria en Uruguay*, Montevideo: FCU.

Memoria presentada a la Honorable Asamblea General por el Ministerio Secretario de Estado en el Departamento de Gobierno Don Francisco Bauzá correspondiente al ejercicio de 1892 (1893), Montevideo: Imprenta à vapor de “La Nación”.

Memoria de la Jefatura Política y de Policía de la Capital (1895-1896) (1896), Montevideo: Imprenta à vapor de La Nación.

Millot, Julio; Bertino, Magdalena (1996). *Historia económica del Uruguay*, Montevideo: FCU, Tomo II 1860 – 1910.

Mir Puig, Santiago (1996). *Derecho Penal. Parte general*, 4. ed., Barcelona: PPU.

Muñoz Conde, Francisco; García Arán, Mercedes (1993). *Derecho Penal. Parte General*, Valencia: Tirant lo blanch.

Narancio, Edmundo M., Capurro Calamet, Federico (1939). *Historia y análisis estadístico de la población del Uruguay*, Montevideo: Peña y Cia.

Quijano, Carlos (1995). *La economía uruguaya entre 1880 y 1965*, Montevideo: Cámara de Representantes, v. VII.

Quintero Olivares, Gonzalo (1996). *Curso de Derecho Penal. Parte General*, Barcelona: Cedecs editorial.

Ramos Suarez, Dionisio (1903). *Exposición y crítica de nuestro sistema penitenciario*, Montevideo: Tip. uruguaya de M. Martínez.

Rico, José María (1981). *Crimen y justicia en América Latina*, 2. ed., México: Siglo XXI.

Roustan, Honore (1889). “La República O. del Uruguay en la Exposición Universal de París de 1889”. In *Revista de la Asociación Rural*, Montevideo, año XVIII, n. 10, 31/5.

Ruibal, Beatriz Celina (1993). *Ideología y control social. Buenos Aires 1880 – 1920*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

Rusche, Georg; Kirchheimer, Otto (1984). *Pena y estructura social*, Bogotá: Temis.

Sozzo, Máximo (2008). *Inseguridad, prevención y policía*, Quito, FLACSO. (Ciudadanía y violencias; 4).

Tomé, Eustaquio (1926). *Código de instrucción criminal anotado con todas las leyes, decretos y acordadas vigentes y con la jurisprudencia nacional*, Montevideo: C. García.

Vásquez Acevedo, Alfredo (1893). *Concordancias i anotaciones del Código Penal de la República O. del Uruguay*, Montevideo: Sierra i Antuña.

Zaffaroni, Eugenio Raúl y otros (2000). *Derecho Penal. Parte General*, Buenos Aires: Ediar.

Prensa

El Día (1889 y 1903), Montevideo

El Siglo (1899), Montevideo.

La Democracia (1906).

La Nación (1899).

La Tribuna Popular (1901, 1902, 1903, 1904, 1905), Montevideo.

Recebido para publicação em janeiro de 2013.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Adriana Cicaré

Máster en Gestión Empresarial y Formación Profesional para la Integración Latinoamericana / Profesora de la Facultad de Ciencias Económicas y Estadística / Universidad Nacional de Rosario - Investigadora del Consejo de Investigaciones / UNR – República Argentina. Directora del Programa Interdisciplinario de Investigación sobre Integración Latinoamericana (PIILA) del Centro de Estudios Interdisciplinarios (CEI)/UNR.

E-mail: acicare@fcecon.unr.edu.ar

Aline Pinto Pereira

Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002) e em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal Fluminense (2004). Mestre (2007) e Doutora (2012) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Área de interesse concentra-se nos seguintes temas: História do Brasil, com ênfase em Política Externa, bem como as demais discussões envolvendo a formação do Estado, da Nação e o exercício da Soberania no Oitocentos.

E-mail: alineppereira@yahoo.com.br

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Graduada em História (2004), mestrado (2007) e doutorado (2011) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Assistente Editorial de *Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Coordenadora do Laboratório Cidade e Poder/UFF. Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e em Teoria e Metodologia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: pobreza urbana, repressão e controle social, discurso jurídico, cidadania e direitos, poder e ideias jurídicas, intelectuais e pensamento político e social, escrita da história e circulação cultural e de ideias.

E-mail: anapaulabarcelos@gmail.com

Daniel Fessler

Magister en Ciencias Humanas (Facultad de Humanidades y C.E. – Universidad de la República, Uruguay). Director del Centro de Investigación y Estudios Judiciales.

E-mail: danfessler@gmail.com

Daniella Amaral Diniz

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2008), e em Estudos Latino-Americanos e Ibéricos pela Universidade de Columbia em Nova Iorque (2010). Atualmente, é doutoranda nesta mesma instituição, onde ensina cursos na área de língua e cultura brasileira. Com formação interdisciplinar, seu trabalho foca na atividade intelectual e literária de diplomatas, escritores e jornalistas nas primeiras décadas do século XX, nas relações entre a vanguarda, a tradição literária brasileira e os diferentes discursos conservadores (na política, bem como nas artes) na passagem à modernidade.

E-mail: dad2141@columbia.edu

Gisálio Cerqueira Filho

Professor Titular Teoria Política UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ (1975), Doutor em Ciência Política pela USP (1980) com pós-doutorado na Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal (1999). Professor Titular de Sociologia (aposentado) da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pesquisador sênior no Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF). Membro do *Research Committee on Sociology of Law (RCSL/ISA)*, da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil). É editor de *Passagens.- Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica (on line)*.

E-mail: gisalio@superiq.com.br

João Bilhim

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL) (1993). Atualmente é presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública. É professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa; investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas CAPP/ ISCSP/UTL. Tem experiência na área de Administração Pública.

E-mail: bilhim@iscsp.utl.pt

Luiza Felix de Souza Barçante

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFF (2009).

E-mail: lulubarcante@hotmail.com

Roberto Fragale Filho

Doutor em Ciência Política pela *Université de Montpellier I* (1997). Atualmente, é Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Juiz do Trabalho Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti (RJ). Foi Professor Visitante na *University of Illinois at Urbana-Champaign* (2006) e na *Université Paul Valéry* (2009 e 2010) e Bolsista de Investigação no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Prêmio “Um mês no CES”:, 2011). É Coordenador Pedagógico da Escola Judicial do TRT-RJ, Diretor Adjunto da Justiça do Trabalho da Escola Nacional da Magistratura (ENM) e ex-Presidente do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra). É membro do conselho editorial do *Comparative Labor Law & Policy Journal*.

E-mail: fragale@alternex.com.br

Sônia Regina de Mendonça

Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Pesquisadora I do CNPq, autora de inúmeros livros, dentre eles *O Ruralismo Brasileiro* (São Paulo: Hucitec, 1997); *O Patronato Rural no Brasil Recente* (Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010), dentre outros. Sonia Regina de Mendonça concluiu o doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo em 1990. Cientista de Nosso Estado da FAPERJ para o biênio 2005-2006. Atualmente coordena 2 projetos de pesquisa e lidera o Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, cadastrado junto ao CNPq desde 1993. Atua na área de História, com ênfase em História Política do Brasil República, além de História da Agricultura Brasileira no Século XX. Temas de pesquisa: Estado, Brasil República, Agricultura, História, Poder, Classe Dominante Agrária, Intelectuais, Políticas Públicas, Questão Agrária e Saber e Poder. Mantém ainda relações regulares com o Centro de Estudios Agrários sediado na *Universidad Nacional de Quilmes* (Argentina), publicando constantemente em parceria com seus integrantes.

E-mail: srmendonca@uol.com.br



Passagens

